



**PROET**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESTUDOS TERRITORIAIS

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**Departamento de Ciências Exatas e da Terra I – DCET I**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET**

**JADSON SANTIAGO DOS SANTOS**

**ASSOCIATIVISMO E ESPAÇO URBANO: RELAÇÕES  
TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE SERRINHA/BA**

**SALVADOR/BA**

**2021**



**PROET**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESTUDOS TERRITORIAIS

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**

**Departamento de Ciências Exatas e da Terra I - DCET I**

**Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET**

**JADSON SANTIAGO DOS SANTOS**

**ASSOCIATIVISMO E ESPAÇO URBANO: RELAÇÕES  
TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE SERRINHA/BA**

Dissertação de mestrado apresentada à Linha de Pesquisa Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orientador: Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto

**SALVADOR/BA**

**2021**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237a

Santos, Jadson Santiago dos

Associativismo e espaço urbano: relações territoriais no município de Serrinha - BA / Jadson Santiago dos Santos. - Salvador, 2021.

181 fls.

Orientador(a): Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET, Campus I. 2021.

1.Associativismo. 2.Territorialidade. 3.Espaço urbano. 4.Serrinha -Ba.

CDD: 907



**PROET**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESTUDOS TERRITORIAIS

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**

**Departamento de Ciências Exatas e da Terra I - DCET I**

**Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**JADSON SANTIAGO DOS SANTOS**

**ASSOCIATIVISMO E ESPAÇO URBANO: RELAÇÕES  
TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE SERRINHA/BA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, da Universidade do Estado da Bahia, *Campus I*, Salvador, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Territoriais.

Salvador, 16 de setembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto – Orientador  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dra. Celia Cristina Basconzuelo  
Universidad Nacional de Rio Cuarto (UNRC-Argentina)  
Doutorado em História pela Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo-Argentina)

Prof. Dra. Alessandra Oliveira Teles  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

## AGRADECIMENTOS

É gratificante ver o resultado de algumas escolhas, dos acertos, dos equívocos, das frustrações, das experiências e dos aprendizados adquiridos. Esse estudo não é algo totalmente isolado e desconexo de influências externas, afinal, sou único e concomitantemente sou resultado de um todo, repleto de uma diversidade de pensamentos, concepções, ideologias, bagagens teóricas e experiências singulares. É nessa complexa teia relacional que gostaria de fazer os agradecimentos.

Por reconhecer a importância e a grande contribuição que tiveram no meu processo de formação, não poderia de deixar de agradecer a minha família: minha mãe, a dona Antônia; meu pai, o senhor Moisés; meu irmão Tiago; e minha companheira Sarah. Sou grato por estarem ao meu lado, apoiando, motivando e compreendendo as minhas ausências e escolhas.

Agradeço de modo geral aos membros da Associação de Moradores do Bairro da Bomba, da Associação Comunitária do Bairro Colina das Mangueiras, da Associação Centro Social Boa Esperança e da Associação de Moradores do Bairro da Vaquejada, sobretudo na figura dos/das presidentes e vice-presidentes, que foram as pessoas que tive maior contato e fiquei muito feliz por terem aceitado a colaborar com esta pesquisa. Aproveito o momento para parabenizar o trabalho voluntário que vocês estão desenvolvendo, que a seriedade, o compromisso e a preocupação com o coletivo possam inspirar mais e mais pessoas.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Estudos Territoriais (PROET) que contribuíram para minha formação acadêmica, ética e profissional. Entre os professores gostaria de agradecer em especial ao professor Dr. Agripino Coelho Neto. Não poderia ter escolhido orientador melhor, muito obrigado pela disponibilidade, pela responsabilidade e pela seriedade que apresentou ao longo desse percurso. Já estou sentindo falta dos milhões de textos (risos), das mensagens de *WhatsApp*, *e-mails* e ligações. Obrigado pela dedicação, pois és um exemplo a ser seguido. Ainda sobre o PROET, não poderia deixar de agradecer aos meus colegas e amigos de turma, vocês tornaram aqueles momentos únicos e com uma riqueza e leveza sensacional. Em especial ao pessoal do “grupo de estudos”, em nome de Cleidnai, Elton, Manuela, Mário e Matheus (vocês são pessoas sensacionais) e Diego e Leandro, meus parceiros de carona e “resenhas”.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos mais próximos: Camila, Geilson, Gilcélia, Malena, Manuela, Maria Taiane, Marcos Levi, Mikaelly, Raissa, Rodrigo, Tailson, Vânia e Viviane. Vocês tiveram o privilégio e a dura missão de acompanhar parte dessa “labuta”. Grato pelo apoio de vocês. Aos que esqueci peço perdão, foi uma falha humana (risos).

La utopía está en el horizonte  
Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos  
Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá  
Cuanto más la busque, menos la encontraré  
¿Entonces, para qué sirve la utopía?  
La utopía sirve para eso, para caminar.

**Eduardo Galeano**

## RESUMO

O ser humano construiu a capacidade de estabelecer e manter relações sociais que podem se configurar na formação de grupos. Essa habilidade cria condições favoráveis para uma diversidade de manifestação de ações coletivas. É importante destacar que independe da modalidade de ação coletiva, os sujeitos são orientados por suas intencionalidades, vinculadas inicialmente a dimensão individual, na “esfera do eu” e um conjunto de elementos que motivaram ingressar a um grupo e conforme vão estabelecendo e desenvolvendo formas diversas de interações e troca de experiências, conhecimentos e momentos, eles constroem/desenvolvem novos significados e objetivos, orientados por uma mentalidade coletiva, ocupando a “esfera do nós”, responsável por influenciar na permanência, na atuação e nas vinculações estabelecidas com os sujeitos e/ou com o espaços/territórios utilizados. Todas as interações sociais são/foram orientadas por um senso de coletividade, desenvolvidas inicialmente em uma base espacial e conforme os sujeitos projetam suas intencionalidades nos espaços, ocorre um processo de vinculação e demarcação da atuação social através do exercício das territorialidades, ou seja, o trabalho projetado e a configuração de uma base territorial, repleta de múltiplas dimensionalidades, escalaridades e manifestação das relações de poder, sobretudo, quando consideramos a atuação do associativismo desenvolvido no espaço urbano. Considerada uma modalidade de ação coletiva, o associativismo é um símbolo da articulação dos sujeitos orientados minimamente por um objetivo comum, situado em uma realidade contextual específica, responsável por prover as bases para o seu surgimento e a partir dessas, os sujeitos organizados coletivamente desenvolvem diferentes formas ou mecanismos de apropriação e intervenção territorial. Essa pesquisa contou com a colaboração de quatro associações situadas em bairros distintos da cidade de Serrinha: a Associação de Moradores do bairro da Bomba, a Associação de Moradores do bairro Colina das Mangueiras, a Associação de Moradores do bairro da Vaquejada e a Centro Social Boa Esperança. O objetivo é compreender as relações territoriais desenvolvidas por meio do associativismo no espaço urbano de Serrinha/BA. Para seu desenvolvimento, utilizamos de uma abordagem qualitativa devido às particularidades não quantificáveis apresentadas, sobretudo a que fora vivenciada durante o desenvolvimento da pesquisa. A nossa revisão de literatura esteve centrada em três chaves explicativas, envolvendo o território, o associativismo e o espaço urbano. Realizamos visitas técnicas as associações, registros escritos, fotográficos, audiovisuais e entrevista com os membros da diretoria das associações. Esse estudo auxiliou na compreensão e identificação das diferentes formas e mecanismos que são/foram acionados para compor o quadro das relações territoriais envolvendo os sujeitos organizações através das associações e os bairros que estão situadas.

**Palavras-Chaves:** Associativismo; Territorialidade; Espaço Urbano; Serrinha.

## ABSTRACT

The human being has built the capacity to establish and maintain social relationships that can be configured in the formation of groups. This ability creates favorable conditions for a diversity of manifestations of collective actions. It is important to highlight that regardless of the modality of collective action, the subjects are guided by their intentions, initially linked to the individual dimension, in the "I sphere" and a set of elements that motivated joining a group and as they establish and develop different forms of interactions and exchange of experiences, knowledge and moments, they build/develop new meanings and goals, guided by a collective mentality, occupying the "we sphere", responsible for influencing the permanence, performance and bonds established with the subjects and /or with the spaces/territories used. All social interactions are/were guided by a sense of collectivity, initially developed on a spatial basis and as subjects project their intentions into spaces, there is a process of linking and demarcating social action through the exercise of territorialities, that is, the projected work and the configuration of a territorial base, full of multiple dimensions, scales and manifestation of power relations, especially when we consider the role of associations developed in the urban space. Considered a modality of collective action, associativism is a symbol of the articulation of subjects minimally guided by a common goal, situated in a specific contextual reality, responsible for providing the bases for its emergence and from these, collectively organized subjects develop different forms or mechanisms of appropriation and territorial intervention. This research had the collaboration of four associations located in different districts of the city of Serrinha: the Association of Residents of the Bomba district, the Association of Residents of the Colina das Mangueiras district, the Association of Residents of the Vaquejada district and the Social Center Good Hope. The objective is to understand the territorial relations developed through associations in the urban space of Serrinha/BA. For its development, we used a qualitative approach due to the non-quantifiable particularities presented, especially the one experienced during the development of the research. Our literature review was centered on three explanatory keys, involving territory, associations and urban space. We carry out technical visits to the associations, written, photographic and audiovisual records and interviews with the members of the board of directors of the associations. This study helped to understand and identify the different forms and mechanisms that are/were used to compose the framework of territorial relations involving the subjects organizations through the associations and neighborhoods that are located.

**Keywords:** Associativism; Territoriality; Urban Space; Serrinha.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Delineamento das relações territoriais .....	95
Figura 2: Desdobramento das relações territoriais .....	96
Figura 3: Empreendimentos que marcam o processo de expansão e modernização do espaço urbano de Serrinha/BA no final do século XIX .....	106
Figura 4: Visão panorâmica do espaço urbano de Serrinha /BA do alto da colina da Santa em 2020 .....	112
Figura 5: Açude da Bomba em meados do século XX – Serrinha / Bahia.....	116
Figura 6: Primeiras habitações no bairro da Bomba.....	118
Figura 7: Empreendimentos urbanos adquiridos a partir da Associação de Moradores do bairro da Bomba .....	120
Figura 8: Sede da associação do bairro da Bomba e campeonato no Campo da Lixa .....	121
Figura 9: Problemas infraestruturais do bairro Colina das Mangueiras – 2020/2021 .....	123
Figura 10: Espaços de lazer e Igreja Católica no bairro Colina das Mangueiras .....	125
Figura 11: Feições paisagísticas do espaço urbano de Serrinha no bairro da Vaquejada – 2020 /2021 .....	128
Figura 12: Capela Nossa Senhora Aparecida e Praça do Vaqueiro, bairro da Vaquejada em Serrinha/BA 2021 .....	130
Figura 13: Sede da Associação de Moradores do Bairro da Vaquejada – 2011/2021.....	133
Figura 14: Sede do Centro Social Boa Esperança .....	136
Figura 15: Confraternizações Centro Social Boa Esperança – 2020.....	138

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Território de Identidade da Bahia – Seplan/2018.....	85
Mapa 2: Evolução da divisão política de Serrinha: 1900 - 2000.....	103
Mapa 3: Localização do município de Serrinha no Território do Sisal.....	107
Mapa 4: Expansão da mancha urbana de Serrinha entre as décadas de 1987 -2016.....	112
Mapa 5: Localização das associações colaboradoras – Serrinha / BA 2021 .....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características básicas mínimas de um grupo .....	28
Quadro 2: Sistematização das abordagens teóricas dos estudos das ações coletivas .....	35
Quadro 3: América Latina e suas semelhanças nos processos históricos de participação e mobilização social .....	40
Quadro 4: Categorias e classificações dos movimentos sociais na América Latina .....	41
Quadro 5: Temporalidade, contextos e características dos estudos das ações coletivas na América Latina .....	42
Quadro 6: Periodização dos estudos dos movimentos sociais na Geografia Brasileira .....	50
Quadro 7: Três dimensões da liberdade de organização social .....	81
Quadro 8: Principais Empreendimentos urbanos e a expansão da malha urbana de Serrinha – 1964 a 2015 .....	109
Quadro 9: Topônimo das Associações colaboradoras .....	145
Quadro 10: Processo de convocação para assumir a presidência da associação .....	146
Quadro 11: Relação entre a associação e o bairro segundo os associados. ....	148
Quadro 12: Representações das associações para o bairro segundo os associados.....	151
Quadro 13: Perfil dos sujeitos colaboradores .....	168

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Distribuição da população urbana e rural do Brasil – 1940/2010 .....	78
Tabela 2: Distribuição da população urbana e rural do município de Serrinha/BA - 1970 a 2010 .....	108

## LISTA DE SIGLAS

APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
CCQ	Centro Comunitário de Qualificação de Serrinha
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COVID-19	Corona Vírus Disease - 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBAINO	Instituto Federal Baiano
L	Leste
MST	Movimento Sem-Terra
MSU	Movimentos Sociais Urbanos
N	Norte
NNO	Nor-noroeste
NO	Noroeste
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
S	Sul
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	AÇÕES COLETIVAS E SUAS GEOGRAFICIDADES.....	26
2.1	Os sujeitos e sua dinâmica social .....	26
2.2	A ação coletiva: algumas contribuições conceituais .....	31
2.2.1	Breve trajetória das ações coletivas e seus paradigmas .....	34
2.2.2	Alguns apontamentos teórico-conceituais para pensar as ações coletivas.....	44
2.3	Abordagens das ações coletivas na geografia.....	49
2.3.1	Abordagens das ações coletivas e Geografia: situando e contextualizando algumas obras clássicas .....	49
2.3.2	Abordagens geográficas das ações coletivas no Brasil: situando e contextualizando alguns estudos Nordestinos .....	55
3.1	Associativismo como forma de ação coletiva: algumas conceituações e tipologias .....	65
3.2	Associativismo urbano e democracia .....	76
3.3	Associativismo e territorialidade .....	86
4.1	Serrinha: contextualização histórica e geográfica .....	101
4.2	Raízes e modalidades do associativismo urbano em Serrinha .....	111
4.2.1	A Associação Beneficente dos moradores do Bairro da Bomba: sua atuação e relações históricas e geográficas com o bairro .....	115
4.2.2	Associação de Moradores do Bairro Colina das Mangueiras: sua atuação e relações históricas e geográficas com o bairro .....	121
4.2.3	Associação de Moradores do bairro da Vaquejada: sua atuação e relações históricas e geográficas com o bairro .....	126
4.2.4	Associação Centro Social Boa Esperança: sua atuação e relações históricas e geográficas com o bairro da Rodagem .....	133
4.3	Associativismo e relações territoriais: entre mobilizações e sociabilidade.....	139
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	155

REFERÊNCIAS .....	159
ANEXOS 01 .....	166
ANEXOS 02 .....	168
ANEXOS 03 .....	169
ANEXOS 04 .....	176
ANEXOS 05 .....	178

## 1 INTRODUÇÃO

O ato de se associar a um grupo ou outro(a) indivíduo(a) é uma prática herdada e influenciada com o processo de sedentarização da humanidade, de modo que os sujeitos passaram a realizar e propor ações que necessitam(vam) direta ou indiretamente de uma articulação entre os integrantes de um determinado grupo, de forma que fosse possível a superação das limitações individuais (intelectuais, físicas) e geográficas (condições climáticas, vegetacionais, geomorfológicas).

Conforme os sujeitos mantem as antigas e desenvolvem novas formas e níveis de interações sociais, ocorre concomitantemente a ressignificação dos vínculos sociais e territoriais. Em um primeiro caso, pode ocorrer significativas alterações em relação à forma como os sujeitos de forma individual e/ou coletiva, de modo que venha oportunizar o surgimento e desenvolvimento de novos arranjos sociais e formas de atuação, ancoradas nos preceitos da coletividade. Não desconexo do primeiro, os vínculos territoriais<sup>1</sup> vão refletir a forma como esses sujeitos (individuais e/ou coletivos) relacionam-se com a base material e imaterial do território, externalizada a partir das transformações espaciais, das formas de controle e da própria subjetividade implícita a cada sujeito ou grupo.

Em sua obra, “Capitalismo e Urbanização”, Sposito (2001) realiza uma contextualização histórica acerca das diferentes formas de organização social e como cada contribuiu para o processo de urbanização que temos hoje. A autora tem como ponto de partida o período paleolítico e neolítico, teve como marco o processo de sedentarização da sociedade, acrescido do desenvolvimento técnico e formas mais complexas de organização sociopolítica, importantes para a estruturação da divisão social do trabalho e a manifestação das diferentes relações de exploração e/ou dominação. Elas ganharam força durante o feudalismo, responsável por demarcar nitidamente a noção de classe social, fortalecendo-se ainda mais com o modo de produção capitalista.

A vida em sociedade é regida por uma dualidade entre o individualismo e coletivismo. O caráter individual está representado nos interesses próprios dos sujeitos, atuando enquanto fator motivador para o isolamento, ou inserção a um grupo, seguindo os seus interesses. Contrariamente, ao fazer parte de um grupo, os indivíduos podem se deparar com um conjunto de condições e/ou situações que envolvem práticas ou fundamentos

---

<sup>1</sup> As informações apresentadas demonstram uma noção de fortalecimento dos vínculos territoriais, no entanto, reconhecemos que eles podem se manifestar com fortes níveis de fragilidade ou em alguns casos, uma aversão ao território e aos sujeitos pertencentes a este.

inspirados/orientados pela ideia/noção de bem coletivo, em detrimento do individualismo, afinal, a vida em sociedade é tecida através das interações sociais, individuais e principalmente em grupo. Segundo Zimmerman (1997), o ser humano ao longo de sua existência cria uma rede de relações sociais, constituída a partir do processo de interação social, mediadas pelo processo de identificação com o outro (modo de agir, a cultura, a ideologia dos sujeitos).

Por envolver a forma como os sujeitos sociais realizam articulações com os demais integrantes do grupo e/ou da sociedade e também com o espaço, é válido considerar a presença de uma subjetividade coletiva responsável por influenciar a forma como determinado grupo pode permanecer ativo, articulado (relações interpessoais) e unido (coletividade). Ela é uma variável a ser considerada no processo de manutenção (permanência) das ações coletivas. Para Retamozo (2006), as subjetividades coletivas estão presentes nas interações sociais, nos elementos e dispositivos simbólicos, na cultura coletiva, nos códigos construídos, na identificação com um grupo e/ou no sentimento de pertencimento a um coletivo.

A sociedade é uma produção social que está em constante processo de transformação e ressignificação, pois, os sujeitos intervêm de diferentes formas e situações, variando de acordo com o nível de proximidade (relação), influência (poder) e dos dispositivos (técnicos, ideológicos) acionados (RETAMOZO, 2006). Deste modo, o referido autor considera que os processos sociais não possuem uma finalidade, pois, passam por um constante processo de renovação (quantitativa, ideológica, interacional) proveniente do contexto que estão inseridos. Essas características estão presentes nas ações coletivas, em especial, no associativismo, devido a renovação do quadro de associados, dos objetivos e do perfil dos seus integrantes, reunidos em torno do bem comum, conferindo ao grupo particularidades em sua forma de organização, funcionamento e atuação.

O contexto geográfico e histórico influencia diretamente na forma como a sociedade se comporta, por se tratar de fenômeno social, acreditamos que, em especial, as ações coletivas surgem na dinâmica social, no universo dos diferentes fatores (políticos, econômicos, culturais) que influenciaram no processo de constituição e transformação ao longo do tempo. Por este motivo, uma ação coletiva pode apresentar diferentes características, constituídas a partir de uma determinada realidade geográfica, associada ao nível de percepção e abstração espacial, incidindo diretamente na forma como o ser humano estabelece relações com o espaço geográfico.

As ações coletivas preveem a cooperação entre seus membros e possibilitam a atuação

em um sistema de redes e articulações interna (unidos por interesses em comum) e externas (parcerias que são estabelecidas). Entendemos que por se tratar de um fenômeno social, claramente existirão momentos que o conflito e/ou confronto será inevitável, ou em alguns casos, necessário, para que se reforce o sentido da ação coletiva e para que as situações possam ser enxergadas por outros prismas, ou até mesmo, possibilitando novas formas/estratégias de atuação social.

Em meio as interações sociais, ocorre a construção de valores, como reconhecimento (ideológico, político), respeito (cultural), criatividade (despertar novas inteligências, talentos). O conjunto de valores pode ocasionar em relação de sensibilização, mobilização e fortalecer o sentimento de pertença ao grupo. Todos esses pontos estão aliados ao sentido de identificação e a criação de organizações sociais, que podem ser consideradas um desdobramento das associações coletivas, como por exemplo, as associações civis. Para Sherer-Warren (1999) as associações apresentam as seguintes características: (i) podem ser localizadas no espaço geográfico, principalmente quando consideramos a presença de um sede, que, além disso, delimita o espaço pertencente a esta; (ii) trata-se de uma construção social, logo, atendem aos interesses expressos em seus propósitos de atuação e objetivos; (iii) possuem diferentes tipologias, atreladas a função que será exercida, buscando consonância com as demandas e interesses coletivos.

O associativismo urbano pode ser tratado como uma organização social do mundo moderno<sup>2</sup>, pois, em sua maioria foi/é criada/moldada a partir de uma intervenção dos sujeitos, configurando-se como expressões coletivas, pois, possuem a união entre os sujeitos partícipes e destes com o seu espaço/território, que exerce o papel de elemento importante para o desenvolvimento de prática social.

As associações civis, especialmente as de cunho comunitárias, estão relacionadas à necessidade de promover mudanças, sejam elas sociais, econômicas, culturais, políticas ou espaciais, com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida aos seus associados, como da população que pode variar de acordo com os objetivos e a área de abrangência/influência que possuem. No cenário brasileiro, as associações civis, tornam-se (e em alguns contexto ainda são) um importante instrumento representativo da organização local (comunidade, bairro, povoado), responsável por estimular as práticas e a consciência coletiva, atuando como um fator alternativo que pode contribuir para a resolução de problemas locais,

---

<sup>2</sup>Em seu ensaio para explicar a importância da Sociologia para a sociedade moderna, Ianni (1989, p. 8) define que a modernidade data a partir de meados do século XIX, dada as forças sociais presentes e suas distintas configurações: “grupos, classes, movimentos sociais e partidários políticos, burguesia, proletariado [...]”.

assim como indica Cotrim (2009), Basconzuelo (2011) e Souza Júnior (2008).

Santos, Silva e Coelho Neto (2011, p. 56), concebem “as associações, enquanto organizações locais vêm sendo reconhecidas também pelo papel ativo desempenhando no recente processo de participação popular, especialmente, no que se refere à gestão municipal”, contribuindo para a participação social e o exercício da cidadania.

Na cidade, o associativismo pode ser criado e/ou apropriado pelos sujeitos organizados coletivamente, a partir de uma determinada realidade, que varia de acordo com os agentes atuantes no processo de produção do espaço urbano (CORRÊA, 2002). O associativismo no/do espaço urbano pode contribuir para a resolução de diferentes problemas através de um conjunto de ações, tais como: o exercício da participação coletiva na transformação ou pelo ato de participar ativamente da política, cobrando, sugerindo e propondo ações políticas; através da formação técnica e/ou política, este último responsável por amenizar a ignorância política e contribuir para o exercício da reflexão-ação, perpassando pelo campo da identificação (ligação) com o local, considerando sempre a sua realidade (em comparativo com outras), orientando mais conscientemente as suas ações.

Em sua atuação, as associações podem produzir e reproduzir-se no espaço/território e apresentar uma grande capacidade de influenciar diretamente na escala local e participar da dinâmica política, social e cultural da cidade, a medida que os sujeitos manifestam a relação que possuem com o grupo (associação) e com o seu espaço/território, mediante exercício da territorialidade, que podem ser atribuídas ao comportamento humano no espaço geográfico, de forma que seja capaz de influenciar na dinâmica deste (SACK, 2011; HAESBAERT, 2007). A Territorialidade é um conceito importante para compreendermos as interações ocorridas entre os sujeitos sociais e destes com o espaço geográfico, por meio de uma apropriação material ou simbólica, possibilitando a existência de conexão entre os associados e destes com seu espaço/território, pois assim, eles vivenciam o processo e o produto territorial, num constante movimento de transformações sociais e ambientais.

Neste sentido, compreendemos a territorialidade como “[...] os nexos que os grupos sociais estabelecem entre si e com o espaço, implicando em uma apropriação material e/ou simbólica, conferindo-lhe uma significação que possibilita as redes socioterritoriais constituírem novas formas de reprodução social” (COELHO NETO, 2013, p. 388). Segundo o autor, quando os sujeitos organizam territorialmente, eles atribuem significados particulares ao espaço, reforçando o sentimento de pertencimento ao local e os elementos ou sujeitos presentes nele, deste modo, a atuação social tende a ganhar mais força e sentido para os participantes.

A dinâmica socioespacial é um elemento importante para identificar, compreender e problematizar alguns fenômenos que ocorrem na sociedade contemporânea, que, no cenário desta pesquisa, recai sobre o associativismo urbano que se desenvolve na cidade de Serrinha/BA<sup>3</sup>. Partimos da compreensão de que a cidade possui níveis distintos de transformações, resultantes do processo cumulativo de estágios anteriores de urbanização, oportunizando um ambiente propício para surgir e desenvolver o associativismo. Esse fato pode ser percebido através de histórico de presença de associações civis no Território de Identidade do Sisal.

Em estudos recentes Santos, Coelho Neto e Silva (2011) e Coelho Neto (2013a) evidenciaram uma notória quantidade de associações no Território do Sisal que, em sua maioria estão no espaço rural. Devido da grande expressividade que essas associações rurais possuem no referido Território e das fontes bibliográficas disponíveis sobre a temática, acreditamos que há uma centralidade nos escritos sobre o associativismo rural, de modo que há uma carência de estudos sobre o associativismo urbano em Serrinha/BA, e essa pesquisa, será desenvolvida na lacuna investigativa no cenário local e regional.

A motivação para desenvolver essa pesquisa encontra-se em nossa trajetória de pesquisa no campo das ações coletivas, em especial do associativismo, realizada durante do desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Ações coletivas e estratégias de organização socioespacial na comunidade do Recando, Serrinha/BA”, investigando a atuação associativista em Serrinha, dirigido ao associativismo rural. A partir deste trabalho inicial, me deparei com uma escassez de estudos sobre o associativismo urbano, sobretudo no recorte espacial de vivência do sujeito pesquisador, o que apontou a possibilidade de oferecer uma contribuição a respeito do comportamento associativista no espaço urbano no interior baiano.

Serrinha/BA está situada no Território de Identidade do Sisal. As recentes pesquisas realizadas por Coelho Neto (2013) e Lima e Coelho Neto (2017) demonstraram a existência de condições ambientais e políticas que reforçam a necessidade de uma melhor articulação sociopolítica por parte da população local, devido a um histórico político ligado ao clientelismo. Segundo aponta Franco (1996), outro fator que merece destaque é o próprio crescimento e/ou desenvolvimento urbano de serrinha/BA, que, segundo o autor, esteve relacionado aos interesses político-econômicos de seus grupos dirigentes. Ele considera que

---

<sup>3</sup> Cidade localizada na porção nordeste da Bahia, distando aproximadamente 183 km da cidade de Salvador. Possui uma extensão territorial equivalente a 583,314 Km<sup>2</sup> e uma população municipal estimada em 81.286, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

este processo pode ser dividido em dois momentos. O primeiro estaria ligado à implantação do ferroviarismo e do rodoviarismo, que contribuiu para o surgimento de bairros com pouca intervenção do poder público em seu planejamento, tal como foi a Estação, o Cruzeiro, Bomba e Cidade Nova. O segundo envolveu o impulso ao setor de comércio e serviços no Centro da cidade. Estes e outros fatores contribuíram para uma concentração da população no espaço urbano, que agora deverá atender as demandas do comércio.

Em uma breve análise da paisagem dessa cidade, fica perceptível que os bairros que estão localizados perifericamente ao centro urbano e comercial, não dispõem de uma mesma infraestrutura de lazer, segurança e mobilidade. Verificou-se também que o centro, ocupado por prédios comerciais e residenciais, não apresentam associações de bairro, enquanto a sua periferia apresenta diferentes naturezas associativas. A população residente nas áreas periféricas tem o associativismo como um dos instrumentos que pode viabilizar o diálogo com o poder público e/ou parcerias com outras organizações sociais, com o intuito de solucionar ou propor alternativas para os problemas identificados, tais como a falta de pavimentação das vias, de iluminação pública, de saneamento básico, de sensação de segurança, de acesso a lazer, entre outros. Diante disso, torna-se válido e importante compreender as estratégias que as associações utilizaram e/ou utilizam no âmbito do espaço urbano, como uma tentativa de superação das limitações locais, reforçando o seu papel de participação política e social, manifestando relações de poder, controle e uso do espaço urbano.

As práticas associativistas podem ser consideradas como um fenômeno que expressa a organização social e a interação de diferentes atividades no espaço urbano, capaz de possibilitar a reprodução social, estimulando o desenvolvimento de apropriações territoriais, perpassando pela dimensão físico-concreto, política e/ou simbólica. Considerando as especificidades do associativismo no espaço urbano de Serrinha (Ba), algumas questões foram apontadas como ponto de partida e orientação desta pesquisa. As associações urbanas da cidade de Serrinha foram constituídas a partir de uma demanda local dos associados? Quais os nexos que as associações possuem com seus espaços de ancoragem que se caracterizam como relações territoriais? Quais propósitos nortearam a criação das associações e que atividades e ações elas desenvolvem? Que transformações ou mudanças foram promovidas pelas ações das associações nos lugares e na vida dos associados? Os propósitos e estratégias dialogam com a realidade socioespacial dos bairros onde se situam?

Com o intuito de contemplar estas inquietações definiu-se como objetivo geral desta pesquisa, compreender a forma e como as relações territoriais são desenvolvidas, reforçadas

e/ou resinificadas através do desenvolvimento do associativismo no espaço urbano de Serrinha/BA. Para auxiliar o desenvolvimento desta pesquisa, este trabalho baseou-se nos seguintes objetivos específicos: (i) Identificar e apresentar os principais pressupostos teóricos-metodológicos que orientam as abordagens sobre Ações coletivas e Movimentos sociais no âmbito das Ciências Humanas; (ii) Compreender como o contexto histórico e geográfico do espaço urbano de Serrinha/BA, influenciou para o surgimento das associações comunitárias e quais foram os rebatimentos para as estratégias de atuação social; (iii) Investigar a forma de operação das entidades associativistas no espaço urbano de Serrinha/BA, suas características e métodos utilizados para solucionar problemas, reunir os membros e fortalecer a relação entre seus integrantes e deste com o bairro que estão localizados; (iv) Analisar como as entidades associativas em Serrinha/BA se apropriam do espaço urbano e quais são os elementos evocados/acionados para estimular, criar ou ressignificar as relações territoriais existentes; (v) Conhecer a forma de atuação das associações investigadas, identificando as potencialidades e/ou limitações apresentadas, apontando estratégias que podem ser utilizadas e apropriadas pelas entidades, como forma de superação dos pontos apresentados ou aprimorar a atuação frente a realidade local.

Esta pesquisa, conta com a colaboração de quatro associações comunitárias. Um dos critérios de escolha, foi a condição de estarem ativas em relação a atuação do corpo diretivo e/ou associados. Outro critério utilizado foi a localização em bairros distintos e periféricos em relação ao centro da cidade de Serrinha (Mapa 01), sendo elas: a Associações de Moradores do bairro da Vaquejada; a Associação para o desenvolvimento urbano, social e recreativo dos moradores do bairro da Colina das Mangueiras; a Associação Centro Social Boa Esperança; e a Associação Benficiente dos moradores do bairro da Bomba. De modo geral, as associações apresentaram um alinhamento com algumas demandas dos bairros que estão localizados, proporcionando formas particulares de organização, articulação com a população do bairro e dos seus associados/filiados, bem como os objetivos e ações realizadas, alterando consideravelmente a dinâmica do local que estão situadas. Nesse sentido, é válido considerar que essa diversidade de configurações pode contribuir positivamente para este estudo, uma vez que seja possível perceber as deferentes estratégias e adaptações realizadas.

Por lidar diretamente com um fenômeno socioespacial, iremos adotar a esta pesquisa uma abordagem de cunho qualitativo. Acreditamos que ela possibilitará a identificação da atuação social por meio do associativismo urbano ao longo tempo, além de contemplar os fatores subjetivos envolvidos, assim, o nosso foco não será um levantamento referente a quantidade de associações no espaço urbano de Serrinha/BA e tão pouco a quantidade de

membros, mas sim, a forma como relaciona-se interna e externamente, apresentando algumas particularidades não quantificáveis como o sentimento de pertencimento e as identificações ao coletivo (GERHARDT, 2009).

Por se tratar de uma pesquisa de cunho social, segundo Retamozo (2006), devemos considerar três pontos importantes. Há uma necessidade em compreender a realidade e o seu processo. Pensar na existência de uma multiplicidade de temporalidade, as transformações e seus efeitos. Incorporar a historicidade do fenômeno, consultando o seu passado, compreendendo o presente. Segundo Minayo (2001), Victora (2000) e Appolinário (2012), por se tratar de uma pesquisa social, não pode ser quantificada em sua totalidade, devido a existência de fatores como a interação e articulação com questões subjetivas, e também, pela necessidade em possibilitar que outros sujeitos possam interpretar as situações ou fatos apresentados, afinal, as pesquisas sociais, apresentam a característica de possibilitar a compreensão de um fenômeno, identificando as motivações para aquela manifestação e os significados e sujeitos envolvidos no processo.

A pesquisa contou com uma fase de campo, que ficou subdividida em três etapas distintas. A primeira foi centrada na observação, momento de interação formal e informal entre pesquisador e o fenômeno estudado. Para Gil (2008) e Chizzote (2010), a observação envolve diferentes estratégias de coleta de dados, tendo a vivência, as idas e voltas ao local de pesquisa como elementos importantes para compreender determinada realidade. A observação esteve direcionada aos dias que ocorreram eventos, como reuniões, cursos, palestras e encontros, com o intuito de contemplar dias/momentos que envolveram seus associados/filiados, viabilizando a compreensão da forma como operam e planejam suas ações, sendo possível identificar os sujeitos, o nível de envolvimento destes, o papel que possuem e as relações territoriais estabelecidas, reforçadas e/ou ressignificadas.

Durante o desenvolvimento da observação foi possível realizar o registro de eventos através da descrição do local, das associações, das condições do entorno, do comportamento dos sujeitos, do conjunto de códigos acionados, contando com o apoio e uso de fotografias, que irão validar e/ou reforçar as características apontadas na caracterização, podendo também ser utilizadas para dar enfoque a algum elemento que julgamos importante.

A segunda etapa de campo foi destinada para a realização das entrevistas semiestruturadas, que foram direcionadas aos integrantes das associações que compõem o corpo diretivo. Através das entrevistas, identificamos e compreendemos algumas das especificidades e particularidades do fenômeno associativista nos respectivos bairros, de forma que foi possível traçar (em linhas gerais) o desdobramento do associativismo em

Serrinha (BA). Em cada associação colaboradora, foram aplicadas duas entrevistas semiestruturadas e diálogo informal com aproximadamente três membros de cada associação, totalizando um quantitativo de 20 colaboradores. Em decorrência do contexto pandêmico que estamos vivenciando por conta da COVID-19, foi necessária uma adequação na fase de campo, contando com visitas em momentos de maior flexibilização das medidas de distanciamento social, somadas ao consentimento das associações, além do contato e diálogo através de plataformas e aplicativos de chamadas e videochamadas.

Com o intuito de aprofundar e complementar a investigação sobre o fenômeno associativista no espaço urbano de Serrinha/BA, foi realizada a análise documental (atas, matéria de jornal, publicações), para verificar os vestígios do seu comportamento em diferentes temporalidades, permitindo a identificação das principais características, possibilitando o aprofundamento dos conhecimentos sobre o fenômeno investigado, haja vista que refletem uma realidade dotada de particularidades.

Após esta introdução, a dissertação é composta por quatro capítulos consecutivos. O segundo capítulo foi desenhado e construído com uma divisão em três momentos. O primeiro enfocou a concretização da abordagem do sujeito e sua dinâmica social, tecendo uma relação com o processo de culturalização da sociedade e como esse fato contribuiu para o desenvolvimento das interações sociais e diversas estratégias de organização social. No segundo momento realizou-se uma discussão teórica da ação coletiva, centrada nos principais paradigmas da ação coletiva, num contexto europeu, norte-americano e latino-americano, mostrando as suas principais características, o contexto geográfico e histórico de desenvolvimento, as principais representações e os conceitos correspondentes. No terceiro momento foi realizada uma breve apresentação sobre algumas obras/pesquisas vinculadas a Ciência Geográfica, com o intuito demonstrar como essa ciência vem realizando abordagens sobre as ações coletivas, identificando os conceitos acionados e as interpretações/leituras realizadas.

Seguindo a mesma lógica estrutural, o terceiro capítulo apresenta, em sua primeira seção, uma abordagem referente à história do desenvolvimento das práticas associativas, destacando alguns dos conceitos e tipologias que lhes são atribuídos. A segunda seção, enfoca o desenvolvimento do associativismo no contexto do Brasil e da Bahia, identificando e apresentando suas principais características e configurações dessas entidades, com foco no espaço urbano. Em seguida, na terceira seção, realiza-se uma análise sobre as práticas associativistas sob o viés da territorialidade.

No quarto capítulo desenvolve-se uma contextualização da área em estudo,

apresentando os principais elementos que contribuíram para o desenvolvimento do espaço urbano, atrelado ao associativismo. Além disso, visa fornecer um panorama geral do associativismo em Serrinha/BA, com o intuito de identificar e apresentar as entidades associativas, suas respectivas características, visando compreender como os sujeitos estabelecem relações com estas entidades, as mudanças e permanências. No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais do estudo, evocando os pontos centrais e a interpretação do autor, frente ao confronto das teorias e dados coletados.

## 2 AÇÕES COLETIVAS E SUAS GEOGRAFICIDADES

### 2.1 Os sujeitos e sua dinâmica social

A humanidade sempre reinventou e ressignificou a forma como estabelece interações entre os sujeitos e destes com o espaço geográfico, no bojo das especificidades geográficas e históricas, responsáveis por proporcionar formas, configurações particulares, externalizadas através das intencionalidades empreendidas na espacialização das ações sociais individuais e/ou coletivamente.

A reinvenção da prática social apresenta-se como uma importante característica da capacidade humana em adaptar-se às inúmeras adversidades. Monteiro (2004) considera que vivemos em uma “sociedade dinamicamente em crise, mas também em reconstrução” (p. 117), afinal, estamos envoltos em um ciclo de influências e transformações, que ocorrem concomitante e incessantemente, à medida que criamos e recriamos as condições sociais, associadas ao manejo dos dispositivos técnicos, tecnológicos, sociais, culturais disponíveis, como forma de assegurar ou possibilitar a reprodução social.

A vida em sociedade é um importante elemento constitutivo do tecido social, apresentando em determinados contextos sociais, homogeneidades e heterogeneidades individuais e coletivas, responsáveis por dinamizar as interações sociais. As heterogeneidades sociais, estão manifestadas através das singularidades e individualidades dos atores sociais, manifestando-se em sua intelectualidade, seus hábitos, costumes culturais, trajetória formativa, capacidade reflexiva e interpretativa, enfim, fica restrita a esfera do sujeito, como ser único e dotado de particularidades. Embora, não desconsideramos a condição de que os sujeitos possam estabelecer união, através da identificação de algumas semelhanças e/ou afinidades, tornando-se fortes o suficiente para unir um grupo, que ao longo de suas interações (trocas culturais), possam desenvolver um conjunto de características inerentes à coletividade, apresentando-se como o que defendemos por homogeneidades sociais.

As interações sociais, constituem consciente e/ou inconscientemente uma densa e complexa rede de relações sociais, orientadas pelo princípio da identificação com o modo de agir, com as características e especificidades culturais, com o posicionamento ideológico, tornando-se similar a quem as observa, constituindo assim, a formação de grupos com diferentes níveis de proximidade e finalidades. Para Zimmerman (1997)

O ser humano é gregário por natureza e somente existe, ou subsiste, em função de

seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento, o indivíduo participa de diferentes grupos, numa, constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social. (p. 26)

Assim,

A essência de todo e qualquer indivíduo consiste no fato dele ser portador de um conjunto de sistemas: desejos, identificações, valores, capacidades, mecanismos defensivos e, sobretudo, necessidades básicas, como a dependência e a de ser reconhecido pelos outros, como os quais ele é compelido a conviver. (p. 27)

Por meio das interações sociais, as pessoas são expostas a um processo constante de reinvenção individual e/ou coletiva, identificando nos demais indivíduos (individuais e/ou coletivos) semelhanças/afinidades, que podem contribuir para a constituição ou ressignificação dos grupos sociais. Devido as particularidades sociais e contextuais, geográficas e históricas, os grupos apresentam configurações e características distintas, expressas em sua identidade coletiva, na formulação e na presença de leis próprias (implícitas ou explícitas), no desenvolvimento do pensamento coletivo e, principalmente na maneira como atuam socialmente, estando orientados segundo tarefas e objetivos em comum, coexistindo constantemente com forças contrárias manifestadas na figura de oposições.

No senso comum, as várias formas de reunião e/ou aglomeração de pessoas, são consideradas um agrupamento ou grupo, na maioria dos casos, tratados como sinônimos. No entanto, reconhecemos que estes conceitos possuem particularidades que não podem ou devem ser ignoradas e tratadas de maneira equivocada. Consultando o Dicionário Etimológico (1999) foi possível identificar que a significação de agrupamento no mesmo sentido de grupo. O mesmo dicionário considera o grupo como uma “reunião de pessoas, animais ou coisas formando um todo, um conjunto.” (p. 397).

As proposições de Zimerman (1997) e Zanela e Pereira (2001), defendem que o grupo pode ser constituído a partir de uma aglomeração, embora esta não possa ser considerada como um grupo, pois, refere-se a reunião (encontro, junção) de pessoas que compartilham um mesmo espaço, com múltiplas intencionalidades ou associados a interesses comuns restritos a esfera do cotidiano<sup>4</sup>, não necessitando de um direcionamento sistematizado e estratégico das ações que são ou serão realizadas. Em contrapartida, no grupo é perceptível a ideia de

---

<sup>4</sup> Com o intuito de ilustrar o que foi apresentado anteriormente, considere uma praça pública, onde encontram-se diferentes sujeitos (individuais) e grupos, desenvolvendo ações diferentes (conversa, encontrar amigos, comercializar, descansar, esperar, relaxar etc.), por ser algo que está ligado a esfera do cotidiano, a praça neste contexto, insere-se como palco de uma aglomeração de sujeitos, que desenvolvem ações, com intencionalidades distintas.

coletividade, à medida que seus integrantes partilham de interesses em comum<sup>5</sup>, tornando-se algo singular e pertencente aos partícipes, influenciando diretamente no desenvolvimento de ações e mobilizações dos sujeitos/integrantes para a realização de uma ação/atividade/tarefa, em torno de objetivo(s) em comum, considerando sempre um direcionamento estratégico e contínuo das ações sociais, com o intuito de superar os problemas ou limitações identificadas.

Embora os grupos possuam singularidades e particularidades que lhes tornam únicos e diferentes dos demais, eles seguem um conjunto de características mínimas, responsáveis por acompanhar a sua constituição, conforme sintetizado no (Quadro 1).

Quadro 1: Características básicas mínimas de um grupo

I	Um grupo agregar indivíduos e proporciona aos integrantes uma nova identidade
II	Os grupos possuem leis e formas de atuação próprias e específicas
III	Os integrantes estão reunidos em torno de uma tarefa e/ou de um objetivo em comum
IV	As comunicações visuais, auditivas e conceituais são indispensáveis para a manutenção do grupo.
V	Necessidade de enquadramento e cumprimento das combinações inerentes ao grupo, levando em conta a preservação do espaço (os dias e o local das reuniões), de tempo (horários, tempo de duração das reuniões, plano de férias), e a combinação de algumas regras e outras variáveis que delimitem e normatizem as atividades grupais propostas
VI	Destacar e reforçar a noção de totalidade, de modo que os sujeitos organizem em função do grupo e vice-versa.
VII	O grupo deve preservar e reforçar constantemente a identidade coletiva (grupo) e individual (dos membros)
VIII	Coexistência de duas forças contraditórias permanentes: uma tende à sua coesão e a outra, à sua desintegração.
IX	A dinâmica do grupo é realizada no plano intencional consciente e inconsciente
X	Os membros possuem e/ou expressam alguma forma de interação afetiva com o grupo
XI	Presença de uma hierarquia na distribuição de posições e de papéis entre os membros
XII	Presença de características como: fantasias, ansiedades, mecanismos defensivos, funções, fenômenos resistências etc.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Zimerman (1997).

As informações apresentadas no quadro 1 apontam que um grupo pode possuir múltiplas características, que em sua totalidade não estão isoladas, mas, em constante processo de transformação, tornando-se um fator importante para a constituição, para a transformação e para o fortalecimento das relações coletivas estabelecidas no espaço geográfico.

<sup>5</sup> Considerando que na mesma praça pública, há um grupo de sujeitos, organizados coletivamente, chamando a atenção, cobrando e reivindicando sobre as condições infraestruturais da praça. Neste caso, é possível identificar um ou múltiplos elementos em comum, responsáveis por proporcionar e estimular a união entre os membros, em função da identificação de afinidades.

Devido ao constante contato com os demais integrantes do grupo, os sujeitos desenvolvem um alinhamento comportamental, resultante da mescla de características individuais, externalizando a partir de características comuns aos integrantes (WEIL, 2017). Principalmente nas organizações sociais coletivas, percebe-se uma configuração coletiva específica, facilmente identificada na forma de falar (sotaques, gírias, expressões), no posicionamento ideológico, no alinhamento político. (ZIMERMAN, 1997; TARROW, 2009).

As interações sociais ocorrem de maneira direta (proposital, planejada, projetada) ou indiretas (não há o predomínio de uma intencionalidade). No campo das relações diretas, nossa análise é direcionada para as organizações sociais de cunho coletivo, devido a presença de práticas colaborativas<sup>6</sup> entre os sujeitos membros/parceiros envolvidos, apresentando em algumas configurações, uma rede de articulações sociais, sendo capaz de promover uma conexão interna (seus colaboradores, associados, membros), cuja união origina-se de interesses ou objetivos em comum, considerando também as interações externas (poder público, iniciativa privada, outros grupos, população) (ZIMERMAN, 1997).

As subjetividades coletivas dão sentido a expressões sociais como disputa, identidade coletiva e apropriação simbólica, envolvendo a forma como os sujeitos produzem e articulam códigos comuns aos seus integrantes, possibilitando o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre o grupo e com o espaço, dialogando com os as características apontadas por Zimerman (1997) e que foram organizadas no quadro 1.

A forma como os sujeitos estabelecem articulações com o espaço e com os demais atores, são considerados por Retamozo (2006, p. 6) a partir da subjetividade coletiva, que “é pensada como um processo de prover de sentido as situações compartilhadas, mobilizando códigos que podem vir de campos diferentes (cognitivo, emotivo, ético, estético<sup>7</sup>).”, tornando-se responsável por influenciar a forma como determinado grupo pode se manter ativo (atuante em suas ações/atividades/tarefas), articulado (relações interpessoais, trocas de experiências, parcerias) e unido (coletividade). Referindo-se ao fenômeno social, Retamozo (2006) considera que as configurações das subjetividades coletivas apresentam uma grande mobilidade relacionada às diferentes formas de interação social, entre os sujeitos (coletivos e individuais) e destes com o espaço, através da articulação entre os elementos físicos (rua, praça, casa, sede da associação), simbólicos (nome de lugares, sentimento de pertencimento, identidade coletiva), vinculando-se a carga cultural acumulada, pelas gerações anteriores,

---

<sup>6</sup> Pode variar de acordo com a articulação interna do grupo e externa, com outros grupos, além do contexto que estão inseridos

<sup>7</sup> “es pensada como um processo de dotar de sentido a situaciones compartidas a partir de movilizar códigos que pueden provenir de diferentes campos (cognitivo, emotivo, ético, estético)” (RETAMOZO, 2006, p. 6)

sendo reformuladas e/ou reforçadas segundo os interesses dos membros atuais.

A formação da identidade coletiva dialoga diretamente na coesão e alinhamento do grupo, afinal, mesmo que os sujeitos estejam reunidos sob os preceitos da coletividade, todos os envolvidos de forma tímida (contida) ou visível (explícita), transferem em suas ações, níveis distintos de intencionalidades, responsáveis por orientar as suas ações, embora, em alguns momentos, o bem ou objetivo coletivo prevalece sobre os preceitos individuais.

A identidade coletiva faz os indivíduos compartilhar sentimentos e valores, mas não elimina sentimentos e pensamentos divergentes entre os membros do grupo e também entre seus apoiadores, os quais se solidarizam com suas reivindicações, mas certamente, não compartilham com outros pensamentos do grupo ou de integrantes do grupo. (SILVA, 2018, p. 70)

Para Silva (2018) a identidade coletiva pode ficar visível, principalmente em momentos de divergência e/ou confronto entre os grupos, por apresentarem características, interpretações e ações antagônicas. Um dos elementos que deve ser considerado é o seu contexto geográfico e histórico de formação, proporcionando-lhes conformações específicas, alinhadas com os seus objetivos, seu modo de atuação, a manifestação das formas de controle e/ou demarcação do espaço/território. Por ir de encontro com as intencionalidades e objetivos de outros grupos, configurando-se em um cenário de conflitos e/ou embates, natural e necessário para o sentido da organização social.

É importante considerar que, grupos diferentes não são necessariamente contrários, em alguns casos, podem apresentar algumas características semelhantes, possibilitando uma relação de parceria entre eles, contra um sujeito ou outro(s) grupos(s). Tarrow (2009) considera que alguns grupos podem ser formados a partir de alianças, entre a população comum e sujeitos influentes, frente às elites, aos opositores e às autoridades.

O desenvolvimento ou construção coletiva possui uma identidade própria, proveniente da representação simbólica, que podem ser identificadas interna e externamente (GUERRA, 2006). Sobre as identidades coletivas desenvolvidas pelas/nas ações coletivas, Blanco (2005) defende que as identidades coletivas fazem parte de um processo construtivo social, de forma que possuem fins e meios distintos de operacionalizar suas ações.

Neste processo construtivo e interativo da definição da identidade, que sustenta a ação coletiva, três ordens de orientações implicam-se: as relacionadas aos fins das ações (o sentido que a ação tem para o ator); aqueles que têm a ver com os meios (as possibilidades e os limites da ação) e os relacionados à ambiência (ambiência na

qual a ação se realiza) (p. 30-31)<sup>8</sup>

As interações sociais no espaço geográfico, possuem configurações específicas que dialogam com o perfil dos indivíduos e de sua coletividade. Monteiro e Montez (2015) acreditam que uma ação coletiva, quando protagonizada por um pequeno grupo de atores, a dimensão emocional sobressai, sendo capaz de potencializar união dos integrantes e empenho no desenvolvimento das ações previstas. No entanto, a ausência desta dimensão, pode ser um fator que contribua para fragilização da constituição dos grupos.

O contexto atual de globalização contribuiu para a ressignificação da forma e do modo como os sujeitos interagem no espaço geográfico. Scherer-warren (1999) considera que neste contexto, as organizações sociais apresentam três principais problemas: (i) a exclusão social, acompanhada de uma forte carga histórica, interferindo no campo da atuação social, à medida que os sujeitos propõem soluções alternativas para resolução de problemas ligados ao empobrecimento e/ou integração social; (ii) a cidadania e democratização, seguido de uma concepção política e escalar, pois, refere-se ao fortalecimento da sociedade civil em várias escalas, em especial, do poder local, sendo capaz de pressionar a fiscalização das ações governamentais e do mercado, frente às agendas sociais; por fim, (iii) o terceiro problema está vinculado a esfera da cultura e da autonomia dos sujeitos, ligado ao exercício e liberdade de expressão, posicionando-se a favor ou contrário a algo, resguardando o direito de defesa, respeito a diversidade (em múltiplas escalas) e criatividade.

## **2.2 A ação coletiva: algumas contribuições conceituais**

A humanidade reinventou a forma como se relaciona com o espaço geográfico e todos os elementos (animados e inanimados) disponíveis, sempre seguindo uma lógica instintiva e/ou racionalista capaz de garantir a reprodução social dos indivíduos. Uma das estratégias mais utilizadas, refere-se ao de associar-se (unir-se) a outro indivíduo ou grupo, formando alianças com durações variáveis (curto, médio ou longo prazo), tendo sua alternância orientada pelo nível de dificuldade identificada pelos integrantes, a superação das limitações, a administração dos níveis de conflitos, as estratégias adotadas e práticas pelos integrantes e a

---

<sup>8</sup> “En ese proceso constructivo e interactivo de definición de la identidad, que sustenta la acción colectiva, se implican tres órdenes de orientaciones: las relacionadas con los fines de las acciones (el sentido que la acción tiene para el actor); las que tienen que ver con los medios (las posibilidades y los límites de la acción) y las relacionadas con el ambiente (ámbito en el que una acción tiene lugar).” (BLANCO, 2005, p. 30-31)

forma como estabelecem comunicações interna e externamente (MONTEIRO, 2015, SILVA, 2006).

Na esfera da atuação social é importante considerar o nível de proximidade e interação que os sujeitos estabelecem com o espaço geográfico, manifestando níveis distintos de relações, podendo extrapolar o campo da materialidade (do construído), permeando pela dimensão do simbolismo, da ancestralidade, possibilitando o fortalecimento das interações existentes entre os indivíduos e destes com o espaço (campo de vivência e/ou atuação), de forma que desenvolvam formas específicas de atuação e/ou intervenção humana no Espaço Geográfico.

As ações coletivas surgem como uma das alternativas para superar e/ou resolver os problemas e/ou limitações na esfera local, em suas múltiplas naturezas (social, econômico, cultural, natural, política). Para compreendê-las, é necessário considerar as condições do ambiente de atuação, os dispositivos e recursos que podem ser acionados pelos sujeitos, como forma de manifestar seus desejos, inquietações, alcançar objetivos propostos e promover interações.

A atuação social é resguardada de particularidades, refletindo na forma como projetam no espaço geográfico suas intencionalidades individuais e/ou coletivas e na composição da organização adotada. Em contexto de democracia, as ações coletivas, apresentam-se como um importante instrumento de atuação, socialização, comunicação interna (entre os envolvidos) e externa (população, poder público, iniciativa privada), tornando-se responsáveis por direcionar os desejos coletivos, angústias, esperanças e proposições de solução para os problemas ou limitações identificadas, de forma que possibilitem a inserção dos sujeitos (individuais e coletivos) nos espaços de participação política.

Em conjunturas democráticas, as ações coletivas adquirem maior visibilidade, devido a maior abertura para participação social. Ganança (2006) evidencia algumas particularidades sobre a atuação em contextos democráticos. Para o autor, (i) há um conflito ideológico entre os grupos que possuem fundamentos e formas de operacionalização distintas, causando divergências entre estes; (ii) as lideranças são constituídas pela escolha de um coletivo, por eleição, considerando sempre a legitimação por uma maioria; é imprescindível (iii) a construção de canais de comunicação, participação e escuta da população; (iv) o uso veículos de informação, possibilitando maior visibilidade sobre seus feitos, além de adquirir mais apoio popular.

Referindo as sociedades democráticas e aos diferentes aspectos que envolve as organizações sociais, Silva (2006) considera que

[...] não existe uma relação unívoca entre sociedade civil e construção democrática. Ao contrário, esta relação apresenta diferenciações de acordo com os distintos contextos locais analisados, os quais constituíram, ao longo de suas trajetórias, configurações locais específicas, nas quais e pelas quais se definem as relações entre os atores da sociedade civil e a democratização da gestão pública. (p. 161)

As condições contextuais históricas e geográficas podem proporcionar momentos favoráveis ou desfavoráveis para a o exercício da participação social, fomentando ou inibindo as ações coletivas. Ganança (2006), Silva (2006), Scherer-warren (1993; 1999) consideram que, principalmente em sociedades democráticas, há uma maior abertura política para participação e articulação da população civil, configurando-se como um procedimento político-social, envolvendo sempre uma situação de conflito e manifestação de poder. As situações conflitivas, envolvem a divergência de interesses, explicitas nas diferentes manifestações e expressões dos objetivos e interesses coletivos (restrito a cada grupo). Embora, o contexto democrático inspire e possibilite a participação social (mesmo que com todos os entraves) é importante considerar outros fatores envolvidos, que estão diretamente relacionados com o sucesso de uma mobilização social coletiva.

O sucesso da ação coletiva não será definido apenas pela estrutura de oportunidades políticas favorável aos desafiantes, é necessário que o grupo também tenha sagacidade para identificar as fragilidades do sistema e defina ações que possam explorar essas fragilidades. (SILVA, 2008, p. 78)

Em conjunturas de governos democráticos, as diferentes formas de organização social, são infladas com o sentimento de liberdade (política), autonomia e igualdade (direitos políticos), contribuindo para o fortalecimento e diversificação da atuação social, que deve ser mobilizada/acionada estrategicamente. A ações coletivas, possuem um importante papel político na democracia, principalmente quando bem organizada, articulada interna e externamente, com objetivos e bandeiras de luta bem definidas e uma identidade coletiva muito bem consolidada, pode manter (de forma colaborativa) ou desestabilizar governos ou gestões (TARROW, 2009; GANANÇA, 2006).

As deliberações derivadas da coletividade, possuem maior chances de aceitação pelos seus integrantes, principalmente quando há participação do sujeito, opinando, discordando, propondo outras alternativas, criando uma relação orientada pelo compartilhamento de responsabilidades entre os sujeitos e o projeto desenvolvido, favorecendo uma maior participação, aumentando as chances de integração social. Ganança (2006) considera que o exercício da cidadania é um importante instrumento motivador para a participação e

envolvimento com as demandas sociais, ocupando também, o status de atividades formativas, onde os envolvidos consideram a realidade vivida, desenvolvem interpretações, compreensões e propõe soluções alternativas que sustentam e justificam a atuação social em um determinado contexto e recorte espacial.

As ações coletivas não estão restritas a uma única formação, podendo manifestar-se com distintas configurações (passeatas, mutirões), seguindo a intencionalidade e perfil dos envolvidos. Desta forma, uma ação coletiva, possui íntima relação com a formação de um grupo, principalmente quando consideramos os apontamentos realizados por Zimmerman (1997) no quadro 1.

Um grupo ou ação coletiva, apresentam níveis distintos de organização social, variando de acordo com a quantidade de membros e a complexidade em gerir, administrar, articular e comunicar-se com seus membros, afinal, é um importante instrumento que possibilita o alinhamento de ideias e objetivos em uma atividade de natureza coletiva. É de extrema importância evitar a existência ou presença de ruídos que possam comprometer a comunicação interna (com os membros) e com a comunidade externa (parceiros, poder público ou privado, população civil). Em vista disso, é necessário, que as organizações coletivas, possuam um diálogo bem estruturado e ecoado por todos os seus membros, de forma clara e compreensível, facilitando a transmissão dos objetivos e intencionalidades, amenizando as chances de compreensões equivocadas a respeito do grupo e de suas ações, aumentando as chances de adesão de novos membros colaboradores e novas parcerias.

Em sua maioria, as ações coletivas representam uma ação contestatória, opondo-se a um sistema, uma ameaça ou condição à qual são submetidos. Para Silva (2016) o confronto é em sua essência, a representação ou materialização da disputa por poder, que podem evidenciar uma condição de manutenção ou seu acesso.

### **2.2.1 Breve trajetória das ações coletivas e seus paradigmas**

As ações coletivas adquiriram importância e visibilidade a partir de meados do século XIX e início do século XX (GOHN, 1997; SANTOS, 2007; PEDON, 2013; COELHO NETO, 2013). Este fato pode ser atribuído as diversas mudanças estruturais que ocorreram principalmente em contexto urbano, sob influência das transformações produtivas, econômicas, sociais e culturais que estavam ocorrendo no mundo. Elas impactaram na divisão social do trabalho, nas formas como os sujeitos interagem, na velocidade de produção e transformação, na necessidade de inserção social, alterando consideravelmente a forma como

os sujeitos interviam no espaço geográfico.

As ciências sociais despenderam inúmeros esforços para analisar, sistematizar, compreender e conceituar as ações coletivas, produzindo um amplo repertório teórico, com a finalidade de compreender e explicar as configurações das ações coletivas. Este fato pode ser verificado quando identificamos uma variedade de produções, conceitos e teóricos, apontando diferentes ideias, perspectivas analíticas e metodologias, dando suporte aos estudos sobre ações coletivas, tornando possível situa-la em um determinado contexto (geográfico e histórico) e perceber seus objetivos ou finalidades incorporadas a sua constituição.

No livro *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos* Gohn (1997), sistematizou as principais abordagens, seus respectivos teóricos e conteúdos nucleares sobre o fenômeno das ações coletivas, considerando os contextos geográficos e históricos de seu desenvolvimento. O estudo ficou organizado em três principais paradigmas: Norte-Americano, Europeu e Latino-Americano, conforme sintetizado no Quadro 2.

O paradigma Norte-Americano teve seus estudos centrados nas estruturas das organizações sociais, preservando em sua análise o indivíduo e sociedade, em um contexto de forte influência do sistema econômico capitalista. Gohn (1997) destacou que este período foi marcado por uma forte influência da Escola de Chicago, contribuindo para o desenvolvimento de técnicas de pesquisa voltadas principalmente ao espaço urbano, evidenciando-o como local que congregava problemas de ordem natural e social, tornando-se favorável ao surgimento de instituições e/ou organizações sociais. Para a autora, essas organizações assumiram um viés de mobilização e/ou atuação dos sujeitos, ocupando também uma importância educativa e formativa, devido a troca constante de experiências e abordagem de diversos temas, contribuindo para ampliar a análise crítica e reflexiva dos sujeitos, contribuindo para que sejam mais ativos politicamente.

Quadro 2: Sistematização das abordagens teóricas dos estudos das ações coletivas

<b>Paradigma</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Autores</b>
NORTE-AMERICANO	A Escolha de Chicago e o interacionismo simbólico	Herbert Blumer
	Teoria da Mobilização de Recursos	Mancur Olson
	Abordagem sócio-histórica	Charles Tilly
EUROPEU	Abordagem neomarxista	Claus Offe
	Acionalismo dos atores coletivos	Alain Touraine
	Identidade coletiva	Alberto Melucci
	Estudos inspirados no paradigma marxista	Fernando Cardoso Henrique Falleto

LATINO AMERICANO		Daniel Camacho
	Estudos inspirados no paradigma dos Novos movimentos sociais	Aldo Solari Arturo Escobar Bernardo Mançano Casanova Gonzalez Daniel Camacho Elizabeth Jelin Enrique Luís Alonso Ernest Laclau Fals Borda Gino Germani Junco Alvarez Manuel C. Andrade Sonia Alvarez V. Espinhosa

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Gohn (1997).

Na sistematização elaborada por Gohn (1997), o paradigma Norte-Americano apresenta uma subdivisão com duas perspectivas. A primeira é a clássica, com o Interacionismo Simbólico de Herbet Blumer, que situava os sujeitos na complexidade das interações sociais, principalmente a partir do surgimento de ações coletivas e da vida política no âmbito do Espaço Urbano. A segunda engloba as contribuições contemporâneas, destacando-se Mancur Olson com a Teoria da Mobilização de Recursos, investigando as ações coletivas a partir de modelos econômicos, como forma de negar o paradigma tradicional (comportamento irracional das massas) e a abordagem sociohistórica de Charles Tilly, inspirada numa abordagem neomarxista.

O Interacionismo Simbólico focou sua análise no comportamento coletivo, considerando a dimensão simbólica das interações sociais, presente na forma como os sujeitos agem e interpretam os fatos a partir do seu repertório de experiências, atribuindo maior ou menor grau de significado, ficando restrita ao campo da individualidade.

Gohn (1997) classifica os empreendimentos coletivos em três níveis. O primeiro é denominado de Genéricos, que ocorrem de forma pontual, associados a ocorrência de um fato ou situação restrita àquele momento, pois não conseguem apresentar um planejamento bem elaborado e sistematizado de suas ações, refletindo uma fragilidade na consolidação da identidade coletiva (grupo). Estas formações antecedem os movimentos Específicos, pois, diferentemente dos primeiros, possuem uma organização bem elaborada, um cronograma de atividade, objetivos e pautas bem desenvolvidas, propondo mudanças de ordem social no plano conjuntural ou estrutural. Por fim, temos os movimentos expressivos, que diferente dos

anteriores não possuem o perfil de transformação estrutural, eles lidam diretamente com o comportamento e personalidade dos sujeitos, influenciando no modo de comportamento na sociedade, pois, normalmente, possuem uma estrutura com pequena alteração/adequação aos contextos (temporal) em que estão inseridos.

Devido as mudanças políticas que ocorreram na América do Norte, houve a necessidade de desenvolvimento de uma nova teoria, que fosse capaz de explicar a nova dinâmica social, culminando com a Teoria da Mobilização de Recursos de Marcur Olson, com um viés de negação do paradigma tradicional, centrando sua análise na forma como as ações coletivas são constituídas a partir de grupos de interesses.

A teoria da Mobilização dos Recursos defende que os membros de um grupo dependem de uma série de recursos (tempo, financeiro, intelectual, manual), segundo objetivo(s) específico(s), tornando a atuação social mais otimizada, do ponto de vista do aproveitamento da coletividade. Segundo Gohn (1997), Olson considera que a decisão de participação de uma ação coletiva surge mediante uma escolha racional, considerando a potencialidade em atingir os interesses dos sujeitos e como eles podem ser beneficiados.

No âmbito da Mobilização dos recursos de Olson, fica perceptível a visão utilitarista que é atribuída aos grupos coletivos, tornando um dos principais fatores motivacionais para ingressar e permanecer em um grupo, a mensuração dos benefícios que podem ser obtidos, afinal, eles devem estar acessíveis para todos os integrantes, sem nenhuma distinção e hierarquização de participação, dada a ideia de “bem coletivo”. Assim, os adeptos desta teoria, consideram que os grupos menores, tornam-se mais atrativos à adesão, pois, quando repartidos, tendem a desfrutar melhor dos recursos obtidos. Já os grupos grandes, têm seus benefícios bastante diluídos no processo de divisão entre seus membros, por isso, dentro da lógica apresentada, não seriam tão interessantes e atrativos

A terceira vertente do paradigma Norte-Americano foi a abordagem sociohistórica inspirada numa abordagem neomarxista, estando representado por Charles Tilly. Para este autor “[...] ação coletiva é um termo mais amplo, não se restringe aos protestos e rebeliões, e abrange também as petições, marchas, manifestações coletivas etc., num conjunto de ações que contam até com o estímulo e/ou apoio das autoridades” (GOHN, 1997, p. 67). Tilly analisa e considera a variabilidade da ação coletiva, a partir da presença de diferentes perfis de atuação. Assim, define ação coletiva como “toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confiam e aplicam recursos, inclusive seus próprios esforços, para fins comuns” (TILLY, 1981, apud GOHN, 2006, p. 66), tornando-se necessário considerar as particularidades de cada grupo.

Melo Júnior (2007) destaca que as ações coletivas apresentadas por Tilly, podem possuir um caráter mais agitado, como seria no caso das rebeliões, ou, mais pacíficos, como uma macha. Embora sejam distintos, ambos os perfis de atuação social, possuem uma finalidade política, relacionando-se diretamente com o contexto que são desenvolvidas, tornando-se capaz de exercer maior impacto na sociedade.

O paradigma Europeu está subdividido em duas principais correntes. A vertente neomarxista que considera as ações coletivas como produto da luta de classes antagônicas, apresentando-se como uma estratégia para romper com a lógica dominante e a hegemônica do capitalismo, ganhando força na Inglaterra em um contexto de revolução industrial, que teve as mobilizações sociais centradas no operariado, tendo como principal fator mobilizador a exploração da força de trabalho. A segunda vertente do paradigma Europeu foi a dos Novos Movimentos Sociais, atuando nas configurações conjunturais, desenvolvida em um cenário de sociedade pós-industrial, acompanhada de uma multiplicidade de organizações sociais, com novas pautas: raça, gênero, questões ambientais

Um importante autor da vertente neomarxista foi Clous Offe, revelando em seus estudos uma preocupação com a decadência do Estado de Bem-Estar social, provenientes das crises do capitalismo e sua influência no mundo do trabalho. Segundo Melo Junior (2007, p. 77), Claus Offe considera a existência de “[...] formas de conflito e ações coletivas nas sociedades industriais que ultrapassam os limites estreitos das abordagens tradicionais”. Neste sentido as mobilizações das ações coletivas centraram suas reivindicações na aquisição de benefícios ligados a seguridade social, devido a presença do movimento sindical.

Claus Offe, aponta a existência de uma diversidade de novos grupos e movimentos sociais, motivados por questões ideológicas e com pautas específicas. Considerando a abordagem neomarxista de Claus Offe, as ações coletivas podem ser interpretadas como estrutura capaz de promover protestos, causar uma inquietação e agitação na população, contribuindo para que haja uma organização social, capaz de opor-se a conjuntura sociopolítica do capitalismo, decorrente de uma análise espacial que considera a dialética entre os pares, os fatores materiais e simbologias construídas (MELO JÚNIOR, 2007).

As abordagens sobre os Novos Movimentos Sociais, no paradigma Europeu, estão centradas em pautas setorializadas, considerando as bandeiras de luta, os benefícios adquiridos e/ou reivindicações, ficam restritas a um determinado grupo. Um dos principais expoentes foi Allain Touraine, conformando o paradigma do Acionalismo das ações coletivas. Gohn (1997) destaca que o Acionalismo esteve alicerçado “na teoria da ação social. O conceito central é o de relações sociais, e o tema das dominações tem grande importância” (GOHN,

1997, p. 147).

O Acionalismo foi desenvolvido em um contexto de sociedade pós-industrial, congregando uma multiplicidade de demandas e mobilizações sociais. Em seu estudo, Touraine, se preocupou em identificar e compreender os motivos que influenciaram no engajamento de uma ação coletiva, afinal, ele considera que a sociedade civil, está diretamente envolvida com os processos políticos, lutas e disputas, envolvendo os atores, seus adversários e o contexto de conflito. Para Touraine (2006)

[...] o conflito social tem como eixo a utilização dos recursos criados pela sociedade – seja na ordem dos bens materiais, seja na ordem dos bens simbólicos –, de modo que o êxito ou o fracasso de um movimento social – trata-se de um movimento de dominantes ou de dominados – se traduz por transformação da organização social em particular, mas não unicamente, da produção (TOURAINÉ, 2006, p. 26)

No Acionalismo, toda ação coletiva pode ser entendida como uma resposta a um estímulo social e contextual, responsável por estimular a atuação social, a partir do reconhecimento dos seus adversários, ocasionando em situações conflituosas, de forma que venham perdurar durante tempos, a partir da formação de alianças, parcerias, ou, diluir-se facilmente. Em ambos os casos, são resultantes da vontade coletiva (GOHN, 1997).

Outro autor que merece destaque no âmbito do paradigma Europeu é Alberto Melucci. Responsável por desenvolver o conceito dos Novos Movimentos Sociais, sua abordagem esteve inspirada nas contribuições do Interacionismo Simbólico de Georg Hebert Mead. Sua análise esteve correlacionada com o contexto de pós-revolução industrial, contando com a presença de uma multiplicidade de organizações sociais, influenciando nos estudos sobre a compreensão da identidade coletiva, sua manifestação e o repertório cultural acionado.

Melucci (1989) considera que “[...] os participantes da ação coletiva não são motivados apenas pelo o que chamaria de uma ‘orientação econômica’, calculando custos e benefícios da ação” (p. 53). Segundo Gohn (1997), Melucci considerava os movimentos sociais como resultante de problemas ligados a marginalidade e os interesses externos.

A multiplicidade de ações coletivas no contexto mencionado anteriormente, tornou-se um importante indicador da existência de uma sociedade mais complexa, do ponto de vista da organização e mobilização social. O autor considera que as teorias que predominaram nos anos 70 possuíam limitações quanto as explicações sobre a atuação das ações coletivas, pois, eram “baseadas na análise de sistemas, explicam *por que*, mas não *como* um movimento se estabelece e mantém sua estrutura, ou seja, elas apenas hipotetizam sobre o conflito potencial

sem considerar a ação coletiva concreta dos atores” (MELUCCI, 1989, p. 52). Ele considerava que as novas dinâmicas sociais devem ser observadas segundo as (i) novas formas de agregação social, de modo que possa coexistir com outras modalidades de organização social, (ii) da função de socialização e participação, como forma de solidariedade conflitual e (iii) da possibilidade em lidar com a complexidade de relação entre sistemas institucionais e na forma de ação.

De acordo Gohn (1997), Alberto Melucci considerava que os grupos eram formados a partir da subjetividade presente no sistema de valores, símbolos e significados atribuídos a ação social de políticas-ideológicas, não estando excluído a ideia de conflitos internos ou com outros grupos. Neste sentido, os movimentos sociais designam formas de ações coletivas, que enfocam solidariedade, manifestam um conflito, vinculado a uma ruptura sistêmica.

O terceiro paradigma retratado por Gohn (1997) foi o Latino-Americano. Diferente dos que apresentados anteriormente, este, contém um conjunto de especificidades (cada país) e homogeneidades (considerando a Americana Latina) históricas que contribuíram para o desenvolvimento das diferentes formas de mobilização social (Quadro 3).

Quadro 3: América Latina e suas semelhanças nos processos históricos de participação e mobilização social

<b>Fenômeno</b>	<b>Desdobramento da mobilização social</b>
Passado colonial	Escravidão da população africana, acompanhada da servidão da população indígena (nativos). Predomínio de atividades voltadas para a exploração dos recursos naturais.
Tipo de Estado Nacional	Resultante de lutas internas. Há uma relação entre política e interesses econômicos
Alianças e Oligarquias rurais	Forte presença do coronelismo e do clientelismo
Regimes políticos populistas	Política da troca de favores entre políticos e massas populares
Projetos nacional-desenvolvimentista	Implementação da industrialização de bens de consumo duráveis
Naturalização da dominação	Relações paternalistas e clientelistas que dificultaram a criação de espaços livres e democráticos
Regimes militares autoritários	Centralização política, aliada a implementação do bipartidarismo e desenvolvimento de alianças com o capital internacional
Redemocratização	Intermedia a partir das mobilizações e pressão política da sociedade civil

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Gohn (1997)

A presença de lutas sociais em países como o Brasil, Argentina e México, em meados da década de 1980, proporcionaram condições únicas para o desenvolvimento de um paradigma capaz de compreender e explicar as características da atuação social. Para Gohn

(1997) o paradigma Latino-Americano é “[...] bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc., e não um paradigma teórico propriamente dito” (p. 212). Embora as condições contextuais tenham contribuído para a composição de um campo fértil para o surgimento e atuação das mobilizações sociais na América Latina, Gohn (1997) e Pedon (2013), evidenciam uma fragilidade na construção teórica, analítica e metodológica dos estudos sobre as mobilizações coletivas.

O paradigma Latino-Americano caracterizou-se pela ampla importação de conceitos provenientes de abordagens neomarxistas europeias e posteriormente dos Novos Movimentos Sociais. O que estamos evidenciando é a dependência e adoção de linhas metodológicas e analíticas, que foram amplamente utilizados pelos pesquisadores vinculados às ciências sociais (em especial a Geografia), com o intuito de explicar e analisar as realidades pesquisadas, negligenciando as especificidades contextuais das mobilizações sociais nos diferentes contextos, com estudos restritos à dimensão empirista-descritiva.

As mobilizações coletivas na América Latina apresentaram duas vertentes de mobilizações. A primeira ligada ao espaço urbano, caracterizando-se por estar diretamente ligada à urbanização e à industrialização, ao papel da igreja, dos sindicatos e partidos políticos de oposição. No geral, as ações promovidas surgiam nos grandes centros urbanos, com foco em sua periferia. No segundo, os movimentos sociais ligados ao espaço rural, relacionavam-se com a dinâmica econômica agrária, seus movimentos se destacaram pelo seu caráter de ações mais agitadas.

Com o intuito de contribuir para a compreensão da complexidade que envolve as ações coletivas na América Latina, Blanco (2005) sintetizou as diferentes categorias que envolvem os movimentos sociais e suas principais características reunidas no Quadro 4.

Quadro 4: Categorias e classificações dos movimentos sociais na América Latina

Categoria	Classificações	
	Características	Organizações sociais
de “classe”	Deriva das posições que ocupam em relação à atividade produtiva	Movimento trabalhista Organizações sindicais Organizações camponesas
pela democracia	Luta pelo desenvolvimento da democracia, tendo maior visibilidade em períodos de ditadura (como oposição)	Todos os grupos e associações que agem a favor dos direitos humanos
de “identidade”	Reivindicam reconhecimento e inclusão	Os novos movimentos sociais: feminismo, ambientalismo ou

		pacifismo, movimento de mulher, movimento indígena.
Ação coletiva popular	São de realização e organização popular. Possuindo duas variações que, relacionam-se com a episódio e duração das mobilizações sociais	Específicas: relacionadas ao cotidiano Grupos assistencialistas (fornece sopas, compras juntas, painéis comunitários) Assembleia de Bairros Assembleias populares
		Duradouras: relacionadas a conjuntura Grupos que lidam com auto-organização política
Conflito social	Expressão de conflito, envolvendo interesses distintos, de forma que apresentam-se como mobilizações defensivas	Sindicatos Associação de bairro

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Blanco (2005)

A América Latina se destaca por apresentar uma diversidade de mobilizações e organizações sociais, embora, seja de extrema importância, situa-las dentro de um contexto geográfico, histórico e político, contribuindo para a efervescência ou acomodação de algumas das categorias e suas respectivas organizações sociais. (GOHN, 1997).

Para fins sistemáticos, Gohn (1997) elaborou uma periodização sobre os estudos dos movimentos sociais na América Latina, apresentando suas principais características e configurações das mobilizações sociais, no período que compreende a década de 1960 a 1990 (Quadro 5).

Quadro 5: Temporalidade, contextos e características dos estudos das ações coletivas na América Latina

<b>Temporalidade</b>	<b>Contextos e características</b>
Década de 1960 e 1970	Período de ditaduras militares na América Latina, com forte repressão as organizações da sociedade civil. Alguns estudos tomaram a participação popular como objeto de investigação, criticando a teoria da marginalidade e concebendo a exclusão social como fenômeno engendrado pelas estratégias de acumulação capitalista. Predomínio de estudos que abordavam sobre os movimentos sociais urbanos (operariado) com leituras e inspirações no Marxismo.
Década de 1980	Período de efervescência da atuação social, alinhadas predominantemente com o ideário do marxismo. Os estudos inspirados na tradição marxista, que concebia os movimentos sociais como expressões de condições estruturais da classe

	<p>e de suas contradições.</p> <p>Período em que os movimentos sociais se constituem como temática na geografia brasileira.</p> <p>Prevalência de estudos empíricos (estudos de caso) com referencial teórico importado de outros países e de outras áreas do conhecimento.</p>
(A partir da década de 1990)	<p>Multiplicidade de movimentos sociais (Novos Movimentos Sociais) associados a problemas agrários, de exclusão social, marcando um campo de intensos conflitos sociopolíticos.</p> <p>Os estudos começam a incorporar a vertente europeia dos novos movimentos sociais, centrado nas explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, operando com as categorias de análise: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Gohn (1997).

A década 1960 ficou marcada pela ampliação do processo de industrialização (tardamente), contribuiu para a intensificação da marginalidade social, tratada por muito tempo como um problema de ordem cultural, que a longo prazo seria corrigida mediante o desenvolvimento da educação formal.

Durante a década de 1970, a América Latina vivenciou um contexto de fortalecimento e implementação de ditaduras militares, caracterizando-se principalmente pela dura repressão as organizações da sociedade civil. Nesta década, a marginalização foi tratada como resultante do processo de exclusão histórica, tendo sua raiz, na exploração da mão de obra, na intencional desqualificação profissional da população oriunda do campo. Neste cenário as produções científicas e intelectuais, por influência do contexto, estavam centradas em pautas neoliberais.

O campo sempre foi um celeiro disponível para repor continuamente os trabalhadores da cidade, ou para complementar os ciclos da produção na cidade por meio de expedientes na economia informal que barateavam os custos da própria reprodução da força de trabalho (GOHN, 1997, p. 214)

Na década de 1980 foi possível perceber um aumento na quantidade de ações coletivas reativas, em meio a uma agitação da atuação social. A maioria das mobilizações estavam alinhadas com partidos políticos de orientação esquerda. Além disso, as pesquisas desta década, foram fortemente influenciadas pelo marxismo, amplamente utilizado no meio acadêmico. Nesta década, a marginalidade passou a ser analisada como um processo de exclusão social, considerando a existência de uma matriz histórica de acumulação, proveniente da exploração da mão de obra, que em sua maioria era oriunda do campo.

A década de 1990 ficou marcada pela substituição da abordagem marxista pelos Novos Movimentos Sociais, proporcionando uma nova forma de interpretar, conceituar e compreender as mobilizações sociais, que, se destacaram pela diversidade de organizações que vieram a existir. Em sua maioria, estavam associadas a: problemas agrários, de integração social, de exclusão social, marcando um campo de intensos conflitos, tendo possibilidade a renovação na base teóricas das ciências sociais, assim como foi a construção do conceito de redes sociais.

### **2.2.2 Alguns apontamentos teórico-conceituais para pensar as ações coletivas**

Uma ação coletiva é caracterizada como uma ação de um grupo de pessoas que tem um objetivo comum, mesmo que haja objetivos individuais no interior dessa ação, o que faz as pessoas se organizar em grupo deve ser um objetivo compartilhado por todos. [...] A ação coletiva é uma forma organizada que reivindica direitos, melhores condições de trabalho, de moradia, mudança da ordem social e econômica de uma sociedade, entre outras reivindicações. (SILVA, 2018, p. 64)

Optamos por iniciar com esta citação, pois, ela apresenta alguns elementos centrais para compreendermos as ações coletivas contemporâneas, embora, reconhecemos que estas organizações podem possuir características distintas, que decorrem dos objetivos, das intencionalidades, da realidade, do perfil dos envolvidos, enfim, então envolvidas diferentes variantes na formação de um grupo, embora, reconhecemos que todos eles apresentam um quadro de colaboradores, que estão unidos/ligados por algo/elemento em comum, mobilizados ou atraídos para integrar uma ação coletiva, sob alguns preceitos, (i) o da racionalidade, (ii) do sentimento de identidade, (iii) da identificação ao grupo e ou (iv) convidado.

A integração racional possui como principal característica o poder de escolha do sujeito, mediante processo de análise e estudo sobre a possibilidade de adesão e/ou permanência ao grupo, procurando entender e ponderar as ações, ideologias levantas/defendidas pelo grupo. O sentimento de identidade envolve uma forte carga de ancestralidade, valores subjetivos e afetividade. Normalmente, ele está presente em grupos que atuam na melhoria e/ou preservação de assuntos que envolvem a memória afetiva do(s) sujeito(s). Em alguns casos, podemos identificar uma hereditariedade de atuação e participação de organizações sociais. A identificação ao grupo envolve a forma como o indivíduo sente-se integrante do grupo, influenciando diretamente em sua permanência. Por fim, a indicação ou convidado, representam um grupo de indivíduos que são reconhecidos como contribuintes (intelectuais, laborais, comportamentais, financeiras e/ou numéricas) para o grupo (SILVA, 2018).

A ação coletiva é constituída a partir da mobilização da sociedade civil organizada. Pode ser de forma espontânea, pontual, visando a resolução de algo emergencial, podendo ser resolvido a curto prazo. Elas também podem ser temporais, possuindo um maior nível de organização e estruturação, fazendo surgir diferentes arranjos sociais coletivos (movimento social, associativismo, organização não governamental). Normalmente elas possuem uma forte relação com a dimensão do lugar, afinal, envolve a vivência, a experiência e campo de atuação dos integrantes.

As práticas sociais coletivas são constituídas seguindo a lógica de adaptação e/ou adequação a determinadas realidades, demandas e objetivos. Elas podem variar em relação a quantidade de membros envolvidos, as estratégias utilizadas, a postura/perfil do grupo, adquirindo podendo ser mais radical e/ou agressivo (considerando as ações realizadas) ou mais pacífico, tentando chegar a um consenso entre as partes. Embora reconhecemos que os perfis apresentados não são excludentes e podem alterar conforme as circunstâncias (SILVA, 2018).

Resultante das interações sociais no espaço geográfico, as ações coletivas envolvem um universo de condições estruturais, capaz de proporcionar diferentes configurações, associadas às intencionalidades e objetivos propostos pelo grupo. Mesmo que uma ação coletiva tenha a sua formação inspirada em outro(s) grupo(s), por se tratar de um fenômeno social, ele estará repleto de particularidades, presente em seus objetivos, na forma de organização, da dinâmica das ações realizadas, em sua forma de organização e comunicação, enfim, é uma diversidade de indicadores que podem ser acionados para lhes diferenciar.

A construção de uma ação coletiva não segue um manual que oriente o encaixe de suas peças, sua construção é dinâmica e muito frequentemente, imprevisível, pois, fatores e atores estão constantemente se transformando no processo de intervenção que envolve a ação coletiva. (SILVA, 2018, p. 62-63)

As ações coletivas normalmente posicionam-se contrárias ou a favor de uma situação, a uma condição de vida, a outro grupo ou indivíduo, através de suas ações insatisfações, reivindicações, apoio ou propostas, configurando-se como importantes expressões de poder político-social.

As relações conflituosas fazem parte do universo das ações coletivas, ocorrendo internamente, envolvendo seus membros e manifestando-se através de divergências, ou, externamente, posicionando-se adverso a algo (situação) ou alguém (individual ou coletivo).

Quando nos referimos as relações conflituosas externas, consideramos a conformação de uma relação dualizada na figura do desafiante-desafiado, opressor-opositor ou aliado-rival,

evidenciando que sempre haverá uma oposição participando do campo de disputa, do jogo de forças, orientados pelo senso de injustiça, envolvendo sempre a forma como os grupos pensam e agem de acordo com seus preceitos culturais e ideológicos (SILVA, 2018).

Um dos desafios que envolve as ações coletivas, refere-se à capacidade de manter uma unidade entre o grupo, afinal, em caso de uma ruptura, pode enfraquecer e/ou desestabilizar o grupo, ocasionando uma dificuldade de reestruturação coletiva.

A ação coletiva não ocorre sem interação, a qual só é possível devido aos desafiantes e desafiados comungarem do mesmo sistema de representações, é claro que eles se diferenciam também em consequência da forma que se relacionam dentro desse sistema, ambos com representatividades distintas dentro do mesmo sistema. (SILVA, 2018, p. 68)

O confronto é em sua essência, a representação política das manifestações das relações de poder, manifestadas no espaço geográfico, com o intuito de proporcionar a manutenção de uma determinada situação ou a sua ruptura. As ações coletivas de confronto “formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas” (TARROW, 2009, p.19), constituindo uma base sólida para o surgimento das diferentes formas de mobilizações e organizações sociais.

O confronto não se limita aos movimentos sociais, embora seja a sua forma característica de interagir com outros atores. Algumas vezes, os grupos de interesses se engajam em desafios diretos, como fazer os partidos políticos, associações voluntárias cidadãos comuns que só tem em comum a coincidência temporária de reivindicações contra outros. (TARROW, 2009, p. 21)

Afinal,

As pessoas não “agem coletivamente” apenas. Elas pedem, se reúnem, fazem greves e passeatas, ocupam recintos, interrompem o trânsito, põe fogo e atacam os outros com intensão de ferir. Não menos do que nos casos dos rituais religiosos e celebrações civil, o confronto político não nasce de cabeça dos organizadores, mas está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado (TARROW, 2009, p. 39)

O conflito/confronto pode ocorrer no interior das ações coletivas, dada a divergência de ideias, interpretações, concepções e compreensões entre os sujeitos envolvidos. É válido considerar que as oposições no interior das ações coletivas, não devem ser consideradas unicamente como algo prejudicial à existência e bom encaminhamento de um grupo. Elas podem ser responsáveis por contribuir para o processo de reflexão e análises de situações,

ampliando as possibilidades e perspectivas de compreensão dos fatos de forma mais holística. Neste sentido, acreditamos que o conflito, quando bem administrado, pode favorecer e reforçar o sentido da participação e colaboração dos envolvidos, valorizando e empreendendo a ideias de projeto coletivo.

Em sua pesquisa, Silva (2018) evidencia três variáveis presentes na constituição de uma ação coletiva. A presença do (i) conflito/confronto, dado o choque de interesses entre os envolvidos; a constituição de uma (ii) identidade coletiva, responsável por proporcionar uma referência para o grupo; e por fim, a noção de (iii) custo-benefício, envolvendo a mensuração e projeção dos investimentos financeiros e humanos utilizados, bem como a sua distribuição (ter acesso) os benefícios adquiridos.

As ações coletivas possuem duas dimensões que apresentam características diferentes, embora sejam complementares. A racionalidade, presente na forma como os sujeitos integram e promovem ações estrategicamente, projetando os investimentos financeiros e humanos despendidos, mensurando as potencialidades que podem ser adquiridas a partir das ações coletivas. A segunda dimensão é a (ii) subjetiva, afinal, há uma gama de sentimentos envolvidos, desde a organização a efetivação da ação de fato.

A ação coletiva não é uma atitude impulsiva, sem reflexão e sem estratégia. Geralmente, são respostas que envolvem sentimentos emotivos, mas também racionalidade que permitem aos atores da ação analisar o contexto e decidir o momento propício da ação ser deflagrada (SILVA, 2018, p. 66)

Para Monteiro (2014) a ação coletiva envolve a ideia de bem coletivo, que pode ser compreendido a partir da seguinte lógica: “todo tipo de bem, que, uma vez criado, se torna acessível a todos os membros do grupo que dele podem usufruir independentemente de terem ou não participado da sua produção ou de não terem ou não pago o seu preço” (p. 120). A ideia de bem coletivo, dialoga com a lógica de democratização de acesso aos benefícios adquiridos pelo e para o coletivo, de maneira não hierarquizada.

Como estimular o ingresso e/ou a permanência da população, em uma organização social? Está é uma das perguntas que aparecem como desafio recorrente para estas organizações, que podem ser intensificadas a partir das estruturas conjunturais presentes no momento de seu desenvolvimento. Silva (2018) considera que a adesão em uma mobilização coletiva deve envolver empatia e sensibilização, afinal, quando os sujeitos conseguem visualizar que estão inseridos em uma determinada situação (principalmente quando estão na situação de prejudicados), e identificam a ação coletiva como um dos caminhos para

contornar os problemas identificados, há maiores chances de adesão.

A participação/contribuição em uma ação coletiva funciona através da somatória forças e esforços. É importante considerar que a ação coletiva vai além das práticas assistencialistas, elas envolvem um modelo de sociedade, social e politicamente mais participativa e comunicativa.

No âmbito de qualquer ação coletiva é imprescindível que haja uma boa comunicação entre os envolvidos (transmissão e recepção de informações). A existência de ruídos<sup>9</sup> pode comprometer a emissão, compreensão e clareza das informações disponibilizadas, gerando interpretações equivocadas, prejudicando diretamente no alinhamento de ideias no interior do grupo.

As ações coletivas podem e devem utilizar de forma estratégica e cuidadosa, a comunicação com a comunidade externa, com o intuito de manter uma transparência junto à população local, havendo maiores chances de lhes creditarem apoio, respaldo em determinadas situações, tornando-se válido o desenvolvimento de estratégias efetivas de comunicação e possibilitando o estreitamento das relações com a comunidade externa e manutenção ou fortalecimento dos membros.

Uma estratégia de comunicação que pode ser utilizada/adotada pelas ações coletivas, é o uso de canais de comunicação presentes no município. Por exemplo uma rádio local (município ou comunitária), com o intuito de socializar conhecimentos, divulgar as propostas do grupo, informar sobre as atividades/ações promovidas e organizadas pelas organizações. O intuito destes veículos de comunicação é estreitar a relação entre grupo e comunidade externa.

Outro veículo de comunicação que está adquirindo visibilidade nas últimas décadas é a Internet, devido à grande quantidade de ferramentas disponíveis (blog, site, plataformas de publicação de vídeos, redes sociais, *podcast*, videoconferência) e dos novos hábitos culturais. Quando comparada com uma rádio comunitária, a internet proporciona uma diversificação de meios de comunicação, bem como um maior alcance e visibilidade (por ter acesso de forma mais rápida). Acreditamos que ela pode facilitar o contato com outras organizações coletivas, seus membros, parceiros e comunidade com a externa.

Os meios de comunicação são um forte elemento envolvido na disputa como também se constituem com um forte potencial de inovação da ação coletiva. O uso das redes sociais para fazer contraponto às informações vinculadas pelos meios de

---

<sup>9</sup> Podem ser compreendidos como uma sobrecarga de informações externas, que interferem diretamente na qualidade das informações emitidas, de forma que possam prejudicar a forma como o receptor terá acesso ao que está sendo exposto. Interferindo diretamente na compreensão, que pode ficar corrompida (parcial) ou totalmente distorcida do real objetivo.

propaganda dos desafiados é uma forma de disputar a consciência tanto dos que estão envolvidos diretamente no conflito como dos que não estão. (SILVA, 2018, p. 84)

Como mencionado anteriormente, a internet surge como uma importante ferramenta de comunicação, por apresentar uma condição de onipresença, possibilitando que as informações disponibilizadas possam ser acessadas em tempo real (síncrona) ou em outros momentos (assíncronas), possibilitando que as pessoas possam ter acesso a informações mesmo que esteja distante (geograficamente) do emissor. Quanto ao uso das plataformas digitais (via *internet*), é importante considerar a existência de alguns fatores que podem limitar o seu uso: (i) não possuir acesso a uma internet; (ii) alguns dispositivos (*smartphone, tablet, Notebook*) não suportam algumas plataformas ou aplicativos; (iii) falta de habilidade para manusear os dispositivos; (iv) não compreendem o funcionamento da plataforma; (v) transmissão de informações com pouca clareza; (vi) Compartilhamento de notícias falsas ou duvidosas e (vii) pode ocorrer uma acomodação, limitando as suas ações apenas ao compartilhamento, postagens e *likes*.

## **2.3 Abordagens das ações coletivas na geografia**

Nesta seção realizaremos dois movimentos com o intuito de tratar os estudos sobre as ações coletivas no contexto brasileiro. No primeiro momento, iremos apresentar como os contextos históricos influenciaram no desenvolvimento de estudos voltados para as mobilizações sociais coletivas. No segundo momento, serão apresentadas algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Geografia brasileira que se propuseram a estudar, compreender, teorizar e explicar este fenômeno social.

### **2.3.1 Abordagens das ações coletivas e Geografia: situando e contextualizando algumas obras clássicas**

O estudo sobre ações coletivas e/ou movimentos sociais, estiveram por muitas décadas centradas na Sociologia. Somente nos últimos 40 anos, a Geografia brasileira teve participação mais efetiva na produção científica, apresentando conceitos, análises e metodologias próprias.

Nelson Rodrigo Pedon (2013), em seu livro “Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos a abordagem socioterritorial” apresentou algumas contribuições sobre os

estudos sociais brasileiros desenvolvidos na geografia. O estudo desenvolvido por Pedon (2013) abrangeu o recorte temporal correspondente as décadas de 1960 a 2010 (Quadro 6), apresentando quais foram os autores que mais se destacam em determinados contextos e suas respectivas contribuições teórico-metodológicas

Gohn (1997) e Nelson Pedon (2013) evidenciaram em seus estudos uma ampla importação e uso de conceitos provenientes da Europa e da América do Norte, prevalecendo uma abordagem com um viés marxista, responsável por constituir a base teórica sobre os estudos das organizações e mobilizações coletivas no Brasil. Em meados da década de 1980, ficou perceptível a adoção de uma nova abordagem, com o intuito de compreender a nova dinâmica política e social no Brasil, ficando a cargo das abordagens pautadas nos Novos Movimentos Sociais.

Quadro 6: Periodização dos estudos dos movimentos sociais na Geografia Brasileira

<b>Período</b>	<b>Contexto sociopolítico</b>	<b>Contexto geográfico</b>	<b>Principais autores/obras</b>
Décadas 1960 a 1970	Conjuntura política agitada. No primeiro momento marcado pela repressão social e científica. No segundo fica caracterizado pela existência de movimentos de resistência e luta pela redemocratização.	Movimento de renovação teórica e metodológica com o nascimento da Geografia Crítica.	Manuel Correia de Andrade – A terra e o homem no Nordeste (1964) Josué de Castro – Sete palmos de terra e um caixão (1967)
Década de 1980	Conjuntura política agitada, marcado pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira.	Renovação da Geografia brasileira. Consolidação do Marxismo como fundamento teórico-metodológico	Ariovaldo Umbelino de Oliveira – “Aos trabalhadores nem o bagaço” ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais (1984) Ruy Moreira (1985) – O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil Marcelo Lopes de Souza – O que pode o ativismo de bairro? Reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro a luz de um pensamento autonomista (1988)

			Manuel Correia de Andrade – Lutas camponesas no Nordeste (1986) Ariovaldo Umbelino de Oliveira – A geografia das lutas no campo (1988)
décadas de 1990 a 2000	maior visibilidade para os movimentos sociais do campo, em decorrência dos problemas agrários	multiplicidade de elementos e conceitos geográficos (produção do espaço, disputa de poder, ativismo social, construção de território, desenvolvimentos de redes socioterritoriais).	Bernardo Mançano Fernandes (1996) – Contribuições para o estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST; movimento social como categoria geográfica (2000). Carlos Walter Porto Gonçalves - Geografando nos varadouros do mundo (2004) Renato Emerson dos Santos – Agendas e agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (2006).

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Pedon (2013).

Do início da década de 1960 a meados da década de 1970, o Brasil vivenciava uma conjuntura marcada pela forte repressão social e política, proveniente da ditadura militar que fora implantada. Esse fenômeno refletiu diretamente na produção científica do nosso país, em especial nas Ciências Humanas, ocasionando uma escassez de estudos que abordavam temas de conotação social e política (Quadro 6). As poucas obras deste período retratavam as ações coletivas de caráter contestatório que em sua maioria estavam ligadas diretamente ao rural.

As obras de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro (ver Quadro 6) são exceções nas produções da década de 1960, que abordaram sobre as ações coletivas e movimentos sociais contestatórios no Brasil. Ambas as produções foram desenvolvidas a partir de fenômenos localizados no espaço rural da região Nordeste, prevalecendo uma abordagem descritiva dos fenômenos pesquisados, evidenciando tensões no quadro agrário, submissão aos interesses internacionais, desigualdades regionais e diferentes formas de organização social no espaço rural. Pedon (2013) evidencia a necessidade de problematizações e reflexões teóricas mais profundas, embora o autor reconheça a importância destas produções, situando-as no contexto de seu desenvolvimento.

Durante a década de 1970, houve uma grande agitação dos setores sociais, inflados

pela insatisfação popular e pelo anseio de mudanças conjunturais, fazendo surgir várias mobilizações sociais, configurando-se como um despertar (ainda que timidamente) por parte da população civil organizada. Foi neste contexto que a Geografia apresentou algumas produções enfatizando as mobilizações e organizações sociais coletivas e suas pautas/bandeiras de luta.

Na Geografia, as discussões e abordagens sobre temas sociais despertaram a atenção dos pesquisadores, muitos deles, incorporaram em suas produções uma abordagem marxista a sua orientação metodológica, ficando perceptível na forma como analisavam, explicavam e conceituavam as mobilizações e organizações sociais no Brasil. As produções passaram a valorizar a dimensão socioespacial, agora considerada como resultado/produto da atuação/intervenção dos sujeitos, que moldam o espaço geográfico segundo seus interesses. Segundo Pedon (2013) a obra “O espaço e o cidadão” de Milton Santos (1977) fica perceptível uma forte influência do materialismo histórico presente no conceito de formação socioespacial, considerando toda a historicidade de formação social.

Pedon (2013) destacou que a década 1980 se caracterizou pela presença da multiplicidade de modalidades de organizações sociais, que adquiriram mais visibilidade no cenário nacional. As mobilizações desta década possuíam claramente um caráter contestatário frente à conjuntura vigente (a ditadura militar), configurando-se em um campo de lutas pela redemocratização e forte participação social.

Na segunda metade da década de 1980, ocorreu também a necessidade de construir uma linha teórico-analítica própria, acompanhada pela “crise” do paradigma marxista, que até então era responsável por compreender e explicar os fenômenos e fatores que envolviam a organização e efetivação das manifestações sociais no Brasil. Esta iniciativa representava um marco para a superação de uma visão de ciência de síntese que era atribuída Geografia.

Referindo-se aos principais pesquisadores da década de 1980, Pedon (2013) evidencia os trabalhos de Ariovaldo Umbelino Oliveira (1984), pesquisando sobre a greve de trabalhadores rurais no interior de São Paulo; de Manuel Correia de Andrade (1986), que tratou sobre a evolução das lutas camponesas no Nordeste; e de Ruy Moreira (1982) com o desenvolvimento do movimento operário no Brasil. Uma das principais características das obras desta década foi a grande importação de conceitos inspirados na abordagem marxista. Este foi um dos pontos mais criticados por Pedon (2013), afinal, os autores utilizavam bases conceituais e metodológicas que foram desenvolvidas a partir da realidade europeia (industrialização, movimentos sindicais), ficando muito desconexa com a realidade brasileira (início de industrialização e urbanização concentradas no eixo-sul e sudeste, histórico de

mobilizações agrárias), contribuindo para uma limitação quanto a capacidade de explicação dos fenômenos sociais brasileiros.

Diferente dos anos anteriores, a década 1990 foi marcada por uma maior abertura política decorrente do processo de redemocratização da sociedade brasileira, proporcionando um otimismo frente ao cenário de mudanças políticas e sociais. Pedon (2013) destaca que foi muito importante para Geografia, surgindo os primeiros ensaios explicativos sobre as mobilizações sociais, com destaque para um conjunto de ações coletivas, movimento sindicalista e ações coletivas desenvolvidas no espaço rural, não ficando restrita apenas ao espaço urbano brasileiro.

Foi a partir da década de 1990 que os estudos geográficos passaram a valorizar a dimensão territorial das ações coletivas, adquirindo maior visibilidade e recorrência nos estudos, alinhados com a constituição de uma articulação entre a empiria, estudos de caso e um referencial teórico inspirado na abordagem dos Novos Movimentos Sociais. Outra importante característica foi a adoção da dimensão territorial.

Pedon (2013) destaca as contribuições de José Borzucchiello sobre os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) como forma de organização social capaz de influenciar na relação entre povo e poder, estando manifestado através da participação política. Além de Bernardo Mançano (1996), que tratou em sua obra espacialmente sobre o Movimento Sem-Terra (MST), enquanto um movimento político social responsável por realizar diferentes ocupações como forma de lutar e resistir às lógicas hegemônicas provenientes do capitalismo, apresentando-se como novas formas de apropriação do Território. Os autores desta década contribuíram para a superação de análises limitadas unicamente a dimensão das classes sociais, dada a complexidade das interações sociais no espaço.

Entre as décadas de 1990 a 2000, os movimentos sociais do espaço rural, adquiriram ainda mais visibilidade, aparecendo em vários trabalhos, em sua maioria ligados a problemas agrários, como, por exemplo, o Movimento Sem Terra. Os autores destas décadas preocuparam-se com a formulação e revisão conceitual da Geografia, das investigações sociais.

Conforme Pedon (2013), o pós-década de 1990 foi marcado pela consolidação da Geografia brasileira, principalmente no que se refere aos estudos que envolvem as ações coletivas e suas mobilizações sociais. Neste contexto, foi possível localizá-los geograficamente, propor diferentes interpretações sobre a materialização da atuação social, considerando não somente como estavam organizados os grupos e quais eram as suas ações e os enfoques que eram desenvolvidos, mas também havia uma preocupação em compreender

as diferentes formas de espacialização ou territorialização das mobilizações sociais. Os autores destas décadas adotaram uma abordagem teórica e analítica que considera uma multiplicidade de elementos e conceitos geográficos (produção do espaço, disputa de poder, ativismo social, construção de território, desenvolvimentos de redes socioterritoriais).

Um dos pesquisadores destacados por Pedon (2013) foi o Renato Emerson dos Santos (2006), responsável por elaborar duas importantes abordagens, como forma de teorizar, conceituar e explicar as configurações espaciais em meio a intervenção dos movimentos sociais. A primeira foi a “Geografia das lutas sociais” abordando sobre a espacialização das lutas sociais, evidenciando os conflitos sociais. A segunda foi a Geo-grafias dos movimentos sociais, tratando sobre a relação entre espaço e movimentos sociais. Santos (2006) defende que o cotidiano é a principal referência para a estruturação dos elementos estratégicos e da ação dos atores sociais expressas espacialmente, passível a leituras e interpretações dos códigos, da forma de comportamento, das práticas sociais e normas que conduzem suas ações. Outro pesquisador mencionando foi Bernardo Mançano Fernandes (2003), considerado por Pedon (2013) como inovador, pois, resinificou a abordagem sobre os movimentos sociais, propondo uma teorização autêntica e associada à geografia, tendo como resultado das hipóteses apresentadas e discutidas em trabalhos anteriores. O autor se destacou pelo seu estudo sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e suas reflexões sobre as formas de conquista de território, resultante de um complexo processo de ação, lutas populares, resistências e ocupação, envolvendo a espacialização, responsável pela produção e criação de espaços e relações estabelecidas e também e territorialização, resultante das transformações espaciais através das relações sociais, controle e novas formas de uso ao espaço. Por fim, Carlos Walter Porto Gonçalves (2010) propõe uma nova leitura sobre as classes sociais, explorando o papel da atuação social no processo de reconstrução de territórios, distinguindo entre as perspectivas hegemônica e emancipatória que conformam territorialidades emergentes. O autor trabalha para compreender as territorialidades construídas pela ação de camponeses, povos indígenas, campesíndios e indígenas. Gonçalves (2010) enfoca o estudo das tensões territoriais entre um Estado monocultural e pluricultural, como se dão as reapropriações da escala de poder nacional pelos movimentos emancipatórios e as novas territorialidades subalternas. Segundo o autor, há novas questões epistêmico-políticas colocadas pelos movimentos sociais emancipatórios que devem compor a agenda de debate da geografia.

### 2.3.2 Abordagens geográficas das ações coletivas no Brasil: situando e contextualizando alguns estudos Nordestinos

A intensão não é realizar um exaustivo levantamento sobre os estudos desenvolvidos no âmbito da Geografia, que se propuseram analisar e compreender as diferentes modalidades das ações coletivas no Brasil. Iremos nos ater a apresentar alguns estudos e a forma como abordaram as ações coletivas, destacando os principais conceitos acionados e/ou elaborados.

Manuel Correia de Andrade (1989), em seu livro “Lutas Camponesas no Nordeste”, abordou sobre as mobilizações, organizações e articulações camponesas no Nordeste brasileiro, demonstrando a configuração de um movimento de lutas e resistências sociais, posicionando-se historicamente contrário as diferentes formas trabalho realizado pelo camponês e a exploração da mão de obra camponesa, e do uso e apropriação fundiária, afinal, o campo/rural, é um espaço de intensas disputas, principalmente a partir da Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850<sup>10</sup> que regula a posse de terras mediante a compra, embora tenha sido uma medida com a pretensão de regular o acesso, acabou por torná-la uma mercadoria

Nos capítulos iniciais do seu livro, Andrade (1989) realizou uma breve apresentação sobre as raízes da atuação social no Nordeste, remetendo ao período colonial e as diferentes estratégias utilizadas para exercer controle e restringir o acesso à terra (capitanias hereditárias, sesmarias). Com a finalidade de facilitar a compreensão e evitar equívocos sobre a tese defendida, Andrade (1989) agrupa os camponeses em duas categorias. A primeira é constituída pelos sujeitos que foram expropriados de suas terras e de suas ferramentas de trabalho, restando a eles como única opção para garantir a sua sobrevivência, vender a sua força de trabalho para os grandes fazendeiros. A segunda refere-se aos sujeitos que possuem propriedade, porém, desenvolvem atividades remuneradas nas terras dos grandes fazendeiros, seguindo uma sazonalidade, entre os períodos de colheita ou plantio.

[...] No campo observa-se a existência de relações de trabalhos bastante diversificadas de uma área para a outra, de uma região ou sub-região para a outra; em todas as áreas e regiões, porém, constata-se a existência de proprietários de grandes e médias porções de terra, contrastando com os grupos, bem mais numerosos, dos que trabalham em terras alheia ou que, dispondo de pequenas áreas, complementam o seu salário trabalhando também para os grandes proprietários. (ANDRANDE, 1989, p. 5)

A partir dos argumentos apresentadas, devemos considerar os seguintes pontos: (i) a

---

<sup>10</sup> GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. *GeoTextos*, v. 2, n. 2, 2006.

influência do modelo de sociedade capitalista forçou os sujeitos a desenvolverem atividades remuneradas como forma de ter acesso a produtos, equipamentos ou bens e (ii) esta prática (trabalhar para o fazendeiro) contribuiu para o fortalecimento e legitimação do modo de produção capitalista, a partir da exploração da mão de obra, pois, proporciona maiores riquezas para os grandes proletários, legitimavam o poder que os grandes proprietários possuem. Esse fato foi verificado por Andrade (1989) evidenciando que inicialmente as mobilizações camponesas focavam na melhoria de salário (expressão de poder de compra) e melhores condições de trabalho.

A Problemática da terra está diretamente envolvida com uma gama de mobilizações sociais, que, posicionam-se contra as condições conjunturais de exploração, a exemplo dos Quilombos, constituindo-se como importante expressão da organização social dos povos escravizados, fugitivos dos engenhos e/ou lavouras de cana-de-açúcar, pois, não suportavam mais as explorações, castigos e repressões que sofriam. Outra mobilização social, talvez a mais conhecida no Nordeste brasileiro, foi a do cangaço. Andrade (1989) considera que foram vítimas do poder político e econômico dos latifundiários, à medida que, sentiram-se pressionados pelas ações realizadas e apoio popular adquirido. Assim, foram “tratados a trabuco pelos governos estaduais e federais e eliminados em nome da lei e da ordem” (p. 14), legitimando o poder que os proprietários fundiários no Nordeste. O terceiro movimento destacado foram as Ligas camponesas, que, representavam uma forma de organização política, provinda do campesinato, podendo ser entendido como

[...] grupos de pessoas pobres que se estabeleciam em terras juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento, deu-se vagarosamente e persistentemente, desde o tempo de colonização (ANDRADE, 1989, p. 15)

As ligas camponesas adquiriam bastante importância, devido à expropriação e a atuação dos grandes proprietários fundiários, principalmente a partir da cultura de cana-de-açúcar. As ligas camponesas passaram por um processo de enfraquecimento depois da implantação da ditadura militar no ano de 1964, representando uma violenta ruptura na trajetória política e social do Brasil. Neste contexto, as mobilizações sociais e suas lideranças foram alvos de muita repressão.

[...] Na maioria dos estados do Nordeste os governadores reprimiam, em nome da ordem e da lei, as tentativas dos camponeses tanto de se organizarem como de levantarem reivindicações, pleiteando melhoria das condições de trabalho ou reconhecimento de direitos já consagrados em lei. (ANDRADE, 1989, p. 29)

No final da década de 1970, as mobilizações sociais ganham espaço e visibilidade política, através das constantes lutas, greves e reivindicações sociais. No entanto, o problema fundiário não foi resolvido, pois, estava diretamente relacionado com a estrutura econômica implantada, com as relações políticas e econômicas entre os fazendeiros e o Estado, de forma que foram enraizadas em nosso país (acreditamos que possam ser superadas). Para Andrade (1989) a atuação camponesa reinventou-se ao longo do tempo, estabelecendo novas relações políticas-econômicas, contando também com novos agentes reguladores responsáveis por garantir ou impedir o acesso a terra.

Devido às condições contextuais e conjunturais, a década de 1980 foi um marco importante de renovação para a Geografia brasileira, com a retomada e intensificação dos estudos voltados para as manifestações das ações coletivas em nosso território, que até então, demonstrava uma carência de estudos sobre as formas de articulação e atuação das ações coletivas a partir do olhar da Geografia. Na década de 1990, houve uma reformulação das teóricas construídas sobre os estudos sociais, com o intuito de proporcionar uma análise pautada nos conceitos e metodologias ligadas diretamente a Geografia. Fernandes (2005) propõe que os estudos de base geográfica, devem se preocupar não somente com as formas, as interações dos movimentos, mas, é importante compreender e situar os espaços e territórios como construção e produção social.

Entre os estudos mais recentes, destacamos o trabalho de Fernandes (1999 [1996]), intitulado “MST: formação e territorialização”. O autor analisa os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra como “[...] recurso para compreender a construção da forma de organização social em movimento e da multidimensionalidade de seus espaços” (p. 17). Empiricamente, o estudo centrou a análise sobre as experiências de ocupações de terra no estado de São Paulo, durante o período de 1983 a 1996, cujos resultados contribuíram para formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em termos teóricos, Fernandes (1999 [1996]) se apoia no conceito de espaço social do Filósofo Henri Lefebvre<sup>11</sup>.

Foram identificadas quatro orientações que conduziram seu trabalho. Na primeira o autor se propõe a analisar as transformações da agricultura brasileira (especialmente no período da ditadura militar), com o aumento da concentração da terra e traçando um panorama das novas formas de luta pela reforma agrária. A segunda orientação está centrada na investigação da gênese do MST. O autor delineou as condições sociopolíticas que

---

<sup>11</sup> LEFEBVRE, H. La production de l'espace. 4. Ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

favoreceram a criação do referido movimento social, conferindo destaque ao papel da igreja, em especial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A terceira orientação está centrada na investigação do processo histórico de formação e atuação do MST, com as ações que resultaram em conquistas de terras/territórios no estado de São Paulo, no período entre 1979 a 1996. Na quarta, Fernandes (1999 [1996]) analisa o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, revelando como o MST empreende um movimento de conquista de novas frações de território e constroem novos significados para a organização social.

Em artigo posterior, intitulado “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”, Fernandes (2005) propõe algumas reflexões sobre a importância da apropriação, sistematização e produção de conceitos próprios da geografia brasileira, relevando ser de importante para compreender as manifestações dos atores sociais organizados e localizados geograficamente e coletivamente em uma base espacial e/ou territorial.

Fernandes (2005) elegeu os conceitos de Espaço e de Território como nucleares para a sua pesquisa. O intuito era compreender os movimentos a partir de uma perspectiva socioespacial e socioterritorial. Na primeira, o conceito de espaço apresenta-se como elemento chave, que, ao ser associado a atuação e organização social dos sujeitos, manifesta-se na forma de associações comunitárias, responsáveis por estabelecer relações e vínculos entre sujeitos e o espaço geográfico, que “contém todos os tipos de espaço sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares” (FERNANDES, 2005, p. 26), configurando-se como o campo de atuação e interação entre os elementos sociais e culturais, tornando produto das relações sociais especializadas.

Para abordar sobre os movimentos socioterritoriais, Fernandes (2005) acionou o conceito de território, apresentando-se como expressão de poder manifestada a partir da apropriação, de um conjunto de intencionalidades e a partir de relações conflituosas. Assim como espaço geográfico (embora possua suas particularidades), o território também é um produto da atuação social no espaço, podendo ser relacionado com a dimensão geográfica, material ou imaterial.

Segundo Fernandes (2005), ambos os conceitos dialogam com o desenvolvimento das relações sociais, que são materializadas seguindo a lógica das multidimensionalidades, escalaridades e as intencionalidades projetadas no espaço e/ou no território, denominados pelo autor de “processos geográficos”. Fernandes (2005) considera que a partir das contribuições

da Geografia, o pesquisador pode ampliar o seu poder de compreensão, análise e relações de conflitualidade que envolvem os movimentos sociais e como reagem frente à condição de exclusão social, intensificadas a partir das políticas e práticas neoliberais.

Sobre os estudos das ações coletivas na Geografia baiana, identificamos as contribuições de Edinusia Moreira Carneiro Santos (2007), com a pesquisa intitulada “Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento”. A autora analisou a representatividade do desenvolvimento local e regional a partir do movimento associativista na Região Sisaleira, apresentando-se ao longo de sua pesquisa, como um importante instrumento de participação social.

Inicialmente a autora se propôs a contextualizar geográfica e historicamente a Região Sisaleira, evidenciando a relação existente entre as organizações e mobilizações sociais, com as atividades econômicas e trabalhistas ligadas predominantemente ao espaço rural. A partir dos indicadores sociais apresentados em sua pesquisa, esta região apresenta um dos piores indicadores sociais da Bahia, e é neste contexto que as ações da sociedade civil organizada (associações e cooperativas) surgem como uma estratégia de superação das limitações e problemas locais e regionais.

Santos (2007) identifica um número significativo de associações comunitárias na Região Sisaleira da Bahia, enfatizando a atuação e territorialização da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB-Valente), por exercer um importante papel de agente representativo e promotor de desenvolvimento local/regional, estabelecendo parcerias com o poder público, aplicando e direcionando investimentos em campos estratégicos e também com as organizações cooperativistas, que buscam valorizar a mão de obra local, a matéria prima utilizada (agave) e o produto (selos), atribuindo-lhes valor.

Para as investigações sobre as organizações sociais no Território do Sisal, Santos (2007) utilizou três conceitos/categorias centrais: associativismo, territorialidades e desenvolvimento local/regional, sendo este último, através de uma perspectiva de processo de mudanças, a partir da identificação das limitações e/ou problemas e vislumbre da superação desta.

Com o intuito de evitar compreensões equivocadas sobre os conceitos acionados e seus respectivos significados, A autora propõe a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico, com o intuito de superar a visão economicista empregada ao primeiro conceito. Santos (2007) defende que “o desenvolvimento precisa ser buscado pelos grupos regionais, em função de suas necessidades e ensaios, de forma que pode potencializar o uso dos recursos disponíveis numa escala intra-regional, e não em função de determinações

externas” (p. 46). Para ela, o desenvolvimento está relacionado com transformação e mudanças sociais e econômicas.

O associativismo é retratado nesta pesquisa, como agente responsável por prover a reestruturação das relações territoriais, estimulando a participação mais ativa, e também, a resolução de problemas locais, podendo intervir nos processos de desenvolvimento econômico e social, apresentando-se como um instrumento passível a apropriação, promotor de transformações e intermediador das relações entre associados e poder público. É neste cenário que as territorialidades se apresentam como responsáveis para garantir a apropriação e permanência nos territórios constituídos mediante as intervenções das ações coletivas.

Esta pesquisa revela como as organizações sociais coletivas contribuem para a mudança na postura dos indivíduos, tornando-se mais participativa nos espaços de decisão e interferindo diretamente na estrutura política e social. Além disso, a APAEB apresenta-se como um exemplo de como o associativismo pode promover significativas transformações no espaço, nas relações que os sujeitos possuem com o seu território, a partir das territorialidades desenvolvidas.

Em sua pesquisa, intitulada “A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB”, Xisto Serafim de Santana de Souza Junior (2008) considera a dinamicidade da atuação social como um fator importante para compreendermos o processo de produção e transformação do espaço urbano, considerando-o enquanto produto/resultante da atuação social e suas intencionalidades. Assim como os autores supracitados. Souza Junior (2008) também evidencia que nas últimas décadas houve a participação mais constante e efetiva da sociedade civil organizada, fato que contribuiu expressivamente para a produção do espaço e/ou território. Sua pesquisa teve como objetivo evidenciar como as mobilizações promovidas pelos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) contribuíram para participação “do processo de produção e apropriação do território onde atuam.” (p. 39).

Souza Junior (2008) aciona os conceitos de movimentos sociais e ativismo social, com a finalidade de propor explicações e reflexões sobre os Movimentos Sociais urbanos (MSU). O movimento social é tratado como categoria, estando representado em uma ação coletiva de caráter mais crítico, com objetivos mais ambiciosos. Já, o ativismo social, está ligado a uma ação de caráter perene e de forte caráter público, dialogando diretamente com a atuação dos sujeitos no espaço público. Os ativismos, sustentados pelo discurso de justiça social e qualidade de vida, levam em consideração as demandas vinculadas ao espaço social, reflexo de segregação residencial, de acesso a infraestrutura, acesso a moradia.

Em sua pesquisa Souza Júnior (2008) aciona também o conceito de formações socioespaciais compreendido como ações “efetivadas pelos movimentos sociais urbanos, identificando suas práticas e intencionalidades na cidade onde se expressam territorialmente” (p. 39), evidenciando as intencionalidades e práticas utilizadas para se expressarem territorialmente, a partir da produção e apropriação do território que atuam.

Souza Júnior (2008) considera que os Movimentos Sociais Urbanos (MSU), representam uma função social, devido a luta constante para adquirir melhores condições de moradia, acessibilidade urbana, qualidade de vida e obtenção de justiça social, sempre orientados pelas intencionalidades, expressando-se territorialmente a partir das ações promovidas/realizadas pelos grupos em um dado contexto social, espacial e temporal.

As mobilizações sociais, promovidas/realizadas pelos Movimentos Sociais Urbanos, integram o processo de conquista do direito à moradia e de acessibilidade ao espaço urbano. Mediante atuação e/ou mobilização destes grupos sociais, ocorre o processo de produção e aquisição territorial, materializados a partir da conquista da moradia, envolvendo um conjunto de valores, que atuam como um dos elementos influenciadores para o fortalecimento, ocorrência e manutenção das mobilizações sociais no espaço urbano.

Em sua pesquisa, Souza Júnior (2008), propõe uma análise e compreensão sobre a atuação dos sujeitos no espaço, a partir da configuração da população civil organizada, decorrente das diferentes formas e níveis de interações que estabelecem com os demais e com o espaço, abarcando um conjunto de fatores que envolvem a territorialidade, as intencionalidades e valores, agindo como fator que influencia e potencializa a mobilização social.

Sobre as diferentes formas de atuação das ações coletivas, gostaríamos de destacar a pesquisa de Agripino Souza Coelho Neto (2013a), intitulada: “A trama das redes Socioterritoriais no Espaço Sisaleiro da Bahia”. Ao longo do seu desenvolvimento, o autor aborda sobre o conjunto de organizações sociais presentes no Território do Sisal, que nas últimas quatro décadas conformaram diferentes modalidades de ações coletivas, expressas no associativismo, no cooperativismo e no sindicalismo rural, configurando a articulação com outras formas de organizações no Território do Sisal, que emergiram com uma estratégia para transformações e mudanças no quadro social, econômico e político. Em síntese, o referido autor, se propôs a pensar a geograficidade da ação social neste Território.

Segundo o autor, o Território do Sisal reúne condições históricas e geográficas que

conformam uma dualidade estrutural: permanências e emergências<sup>12</sup>, tratadas como enigmáticas e emblemáticas, pois envolvem um conjunto de condições e contextos que foram favoráveis para as perpetuações das particularidades econômicas, culturais e políticas, em contra partida, possibilitou o surgimento de novas formas de organização e atuação social.

O enigma se configura, por um lado, pela persistência de um contexto de prevalência de adversidades naturais, da precariedade das condições socioeconômicas e do conservadorismo político, cuja história brasileira nos informou a produção dos processos de cooptação e clientelismo político, passividade e conformismo social. Por outro lado, constitui-se uma emblemática institucionalidade, centrada na amplitude do processo de mobilização e organização da sociedade civil, na formação de complexas e diversificadas redes de cooperação que se articulam nas escalas local, regional, nacional e global, produtoras de protagonismo dos agentes territoriais na condução de seus interesses, na organização do processo produtivo, na gestão do território e na própria condução de seus destinos (COELHO NETO, 2013a, p. 24)

As emergências configuram-se como forma de ampliação de mobilizações e organizações da sociedade civil, formando uma densa rede de cooperação, articulação e mobilização entre as organizações, garantindo melhores condições para participação e visibilidade no cenário político. (COELHO NETO, 2013a)

Com o intuito de compreender, analisar e investigar a espacialidades das ações coletivas situadas no Território do Sisal, Coelho Neto (2013a), elegeu e acionou como conceitos nucleares a rede, o território e a escala, que foram desdobrados em estratégias-rede, territorialidade, políticas de escala e redes socioterritoriais. O uso destes conceitos contribuiu para que o autor pudesse compreender e explicar o processo de formação e a natureza das redes de organizações sociais no Espaço sisaleiro da Bahia e investigar os conteúdos e os significados de suas estratégias socioespaciais.

Coelho Neto (2013a) explicitou a característica polissêmica do conceito de rede, amplamente utilizado por vários campos da ciência, tornando-se polissêmico (sociedade em rede, redes sociais, rede elétrica, rede de pesca, rede ferroviária). Em sua pesquisa, Coelho Neto (2013a) estabelece uma junção entre rede, escala e territorialidade de forma que são utilizadas como estratégias de organização coletiva.

“[...] na escala local, [...] desempenham um papel decisivo na construção de solidariedades comunitárias, pois, as associações de agricultores rurais viabilizam a constituição de solidariedades locais e imediatas, tecidas através da coexistência no mesmo espaço vivido (no povoado rural, assentamento ou fazenda), ou seja, na

<sup>12</sup> COELHO NETO, Agripino Souza. LIMA, Jamile da Silva. Território do sisal-bahia: da difundida precariedade ao fortalecimento dos Ativismos sociais. **Geografares**. 2017. Trata-se de uma publicação específica sobre as permanências e emergências no Território do Sisal.

busca coletiva de alternativas para enfrentamento dos problemas comuns, próprios do compartilhamento a mesma realidade socioespacial” (COELHO NETO, 2013a, p. 390)

Seguindo a proposições anteriores, as redes socioterritoriais, configuram-se como um fenômeno recente no Espaço Sisaleiro (últimas quatro décadas) contribuindo para significativas transformações no espaço geográfico, na política, na economia e significativas no modo de vida da população. Segundo Coelho Neto (2013a), as redes socioterritoriais são resultantes da forma como os sujeitos estabelecem relação (individuais ou organizados coletivamente) com o seu território, tornando-se responsável por estimular relações de cooperação, estabelecer alianças e compartilhar soluções/alternativas para superar os problemas enfrentados.

A Territorialidade se mostra um conceito importante para compreender a formação de uma identidade coletiva e a forma como as organizações sociais territorializam-se no espaço geográfico, tornando-se um importante instrumento mobilizador, manifestado através da configuração das articulações sociais na escala municipal ou com outras organizações no Território do Sisal, como forma de fortalecer a atuação no referido território, exercendo maior visibilidade e pressão política.

No movimento da pesquisa Coelho Neto (2013a) propõe uma concepção própria de territorialidade, conforme fragmento a seguir:

A territorialidade se define de modo mais específico, a partir dos nexos que os coletivos organizados constroem entre si e com o espaço, implicando numa apropriação material e/ou simbólica que sustenta suas estratégias e assegura a reprodução da vida material. Nesse sentido, os sujeitos individuais e coletivos organizados apropriam-se e conferem significados particulares às frações do espaço (seja na escala local ou na escala regional), delimitando-as como objeto de uso e apropriação, transformando-as assim em seus territórios. (COELHO NETO, 2013a, p. 328)

O conceito de territorialidade foi acionado para analisar como os coletivos organizados constroem nexos/vínculos com o espaço de atuação e com os demais grupos, fortalecendo a atuação e articulação em rede, pois, quando os sujeitos desenvolvem vínculos com o espaço, eles apropriam-se material e/ou simbolicamente dos elementos disponíveis, conferindo significados diversos (individualmente e/ou coletivamente), projetando neste espaço relações de poder, fortalecendo, a espacialidade das manifestações societárias, por meio de uma rede social nas múltiplas escalas.

A partir das contribuições acima, foi possível perceber como as organizações sociais podem ser caracterizadas, analisadas, compreendidas e explicadas, a partir de um olhar

geográfico, acionando diferentes conceitos e interpretações própria desta ciência. Enfatizamos que ainda há uma gama de possibilidades interpretativas e explicativas sobre o fenômeno das ações coletivas, principalmente a partir das contribuições da Geografia brasileira.

### 3 ASSOCIATIVISMO E TERRITORIALIDADES

#### 3.1 Associativismo como forma de ação coletiva: algumas conceituações e tipologias

O conceito de sociedade civil conserva uma antiguidade e ambiguidade que não podem ser ignoradas, pois, não existe um único meio ou forma de compreensão em torno de sua definição. No transcorrer das transformações políticas, sociais e do próprio pensamento político nos últimos séculos, o conceito experimentou reformulações de seus significados, ao ser incorporado a diferentes campos do pensamento social e político, implicando compreensões muitas vezes antagônicas (BOBBIO, 1998).

A sociedade civil compõe a esfera das interações sociais coletivas constituídas sem a intervenção direta do Estado na sua forma de atuação, salvo em casos que ferem com as leis federais vigentes. O termo “sociedade civil organizada” faz referência as diferentes formas de organização, mobilização e atuação social, considerando sempre as particularidades que lhes constituem.

[...] sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organiza em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (SHEREERR-WARREN, 2006, p. 110)

No contexto brasileiro, foi constituído um conjunto de leis que reforçam e amparam legalmente a sociedade civil organizada, em especial o associativismo. Além dos dispositivos legais, a diversidade de valores, interesses e influências externas (população local não associada, os fenômenos ocorridos em outros locais), estão intimamente envolvidas na constituição e também, na manutenção das associações, proporcionando a estas configurações únicas.

A sociedade civil compõe-se de movimentos; organizações e associações, os quais condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O Núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transforma-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. (HABERMAS, 1997, p. 99)

A sociedade civil em sua maioria é constituída a partir de uma realidade espacial, conferindo aos sujeitos integrantes, um conjunto de condições, percepções, sentimentos e discursos, que parte do individual ao coletivo, sendo este último constituído a partir do reconhecimento e elaboração de uma estratégia de atuação social, cuja coletividade ocupa o

papel central na ampliação dos poderes e expressividade da prática social, envolvendo minimamente um elemento em comum.

Como foi apresentado no capítulo 2, as diferentes modalidades das ações coletivas não seguem um modelo único de atuação e estruturação, embora por se tratar de uma modalidade da ação coletiva e pelas suas particularidades políticas, as associações seguem alguns pré-requisitos mínimos, como forma de regulamentar esta modalidade de organização social. Reforçamos que as associações apresentam um conjunto de regras mínimas que devem ser seguidas pelos seus associados/filiados, de forma que estejam expressas em seu estatuto e/ou inerente à dinâmica e perfil de cada uma.

No campo institucional, devido às peculiaridades da legislação brasileira, as associações devem atender a determinados requisitos legais, como possuir um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o contrato de constituição (Ata) e o controle do número de filiados por meio do processo de filiação. Sobre este último ponto, é importante realizar uma breve consideração, referente à importância de manter um alinhamento com os dispositivos legais que regem o país, expressos em seus documentos, de forma que podem ser acessados por seus filiados, de forma que haja um melhor direcionamento da atuação social, seguindo os objetivos propostos.

As associações, atualmente, apresentam uma configuração e forma de atuação distinta do que fora anteriormente, desvinculando do uso restrito ao âmbito familiar, elitista e hierarquizado pela burguesia, adquirindo conotações mais populares, possibilitando que os sujeitos possam organizar-se socialmente, de forma mais complexa, tornando-se presente junto as classes sociais mais vulneráveis social e economicamente. Neste sentido, as associações performam como instrumento de organização, participação e mobilização social, capaz de ecoar os desejos e necessidade de um determinado local, além de também, estreitar o diálogo entre a população e o poder público (HABERMAS, 1997; AVRITZER, 1999 e TEIXEIRA, 2008), assim como outras organizações sociais e a iniciativa privada.

As interações sociais promovem valores como reconhecimento (ideológico, político), respeito (cultural) e criatividade (despertar novas inteligências, talentos) que, em meio a uma coletividade fortalecem o sentido e o sentimento de pertença a um grupo, aliados a identificação do coletivo a um elemento em comum, além de exercer atração de novos membros, contribuindo para a manutenção do corpo de associados/filiados.

Por ser resultante das interações sociais no espaço geográfico, as associações podem ser compreendidas como construção social. Este fato contribui para a configuração e formulação da identidade e representação coletiva, dotado de intencionalidades. Scherer-

Warren considera que as associações civis sem fins lucrativos são

formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, da defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc. Inclui-se nessas as associações de moradores, ONGs, grupos de mútua-ajuda, grupos de jovens, mulheres, éticos, ecologistas e outros (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15)

Os membros de uma associação possuem uma íntima relação de proximidade com o campo de atuação social, suas ações são orientadas por um senso de responsabilidade, autocritica e um sentido coletivo. Para Scherer-Warren (1999), o conjunto de fatores citados contribuem para a configuração dos sujeitos sociais, de forma que são constituídos por e a partir das interações sociais, diferenciando-se do sujeito “comum”, estes que são encarados não apenas como um “elemento do funcionamento do sistema social e tornam-se criados de si mesmo e produtor da sociedade” (p. 15).

Por apresentar um perfil mais atuante e por estar intimamente relacionado à dinâmica social, Scherer-Warren (1999) considera que algumas associações podem ser classificadas como “movimento contrário”, apresentando em seu repertório de atuação, diferentes lutas sociais e políticas e um perfil de resistência, posicionando-se adverso as lógicas de funcionamento servil e condicionantes instituídos na sociedade.

As associações civis, especialmente as de caráter comunitário, apresentam uma relação direta com a necessidade de promover mudanças na esfera social, econômica, cultural, política, educativa, estando em sua maioria alinhados com a realidade de cada local, que de modo geral, contribuem para a formação e/ou existência de uma associação ou outras modalidades da ação coletiva em um determinado recorte geográfico, com a intenção de promover melhorias, contemplando não somente os associados (embora haja benefícios e alguns privilégios), mas, também, para a população local, seja um bairro, um conjunto habitacional, uma vila ou uma rua.

Como produto da articulação social, as associações podem ser consideradas agentes pela sua responsabilidade em explorar o caráter de sociabilidade e do próprio papel político-social que estas podem oferecer. Teixeira (2008) e Habermas (1997) consideram que o associativismo é capaz de dar visibilidade e propor soluções para as limitações e/ou problemas identificados, tornando-se um verdadeiro amplificador dos desejos e anseios sociais, através de mecanismos, meios e instrumentos que possibilitam uma melhor performance, abrangência e maior visibilidade, adquirindo em alguns contextos um

importante papel de representação do poder social, responsável por estimular práticas e semear a consciência coletiva. Todavia, enquanto alternativa para a promoção de ações e visando solucionar ou amenizar os problemas e/ou entraves identificados, considerando sempre o espaço e os sujeitos organizados coletivamente, apresentam um conjunto de condições, limitações, possibilidades, potencialidades, todas restritas as particularidades locais.

Segundo Silva (2018), as associações civis podem ser analisadas e/ou compreendidas de uma maneira geral, a partir de três segmentos. No primeiro segmento, as associações apresentam e representam a dimensão social em evidência, ficando responsáveis por constituir as bases das mobilizações e do pensamento que orientam e inflamam o senso coletivo, contribuindo para a construção de um repertório de atuação e ocupando centralidade no que se refere às lutas e defesas sociais. As associações que possuem essas características estimulam a participação e o desenvolvimento de ações sociais sob uma ótica mais humanitária, assistencial e formativa. Pelo caráter das ações promovidas estão em sua maioria vinculadas aos segmentos sociais mais populares, que, além de uma demarcação ideológica muito evidente, podem apresentar uma ligação com o campo político, em ambos os casos, há um estímulo à participação social mais ativa.

O segundo segmento também é inflado pelo senso de democracia, embora seja constituído e influenciado diretamente pela ideia de um nacionalismo exacerbado. Eles adotam uma linha inspirada em um conservadorismo e/ou no neoliberalismo em defesa e manutenção de um projeto nacional e social para os segmentos sociais específicos, com destaque para aqueles que ocupam espaços de privilégio. Assim como o primeiro segmento, neste pode ocorrer também uma demarcação ideológica, com o intuito de promover a manutenção ou melhorar o status ocupado, revelando-se como uma potencialidade e instrumento de representação do poder político, social e econômico, em defesa do exercício da cidadania, a partir de outra lógica de uso.

O terceiro segmento consegue gerir e exibir com muita maestria uma postura ou forma de atuação com certo nível de centralidade nas decisões<sup>13</sup> (compreendo que é um movimento

---

<sup>13</sup> É necessário fazer um importante adendo, sobre a ideia de centralidade trabalhada aqui, afinal, parte da compreensão de que essas associações são orientadas pelo poder de escolha que seu coletivo possui, que, possuem uma maturidade política, financeira e em sua maioria intelectual, neste sentido, em momentos específicos, no âmbito de uma lógica conjuntural e estratégica, eles podem apresentar um posicionamento que atende a determinados interesses e segmentos sociais, de forma que possam extrair benefícios a curto, médio ou longo prazo. Embora, seja importante considerar que esse posicionamento é momentâneo. A relevância deste esclarecimento, parte da lógica que pode existir situações em que a própria ideia de centralidade quanto ao posicionamento ideológico, pode ser refutada, a partir da própria omissão de ação frente a uma situação ou fato, que, e forma indireta, pela condição de aderir ou não a determinada causa, há uma quebra da suposta

muito complexo e requer um nível de maturidade política e independência financeira). Esse segmento é constituído por indivíduos que preferem não se envolver diretamente com um partido político e suas rotulações instituídas, mas, na maioria das vezes optam por atuar de forma independente. Quando necessário, utilizam até mesmo os próprios recursos (físicos, intelectuais e financeiros). As associações que possuem esta característica despertam a atenção das demais, sob a tentativa de formar alianças, com o intuito de fortalecer um determinado posicionamento (ocupando os extremos).

Os três segmentos de associações<sup>14</sup>, dentro de cada especificidade, apresentam diferentes formas de atuação e compreensões acerca do que acreditam e defendem por exercício da cidadania. O intuito aqui não é apontar qual está correto ou errado, apenas delimitar a existência destas e tantas outras segmentações da atuação associativista, alinhado a diversidade de objetivos do grupo e perfil dos integrantes, reforçando a ideia de que o associativismo é dotado de uma multiplicidade de configurações.

[...] quando mencionamos que as associações seriam “escolas de civismo ou de cidadania”, de que espécie de civismo ou de cidadania estamos falando? De uma cidadania regula e de um civismo cínico e subordinado a simplesmente aquiescer com as decisões tomadas por outros, ou uma escola de preparação para o poder e a responsabilidade pública? (GANANÇA, 2006, p. 16).

Isso por que, as

Associações civis são apenas estruturas formais que podem tomar certas configurações e adquirir certas cores e tonalidades, somente a partir da dinâmica social que as sustenta. Se a dinâmica social que sustenta uma associação ou campo associativo for uma dinâmica conservadora, essas organizações assim o serão. (GANANÇA, 2006, p. 17)

As contribuições de Ganança (2006) reforçam o papel do associativismo na formação dos sujeitos, constituindo-se como um espaço educativo, repleto de uma diversidade de configurações, sendo possível problematizar sobre o tipo de formação (caráter educativo) que esses sujeitos ficam envoltos e a relevância que possuem para a forma como interpretam e atuam na sociedade.

No âmbito da diversidade organizacional, os sujeitos possuem um amplo leque de opções sobre o tipo de grupo ao qual pretendem ou desejam ingressar. Quase como um

---

centralidade ou neutralidade de posicionamento, mostrando-se conivente, logo, nossa compreensão parte da ideia de escolha.

<sup>14</sup> Embora apresentamos três segmentos mais gerais, reconhecemos que no interior destes, podem apresentar uma variedade de organizações sociais.

princípio norteador, em sua maioria escolhem o(s) grupo(s) que têm maior vínculo e/ou sentem afinidade com as ideias, objetivos, normas internas, proposições de ação e perfil dos integrantes. Esses fatores acompanham o processo de manutenção e adesão de novos membros ao grupo, o que é de extrema importância para a continuidade de uma organização coletiva, seja ela qual for, principalmente quando consideramos a tendência natural de redução gradual da quantidade dos membros associados/filiados, chegando a um ponto de extinção do grupo. Neste sentido, com a entrada de novos membros, os grupos possuem maiores chances de continuidade ao longo do tempo, mesmo que ocorram algumas transformações em sua dinâmica de interação, no seu funcionamento e até mesmo nos objetivos propostos, fruto das mudanças sociais e espaciais.

No contexto atual, o associativismo surge como uma entidade que pode fortalecer a relação entre a população e a esfera política, principalmente por estar inserido em um contexto democrático (discussão aprofundada na seção 3.2), prevê a participação, a liberdade de interação e expressão social e a corresponsabilidade (GANANÇA, 2006). As associações adquirem status de representação da expressão social coletiva, tornando-se um instrumento/mecanismo de inspiração, motivação e mobilização da população para a ação coletiva em um universo de interesses, conscientização, cooperação, doação, recebimento, retribuição e solidariedade, pois, segundo Teixeira (2008, p. 25), a “solidariedade pode ultrapassar as fronteiras do grupo e se inserir num quadro mais geral de mudanças sociais das quais podem resultar também melhorias para os grupos”, promovendo a construção de laços entre os envolvidos, além de fortalecer a participação, a cidadania, tornando-se expressões de participação social.

Os estudos de Cotrim (2009), Basconzuelo (2011) e Souza Júnior (2008) vem por reforçar o papel das associações como veículos que estimulam e possibilitam a participação, a organização e a articulação social, capazes de contribuir para o exercício da cidadania. Santos, Silva e Coelho Neto (2011, p. 56) defendem que “as associações, enquanto organizações locais vêm sendo reconhecidas também pelo papel ativo desempenhando no recente processo de participação popular, especialmente, no que se refere à gestão municipal”. Através da associação, a população pode participar social e politicamente de forma mais ativa no espaço de vivência e de decisão política.

Em um município ou bairro, a associação pode ser constituída a partir da experiência dos seus associados. Em alguns casos, essas organizações possuem forte valor/carga emocional, com raízes ancestrais, além de possuir um expressivo poder de atuação e articulação, firmando parcerias como por exemplo, as instituições públicas. Como resultado

dessa cooperação, as associações podem orientar e direcionar a alocação de recursos financeiros, de projetos, empreendimentos ou programas, otimizando o uso dos recursos públicos de forma mais eficiente. Santos, Silva, Coelho Neto (2011, p. 56) foram autores que reconhecem as associações “enquanto organizações locais, vêm sendo reconhecidas também pelo papel ativo desempenhando no recente processo de participação popular, especialmente, no que se refere à gestão municipal”. Para Guerreiro (2008), o sistema de parceria que envolve as associações e o poder público, pode ser analisado a partir de três perspectivas – as condicionantes, as estratégicas e as conflitivas –, de forma que resguardam em si as intencionalidades de um coletivo, seguindo lógicas de atuação distintas.

Nas interações condicionantes, haverá um lado controlando o outro, nesse cenário inserimos as instituições públicas como dominantes, por terem acesso a diversos instrumentos de controle social e pela capacidade de exercer maiores níveis de influência no funcionamento de determinados grupos e/ou contextos, limitando o poder de autonomia ou criando obstáculos administrativos/burocráticos que dificultam ou prejudicam o funcionamento e o atendimentos dos objetivos previstos. Outros instrumentos adotados são as manobras midiáticas, criminalizando os atos de determinado grupo, colocando-se na condição de vítima/prejudicado. Pode também fazer uso do aparato da defesa nacional em nome da “ordem” ou de forma mais sutil, aproximando-se da gestão e/ou lideranças, de modo que possam influenciar nas deliberações, na forma de atuação/abordagem, em alguns momentos facilitando ou proporcionando alguns benefícios e/ou vantagens (limitadas ao que realmente poderiam ter acesso), criando um ambiente de conformismo e dívida (submissão) para com a instituição.

As organizações estratégicas baseiam-se na flexibilidade do posicionamento realizado pela associação. Para que a ação seja eficaz, é necessário que os associados tenham uma clara noção dos objetivos das ações tomadas e uma consciência política bem estabelecida, para que não venha surgir dúvidas quanto ao real posicionamento da associação (seus reais objetivos), caso contrário, pode resultar na perda de credibilidade ou referência junto aos seus filiados, bem como as possíveis parcerias e com a população local. Para isso, é necessária uma forma de atuação estratégica, muito bem planejada, de forma que sejam ponderados os efeitos negativos, positivos e os benefícios que essas escolhas podem ter a curto, médio e longo prazo.

Em termos de interações conflitivas, considera-se que o confronto é constituído a partir de um conjunto de grupos que possuem visões antagônicas e individualizadas em suas

bandeiras de lutas defendidas, ignorando ou negligenciando a cooperação entre estes<sup>15</sup>. É importante enfatizar que elas possuem um domínio sobre os pontos defendidos, sobre a atuação política de forma engajada e justifica a partir dos preceitos ideológicos e políticos defendidos.

Por apresentar uma diversidade de tipologias e natureza das atividades desenvolvidas, a classificação das associações torna-se cada vez mais complexa. Segundo Santos, Coelho Neto e Silva (2011), para apresentar um pouco mais de fidelidade, a classificação proposta para determinado tipo de associação é necessário aliar a teoria com a empiria, afinal, elas são estruturadas mediante uma situação vivenciada, tornando-se específica de um local, afinal, são influenciadas pelo contexto de vivência e constituição, pela geografia do local e pelo perfil das pessoas que assumiram a liderança, portanto, elas podem apresentar naturezas distintas ou semelhanças.

Consideramos que a formulação de tipologias do associativismo é um recurso importante para uma sistematização teórica das manifestações empíricas. Um exemplo importante de classificação que ajuda a iluminar o fenômeno associativo é a tipologia proposta por Teixeira (2008), tomando-se como parâmetro um amplo estudo realizado para o contexto baiano. A classificação apresentada por Teixeira (2008) segue três critérios centrais: auto-identificação (como os membros classificam a organização); a natureza da atividade que desenvolvem e valorização de atividades de cunho político-social. Juntos, contribuem para a existência de uma diversidade de tipologias associativistas, expresso no quadro 7.

Quadro 7: Diversidade de organizações associativistas e suas respectivas formas de atuação

<b>Tipo de organização associativista</b>	<b>Natureza de atuação social</b>
Associação culturais/artísticas	Envolve grupos folclóricos (capoeira, dança e teatros), comunicação (artesanato, fanfarras, filarmônicas).
Associação de Pequenos produtores rurais	Envolvidos com a produção, comercialização e crédito para os produtores. Elas podem relacionar-se com programas governamentais ou organismos internacionais.
Associação de Radiodifusão	Prestam serviço ou assessoria a rádios comunitárias, responsáveis por veicular notícias, com o intuito de promover a cidadania e cultura nas comunidades locais. Possuindo um importante papel na comunicação e livre expressão
Associação de usuários de	Trabalham por melhores condições em serviços públicos

<sup>15</sup> Assim como foi apresentado nos parágrafos subsequentes, podem existir associações que performam e possuem objetivos específicos e muitas vezes contraditório, no entanto, essa não é uma regra geral para todas, não justificando um antagonismo generalizado e enclausuramento em seus objetivos, provocando em ações coletivas setorializadas, distanciando-se do pensamento coletivo pregado por estas entidades.

serviço públicos	específico: transportes coletivos, proteção de veículos hídricos.
Associação religiosa de apoio aos movimentos sociais	Realizam serviços e assessoria por agentes das Igrejas. Elas possuem dificuldade de vinculação institucional (existem poucas que conseguem)
Associação sócio-ambientais	Ficam localizadas principalmente em áreas que demandam um maior cuidado (grandes rios e locais de potencial turístico), atuando na fiscalização e preservação dos recursos naturais.
Associações de articulação	Oferecem suporte e articulação das organizações que apresentam afinidades quanto a forma de ação, ideias, objetivos ou atividades, contribuindo para o fortalecimento da atuação na escala local ou mais abrangente.
Associações beneficentes / filantrópicas	Oferecem serviço assistencial, atendendo material ou emocionalmente as pessoas, grupos ou segmentos sociais. Podem estabelecer parcerias com o poder público (mutirões ou a partir de agências financiadoras).
Associações de promoção Humana	Criam condições para o desenvolvimento autônomo do beneficiário de seus serviços, através de políticas públicas estatais, atendendo as necessidades sociais.
Associações e Movimentos de mulheres	Responsáveis por defender e auxiliar em lutas a favor dos direitos e da dignidade da mulher, promover a capacitação e valorização da sua autoestima.
Associações e Sindicatos empresariais rurais	Estão representadas por irrigantes ligadas ao agronegócio voltados para a exportação
	Os sindicatos rurais são compostos por médios e grandes proprietários.
Associações e Sindicatos empresariais urbanos	Presença das Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL) e Associações comerciais e industriais. Ambas atuam em defesa dos interesses de varejistas. As Associações de empreendedores, estão envolvidas com o público jovem com o intuito de promover iniciativas de geração de renda.
	Os sindicatos empresariais diferenciam-se das associações apenas por apresentar uma natureza jurídica e articulações políticas locais.
Associações Educacionais	Composta prioritariamente por profissionais ligados à educação (professores e pedagogos). Se dedicam a promoção da educação profissional, infantil e popular nas áreas rurais e urbanas.
Associações profissionais	São responsáveis pela valorização e organização de novas categorias de associações ligadas as atividades específicas de cada região. Apresentam uma preocupação com a qualidade de vida e de trabalho, a sua organização e mobilizar a categoria (profissão).

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Teixeira (2008).

A classificação apresentada por Teixeira (2008) não teve o intuito de construir uma caracterização simplista das organizações sociais. O autor reconhece a dificuldade de propor

uma classificação dada a multiplicidade de atividades que podem/são desenvolvidas a partir de uma associação, logo, trata-se apenas de uma simples sistematização para compreender minimamente alguns tipos de organizações e seu funcionamento. É possível perceber que elas operacionalizam a partir de propostas distintas, contemplando as necessidades de sociabilidade, socialização de informação, educativa, assistencialista, culturais, econômicas, ambientais e religiosas, podendo contemplar diferentes públicos e segmentos sociais. Segundo Santos (2011), “[...] as associações surgem como espaços de auto-organização dos cidadãos tornando-se necessário que classifiquem uma estratégia de serviço aos associados e serviço à comunidade.” (p. 22). Assim, essas formas organizacionais aparecem como uma tentativa de equilibrar as desigualdades entre os lugares, permitindo que os sujeitos reivindiquem e defendam os ideais defendidos.

Santos, Coelho Neto e Silva (2011) elaboram uma tipologia para as formas associativas, apontando as características que particularizam cada tipo de associação (Quadro 8). Importante contextualizar que esta tipologia foi construída para realização de um denso e amplo diagnóstico do associativismo no Território do Sisal. Esta proposição tem importância singular neste trabalho, pois, envolveu uma pesquisa realizado no recorte regional em que se localiza a cidade de Serrinha (Ba), *locus* de atividade e existência das associações objeto desta investigação.

Quadro 8: Tipologias e características das organizações associativistas

<b>Tipo de associação</b>	<b>Características gerais</b>
Ambiental	Concentra pessoas associadas e colaboradores, com a finalidade de desenvolver ações para a preservação ambiental;
Beneficente	Congrega pessoas afim de ajudar outras, de maneira;
Comunicação	Concentração de pessoas e/ou profissionais, que se responsabilizam pela transmissão de informações pelas diferentes vias;
Comunitária	Reuni pessoas de uma comunidade, afim de discutir os problemas do local onde vivem;
Cultural	Tem por objetivo, sanar e/ou amenizar problemas relacionados aos ritos culturais, bem como a sua manutenção, arquivamento e transmissão;
De Classe	Reuni indivíduos que possuem um status social em comum, afim de defender seus interesses;
De Clube	Possui relação com os espaços de lazer, ao qual são reunidas pessoas afim de gozarem destes privilegio, bem como propor meios de atrair mais associados (se assim for necessário), além de propor soluções de problemas e/ou melhorias;
Educação	Promoção de projetos educativos em espaços formais e não-formais, afim que melhorar a qualidade educação dos beneficiados;
Institucional	Grupo seletivo que atende a uma demanda jurídica do Estado, nas diferentes

	esperas: Federal, Estadual, municipal;
Organização de Jovens	Aglomerar pessoas com a faixa etária dos 19 aos 29 anos, afim de propor e/ou desenvolver atividades que atendam suas demandas;
Produtiva	Congrega pessoas que desenvolvem trabalhos distintos, mas possuem a mesma finalidade de melhorar um setor produtivo;
Religiosa	Congrega pessoas que compartilham de uma crença em comum e podem promover atividades de evangelização, estudo teológico, promover ações que aproximem uma religião/ceita a comunidade;

Fontes: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Santos, Silva, Coelho Neto (2011).

Dentre as tipologias apresentadas no quadro 8, as associações comunitárias despertam o nosso interesse, pois, envolve a população civil organizada coletivamente em torno de uma especificidade local, com o intuito de solucionar os problemas e/ou limitações do lugar que vivem (SANTOS, SILVA e COELHO NETO, 2011).

Independente do tipo de associação, todas as que foram apresentadas no quadro 8 compartilham algumas características gerais. Há sempre uma reunião, congregação, formação de um grupo, que é organizado coletivamente, logo, a união é um fator importante e presente nas organizações associativistas. Em sequência, podemos perceber que esta união é norteada minimamente por um elemento em comum, conferindo ao grupo, certo grau de particularidade, identidade e objetivos. Por fim, é importante considerar que embora o quadro apresente um conjunto de naturezas distintas, esse fato não exclui a existência de grupos que sejam dotados de uma mescla dessas tipologias.

Por envolver ações que promovem o constante contato entre seus integrantes, é comum identificar em uma associação que seus membros venham apresentar algumas características ligadas ao coletivo, adquiridas a partir do contato e de um processo de sincronia comportamental entre os sujeitos (WEIL, 2017), manifestando através das gírias, do gosto musical, do alinhamento político. Porém, este fato não exclui da dimensão individual dos sujeitos, presente na forma como cada uma interpreta os fenômenos, como realizam determinadas tarefas, nas discordâncias. Esse *mix* entre as individuais e coletividades sociais, criam um ambiente rico quanto a troca de experiências, fortalecendo seu papel educativo e colaborativo.

A forma como as associações desenvolvem atividades/ações, possibilitam ou em alguns casos promovem a igualdade, dignidade e garantia de um conjunto de direitos sociais e legais, manifestados através da liberdade de promoção ou participação de reuniões, contando com a possibilidade de acesso a diferentes modalidades da ação coletiva, orientados pelo poder de escolha individual, assim como é previsto no artigo quinto (5º) da Constituição de

1988:

Art. 5.º **Todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XVI - todos podem **reunir-se pacificamente**, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é **plena a liberdade de associação para fins lícitos**, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - **a criação de associações** e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo **vedada a interferência estatal em seu funcionamento**;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - **ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado**;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente; [...]  
(BRASIL, 1988)

As leis apresentadas contribuem e legitimam a participação social como direito fundamental, capaz de possibilitar que os sujeitos possam usufruir da liberdade e capacidade de unir-se a outros em defesa de interesses em comum. Por se tratar de um governo democrático<sup>16</sup>, as associações possuem autonomia quanto o seu funcionamento, de forma que podem apresentar um conjunto de regras/normas que expressam sobre a sua natureza, seus objetivos e proporciona também uma noção geral sobre a forma de atuação destas (STORTO, 2014). Essas proposições reforçam as contribuições de Teixeira (2008) apontando o papel do associativismo em oportunizar a participação da população no contexto democrático. Este é um campo de discussão bastante denso e potente, que alia associativismo e democracia, debate que, por sua musculatura na literatura, será travado na próxima seção.

### 3.2 Associativismo urbano e democracia

Por ser uma construção social, as associações são influenciadas pela conjuntura que estão inseridas, refletindo diretamente no seu *modus operandi*, nas relações/interações sociais, nas configurações que venham adquirir, alinhados com o delineamento de objetivos coletivos,

---

<sup>16</sup> Em meio a este cenário, o Estado possui um duplo papel, à medida que pode restringir legalmente as ações do grupo, a partir da constatação de atos e propagação de ideologias que ferem os Direitos Humanos e/ou constitucionais. Em outra situação, o Estado pode criar mecanismos ou vias políticas, capazes de estreitar o relacionamento com a população civil organizada, com o intuito de contribuir para o seu desenvolvimento.

que devem ser consistentes, alcançáveis e condizentes com a realidade de cada grupo, para que de fato faça sentido a união e as ações dos sujeitos coletivamente.

É válido considerar que em uma conjuntura “aberta” as associações encontram um campo favorável para o exercício da organização e participação social, além de um ambiente de diálogo favorável com o poder público. Pelo contrário, nas estruturas “fechadas” as ações coletivas são vetadas ou ficam impossibilitadas de atuação<sup>17</sup>, ocasionando (propositalmente) um distanciamento entre a população e o poder público (TEIXEIRA, 2008). As estruturas abertas podem ser associadas a conjunturas democráticas, elas podem oferecer maior oportunidade de atuação e mobilização social, como por exemplo, as associações, que no decorrer das últimas quatro décadas foram responsáveis por ser “meios alternativos de dar voz (**principalmente**) aos desfavorecidos” (LUCHMANN, 2014, p. 160, grifo nosso).

Sobre o associativismo no Brasil, é necessário fazer duas considerações. A primeira refere-se ao processo de urbanização e industrialização brasileira, afinal, este fenômeno ganhou força em meados da década de 1930, contribuindo para o surgimento de uma nova dinâmica econômica, social e cultural, vinculada ao espaço urbano (SOUZA JÚNIOR, 2011), que ao longo das décadas apresentou um forte poder atrativo, assim como pode ser observado na Tabela 1, a partir do comparativo entre a distribuição da população urbana e rural.

Oliveira (1999) considera que a participação popular (organizada socialmente) no espaço urbano durante o período que antecede o processo de redemocratização da sociedade brasileira, foi acompanhada por certo nível de espontaneidade e senso de justiça, configurando-se em

[...] instrumentos políticos novos, uma vez que questionavam o Estado autoritário, obrigando a redemocratização; faziam reconhecer a presença dos oprimidos como novos atores políticos; colocavam-se ao lado dos partidos e sindicatos, renovando-os, e possuíam a capacidade de intervir autonomamente na correlação de forças. (OLIVEIRA, 1999, p. 10)

Principalmente as ações coletivas desenvolvidas no espaço urbano, após a chamada redemocratização, proporcionaram maior visibilidade para as diferentes formas de atuação e mobilização social, decorrente dos processos de exclusão em relação aos benefícios proporcionados a partir da urbanização, contribuindo para o surgimento de organizações sociais populares, com um perfil inovador e reivindicativo. A presença delas demonstra a capacidade e o poder de articulação social em prol do direito a igualdade e maior participação

---

<sup>17</sup> Assim como foi apresentado nas subseções 2.2.1 e 2.2.2. Em governos com uma postura mais autoritária, há uma maior complexidade no que diz respeito ao desenvolvimento e mobilização de ações coletivas, principalmente aquelas que apresentam um caráter acionário ou popular.

dos espaços de decisão política (OLIVEIRA, 1999).

Tabela 1: Distribuição da população urbana e rural do Brasil – 1940/2010

Situação do domicílio Anos	População Urbana		População Rural		TOTAL
	Valor Absoluto	Valor Relativo	Valor Absoluto	Valor Relativo	
1940	12.880.790	31,29	28.288.531	68,71	41.169.321
1950	18.782.891	36,16	33.161.506	63,84	51.944.397
1960	32.004.817	45,08	38.987.526	54,92	70.992.343
1970	52.904.744	55,98	41.603.839	44,02	94.508.583
1980	82.013.375	67,70	39.137.198	32,30	121.150.573
1991	110.875.826	75,47	36.041.633	24,53	146.917.459
2000	137.755.550	81,23	31.835.143	18,77	169.590.693
2010	160.925.792	84,36	29.830.007	15,64	190 755 799

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do IBGE, Censo Demográfico 1940/2010

No comparativo entre os anos de 1940 e 2010 é possível perceber um expressivo aumento na população urbana no Brasil. As cidades passaram por um crescimento rápido, acompanhado de uma série de problemas sociais como a falta de emprego, a violência, a carência de serviços públicos, configurando-se um ambiente propício para o surgimento e manifestação de ações coletivas como movimentos sociais, Organizações não Governamentais (ONGs), os sindicatos, as associações, com a finalidade de superar os problemas identificados (OLIVEIRA, 1999).

A segunda observação refere-se às mudanças que ocorreram na década de 1980, decorrente de um protagonismo envolvendo as diferentes modalidades da organização social, com o intuito de combater o regime militar (SCHERER-WARREN, 1993).

No Brasil, as noções de movimento popular ou social passaram a ser comumente utilizadas para denominar as ações coletivas desenvolvidas por organizações populares localizadas e específicas como alcance limitado de sua ação política (por exemplo, associações de bairro, movimento de mulheres, organizações de defesa ambiental etc). Estas organizações que proliferaram da década de 70 aos meados da década de 80 tiveram sua relevância política durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para novos atores sociais. (SCHERER-WARREN, 1993, p. 115)

Essa década ficou marcada por uma mudança na conjuntura política, a partir do processo de redemocratização no contexto da América do Sul, contribuindo para uma mudança na forma com o poder público dialoga com a população, além de estimular o surgimento de diferentes naturezas associativistas, contribuindo para as mudanças que ocorreram no cenário brasileiro (GOHN, 1997; AVAITZER, 1999; CARLOS E SILVA,

2006; TEIXEIRA, 2008; PEDON, 2013 E PEDROZO, 2015).

Storto (2014) considera a Constituição Federal<sup>18</sup> como um instrumento político e jurídico da nação construído a partir da influência de uma pluralidade de forças e sujeitos políticos presentes na sociedade brasileira. Ela pode ser encarada não apenas como um documento ou instrumento legal, mas também como um símbolo das conquistas políticas e sociais brasileiras, ficando explícito em um dos seus princípios fundamentais expresso em seu parágrafo único: “Todo o poder emana do povo [...]”. O trecho evidencia a importância da participação popular na vida política do nosso país. Um importante adendo é que a ideia de poder popular deve e pode ir além do voto, ele envolve também o acompanhamento, cobrança, encaminhamento e participação popular nos espaços de decisão política, de forma individual ou coletivamente.

As mudanças conjunturais que ocorreram no Brasil impactaram positivamente em sua base legal, ocorrendo um estímulo ao surgimento e visibilidade das diferentes formas de representação do poder popular, assim como foi com o associativismo a partir da década de 1990, que esteve aliado ao surgimento de novas demandas sociais, contribuindo para o fortalecimento e da multiplicidade de organizações associativistas com distintas naturezas (ver quadros 7 e 8). Essas que, por sua vez, devem dialogar com as intencionalidades e demandas de um determinado local, justificando a existência de uma heterogeneidade organizacional, permitindo a integração/participação dos sujeitos em uma que melhor se adequa a sua necessidade e/ou realidade, abrindo margem para novos campos de defesa e/ou mobilização social, além de apresentar uma diversificação de objetivos, localização geográfica e campo de atuação como gênero, raça, condição comunitária, visibilidade política, atividades econômicas ou demandas culturais.

Reconhecemos que o processo de democratização da sociedade brasileira viabilizou uma série de avanços do ponto de vista social e político, no entanto, é válido considerar que esse país ainda apresenta uma série de demandas sociais, ocasionadas por um conjunto de estruturas que envolvem a opressão e condicionamento da população. Em seu estudo, Ganança (2006, p. 19) problematiza sobre a democratização brasileira, enfatizando que ela foi forjada e perpetuada por um “[..] Estado, que nunca foi democrático ou realmente público, mas extremamente patrimonialista, escravocrata, patriarcal, com uma burocracia constituída instrumentalmente, vinda das elites políticas tradicionais”. O aludido autor faz uma crítica ao modelo de democracia desse país, evidenciando que embora tenha ocorrido uma “abertura”

---

<sup>18</sup> Constituição Federal, 1988 – Disponível em <<http://www.uel.br/aai/pages/arquivos/Constituicao%20Federal%201988br.pdf>>

para a participação popular, ela ainda é mínima, e resguarda o favoritismo e a manutenção de determinados grupos em espaços de privilégio e influência na sociedade, comprometendo e corroendo o sistema democrático do país.

Reforçando a compreensão sobre uma conjuntura que limita a atuação das organizações sociais, Carlos e Silva (2006) consideram que as práticas associativistas no Brasil são “multifacetadas”, pois mesclam entre o tradicionalismo, relações assimétricas de poder e a partilha de mediação política, inserindo-se em um campo complexo e de constantes disputas políticas. Sobre a atuação desses grupos organizados no espaço urbano, Oliveira (1999) destaca que embora possuam uma autonomia ideológica, somente isso “não garante a possibilidade de intervenção na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes” (p. 19), esse último responsável por criar mecanismos que fragmentam e fragilizam as ações coletivas.

Eis o grande desafio das diferentes modalidades das ações coletivas brasileiras, isto é, romper com as lógicas de condicionamento e dominação social, promovida pelos “donos do poder”. Afinal, assim como as camadas mais populares se organizam coletivamente com a finalidade de defender seus interesses, os grupos privilegiados também utilizam dessa estratégia, com a intenção de perpetuar ou fortalecer o seu status e condição de poder. Torna-se válido considerar que, pela condição de não ter de fato se efetivado uma democracia, com o objetivo de romper com as estruturas de privilégios instauradas em nossa conjuntura, deve-se acreditar e trabalhar para que as mudanças almeçadas possam acontecer, acompanhadas (preferível) de ganhos sociais.

Na segunda metade do século XIX, havia todo um processo formal e burocrático para que a população pudesse formalizar uma associação (científica, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, profissional, de classe ou beneficente). Era obrigatório que os sujeitos solicitassem autorização a unidade policial mais próxima do local que iria ocorrer a reunião. Algum responsável (delegado, chefe de polícia ou subdelegado) ficaria encarregado de tomar as medidas cabíveis para realizar o número de reuniões necessárias para a elaboração do Estatuto, com este material pronto, seria encaminhado para a Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, os documentos (atas e estatutos originais) que posteriormente seriam analisados. Quando necessário seriam sugeridas algumas alterações, normalmente de natureza jurídica. Quando o estatuto oficial estava aprovado, poderia ser encaminhado a Tipografia Nacional para realizar a impressão. Algumas associações utilizavam como estratégia para incentivar a adesão ao grupo, a publicação do estatuto em jornais, pois, eram um importante veículo de comunicação da época. Esse processo deveria ser realizado de forma

indiscriminada para que organizem coletivamente (JESUS, 2007).

Em seu estudo, Gohn (1997, 2014) identificou que no século XX o Brasil exibiu diferentes níveis e tipos de participação social via ações coletivas, que, dialogavam diretamente com a conjuntura política, social e econômica da época. A aludida autora reforça também que os movimentos populares passaram por uma crise de atuação na década de 1990, ocorrendo uma desmobilização e principalmente as associações, perderam nuclearidade nos debates sociais e políticos. Para Oliveira (1999), essas mudanças podem ser analisadas a partir de duas perspectivas. A primeira considera que as organizações populares perderam força ou que sofreram alguma regressão diante os ajustes da sociedade. Enquanto a segunda considera que ocorreram adequações e mudanças de foco da atuação social, afinal, alguns pontos foram contemplados e/ou surgiram novas demandas.

Em estudos recentes, Coelho Neto (2019, p. 111) reúne algumas características gerais apresentadas pelo associativismo, que além de performar como um grupo socialmente organizado em torno de interesses comuns, elas “(i) são formadas para atender interesses comuns aos membros, (ii) a participação é voluntária e não adquirida por nascimento, e (iii) existem de modo independente do Estado, portanto, consideradas como entidades da sociedade civil”. Ampliando o debate sobre o direito de liberdade dessas entidades, Storto (2014) defende que elas devem vir acompanhadas de três dimensões: a não interferência, participação e financiamento (Quadro 9).

Quadro 7: Três dimensões da liberdade de organização social

<b>Dimensão</b>	<b>Particularidades</b>	
Não interferência	Direito subjetivo das organizações e dos indivíduos em participar e auto-organizar sem interferência indevida do Estado	
	Desenvolver atividades para a finalidade que atende as suas necessidades/objetivos do grupo	
	Proporcionar a garantir o livre exercício de direitos civis políticos	
	Existência de normas e práticas administrativas, que zelam por manter a independência dessas organizações	
Participação	Associada ao direito de liberdade de participação a uma atividade de cunho coletivo	
	Pode estar vinculada ao contexto político, social e econômico	
	Exercem o papel de mediadoras entre os diferentes segmentos da sociedade e representantes políticos	
Financiamento	Atuação direta	Relações de contratual para o desempenho de uma atividade de interesse mutuo
	Atuação indireta	Criação de mecanismos de incentivos fiscais e doações, desonerações e simplificação fiscal.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Storto, 2014.

No Brasil, as associações possuem autonomia quanto a sua forma de organização interna, elas podem estabelecer um conjunto de regras/normas vinculadas a dinâmica do grupo, com o intuito de proporcionar um ambiente de ações e interações sociais, sem que ocorra uma interferência direta do Estado, salvo em algum momento que seja constatado (denunciado) medidas abusivas que vão contra o respeito e a dignidade humana. Por desenvolver trabalhos voluntários, a participação da população deve ser facultativa, em hipótese alguma os sujeitos devem ser forçados a participar/filiar-se a uma associação. Por estar incluso na categoria de entidades sem fins lucrativos, os recursos financeiros que estão sob administração da associação, podem ser obtidos através da contratação para prestar um serviço para a população local (filiados e não filiados) ou através de doações, de forma que o valor obtido deve ser reinvestido com o intuito de atender as demandas da associação com eletricidade, água potável, materiais, contratação de algum profissional e equipamentos.

Uma tendência atual de algumas associações é a adoção de um sistema de parceria<sup>19</sup> com outras entidades, com a iniciativa privada e/ou com o poder público. Sobre esse último, as “ações da sociedade civil [...] vão no sentido de transmitir à esfera pública política os ecos dos problemas sociais e de tornar-se parte nas soluções desses problemas” (TEIXEIRA, 2008, p. 42). As associações que adotam essa característica visam atender os objetivos propostos, além de auxiliar/contribuir na gestão pública, através do direcionamento na alocação de projetos, de investimentos ou até mesmo evidenciando algumas demandas existentes.

Inspirados por uma mentalidade coletiva e cívica, os sujeitos podem encontrar nas associações, a oportunidade de promoção do exercício da cidadania, por meio da atuação/mobilização social e inspirados pelo desejo e/ou dever de cuidar da sua nação, Estado, município ou bairro. Com o objetivo de promover melhorarias, algumas utilizam dos recursos pessoais, performando como instrumento capaz de mobilizar a população para promover mudanças nos diferentes âmbitos (sociais, econômicos, culturais, políticos), de forma que venham adquirir um elevado nível de reconhecimento por parte da população envolvida (associados, parceiros e aliados) (VIANA, 2003).

Nas últimas quatro décadas, novos atores, ações coletivas surgiram no Brasil, alterando consideravelmente os debates (pautas raciais, de gênero, ambientais, urbanas) contribuindo para novas configurações associativistas, modificando a forma como atuam na sociedade, afinal, em sua maioria estão vinculadas as lutas e reivindicações político-sociais (VIANA, 2003). As associações, em sua maioria, são constituídas em meio a um campo de

---

<sup>19</sup> O sistema de parceria não está vinculado ou presente em todas as modalidades associativistas. Elas podem variar de acordo com o perfil e objetivo de cada entidade.

lutas e reivindicações sociais. Elas ocupam grandes segmentos como o cultural, de lazer, comercial, assistencial, trabalhista, comunitário, identitário, educacional e religioso. Ainda nesse conjunto setorizado, é possível identificar um conjunto de ramificações, constituídas a partir de diferentes necessidades, realidades e intencionalidades, relevando a diversidade do campo associativista brasileiro.

Determinadas formas associativas que atuam no espaço urbano apresentam dinâmicas de funcionamento similares, embora, resguardem suas particularidades, à medida que visam atender aos interesses coletivos em um determinado recorte geográfico. Através das ações desenvolvidas, elas podem se tornar um instrumento de apropriação por parte da população de um bairro, com a finalidade de superar as limitações/problemas/deficiências dos lugares que se situam e estabelecem vínculos territoriais, além de contribuir para o exercício da sociabilidade, estimulando e oportunizando a participação em ambientes que possibilitem e permitam a troca de ideias, análises conjunturais, reflexões e proposições. Tendo como base as características elencadas, acredita-se que elas possam contribuir para uma ressignificação do sentido da participação popular do processo de produção e transformação do espaço urbano, afinal, o associativismo urbano pode apresentar como características, o encadeamento de reflexão-ação coletiva, identificação e vínculo com o espaço e com os sujeitos, invólucro em um conjunto de atividades estratégicas capazes de explorar as potencialidades da atuação social, de forma que venham desenvolver diferentes níveis e estruturas de relação e apropriação territorial.

As associações de bairro são pensadas, organizadas e estruturadas a partir da realidade vivida pelos sujeitos integrantes e idealizadores, proporcionando particularidades quanto a forma de sua atuação, organização, quantidade de membros, expressividade política e/ou social, relação com a população local, entre outras características que possam surgir. Sem perder de vista que elas são influenciadas diretamente pelo contexto geográfico e histórico, esta condição é responsável por proporcionar momentos de pouca expressividade política, enquanto em outros, fica perceptível uma efervescência da atuação associativista. Importante destacar que os contextos podem influenciar na proposição e estruturação dos objetivos (presente em seu estatuto), explícitos nas ações planejadas e/ou promovidas pela associação, (LAVALLE, CASTELLO e BICHIR, 2007).

As associações urbanas apresentam diferentes classificações, pois, elas estão alinhadas a multiplicidade de fatores (ambientais, contextuais, políticos, sociais, econômicos, culturais) que contribuem para o seu desenvolvimento e plena atividade ao longo do tempo (VILAÇA, 2017; LUCHMANN, 2008). No Brasil, o associativismo urbano ganhou força devido às

vinculações sociais e territoriais (bairro) que aos moradores possuíam. Neste sentido Sherer-Warren (1986) apresenta a seguinte reflexão:

O associativismo de bairro é formado por entidades locais, especialmente referenciadas a um bairro ou comunidade residencial, possuindo certo grau de institucionalização (estatuto, regimentos, cargos de direção). Tem a finalidade de produzir melhorias de infraestrutura urbana, de bens e serviços públicos urbanos e/ou da qualidade de vida de uma determinada localidade, contando com a participação de seus moradores. (SHERER-WARREN, 1986, p. 15)

Fica perceptível a relação, a identificação dos problemas, as necessidades e/ou as limitações do local que os sujeitos estão situados. Por esse motivo, acredita-se que as associações de bairro podem se tornar uma referência territorial e/ou social para a população local, afinal, eles encaminham suas reivindicações para a melhoria da infraestrutura do bairro ou da comunidade de referência; para a melhoria da qualidade de vida (na saúde, educação, lazer, meio ambiente, etc.); para reconhecimento de suas tradições culturais (pelas promoções de eventos, festas, festivais, etc.); e podem atuar de forma independente, visando contemplar as demandas locais.

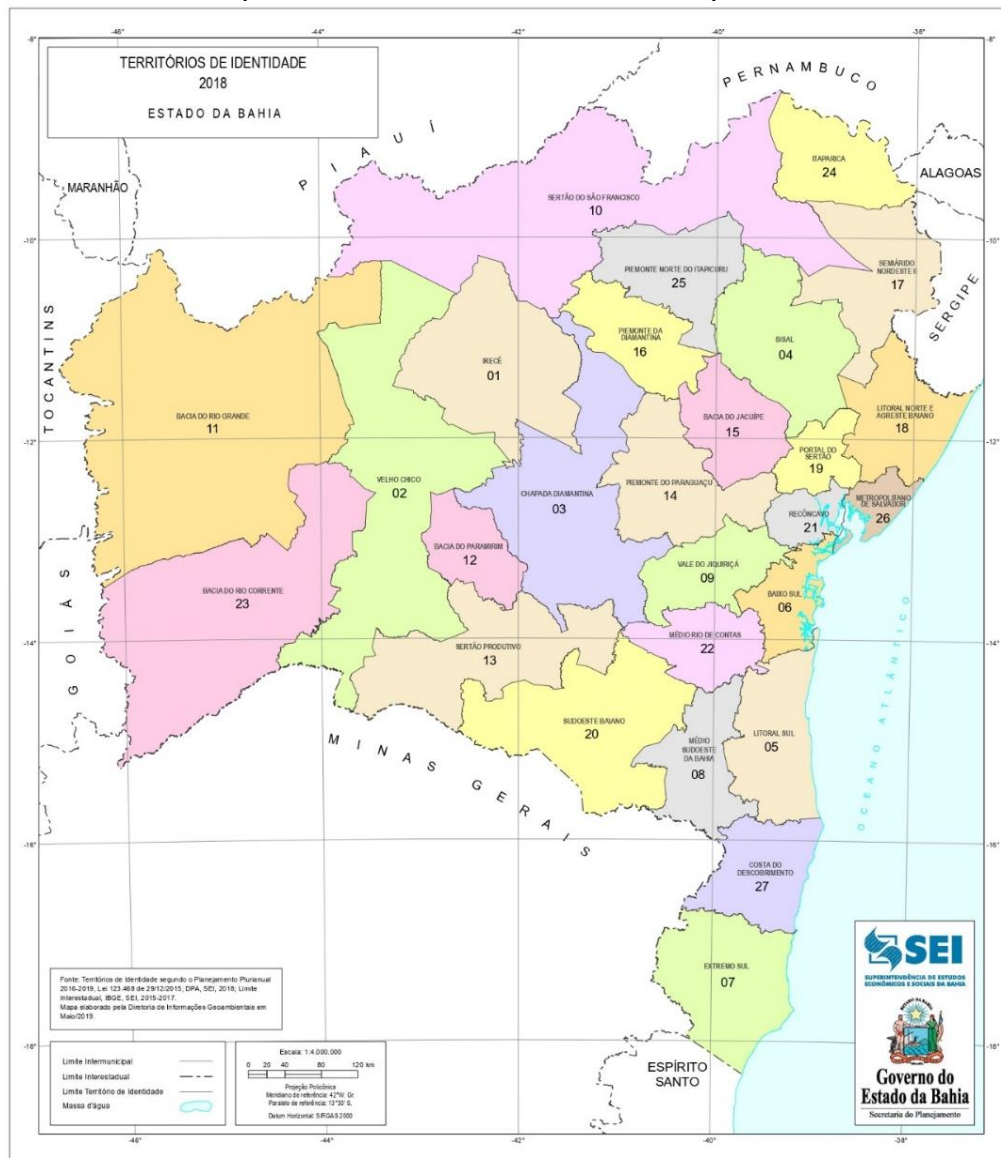
No interior de uma associação de bairro, pode e deve ocorrer um diálogo franco e aberto com a população, corpo dirigente, associados e parceiros. Pedrozo (2015) acredita que o associativismo de bairro é uma importante expressão de organização da sociedade civil local, pois, ela pode ser capaz de tornar-se um mecanismo de articulação entre os moradores de um bairro, nesse meio tempo, reforçam o sentimento de pertencimento ao local (bairro) e a noção de dever cívico, assim como também aponta Ganança (2006).

Em seu estudo sobre a sociedade civil na Bahia, Teixeira (2008) apresenta as funções gerais que podem ser desempenhadas pelas associações. A inovação social, responsável por detectar e satisfazer as necessidades dos grupos, a partir da sensibilização ou por dar um enfoque a um problema específico, sendo que esse tipo de organização exerce pressão sobre as esferas de decisão. Outra funcionalidade exercida por uma associação é sua capacidade em produção de serviços, pois, possuem suas ações com foco na/para a coletividade, de forma que realiza a valores acessíveis, esse tipo de associação se destaca pelas ações humanitárias e assistencialistas, comumente atreladas a fundamentos éticos ou religiosos. Elas promovem também a socialização entre os sujeitos, cuja função é responsável por reforçar os vínculos sociais, o exercício da cidadania, a participação da população, além de estimular e promover a prestação de serviços sociais, com o intuito de permitir acesso aos direitos sociais e melhorar a apropriação da representação social pelos beneficiários e/ou desenvolver um trabalho de

acompanhamento de pessoas socialmente excluídas (TEIXEIRA, 2008).

No interior baiano, mais especificamente, o Território de Identidade do Sisal (Mapa 1) é marcado por uma diversidade de associações, que surgiram na década de 1960, inicialmente estiveram ligadas diretamente ao espaço rural, devido a estrutura econômica e social forjada historicamente em torno da cultura da Agave (SANTOS, 2007; TEIXEIRA, 2008; SANTOS, SILVA e COELHO NETO, 2011; COELHO NETO, 2013a e SANTOS e SILVA, 2017). A partir de um estudo pioneiro desenvolvido por Santos (2007) sobre o associativismo desenvolvido no Território do Sisal, a autora identificou que as associações comunitárias ocupam um importante papel quanto ao atendimento das necessidades locais.

Mapa 1: Território de Identidade da Bahia – Seplan/2018



Nas décadas seguintes, houve um aumento expressivo na quantidade de associações nesse Território, chegando a marca dos 2.166, segundo Santos, Silva e Coelho Neto (2011). Deste quantitativo, 1154 (73,74%) são associações comunitárias<sup>20</sup> e em sua maioria está vinculada ao espaço rural<sup>21</sup>, principalmente devido as condições históricas, sociais e econômicas vinculadas a este espaço. Em um estudo recente, Coelho Neto (2019) reforça o papel do associativismo nesse território, que, em sua maioria é desenvolvido com o intuito de atender as demandas de caráter imediatista ligado a questões infraestruturais ou de sobrevivência. O aludido autor realiza a seguinte reflexão sobre o associativismo no Território do Sisal.

Em geral, as associações comunitárias se tornam porta-vozes dos moradores do povoado, aglutinando e ecoando as demandas para formular reivindicações ao poder público municipal e estadual. É da força que eles adquirem atuando coletivamente e até mesmo da força eleitoral que alimentam as relações políticas no contexto interiorano da Bahia, que conseguem obter benefícios para o povoado. Em muitos casos, é pela atuação da associação que os moradores se articulam para buscar por soluções para os problemas imediatos dos lugares de vida e (re)existência (COELHO NETO, 2019, p. 115)

Independente do espaço que estejam situadas (rurais ou urbanas) as associações comunitárias representam a organização e mobilização coletiva da população local, com possibilidade de promover um intermédio entre a população e o poder público e/ou privado, além de mobilizar os sujeitos frente às adversidades locais, de forma que atua enquanto um instrumento passível a apropriação e propulsor de mudanças sociais, política e culturais (CORRÊA, 1986).

### **3.3 Associativismo e territorialidade**

Palco das intervenções humanas (mas, também, meio e condição da reprodução social), o espaço apresenta em suas feições e configurações, um misto de fenômenos com

---

<sup>20</sup> A nomenclatura de associação comunitária, utilizada pelas associações de bairro, apresentam uma hibridização da atuação associativista, pois, suas pautas apresentam uma forte vinculação ao bairro, embora, em seu estatuto, possa apresentar uma abertura para a participação e desenvolvimento de/junto a projetos, que possam envolver outros bairros. Essa concepção, vem por reforçar as proposições de Santos, Silva e Coelho Neto (2011) referente a possibilidade de mescla entre as naturezas associativas (ver quadro 08), reforçando assim, o poder de adaptabilidade associativista junto das demandas identificadas.

<sup>21</sup> Esta foi uma das lacunas identificadas durante o estudo sobre o associativismo no Território do Sisal. Observou-se uma carência de estudos sobre o associativismo desenvolvido no espaço urbano, afinal, embora apresentem um percentual quantitativo baixando (quando comparado com o rural), essas entidades expressam uma relativa importância na dinâmica social e política dos municípios do interior da Bahia.

escalas temporais distintas, em constante processo de transformação, de forma que podem ser identificadas a partir das rugosidades espaciais e nos resquícios culturais decorrentes da interação dos sujeitos no espaço.

Hoje o espaço das sociedades não é a soma dos espaços correspondentes a cada sociedade particular existente, tampouco esse espaço social é exclusivamente o habitat dos homens, graças à nova natureza das relações intra-sociais e entre sociedades. A noção de espaço tornou-se bem diferente, e talvez distante, da noção de ecúmeno. O espaço social é muito mais que o conjunto de habitats, graças ao novo tipo de relações cujo âmbito ultrapassou o das comunidades isoladas, e mesmo dos países, para tornar-se mundial. Além do mais, a construção do espaço em nossos dias não resulta unicamente da atividade econômica direta e imediata, mas também das expectativas de valorização de áreas atualmente não ocupadas ou consideradas sem valor econômico. (SANTOS, 2004, p. 210)

As diferentes feições apresentadas pelo espaço demonstram as variadas formas de uso e apropriação, de forma que não estão desvinculados das intencionalidades, necessidades ou pela própria subjetividade dos vínculos estabelecidos com estes.

O espaço geográfico é o principal palco das interações e atuação social, ele envolve a capacidade que os sujeitos têm em mobilizar e fazer uso dos elementos que compõe a dimensão material e simbólica<sup>22</sup>, à medida que são orientados pela necessidade ou anseio em alcançar/atingir objetivo(s) e/ou finalidade(s) específica(s) (CAPUCHA, 1999). A forma como os sujeitos estabelecem interações com os demais e conseqüentemente com o espaço, revela muito sobre o grau e/ou nível de relação e influencia que exerce no espaço geográfico, entendido por nós a luz das contribuições de Santos (2002, p. 63) como “um sistema indissociável, solidário e também contraditório de um sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nos múltiplos usos atribuídos ao espaço, pode-se perceber o envolvimento da técnica, da racionalidade e da intencionalidade produzindo a materialização de um conjunto de objetos, símbolos e atuação social, fatores influenciados diretamente pela condição temporal.

A sociedade se realiza no espaço, este é conteúdo e continente das relações sociais, uma base para as ações coletivas. O associativismo, objeto desta pesquisa, como forma de ação coletiva é uma expressão das relações sociais, implicando a interação de indivíduos articulados em torno de objetos comuns. Vale ressaltar que o associativismo envolve a

---

<sup>22</sup> Para Hasbaert (2006) a multidimensionalidade do Território é acompanhada de características como a materialidade e imaterialidade; dominação e apropriação; concreto e funcional e simbólico e afetivo. Inspirado nessas contribuições, Coelho Neto (2016) apresenta uma sobre o território considerando a existência de uma dimensão material-funcional, marcado pela dominação, pela exclusividade de quem utiliza, uma dimensão simbólica, demonstrando uma apropriação, diferentes formas de reconhecimento e por fim, apropriação, podendo ser exercido por grupos distintos em momentos distintos.

existência de relações sociais e relações espaciais, nas quais os sujeitos articulados como ações coletivas se apropriam do espaço como mecanismo de reprodução social, conformando seus territórios/territorialidades, como argumentou Coelho Neto (2013, 2014, 2015).

A luz das contribuições de Raffestin (1993), o território pode ser compreendido como um produto da produção humana, afinal, ele está em constante processo de transformação por se tratar de um produto social. Nesse sentido, Raffestin (1993) realiza a seguinte reflexão sobre o Território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144)

Na definição proposta por Raffestin (1993) é possível identificar que alguns fatores exercem papel de centralidade, como por exemplo, a condição de um espaço que precede a constituição do território, configurando como um dos componentes basilares para se trabalhar o aludido conceito, pois, é no espaço que são e estão manifestadas as diferentes formas de atuação dos sujeitos e, conseqüentemente, a influência na formação e/ou produção territorial. À medida que os sujeitos intervêm e relacionam com o espaço, mas também entre si, fazem surgir diferentes formas de recorte espacial e apropriação, manifestando relações de poder. Raffestin (1993, p, 159) considera que “[...] o poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.”. São essas relações de poder que possibilitam uma reconfiguração da dinâmica e das lógicas de uso, apropriação e organização do território.

A noção de território apresentada pelo referido autor, surge como uma forma de superar a compreensão clássica proposta por Ratzel (1990)<sup>23</sup>, inserindo em suas considerações a ação dos sujeitos, sendo estes, dotados de capacidade para produzir os seus territórios, aquilo que ele define por autores sintagmáticos, afinal o “território [...] é a cena do poder e o lugar de todas das relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Em meio ao cenário de forças que controlam e modificam as configurações e a dinâmica espacial, os sujeitos aprimoram, desenvolvem e reinventam novas estratégias e

---

<sup>23</sup> Para Ratzel (1990), o território trata-se de uma porção de terra apropriada, nesse sentido envolve uma relação de propriedade e controle, nesse sentido o Estado seria responsável pelo sucesso ou decadência de uma nação, assim, a noção de poder presente é a exercida pelo Estado, em nome da soberania estatal.

formas de atuação e em alguns casos, apropriação espacial/territorial, com a intenção de assegurar a reprodução social. Para Raffestin (1993) e Saquet (2005), a formação territorial apresenta as interações sociais como um elemento central para que possamos compreender as interações estabelecidas com e no território. Nesse sentido, é interessante considerar duas variáveis indissociáveis. A primeira refere-se ao espaço, considerando-o como campo de atuação e influência dos sujeitos individuais e/ou coletivos. A segunda variável faz menção ao contexto (temporalidade), em referência às manutenções e ciclicidades que os territórios podem possuir, afinal, estão intimamente relacionados com a forma como os sujeitos exercem relações de poder sobre este.

Coelho Neto (2013a, 2013b) propôs uma interessante reflexão acerca do conceito de território considerando três perspectivas: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a centralidade da relação espaço-poder. Para o aludido autor, o território é o epicentro das ações e interações sociais desenvolvidas entre os indivíduos e grupos com o espaço de vivência. O autor considera a possibilidade de ocorrência de transformações nas lógicas de uso, principalmente quando consideramos a atuação social, pois, ela é capaz de propor e/ou realizar delimitações, diferentes formas de controle e/ou organização, evidenciando a capacidade humana em promover diferentes formas de apropriação de uma determinada fração do espaço e expressar por meio de suas ações, diferentes relações de poder sobre este, dialogando com as perspectivas apresentadas de Raffestin (1993) e Saquet (2005).

A multidimensionalidade do território está envolvida com a influência das ações humanas de forma individual e/ou coletivamente, proporcionando que o território possua uma dimensão física/material e subjetiva/simbólica. A multidimensionalidade apresenta um alinhamento teórico com as propostas de Haesbaert (2004), ao compreender que os processos de territorialização são acompanhados por uma dimensão material e imaterial. Além deste, as produções de Raffestin (1993, 2008) também apresentam relevantes contribuições para compreendermos a multidimensionalidade, pois, Raffestin (1993, 2008) a invocou na formulação da compreensão em torno do conceito de território.

Em torno da compreensão de multiescalaridade do território, Coelho Neto (2013b) sistematizou três noções centrais que acompanham a sua compreensão. (i.) O território não apresenta limites rígidos e imutáveis, eles se caracterizam pela flexibilidade dos limites territoriais, pois, por se tratar de um fenômeno intimamente ligado a atuação social, são alvos da atuação dos sujeitos, das intencionalidades projetadas e do contexto histórico e geográfico, podendo conservar, expandir ou retrainir seu raio/campo de poder. (ii) Os territórios não são isolados, principalmente quando consideramos a elevada capacidade de promover interações

e/ou relações entre os sujeitos. (iii) Um território pode apresentar diferentes níveis de territorializações, não cabendo mais limitar-se a ele mesmo, ou a um único indivíduo ou grupo, afinal, os sujeitos podem apresentar e/ou desenvolver diferentes formas de territorializar em um mesmo recorte espacial, alguns sujeitos apresentam múltiplas territorialidades e dimensionalidades territoriais.

A compreensão de multiescalaridade defendida por Coelho Neto (2013b) dialoga com os escritos de Sack (1986), orientado pela noção de que o território é dotado de uma flexibilidade em relação aos seus limites, de forma que apresenta variações em sua dimensão ao longo do tempo, de forma que são motivados por diferentes fatores, permeado pelas dimensões social, cultural, econômico, político, ambiental, entre outras. Nesse sentido, o território é acompanhado por um caráter mutável, além de ser constituído por e a partir da representação de níveis distintos de controle, grau de influência e/ou autoridade, que é exercida sob uma fração do espaço. Desse modo, os sujeitos (individuais ou coletivos) são responsáveis por influenciar e/ou controlar o seu acesso ou as atividades que são desenvolvidas nestes.

As relações de poder podem ser constituídas a partir de uma tríade, o espaço, enquanto base material, o tempo e a sua capacidade de manutenção, ressignificação ou ampliação e as interações sociais (RAFFESTIN, 1993) A combinação desses fatores contribuem para pensarmos na formação do território, pois, envolve os pilares de sua constituição, que, apresentam ao longo do seu funcionamento múltiplas lógicas de funcionamento, de forma que possam atender as necessidades e intencionalidades individuais e/ou coletivas dos envolvidos.

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder [...] que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53)

As relações de poder são constituídas a partir de uma base espacial/territorial, de forma que um sujeito e/ou grupo, transmite e/ou expressa para o outro (individual ou coletivo) um conjunto de códigos, símbolos, informações que demonstram relações de apropriação e controle sobre o espaço delimitado. Foucault (2009) apresentou cinco características que ajudam a pensar o conceito de poder: (i) o poder não pode ser adquirido e sim exercido a partir de diferentes pontos; (ii) as relações de poder possuem afinidades com as questões ligadas a economia e ao social; (iii) o poder emana de baixo para cima, possuindo micro relações de poder; (iv) as relações de poder são dotadas de uma intencionalidade por quem as

exercem, não sendo subjetivas; (v) onde há poder, haverá conflito.

O poder é algo inevitável e inerente às interações sociais, ele pode contribuir para uma conjunção de forças que solidificam o controle e/ou apropriação sobre o território, assim como, pode contribuir para situações conflituosas, marcadas pela disputa territorial e/ou de poder. Por se tratar de um fenômeno social, o poder está presente em todos os locais, de forma que são e estão acompanhadas por um conjunto de intencionalidades (FOCAULT, 2009).

Os escritos de Sack (2011) também evidenciam a dinâmica social como um elemento importante para que seja possível compreender e problematizar os processos e relação de controle, delimitação e organização espacial e/ou territorial. Uma noção que explora esse tipo de relação construída socialmente é a territorialidade, compreendida pelo autor segundo três relações interdependentes. A primeira refere-se à forma como as áreas são classificadas, pertencente e/ou sob o controle de alguém. A segunda refere-se à comunicação presente em uma determinada área, responsável por criar ou demonstrar limites ou fronteiras, tornando-se um símbolo de posse ou exclusão de algo ou alguém. A terceira considera a tentativa de imposição de controle sobre o acesso a áreas e tudo que há dentro. Segundo o aludido autor, “essas três facetas da territorialidade podem ser encontradas em todas as sociedades, mas elas, por sua vez, geram efeitos mais potenciais, que podem ser igualmente importantes, mas que ocorrem somente em contextos históricos particulares” (SACK, 2011, p. 81).

A territorialidade é uma expressão humana que mobiliza um conjunto de símbolos, contratos e significados que orientam o pensamento e a constituição de permissões e restrições de acesso ao território, representando de certa forma, um controle sobre algo ou alguém, de forma que são reconhecidos pelos sujeitos controladores e pelos seus controlados, contendo uma variação ao longo do tempo.

Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de áreas. [...] Territorialidade é uma expressão geográfica primário de poder social. É o meio pelo qual o espaço e a sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo (SACK, 2011, p. 63)

Portanto, tratando-se de um fenômeno vinculado a dimensão social, a territorialidade não pode ser compreendida como sendo dotada de uma neutralidade, afinal, estão diretamente vinculadas as intencionalidades dos sujeitos (individuais e coletivos). Sack (2011) considera que

[...] a territorialidade forma o pano de fundo para relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas não são neutras.

Pessoas não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. A Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume. (SACK, 2011, p. 87-88)

Sack (2011, p. 18) apresenta a territorialidade como uma “[...] tentativa por um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. Nesse sentido, a territorialidade trata-se de um conjunto de ações que são e foram desenvolvidas com a intenção de formar e/ou manter um território e o controle sobre este, através de um conjunto de leis, regras ou códigos de conduta, responsáveis por promover um controle quanto ao acesso a determinados locais e os recursos. As territorialidades apresentam três características basilares. A primeira refere-se a sua capacidade de manifestação da expressão de poder mediante o exercício do controle sobre uma determinada área/recorte geográfico, responsável por influenciar o acesso, a organização e uso deste. A segunda refere-se à comunicação que pode ocorrer internamente (na zona de controle) e externamente (com os demais grupos ou sujeitos), responsável por tornar visível as diferentes formas de controle sobre determinada área, podendo ser manifestada a partir de elementos físicos e simbólicos dispostos no espaço ou através da oralidade. A terceira refere-se a dimensão subjetiva, ela que fora constituída a partir de diferentes níveis de influência expressos ao longo do histórico de envolvimento com o território e toda a construção afetiva, que reforçam e ressignificam os laços com o território, possibilitando uma identificação com os demais sujeitos e com a sua base espacial. Ocupando-se da dimensão subjetiva/simbólica presente na territorialidade, identificamos as contribuições de Saquet (2005), propondo que a

territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em *seus* agentes sociais. Materialidade e imaterialidade conjugam-se na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s). (SAQUET, 2005, p. 13.886).

Para Raffestin (1993), a territorialidade envolve a “multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial”, conferindo a esta, uma noção de amplitude quanto a sua manifestação. Para o autor, o ser humano vivencia concomitantemente o processo e o produto territorial, oportunizando o surgimento e a ressignificação da forma como estes projetam e desenvolvem ações/trabalhos que alteram (de maneira brusca ou sutil) a forma como se relacionam com o espaço/território e com os demais sujeitos. No jogo de alterações e transformações nas lógicas

de uso e configurações espaciais, o espaço adquire uma conotação de território assim como argumenta Raffestin (1993).

A manifestação da ação humana no espaço geográfico é acompanhada por um conjunto de diferentes manifestações de desejos, intencionalidades e vínculos sociais e territoriais, que deixam pistas sobre a forma como estes relacionam-se com o território. Ao eleger os sujeitos como elementos centrais para compreender esse tipo de relação é preciso levar em conta não somente a dimensão material/física do território, mas também, a subjetiva/simbólica (HAESBAERT, 2004; COELHO NETO, 2013b).

Através da territorialidade, proveniente das interações sociais, as ações coletivas, tendem a desenvolver relações com o espaço/território e com os demais sujeitos, de forma que possam contemplar a sua dimensão material e imaterial. É justamente em meio ao conjunto de interações, que as ações coletivas vivenciam o processo e o produto territorial concomitantemente, resultando em configurações sociais (grupos) e formas de atuação dotadas de singularidade contextuais, que incide na constituição e/ou fortalecimento das relações de pertencimento e apropriação territorial.

Nesse sentido, consideramos fundamental para compreender as territorialidades das ações coletivas, e em especial das associações, a proposição teórica de Coelho Neto, definindo a territorialidade como:

[...] os nexos que os grupos sociais estabelecem entre si e com o espaço, implicando em uma apropriação material e/ou simbólica, conferindo-lhe uma significação que possibilita as redes socioterritoriais constituírem novas formas de reprodução social. (COELHO NETO, 2013a, p. 388)

Desta forma,

Os sujeitos individuais e coletivos organizados territorialmente apropriam-se e conferem significados particulares ao espaço. Isto envolve um conjunto de aspirações, valores, interesses e um modo de compreensão de mundo e de sua espacialidade. Envolve também um conjunto de práticas, de relações com seu espaço de vivência e um processo de identificação com seu território, ingredientes que não podem ser ignorados na compreensão destas territorialidades. (COELHO NETO, 2016, p, 24)

As interações ocorridas entre sociedade e espaço ocorrem através de um conjunto de ações que transformam e/ou reforçam a ligação destes sujeitos com o espaço vivido, oportunizando o desenvolvimento e surgimento de diferentes formas de apropriação. A partir das contribuições de Sack (2011) e Haesbaert (2007) compreendemos que as territorialidades influenciam o comportamento, a identificação e diferentes manifestações de controle e

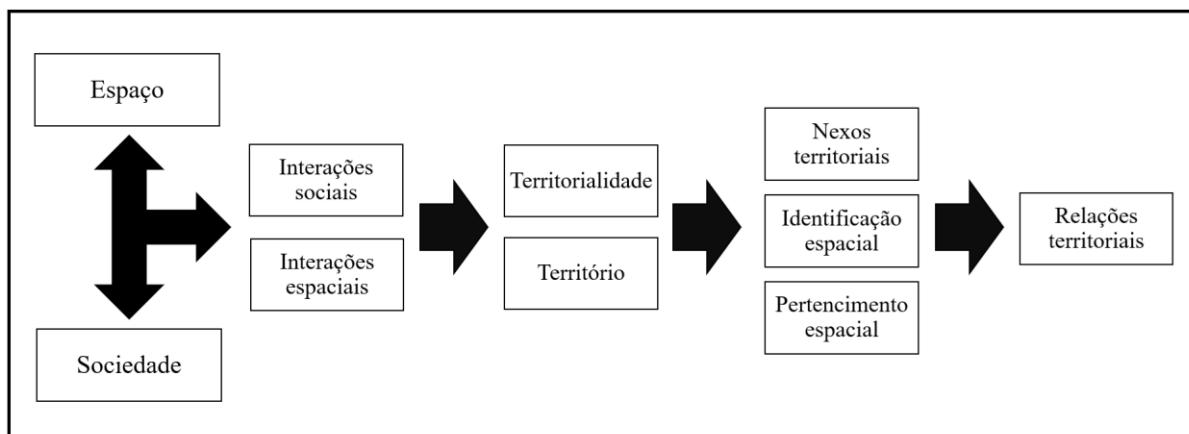
relações que os sujeitos estabelecem com o território, variando de acordo com as intencionalidades envolvidas. Em seu estudo envolvendo a atuação social, Haesbaert (2007) identificou que as territorialidades e as relações de poder, reforçam e estimulam os nexos e laços de pertencimento que os sujeitos possuem com o território, seja em sua dimensão material (concreta) e/ou imaterial (subjéitiva).

A atuação social em uma base territorial é o elemento central para que possamos compreender e identificar as distintas manifestações das relações territoriais (Figura 1). Afinal, como o próprio nome sugere, são criados laços de pertencimento e identificação com o território e com os sujeitos que o constituem, conferindo a este um significado único e forte o bastante para diferencia-lo dos demais. As relações territoriais revelam um conjunto de elementos e fatores que pode estimular uma reinvenção do modo como os sujeitos atuam e se organizam socialmente, mantendo uma conexão com a dimensão material e imaterial do território.

Os sujeitos utilizam o espaço como uma base material para o exercício e desenvolvimento das interações sociais, involucra em um conjunto de transformações nas lógicas de organização social e na constituição dos territórios. Este último, responsável por estimular e/ou desenvolver nexos sociais e/ou territoriais, através da manifestação das relações de poder, recaindo sobre o desenvolvimento de estratégias que venham possibilitar o surgimento de novas formas de reprodução social. Nesse cenário, as ações coletivas adquirem um importante papel, pois, podem contribuir para a intensificação da forma como estes sujeitos organizados coletivamente exercem diferentes níveis de relação de poder, além de reforçar as conexões com o território nas mais variadas escalas.

Uma síntese do debate construído pode ser expresso na Figura 1. Sociedade e espaço se relacionam por meio de interações sociais e espaciais, que se sustentam na identificação espacial e no pertencimento espacial, dando sentido às relações territoriais e aos nexos territoriais, conformando territorialidades e territórios.

Figura 1: Delineamento das relações territoriais



Fonte: Elaboração do autor.

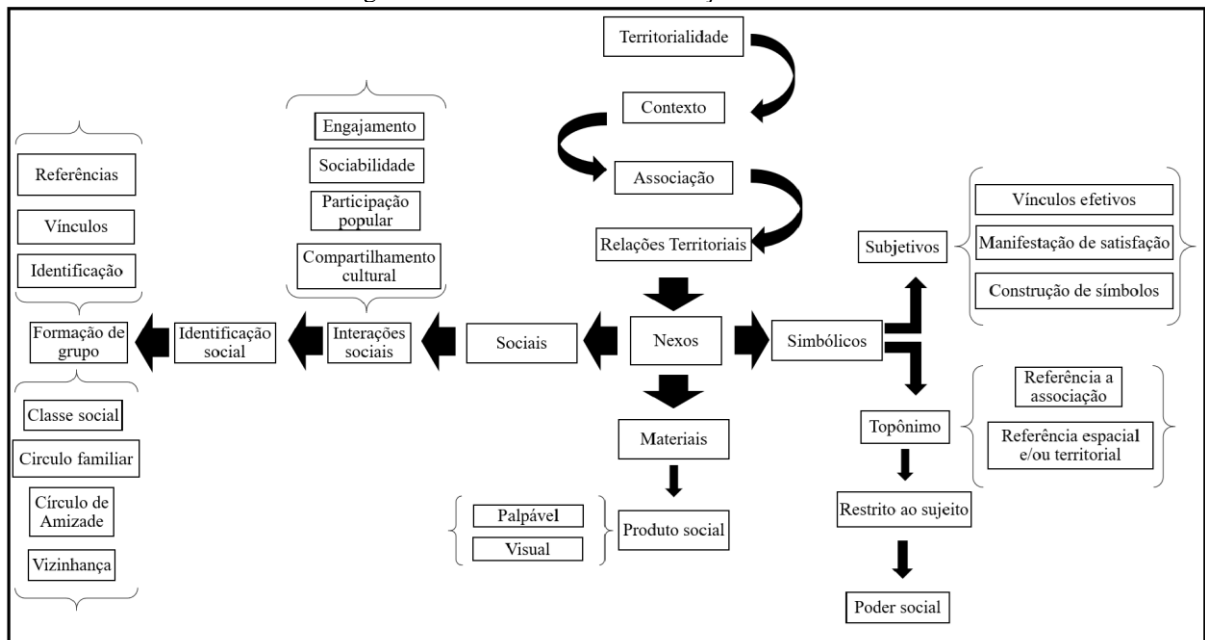
A figura 1 apresenta uma esquematização dos elementos que acompanham a lógica de estruturação dos elementos eleitos como constitutivos das relações territoriais, compreendida por nós a partir da tríade: sujeito, espaço e tempo. O sujeito é o principal responsável pela realização de uma ação/trabalho, ocupando o papel de agente regulador e transformador das configurações e relações territoriais. O espaço ocupa a condição de ser o campo da atuação social, das representações, das diferentes formas de apropriação, ele é o local onde o trabalho é projetado, afinal, trata-se da base material para constituição dos territórios e dos nexos que podem ser estabelecidos com este. O tempo é responsável por promover (parcialmente), acompanhar os processos de mudanças e a própria manutenção das condições espaciais/territoriais e sociais, oportunizando a atuação de novos sujeitos nas dinâmicas territoriais.

Ao considerar a constituição e/ou manutenção das relações territoriais, deve-se considerar que elas estão envolvidas com a dimensão concreta e imaterial do território, evidenciando a partir das diferentes formas de controle, organização territorial e manifestação das relações de poder. Essa última é responsável por promover uma junção entre a dimensão concreta e imaterial presente no território, ocorrendo momentos de correlação entre as dimensões, assim como pode apresentar uma maior relevância em apenas uma das dimensões, que, independentemente de qual seja, haverá uma manifestação do sentimento de pertencimento, a identidade e/ou a forma como se relacionam com os sujeitos e/ou com o território, atribuindo a estes valores, sentimentos e ação, nesse sentido, compartilham de um movimento cíclico e contínuo de produção, reinvenção e/ou manutenção das configurações territoriais e da relação estabelecidas.

O surgimento de determinados tipos de grupos são importantes indícios sobre a

existência de relações que os sujeitos desenvolvem entre si e com o seu território, assim como foi apresentado na seção 2.2 e 3.2 em relação ao associativismo, afinal este possui a característica de ser constituído a partir de um objetivo ou demanda específica, podendo, nesse sentido, apresentar diferentes tipologias (ver quadro 7 e 8) que indicam a forma como os sujeitos desenvolvem ações no espaço/território. A partir disso, podemos considerar os fatores e elementos que foram motivadores para o surgimento e forma de atuação, assim, fica notória a existência de relações territoriais que podem permear de forma única ou combinada pelo campo social, territorial e simbólico (Figura 2)

Figura 2: Desdobramento das relações territoriais



Fonte: Elaboração do autor

Na figura 2 é possível perceber que as relações territoriais possuem um desdobramento em três segmentos, que foram sistematizados de forma que abarquem o campo da materialidade e imaterialidade das relações. Embora os segmentos tenham sido apresentados separadamente, reforçamos a existência da interconexão entre estes, de forma que contribuem para o fortalecimento e a diversificação dos desdobramentos dos nexos existentes.

O primeiro segmento refere-se ao campo social, ele envolve os desdobramentos decorrentes das interações sociais e como elas podem estimular o surgimento de grupos e constituir ou ressignificar/fortalecer os vínculos com os demais sujeitos e com o espaço/território de atuação. Na figura 2 estão apontados alguns desdobramentos dos nexos sociais, apresentando uma forte relação com a dimensão concreta e histórica do território e com os sujeitos, à medida que estão resguardadas nas particularidades individuais e/ou

coletivas. Um exemplo desses nexos fica a cargo do círculo familiar, pois, ele possui como predominância, uma relação de consanguinidade acrescida de relações de afetividades. Nos exemplos apresentados, embora tenham características distintivas, estão envolvidos com o exercício da sociabilidade, em meio a ela, ocorre um estímulo ao surgimento de grupos e conseqüentemente novas formas de atuação social que possuem uma identificação social e territorial.

A dimensão territorial dos nexos estabelecidos dialoga com a forma como os sujeitos projetam relações de domínio, pertencimento e noção de limite, que fica explícita na paisagem através das transformações, através de muros, cercas, sinalizações, enfim, algo que pode ser percebido tanto pelos usuários do território, como por parte de sujeitos externos. Deste modo, a atuação social ocupa um relevante papel no processo de produção territorial, pois, é a partir dela que é possível o desenvolvimento de um conjunto de referências espaciais e territoriais. Utilizando como referência o associativismo desenvolvido em um bairro, pode-se considerar que este envolve a interação social, assim como apresentado na Figura 2, contemplando o segmento dos nexos territoriais e sociais, estimulando a participação social no processo de produção e transformação territorial, através da atuação dos sujeitos organizados coletivamente, em meio da ação propriamente dita ou de forma indireta por meio e apelos, atas e acordos. Esse conjunto de ações demonstra a formação de grupos e formas de participação social, à medida que estes sujeitos vão se engajando nas discussões e amadurecimento da atuação no bairro, de forma que possam contribuir para as modificações, conferem aos sujeitos envolvidos uma identificação com o território produzido e com os sujeitos participes, reforçando os vínculos constituídos e/ou existentes.

A dimensão simbólica dos nexos territoriais contempla a forma como os sujeitos desenvolvem um conjunto de códigos, símbolos e seus respectivos significados, fazendo menção ao território e/ou ao pertencimento dos sujeitos. As relações podem ser evidenciadas a partir da manifestação de reações positivas em relação a um território, manifestando sentimentos de satisfação em fazer parte dele. Outro elemento que pode contribuir para reforçar esse tipo de nexo, é a existência de vínculos afetivos com o território, à medida que dialogam com a história dos sujeitos em relação ao local (onde morou, cresceu, fez amigos, vive perto de familiares), implicando em uma construção afetiva e simbólica, que, de certo modo, contemplam a dimensão concreta, social e subjetiva.

Como forma de ilustrar a nossa compreensão, iremos utilizar mais uma vez o associativismo de bairro, pois, em sua maioria apresentam como característica a incorporação do nome do bairro que estão localizadas (COELHO NETO, 2013a). O uso topônimo do lugar

para nomear a associação, pode atuar do ponto de vista simbólico, afinal, demonstra uma relação com bairro, reforçando a noção de pertencimento, identidade coletiva e identificação com o território (que pode ser o bairro ou sede da associação) e com os sujeitos (moradores do bairro ou associados) seguindo os princípios da multiescalaridade dos territórios (COELHO NETO, 2013b). No caso da associação, o topônimo está manifestado de forma coletiva, fazendo menção aos sujeitos organizados coletivamente e, vinculados concomitantemente ao bairro. No entanto, algumas associações podem incorporar o nome de lideranças a denominação social da entidade (normalmente aqueles que ocupam posições de liderança ou membros/associados mais ativos) reforçando a ideia de pertencimento e referência social.

O campo simbólico das relações territoriais ocupa-se de uma tríade sujeito-territorialidade-referências. Ela está diretamente envolvida com o cotidiano, o contexto vivido, com as interações estabelecidas, com a função e/ou lógica de uso de determinados espaços: rua, praça, escola, igreja, campo de futebol, parque, entre outros elementos, desde que resguardem um forte significado e constituam como um meio que une o sujeito ao território. Assim como Gohn (2006), acreditamos na importância da experiência histórica de percepção, atuação e construção de representações sociais, contribuindo para a consolidação de relações de pertencimento a um determinado local e/ou grupo. Por outro lado, é possível identificar também, manifestações contrárias, com um tom de aversão, repúdio e frágeis ligações com o território e com os sujeitos que compõem.

Em suma, o associativismo pode apresentar a convergência dos três segmentos: social, territorial e simbólico, conforme representado na figura 02. Devido às suas características (conforme apresentado na seção 3.1) ele pode ser enquadrado como um fenômeno socioespacial, capaz de estimular, reforçar ou ressignificar as relações entre os sujeitos e destes com o território, afinal, envolve a manifestação de diferentes níveis de interação social (família, amigos e desconhecidos), sendo possível modificar a forma e as características da atuação social no espaço ou território. Por este fato, o associativismo também pode intensificar o poder de atuação social, incidindo em diferentes formas de apropriação, controle e delimitação, transformando o espaço em um território, por sua vez, resultante das intervenções sociais e legitimado por uma coletividade, conferindo a este, uma série de particularidades que lhes permite diferenciar dos demais. Essas configurações são adquiridas mediante exercício das territorialidades, possibilitando o desenvolvimento de um conjunto de formas de atuação e representação de vínculos/nexos que articulam a dimensão social, espacial/territorial e subjetiva, construída individual e/ou coletivamente. Juntas, reforçam e ressignificam o sentimento e as relações de pertencimento, apropriação territorial, pois esse

conjunto de fatores pode ser identificado no cotidiano dos sujeitos envolvidos.

O cotidiano apresenta uma proximidade com as relações territoriais, pois, é composto por um denso e complexo emaranhado histórico que envolve as rugosidades espaciais, a memória afetiva, as diferentes formas de apropriação, o desenvolvimento das interações sociais, as construções de símbolos e seus significados. Todo esse conjunto de fatores é desenvolvido com uma base espacial e/ou territorial. Deste modo, compreendemos que

No cotidiano emergem identidade já que a experiência dos indivíduos em conjunto na realidade do espaço em que vivem, propicia a interação necessária para a reelaboração de representações (a dialética: representação do espaço-espaço da representação) figuradoras de interesses comuns. (PEDON, 2009, p. 108)

As interações sociais, consideradas em uma perspectiva temporal (curto, médio e longo prazo) são responsáveis por alterar as configurações espaço/territoriais e conseqüentemente, interferem na forma como os sujeitos atuam, transformam e estabelecem relações com determinada realidade geográfica, pois, quando ocupam o papel de participe desse processo, os sujeitos tendem a revelar relações de proximidade com o espaço, abarcando as dimensões materiais e imateriais. Para Saquet (2005), no cotidiano a atuação dos sujeitos proporciona novas feições espaciais, configurações sociais e suas respectivas intencionalidades, envolvendo-se diretamente com o processo de produção territorial. Logo, estamos

[...] cotidianamente, vivendo o processo histórico e as relações da totalidade, estamos e produzimos o espaço geográfico e o território. Além de estar e produzir, somos território, sentimos, percebemos e concebemos, o que complexifica ainda mais nossa atuação e papel na dinâmica territorial. (SAQUET, 2005, p. 13889)

Conforme ocorre o processo de produção e interação com/no território, os sujeitos projetam neste uma dinâmica e configurações próprias. Por ser participe é possível que em alguns casos ocorram relações de pertencimento e identificações. Assim como Gohn (2007), Teixeira, (2008), Santos, Silva e Coelho Neto (2011) e Coelho Neto (2013a), reconhecemos que as associações podem influenciar na forma como os sujeitos atuam e desenvolvem suas relações no espaço/território, de forma que contribuam para as modificações espaciais e das diferentes formas de controle exercidos (SACK, 2011), expressos através das diferentes formas de apropriação que são manifestadas. É neste cenário de atuação associativista que inserimos as associações de bairro, mediadas e/ou propulsoras da atuação e intervenção social (CORRÊA, 2002; MARICATO, 2015).

O associativismo de bairro é um bom exemplo da manifestação da atuação e organização social no território (que no caso desta pesquisa se materializa no bairro). Como apresentado na seção 3.2, eles podem atender as diferentes finalidades e objetivos, afinal, por ser resultante da produção social, dialoga diretamente com os interesses e/ou necessidades sociais e com as condições contextuais que influenciaram em sua constituição. Nesse sentido, acreditamos que elas podem ser segmentadas em associações de caráter reivindicativo, direcionando as demandas locais junto ao poder público, com a intenção de solucionar os problemas socioespaciais que afligem a vida no bairro. Outro segmento associativista, ocupa-se das atividades de caráter assistencial, visando a prestação de serviços sociais, mediante parcerias com o poder público ou entidades privadas (LÜCHMANN, 2014). Em ambos os casos, a participação social e a relação que os sujeitos estabelecem entre si, com a associação e com o bairro-território são elementos fundantes para que seja possível compreender as configurações e atuações associativistas no espaço urbano.

## 4 ASSOCIATIVISMO EM SERRINHA

### 4.1 Serrinha: contextualização histórica e geográfica

O espaço urbano é resultante de um amplo e complexo emaranhado que envolve os aspectos visíveis dos objetos dispostos no espaço geográfico, os processos e as funções, acompanhando sempre as condições conjunturais e estruturais que lhes formaram. As estruturas são responsáveis por criar as condições para o desenvolvimento das formas, estas, por sua vez, nada mais são do que a própria materialização da atuação social no espaço ao longo do tempo, implicando em significados para aqueles que a projetaram, ou seja, desempenham uma função nesse conjunto e, por consequência, são responsáveis por dar sentido a(s) forma(s) construída(s), dialogando com o contexto que se encontram, com as técnicas e tecnologias disponíveis, com as condições econômicas ou culturais que constituem todo o processo, assim sendo, trata-se de uma ação contínua, envolvendo elementos e características do passado que se reinventam continuamente ao longo do tempo, dinamizando as formas, as funções e as estruturas (SANTOS, 1985).

O espaço urbano de Serrinha (Ba) não foge à regra apresentada anteriormente, afinal, os registros históricos, geográficos e sociais, apontam uma série de fatores e fenômenos históricos que contribuíram para a sua conformação. Um dos registros mais antigos sobre a cidade de Serrinha (Ba) foi identificado em um documento em memória do estado da Bahia, elaborado a pedido do governador estadual Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, publicado no ano de 1983. Nele consta uma breve caracterização do referido estado, enfatizando uma descrição política, demográfica e geográfica, considerando as suas condições naturais, enfatizando as condições climáticas e recursos naturais. Dentre os 123 municípios listados no documento, Serrinha foi descrita da seguinte forma:

26) Serrinha - Situada n'um taboleiro, à margem da estrada de ferro do prolongamento, a quatorze léguas de Alagoinhas com boa edificação de casas térreas geralmente caiadas e pintadas, muitas envidraçadas, e seis sobrados formando diversas ruas assejadas e calçadas, e três praças das quaes é a mais importante a do dr. Manuel Victorino, que é grande, arborizada e a noite iluminada por candieiros belgas. Nesta praça é que se acha a matriz de Sant'Anna [...] N'esta mesma praça tem logar as feiras semanaes. Seu comércio é pequeno e relacionado com a capital e Alagoinhas [...].

[...] É o ponto de ajuntamento dos viajantes dos sertões do Norte que procuram a estrada de ferro para a Bahia. Os terrenos do município são aproveitados pela criação em pequena escala pela escassez d'água no verão quando se esgotam os açudes. Há água potável em abundância em bons açudes, porém insuficientes para a lavoura, que se ocupa com os cereaes, fumo e algodão para a exportação

[...] O logar é antigo. A freguesia é acreação da lei de 1º de Junho de 1838, a villa da de n. 1609 de 13 de Junho de 1876, elevada á categoria de cidade por acto do governo de 30 de Junho de 1891. (VIANNA, 1893, p. 460)<sup>24</sup>

As características descritas no fragmento referem-se as primeiras décadas de emancipação do município. A descrição está centrada em um conjunto de elementos e empreendimentos articulados ao espaço urbano da cidade, suas edificações, comércio, em especial aqueles que ocorriam em decorrência das feiras que eram realizadas principalmente na praça Dr. Manoel Vitorino (atual praça Luiz Nogueira) e suas intermediações, os fluxos populacionais, em decorrência do comércio e dos tropeiros/comerciantes que trafegavam por essa região. Devido a esta condição, ocorreram uma série de investimentos na infraestrutura urbana<sup>25</sup> (principalmente no entorno da praça Dr. Manoel Vitorino), proporcionando melhores condições de locomoção, tornando-a mais atrativa e favorável ao surgimento de novos empreendimentos ligados ao setor de comércio, serviço e do ponto de vista populacional. (VIANNA, 1893; FRANCO, 1996).

Serrinha (Ba) se soma a um conjunto de municípios que estiveram diretamente envolvidos com o processo de interiorização da Bahia (SPIX e MARTIUS, 1976; PORTO, 2014). Em sua história há vestígios e fatos históricos que comprovam a existência de populações negras escravizadas, constituídas por fugitivos de engenhos do recôncavo baiano (LACERDA, 2008). A partir dos estudos desenvolvidos por Franco (1996) e Lacerda (2008) foi identificado que no século XIX o município de Serrinha contava com o uso da mão de obra de populações escravizadas (LACERDA, 2008; IVO, 2018) e indígenas (FRANCO, 1996; TAFURI e FAZIO, 2016; CARVALHO, 2017), fazendo referência a tribo da nação Cariri. Por esse feito, alguns documentos inserem este município em uma região convencionada por “Sertão dos Tocós”. Esse termo que faz referência a um grupo de índios que foram expulsos do litoral da Bahia e obrigados a refugiarem no sertão da Bahia. Essa região era composta pelos municípios de Araci, Conceição do Coité, Jacuípe, Queimadas, Serrinha, Santa Luz, Tucano e Valente (SANTOS, 2019)

A primeira caracterização da região encontra-se nas revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com a declaração de Terras de Guedes de Brito em 1676, que menciona as terras dos Tocós (também conhecida como Pindá), enquanto parte dos territórios que estavam sob seu domínio. (SANTOS, 2019, p. 20)

No ano de 1723, as terras que pertenciam às populações nativas, já estavam sobre a

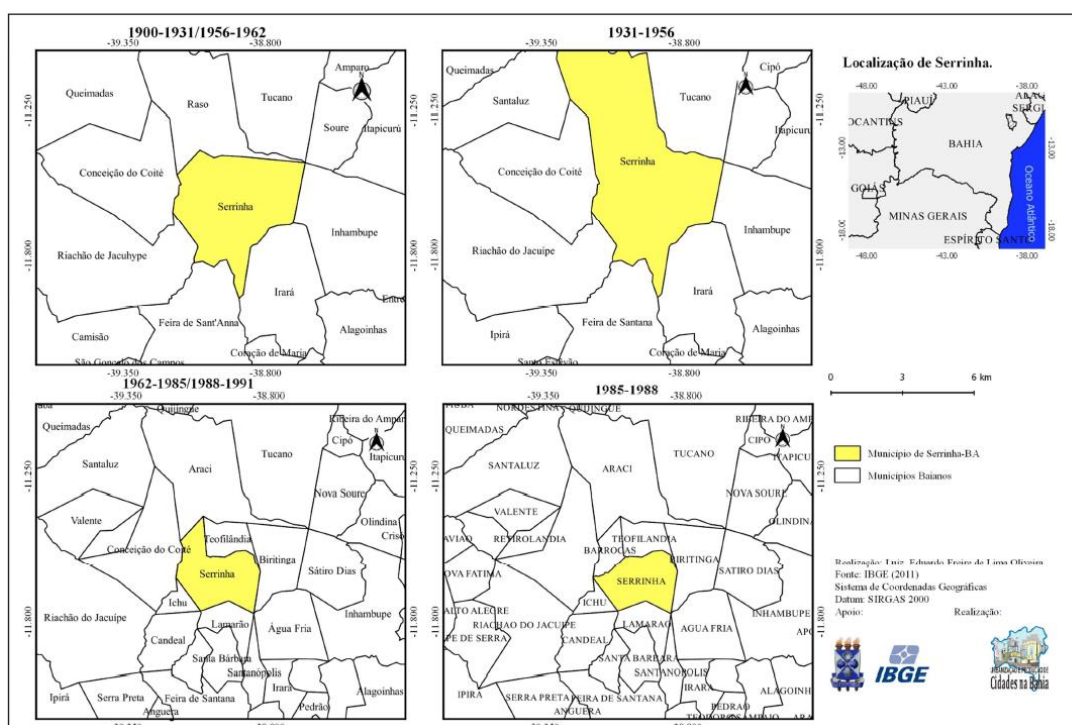
---

<sup>24</sup> Conservou-se a escrita da época.

<sup>25</sup> Considerando as limitações e padrões de época.

posse da dona Joana Guedes e seu esposo João Mascarenhas, que venderam para o Português Bernaro da Silva. No ano de 1838, através da Lei Provincial nº 67, houve a criação do Distrito de Paz (atual Serrinha). No ano de 1838, Serrinha era considerada uma freguesia da atual Águia-fria. Somente em 13 de junho de 1876, por meio da Lei Provincial nº 1.069, Serrinha foi desmembrada e elevada à categoria de vila e após isso, foi estabelecido o seu município (Mapa 02). (FRANCO,1996; TAFURI, FAZIO, 2016; CARVALHO, 2017).

Mapa 2: Evolução da divisão política de Serrinha: 1900 - 2000



Fonte: Oliveira, 2018, p. 36

No livro “Serrinha: A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia”<sup>26</sup>. Tasso Franco (1996) aborda sobre alguns fatos históricos que estiveram envolvidos com o surgimento e transformações nesse município. Um dos principais fatores foi a condição de ser um entreposto comercial. Sobre esta funcionalidade, Franco (1996) pontua que

O lugar (**serrinha**) desenvolveu-se por dois motivos básicos: era o trajeto obrigatório da estrada de Salvador ao São Francisco rumo ao Piauí, por onde passavam as boiadas, e tornou-se ponto de negócios. Já estavam nos sertões, desde o final do século XVII e início do século XVIII [...] Havia, portanto, já a esta época, várias fazendas de lavoura e criação a pequenas distâncias uma das outras, e esses homens se reuniam em serrinha para comprar e venda de produtos. (FRANCO, 1996, p. 68)

<sup>26</sup> No primeiro capítulo do referido livro Franco (1996) delinea como ocorreu o processo de ocupação e urbanização do município, evidenciando a influência dos aspectos culturais, econômicos e políticos.

Em relação ao processo de interiorização que ocorreu na Bahia, foi possível identificar trechos dos registros de viagens de SPIX e MARTIUS (2017). É importante destacar que essa obra é uma tradução baseada na publicação de 1938, feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Serrinha é citada nos registros com um local marcado pela presença de serras, boiadas, vaqueiros e vias que interligam a Bahia ao Piauí. Os autores reforçam a nossa compreensão sobre o papel de entreposto comercial exercido por Serrinha.

Com a intenção de compreender e sistematizar o histórico de desenvolvimento de Serrinha/BA, em especial o seu espaço urbano, Franco (1996) subdividiu o estudo sobre a história de Serrinha em três períodos, frisando as principais transformações e suas possíveis implicações na dinâmica urbana local, assim sendo, o primeiro refere-se aos anos de 1612 a 1890, em sequência, o segundo período vai de 1891 a 1969, e o terceiro período tem seu início em 1969<sup>27</sup>.

O primeiro período foi marcado por significativas mudanças nas atividades comerciais a partir de uma diversificação, envolvendo os produtos oriundos do espaço rural de Serrinha, de municípios circunvizinhos e também os produtos industrializados. Eles contribuíram para uma transformação na paisagem e na função urbana, uma vez que houve uma intensificação dos fluxos de pessoas e mercadorias para a feira-livre, bem como surgimento de pontos comerciais<sup>28</sup>. Ainda nesse contexto, houve também um transporte de mercadorias para Alagoinhas, Conceição de Coité, Feira de Santana e Salvador, embora ocorresse de maneira muito limitada devido às disponibilidades técnicas e tecnológicas da época, esse processo se intensificou principalmente nos períodos subsequentes. (RIOS, 2013; SILVA, 2008; TAFURI e FAZIO, 2016).

Por apresentar um crescente fluxo de pessoas, o setor de hotelaria acompanhou o desenvolvimento da economia local que esteve concentrado na praça Dr. Manoel Vitorino (atual praça Luiz Nogueira) e o seu entorno. Para Nunes (2016), essa praça e seu intermédio exercem certo nível de concentração de atividades ligadas principalmente ao setor terciário.

A inauguração e implementação do ferropiarismo em 1880, marcou um período de transição entre o primeiro e o segundo período. A ferrovia contribuiu para dinamizar os fluxos comerciais e populacionais de Serrinha. Para Franco (1996, p. 74), “os ferroviários trouxeram

---

<sup>27</sup> Esse escrito se depara com uma limitação temporal que seria a própria data de publicação da obra, que por consequência, abre margem para ressignificação do material produzido e também uma sequência nas periodizações iniciadas.

<sup>28</sup> Muitas vezes eram realizados na frente das residências que estavam no entorno da praça Drº Manoel Vitorino (atual praça Luiz Nogueira).

nova mentalidade nas relações sociais e trabalhistas”, contribuindo para alguns avanços envolvendo o abastecimento de água (construção de açudes e uso de bombeamento), para novos investimentos na infraestrutura urbana, como uma ampliação de áreas com calçamento<sup>29</sup>, preocupação com iluminação pública. Nesse contexto, ocorreu também uma expansão do espaço urbano, fazendo surgir os bairros da Estação (ponto de carga e descarga da ferrovia), da Bomba (local que abrigava um importante reservatório d’água, utilizado para abastecer as demandas locais e da ferrovia) e do Cruzeiro (nome da moeda da época e fazia alusão a pessoas que possuíam aparentemente boas condições financeiras).

As ferrovias, em seu auge, dinamizaram a economia local, em especial o setor primário e terciário, possibilitando a realização de relações comerciais entre Serrinha e cidades como Alagoinhas, Feira de Santana e Salvador (TAFURI E FAZIO, 2016).

Em 18 de novembro de 1880 foi inaugurada a ferrovia *Bahia and San Francisco railway company*, cujo papel de interligar a região do São Francisco (Juazeiro – Bahia) à capital baiana, ressaltando assim, a importância que Serrinha apresentava dentro da logística dos transportes. (CARVALHO, 2017, p. 30)

Em seu auge,

[...] O centro urbano girava em torno das localidades próximas a ferrovia, forma construídas escolas como a Graciliano Ramos que funciona até hoje, a instalação e hotéis de pequeno porte para atender a demandas dos viajantes além de várias casas construídas para os trabalhadores da ferrovia.” (CAPISTRANO, 2010. p. 24).

Tamanha foi a influência que o ferroviarismo teve em serrinha, que o segundo período (1891-1969) congregou um conjunto de transformações no modo de vida da população, bem como os empreendidos que foram implantados. Os registros apontam para a existência de uma lógica de transporte (de carga e de pessoas), uma reestruturação do comércio e a necessidade de investimentos na infraestrutura para atender as novas demandas sociais: calçamentos, esgotamento (ainda que precário), rede de distribuição de água e energia elétrica. Claro que esses investimentos ocorreram dentro das limitações técnicas da época e em sua maioria centrados nos intermédios da atual praça Luiz Nogueira (casarão da família de Bernardo da Silva) e no bairro da Estação (por conta das atividades ligadas ao ferroviarismo) (Figura 3).

---

<sup>29</sup> Uma espécie de pavimentação utilizando materiais pedregoso com a intenção de melhorar e otimizar o transporte e cargas através das vias.

Figura 3: Empreendimentos que marcam o processo de expansão e modernização do espaço urbano de Serrinha/BA no final do século XIX

(i) Casarão da Família de Bernardo da Silva



(ii) Estação ferroviária de Serrinha



Fonte: (i) III os nogueiras de Serrinha – Bahia. Disponível em: < <http://marcosnogueira-2.blogspot.com/2010/12/iv-luiz-osorio-r-nogueira.html> > acesso em 29 de maio 2021. (ii) História de Serrinha. Disponível em: < <http://emserrinha.blogspot.com/2011/04/historia-de-serrinha.html> > acesso em 29 de maio 2021.

O final desse período foi marcado pela chegada e implementação do rodoviarismo, através da BR-116 (Rio-Bahia). Segundo Porto (2014, p. 210), “As cidades de Irecê, Santo Antônio de Jesus, Guanambi, Barreiras, Brumado, Serrinha, Itapetinga, Teixeira de Freitas e Eunápolis ganharam função de destaque pós 1940 [...]”. A rodovia foi responsável por intensificar o processo de interiorização da Bahia e dinamizar os fluxos sociais e econômicos de Serrinha.

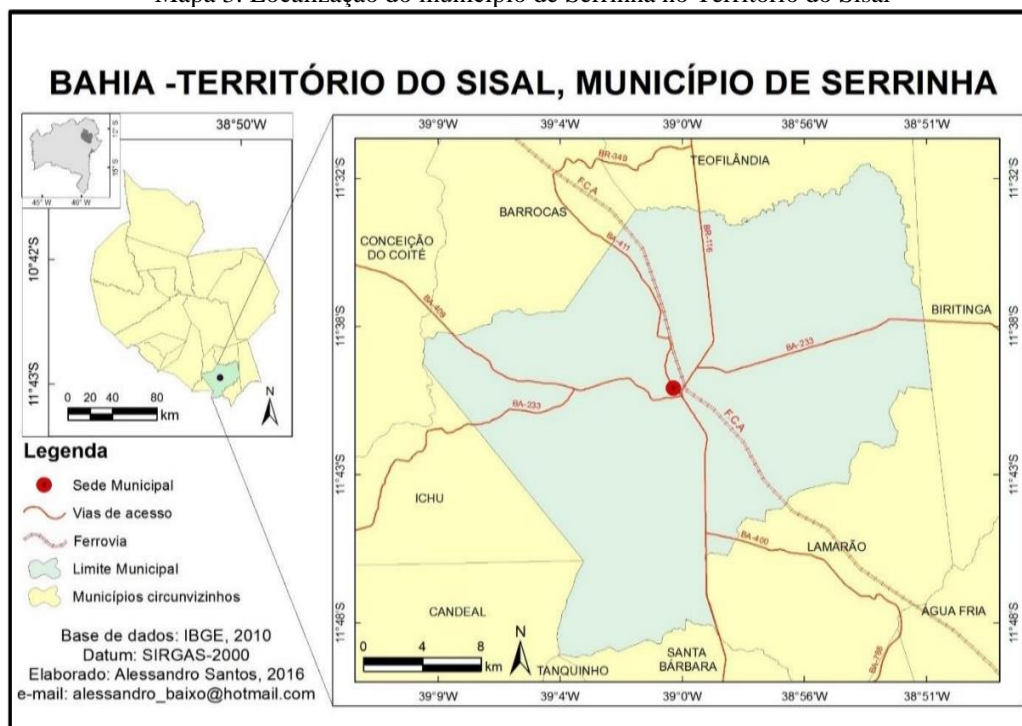
[...] o relativo grau de centralidade de Serrinha, que apresentou expressivo crescimento desde a chegada dos trilhos à sua sede, no final do século XIX; e Cruz das Almas, que foi servida pelo trem por um curto período, na década de 1960. Ambas foram beneficiadas com a execução do plano rodoviário estadual, que permitiu a passagem da BR 116 nas bordas de Serrinha e da BR 101 em Cruz das Almas. É igualmente importante frisar o papel comercial de Serrinha na região em que se encontra, visto que em 1950 possuía o maior número de estabelecimentos comerciais varejistas (390) e atacadistas (17) no grupo de cidades com população entre 5 a 10 mil habitantes. (PORTO, 2014, p. 173)

A chegada do modal rodoviário representou uma mudança no modelo de transporte brasileiro, que fora marcado pela decadência do ferropiarismo como principal sistema de transporte utilizado pelas empresas e pessoas. Sobre a implantação da BR-116 em serrinha, Carvalho (2017) informa sobre as articulações políticas em torno da da referida rodovia, destacando um aspecto fundamental no sentido da sua relação com a cidade.

[...] Nesse contexto (**década de 1960**), a cidade de Serrinha é contemplada com a passagem da BR-116, no entanto, ela não passaria na área urbana do município, fazendo com que a articulação política na época, tentasse viabilizar a passagem da rodovia na área urbana do município. Naquele momento, o então prefeito da cidade (**Carlos de Freitas Mota**) solicitou ao Deputado Federal Manoel Novaes que intermediasse junto ao Ministro dos Transportes Mário Andreazza, uma mudança no projeto original para que passasse por “dentro” da cidade de Serrinha. (p. 30)<sup>30</sup>

No contexto baiano, Serrinha se destaca pela quantidade de rodovias que fazem conexão com a BR-116, interligando as cidades de Santa Bárbara e Feira de Santana no sentido Sul e as cidades de Teofilândia e Araci no sentido Norte. Conecta-se também à BA-409, ligando a cidade de Conceição do Coité, a BA-411, conectando ao município de Barrocas e a BA-223, com o município Biritinga (Mapa 3). Neste sentido, a cidade de Serrinha se constitui como um importante local de entroncamento rodoviário que conecta várias cidades que compõem a microrregião geográfica que leva seu nome. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Serrinha (PDDU, 2000; 2006) apresenta esse fato como um ponto favorável, pois, sua localização estratégica possibilita uma maior melhor mobilidade.

Mapa 3: Localização do município de Serrinha no Território do Sisal



Fonte: OLIVEIRA, 2016, p. 59.

<sup>30</sup> A partir das intervenções políticas o projeto original foi alterado e a BR-116 passou mais próximo da cidade. As alterações podem ser percebidas nas intermediações da Cerâmica de Queiroz e do Motel Hollywood onde é possível perceber uma curva acentuada, assim como nas intermediações da Borracharia de Gika e Posto Sidel.

O terceiro período destacado do Franco (1996), inaugurado a partir da década de 1970, foi marcado por um novo dinamismo populacional de Serrinha, podendo ser percebido através da implementação de serviços ofertados pelo setor público, tais como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a agência do Banco do Brasil, a Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias e o Ginário Regional Estadual de Serrinha, assim como empreendimentos do setor privados: clínicas de oftalmologia, odontológica, supermercados, hotéis, clubes, lojas de confecções e a Fábrica Via Uno. O aludido autor destacou também a presença da Companhia Vale do Rio Doce em Teofilândia, que foi responsável por dinamizar a economia e os fluxos populacionais de Serrinha<sup>31</sup>, criando o que o autor chamou de um novo “perfil populacional”, agora predominante urbano e carente de serviços que este espaço possibilita (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição da população urbana e rural do município de Serrinha/BA - 1970 a 2010

<b>POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE SERRINHA 1970 – 2010</b>					
ANO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO TOTAL
	VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO	VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO	
1900	---	---	---	---	2.876
1920	---	---	---	---	29.005
1940	4.253	9.30%	41.589	90.70%	45.852
1950	9.138	13.36%	59.276	86.64%	68.413
1960	12.658	22.31%	44.092	77.69%	56.750
1970	16.478	34.93%	30.694	65.07%	47.172
1980	25.466	44.31%	32.001	55.69%	57.467
1991	37.856	49.80%	38.159	50.20%	76.015
2000	45.943	55.22%	37.263	44.78%	83.206
2010	47.188	61.47%	29.574	38.53%	76.762

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) – 2020

As variações demográficas apresentadas na tabela 02, em especial a redução populacional, decorrem da emancipação dos municípios de Araci em 1956, Biritinga, Lamarão e Teofilândia em 1962 e Barrocas em 2000. Mesmo com essas emancipações, Serrinha ainda consegue se destacar no Território do Sisal como centro urbano com boa capacidade de atração populacional (CARVALHO, 2017), devido a implementação de uma série de empreendimentos urbanos (Quadro 11).

No cenário microrregional, o município de Serrinha/BA se destaca pela capacidade de atrair muitas famílias em decorrência do seu dinamismo econômico e comercial, em função

<sup>31</sup> Segundo Vianna (1863) no ano de 1872 serrinha possuía 3.725 habitantes. No ano de 1892, houve pouca alteração no quantitativo, que passou a ser 4.994.

das várias atividades e dos empreendimentos que foram desenvolvidos e centralizados no espaço urbano. Houve um processo de aumento na população urbana de Serrinha (pode ser verificado na tabela 2), gerando novas demandas por bens e serviços urbanos e conformando novos estilos de vida.

Quadro 8: Principais Empreendimentos urbanos e a expansão da malha urbana de Serrinha – 1964 a 2015

<b>Anos</b>	<b>Sentido</b>	<b>Bairros</b>	<b>Motivo</b>
1720	Sul	-	Coronel Pedro Barbosa promoveu melhorias nas estradas;
1964 a 1968	Sul	-	Abertura de estradas para deslocamento do gado;
1959 e 1961	Oeste	Estação	Chegada da Ferrovia em 1880; Inauguração da inauguração da estação ferroviária 1943; Expansão em direção ao tanque a bomba;
	Noroeste	Vila de Fátima (antiga Coruja); Recreio; Bomba;	
1969	Sul	Cidade Nova	Inauguração da BR-116;
1974	Oeste	Cruzeiro e Estação	Presença de bairros de elevados padrões de luxo e população de baixa renda;
	Sudeste	Matadouro (atual Novo Horizonte)	Reservatório hídrico; Atividades comerciais ligada ao abate de bovinos;
	Sul	(atual cidade nova)	Crescimento em direção a pista de pouso;
1988	Noroeste	Vila de Fátima (antiga coruja) Bairro do recreio	Assentamentos espontâneos; Ocupação e invasão sobre o açude da bomba
	Sul	Cidade Nova	Surgimento do Bairro Cidade Nova; Implementação da Via de acesso a BR-116;
1998	Leste-Sul	Vaquejada (L) Cidade Nova (S)	Vetores de atração devido a presença da BR-116
	Noroeste	Via de Fátima (Atual coruja) Recreio	Ocupações irregulares e avanço para a bomba
2001	Sul	Cidade Nova	Chega da Fábrica Via Uno;
2008	Oeste e Sudoeste	Açude do Gravatá	Expansão da malha urbana
2009	Sul	Cidade Nova	Centro Territorial de Educação Profissional do Sisal (CETEP-SISAL)
2015	Diversos	Conjunto Recanto das Flores; Conjunto Residencial alto do Recreio; Conjunto Vila Novais; Conjunto Serrinha; Conjunto Vista Alegre;	Conjuntos Habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida; Equipamento urbanos (públicos e privados): Instituto Federal Baiano; Shopping Serrinha; Condomínios Fechados; Fórum; Universidade Estadual da Bahia; Universidades privadas etc.

Fonte: Elaboração do autor com dados extraídos de Carvalho, 2017.

A polarização exercida por Serrinha no contexto regional esteve vinculada

predominantemente ao setor de serviços (educação, saúde, comércio). Carvalho (2017) atribui esse fato a busca por bens e serviços, principalmente quando consideramos uma melhora na capacidade de locomoção da população e acesso aos diferentes espaços. Segundo Capistrano (2010) e Franco (1996), as formas que foram desenvolvidas no espaço urbano de Serrinha focaram essencialmente na estética da cidade, proporcionando uma fisionomia de modernização, sendo percebidas através da construção e revitalização de praças, do desenvolvimento de ruas amplas e com calçamento, além de algumas obras de drenagem e melhoria no saneamento básico. Franco (1996) destaca que

Foi construído um jardim decorado com plantas e outras espécies de árvores, chafarizes e portões de entrada e saída, bem como foram colocados postes com globos e luz a acetilene, uma grande novidade da época. A praça recebeu calçamento de pedras cabeça-de-negro e esgotamento sanitário, e plantão de oitis em seu redor. O paço municipal recebeu melhoramentos e foi colocado no topo do prédio uma águia. (FRANCO, 1996, p. 93)

Outro fator que pode ser incorporado a expansão e desenvolvimento do espaço urbano de Serrinha foi a inserção do município cadeia produtiva do Sisal, que teve o seu auge no início do século XX e atraiu muita mão-de-obra (trabalhadores e potenciais moradores), tornando-se outra possibilidade de fonte de renda<sup>32</sup>. Na cadeia produtiva do sisal, serrinha ocupava o papel de armazenamento e escoamento da produção, pois, os indícios dessas atividades foram os galpões construídos próximos a praça Luiz Nogueira e as rodovias que seguem em direção a este município. Diante disso, a produção da agave sisalana possibilitou que os municípios e vilas estabelecessem relações comerciais, facilitando o deslocamento de mercadorias e pessoas, criando uma rede de fluxos envolvendo o espaço urbano, rural, vilas, a capital estadual e o exterior (MIRANDA, 2011; SILVA, 2012; SANTOS e SILVA, 2017).

Na década de 1980, os municípios que estavam inseridos na cadeia produtiva do Sisal tiveram que se reestruturar social e economicamente, devido a intensa crise que se instaurou nas lavouras de Sisal, associada a uma concentração de riquezas por uma minoria, que contribuiu para a repulsão da mão de obra. Algumas das medidas adotadas para contornar essa situação foram através do desenvolvimento da mineração, ovinocaprinocultura e criação extensiva de gabo bovino, no entanto, é importante evidenciar que essas atividades estavam centradas mais uma vez na elite local (SILVA, 2012).

Em síntese, a cidade de Serrinha experimentou um grande crescimento populacional, com a elevação significativa da taxa de população urbana (Tabela 2), apresentando, também,

---

<sup>32</sup> vale destacar que as grandes fortunas ficavam concentradas nas mãos dos donos das lavouras de Sisal

uma diversificação de atividades, infraestruturas e serviços urbanos, cujas funções e amplitude a colocaram como uma cidade regional que polariza um conjunto centros urbanos. Em decorrências destes fatores, o processo de produção do espaço urbano se intensificou, repercutindo na criação de novos bairros e na expansão da periferia da cidade. Este se tornou um espaço fértil para o surgimento e a atuação do associativismo de bairro.

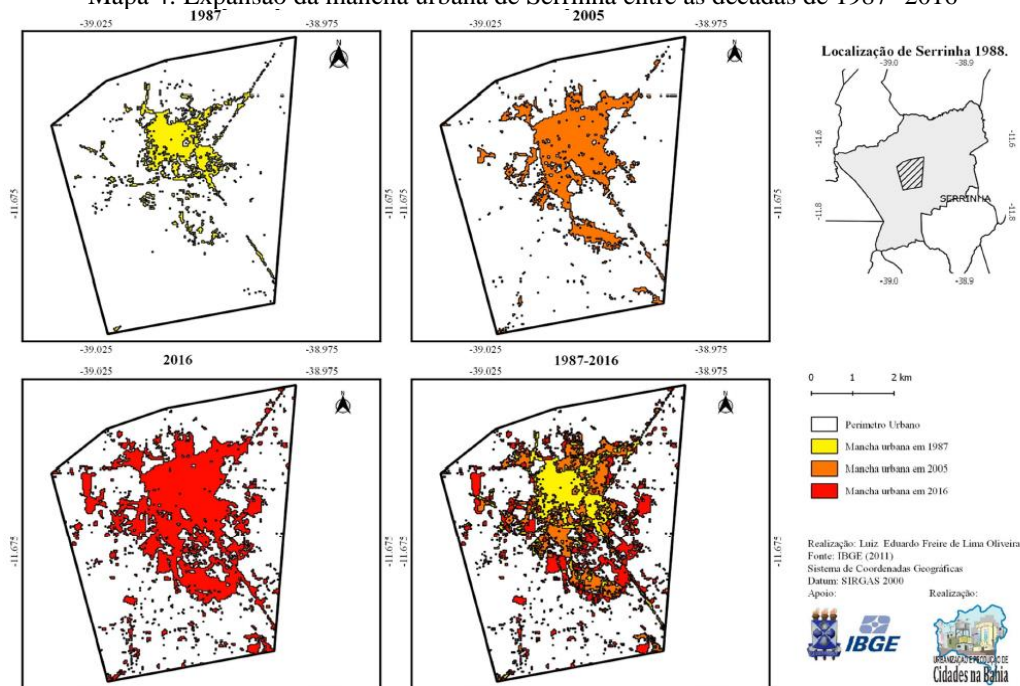
#### **4.2 Raízes e modalidades do associativismo urbano em Serrinha**

O espaço urbano é um dos principais ambientes de materialização da intervenção humana, cujas marcas ficam explícitas na composição da sua paisagem, pois, é possível identificar diferentes elementos provenientes dos dispositivos técnicos e das intencionalidades projetadas, de modo que se torna uma referência geográfica, a partir da modelagem, organização, distribuição dos elementos espaciais.

Compreender como ocorreu o processo de produção e expansão do espaço urbano de Serrinha é de extrema importância para identificar os elementos que motivaram o surgimento das associações, assim como os entraves e/ou limitações quanto a forma de atuação. Diante disso, o processo de produção do espaço urbano de Serrinha promoveu uma série de mudanças no modo de vida da população, repercutindo na forma como os cidadãos interagem entre si e com o espaço/bairro/território, capaz de criar formas alternativas para viabilizar e/ou garantir a reprodução social. No universo das diferentes estratégias que podem ser adotadas, direcionamos o nosso olhar para o associativismo urbano comunitário e/ou de bairro, devido a sua capacidade e variedade de intervenção na cidade.

Em estudo recente, Carvalho (2017) e Oliveira (2018) identificaram que a expansão do espaço urbano de Serrinha (Mapa 4) intensificou-se nas últimas décadas, guiadas por um processo de valorização do solo urbano, motivado pela constituição de loteamentos que historicamente foram constituídos em meio a um conjunto de irregularidades ambientais e esteve desconexo com as regulações urbanísticas municipais, repercutindo futuramente em uma série de limitações e problemas de ordem urbana, como é no caso da geração de vazios urbanos, a existência de poucas áreas verdes restritas as praças (PDDU, 2000).

Mapa 4: Expansão da mancha urbana de Serrinha entre as décadas de 1987 -2016



Fonte: Oliveira, 2018, p. 54.

Ao analisar as imagens de satélites disponíveis no Mapa 4, é possível perceber que houve crescimento horizontal em diferentes direções, provenientes da atuação de diferentes agentes e influência de empreendimentos que valorizaram e tornaram algumas áreas atrativas. No morro da Santa, com pouco mais de 400m (Figura 4), é possível perceber que o processo de expansão da malha urbana vem ocorrendo principalmente em seu sentido horizontal. Esses processos foram estão pontuados no quadro 8.

Figura 4: Visão panorâmica do espaço urbano de Serrinha /BA do alto da colina da Santa em 2020



Fonte: Jadson Santos, 2020.

Para Capistrano (2010), Serrinha experimentou uma série de transformações no espaço urbano a partir de 1917, período em que houve uma mudança no status e na importância de cada bairro, fazendo-se surgir novos bairros e novas centralidades. Em seu estudo sobre a disposição dos recursos hídricos em Serrinha, Carvalho (2017) identificou que os bairros, em

sua grande maioria, surgiram através de loteamentos periféricos (em relação ao centro econômico do entorno da praça Luiz Nogueira), contribuindo para um crescimento horizontal da malha urbana, gerando novas demandas urbanas (infraestrutura de transporte, distribuição de eletricidade, água potável, segurança, saneamento básico) e sociais (trabalho, educação, saúde). Nesse paralelo, entre o processo de produção, expansão da malha urbana e as problemáticas causadas, é que surge o associativismo comunitário e/ou de bairro com a intenção de suprir, atender e/ou solucionar as demandas do bairro.

Entre 1880 e 1960, foram identificados um conjunto de diferentes empreendimentos públicos e privados destinados ao espaço urbano de Serrinha (Quadro 11). Eles foram responsáveis por inflar discursos e o imaginário da população que o considerou como um sinônimo de melhores condições de vida, em função dos serviços ofertados, movimento que proporcionou um crescimento na malha urbana. No entanto, muitas vezes, foi possível identificar condições de vida seguidas de uma precariedade no sistema de infraestrutura urbana (FRANCO, 1996; CARVALHO, 2017; OLIVEIRA, 2018). É justamente nesse universo de necessidades que a população decide organizar-se social e comunitariamente.

O surgimento e o desenvolvimento do associativismo comunitário e/ou de bairro está diretamente envolvido com uma sucessão de fatores de ordem social, econômica, política, religiosa e cultural, que ocorrem em meio a um conjunto de fatores geográficos e históricos, vivenciados por um grupo de sujeitos que, através das experiências adquiridas, podem assumir uma postura de liderança(s) no bairro, além de poder surgir diferentes formas de mobilização e organização social, proporcionando ao bairro uma dinâmica social, política e cultural própria.

A implementação e/ou desenvolvimento do associativismo no espaço urbano está vinculado à realidade geográfica, histórica, social, política e cultural de cada localidade, variando entre uma rua, uma vila, um bairro, a cidade ou o próprio município. Por se tratar de uma produção social, é necessário considerar os diferentes níveis de abstração, percepção, organização e, principalmente, as particularidades dessa modalidade de ação coletiva. Esse conjunto de fatores é responsável por nortear e/ou influenciar nas decisões que são tomadas, no caráter das atividades/ações desenvolvidas, assim como o próprio objetivo de atuação.

Os fatores que influenciam e instigam o surgimento das associações urbanas de Serrinha são de caráter mutável, pois, ao longo do processo de produção do espaço urbano, as demandas foram modificadas e/ou reinventadas, afinam, passam por um processo contínuo de desenvolvimento e aprimoramento, de modo que desenvolvem uma adaptação frente a um

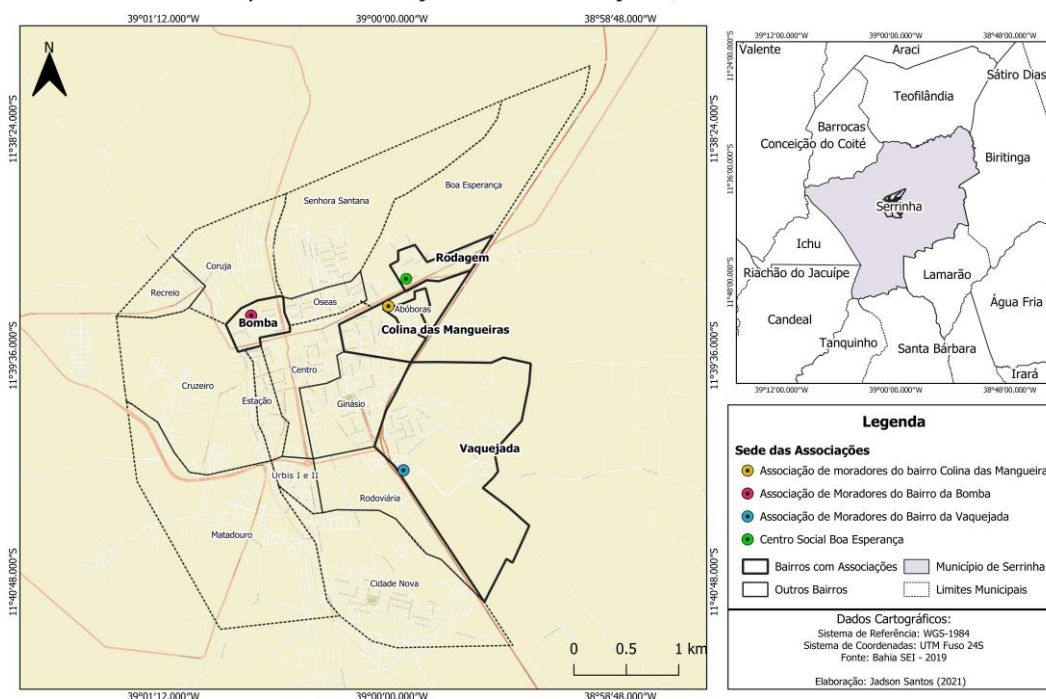
novo perfil de população e as novas demandas<sup>33</sup> existentes.

Estudos recentes sobre o associativismo no interior da Bahia identificaram que, por estar inserido na cadeia produtiva do Sisal, o município de Serrinha ao longo dos anos, apresentou uma considerável quantidade de organizações coletivas, movimentos sociais, características que foram observadas por Santos (2007), Silva (2012), Coelho Neto (2013, 2019), Oliveira (2016) e Santos (2018). No entanto, é importante considerar também que esse fator não é único e decisivo para o surgimento de ações coletivas dessa modalidade, (assim como foi apresentado na seção 3.1 e 3.2), pois, há uma sucessão de fatores, elementos, contextos e sujeitos que contribuem para tal configuração.

As associações que colaboraram para este estudo estão localizadas em bairros distintos (Mapa 5), ao longo de seu histórico de atuação (que é variado) desenvolveram níveis distintos de vinculações e relações com o espaço urbano de Serrinha. Isso só é possível através das particularidades de cada local e dos sujeitos envolvidos. Embora resguardem as suas particularidades, apresentam como característica comum o objetivo de promover melhorias para os bairros.

Mapa 5: Localização das associações colaboradoras – Serrinha / BA 2021

Mapa de localização das associações, Serrinha/BA - 2021



Fonte: Próprio autor

<sup>33</sup> Quanto ao processo de surgimento e atuação das associações, é importante que os fatores ou elementos que foram responsáveis pelo seu surgimento podem perder importância ao longo do tempo, pois, pode/m ser/em solucionado/s ou perde/em centralidade de importância diante de um determinado contexto, com novas realidades políticas, sociais e culturais, incidindo diretamente no/s objetivo/s, demanda/s e forma/s de atuação.

Ao considerar o surgimento e/ou implementação das associações no espaço urbano o/a entrevistado/a 01 afirma que “[...] quando a gente (**população**) lança uma associação (**cria uma associação**) é sempre para a melhora do bairro, por que a gente tenta fazer algumas coisas. A associação é para ter melhoras no bairro” (grifo nosso). Essa foi uma forma de pensamento que, de modo geral, acompanhou os diferentes discursos, evidenciando o papel e a importância da participação popular viabilizada por meio de uma atividade e/ou ação coletiva, que pode performar como um instrumento que possibilita transformações e/ou melhorias em um determinado local.

#### **4.2.1 A Associação Beneficente dos moradores do Bairro da Bomba: sua atuação e relações históricas e geográficas com o bairro**

Com a implantação da ferrovia imprimiu-se uma nova mentalidade nas relações sociais e trabalhistas, melhorou-se o abastecimento de água com a construção dos açudes da Estação e da Bomba, dinamizou-se o comércio e a agricultura e introduziu-se uma nova cultura, com a chegada de moradores de outras regiões. (PDDU, 2000, p. 42)

O bairro da Bomba apresenta uma relevante participação no processo de desenvolvimento da malha urbana de Serrinha, devido a sua localização estratégica, pois, era um local de escoamento dos recursos hídricos, sendo o açude da bomba um ponto de recepção e armazenamento. Sabendo que Serrinha passa por escassez hídrica sazonal, ficar próximo a tais reservatórios é um fator estratégico para garantir a sobrevivência, fazendo uso da água, tanto para comércio, quanto para fins econômicos<sup>34</sup>. Outro fator que não pode passar despercebido é a proximidade geográfica com o bairro da Estação, que por muito tempo apresentou uma centralidade econômica e social. Além do fator de proximidade é possível destacar também a importância do açude da Bomba para a implantação e funcionamento do ferroviário em Serrinha. Importante destacar que o açude foi utilizado para a efetivação do primeiro sistema de distribuição de água na cidade.

Conforme descrito nas seções 4.1 e 4.2, o espaço urbano de Serrinha passou e ainda

---

<sup>34</sup> Carvalho (2017) evidenciou que antes da canalização da rede de distribuição de água em serrinha, existia uma profissão chamada de “aguaceiro”. Eles eram pessoas que transportavam a água do açude da Bomba para algumas residências em Serrinha, em troca, eram remunerados por tal feito, sendo muitas vezes a principal renda de algumas famílias.

passa por um processo de expansão e desenvolvimento da sua malha urbana em diferentes sentidos, guiados por alguns empreendimentos e atividades desenvolvidas. No sentido Sudoeste, temos os Bairros da Estação e Cruzeiro, que se desenvolveram em função do ferroviarismo. A Leste, temos as intermediações da Praça Miguel Carneiro, fazendo surgir o bairro do centro, em função da inserção da primeira usina de geração de energia a combustão da cidade. Por fim, no sentido Oeste, temos um movimento de expansão em direção ao bairro da Bomba, devido à proximidade com as atividades que envolviam a Estação de trem e pela presença de um dos principais reservatórios hídricos da cidade (CAPISTRANO, 2010).

O Bairro da Bomba desenvolveu-se nas adjacências daquele que foi um dos principais reservatórios hídricos da cidade devido a multiplicidade de atividades que eram desenvolvidas e da sua capacidade de armazenamento (CARVALHO, 2017). O “tanque da Bomba” como é popularmente conhecido, era comumente utilizado pela população (do próprio bairro e adjacências) para suprir as demandas domésticas, funcionando também como espaço de lazer, trabalho (aguaceiros), além de uma importância natural para a cidade<sup>35</sup> (figura 5)

Figura 5: Açude da Bomba em meados do século XX – Serrinha / Bahia



Fonte: Carvalho, 2017, p. 84

O açude da Bomba recebeu essa nomeação em função da implantação do ferroviarismo em Serrinha. A empresa responsável pela ferrovia foi responsável pela instalação de um sistema de bombeamento de água para utilizar no funcionamento das locomotivas e, em um segundo momento, foi utilizado pela cidade para a implantação do

---

<sup>35</sup> A sua importância enquanto recurso importante para a sobrevivência de diferentes espécies de animais e vegetais, além de funcionar como um regulador térmico.

primeiro sistema de distribuição e abastecimento de água em alguns bairros da cidade, principalmente aqueles que estavam nas proximidades da Bomba.

O PDDU de Serrinha refere-se a esse reservatório como de grande “[...] valor histórico pois, o Açude da Bomba foi um dos primeiros mananciais da cidade” (2000, p. 118). No entanto, mesmo reconhecendo a importância que teve (ambiental e economicamente) e que possui (ambientalmente), a Bomba passa por um grave problema ambiental.

O Açude da Bomba encontra-se atualmente num estado de eutrofização que é um passo bastante próximo para um quadro de poluição ainda mais grave e talvez a perda total desse recurso hídrico e de suas potencialidades. A presença de larga quantidade de baronetas (*eichornia crassipes*) no açude é um atestado do grau de eutrofização avançado deste corpo d’água. (PDDU, 2000, p. 118)

A localização geográfica do bairro da Bomba é estratégica, em decorrência de sua proximidade com um importante recursos hídrico, com a ferrovia e atual praça Luiz Nogueira. Rapidamente ele foi ocupado pelos trabalhadores da ferrovia e por famílias que migraram para a cidade, em função dos seus empreendimentos que apresentavam um grande potencial de desenvolvimento. Um/a dos/as entrevistados/as descreve o processo de formação do bairro:

Ali (**bairro da bomba**) tinha poucas casas, ali em baixo ali. Antes era mato, muito mato. Ali era a fazenda de Graciliano. Foi vendendo e cedendo os terrenos, crescendo as casas. Os moradores mais antigos contam isso ai, que ali tinha um local (**algumas casas**) que era ocupado por pessoas de diferentes locais (**Santaluz**) foi construído um “barracamento” um conjunto de casas iguais, que eram ocupadas pelos trabalhadores da “LEST”<sup>36</sup>, ela fica depois do “campo da lixa”. Porque ali tinha a estação e bem próximo ficavam os funcionários. (Entrevistado/a 02)

A trajetória de desenvolvimento do bairro foi marcada pela intervenção de diferentes agentes responsáveis por proporcionar uma série de transformações e impor funcionalidades diversas ao bairro. A atuação da empresa *Cia Chemins de Fer Federaux du L’Est Brésillien* contribuiu para o aumento na quantidade de residências, inicialmente destinada para os seus funcionários (Imagem 03). Posteriormente, novas casas foram sendo construídas devido aos fatores supracitados.

As primeiras casas são essas de baixo aqui, que são a casa da LEST. Você pode ver que ainda tem uma no modelo antigo da LEST, aquela verde. Você pode ver que é um telhado só. Aquela recuada era onde botava o “troio”, é um carrinho que o pessoal colocava material para trabalhar. Tem a roda, a bancada quadrada. (Entrevistado/a 01)

---

<sup>36</sup> Forma como a empresa é comumente referência na cidade. No contexto retratado pelo(a) entrevistado(a), a empresa *Cia. Chemins de Fer Federaux du L’Est Brésillien*, era responsável pela gestão da Ferrovia.

A descrição realizada pelo(a) entrevistado(a) fica revelada na Figura 6, sendo possível observar em seu primeiro plano, a presença do modal ferroviário e no segundo plano a presença de um conjunto de residências destinadas aos funcionários da L'est.

A problemática envolvendo a condição ambiental que se encontra o “tanque da bomba” dialoga com as inferências dos estudos de Carvalho (2017), sobre a influência do processo de expansão da malha urbana de Serrinha e suas implicações nos recursos hídricos. O autor identificou que, principalmente nos anos de 1959, 1961 e 1974, houve um expressivo movimento de ocupações irregulares nas intermediações da Bomba (taque/açude) por meio dos bairros Recrio e Vila de Fátima, comprometendo a reposição hídrica e elevando proporcionalmente o uso da água e a quantidade de efluentes lançados.

Figura 6: Primeiras habitações no bairro da Bomba



Fonte: Jadson Santos, 2020.

A gestão municipal também merece destaque, principalmente quando consideramos a consolidação e legitimação do uso do solo, nesse caso, atribuído ao surgimento do bairro, afinal, esse agente foi e é responsável pela doação de terrenos, assim como pela criação de leis que direcionaram a organização e a produção do espaço do bairro. A população também teve um papel importante na constituição e na dinâmica social, espacial, cultural e política do bairro, sendo responsável por transformar/modificar a realidade espacial/territorial e

paisagística do bairro, por meio de uma atuação individual e/ou coletiva. Sobre esse último é importante evidenciar o papel da atuação associativista.

Em 12 de junho de 1987, foi fundada a Associação Beneficente dos moradores do bairro da Bomba. Trata-se de uma ação coletiva com o objetivo de desenvolver atividades e/ou ações de natureza social e cultural. Ela possui aproximadamente 45<sup>37</sup> associados, mas, segundo depoimentos, as reuniões contam com aproximadamente 20 pessoas. Anteriormente suas reuniões eram realizadas na antiga escola municipal Maria Aurea Nogueira, e por conta disso, tinha uma restrição na quantidade de pessoas que poderiam participar, somadas a longos intervalos na sequência para realizar reuniões, pontos apresentados como limitantes para uma maior participação da população. No entanto, esses aspectos estão sendo superados a partir da construção da sede da associação e da regularidade de atividades/ações e reuniões.

As atividades desenvolvidas pela associação seguem basicamente duas linhas de atuação. A primeira está centrada no papel de intermediação junto ao poder público. Neste sentido, um dos membros que compõe a diretoria fica responsável por identificar e organizar as demandas do bairro e encaminhar para o poder público.

o “corró” fica correndo atrás do pessoal de iluminação, calçamento das ruas, tem um pessoal justamente para essas coisas aí. Para tentar ajudar, juntamente com o pessoal da prefeitura. Então, quando a gente necessita pede por documento para trazer melhorias para o bairro, sempre quando há necessidades, quando precisamos de um saco de cimento, de uma pintura em uma casa. (Entrevistado/a 02)

As demandas e cobranças mais recorrentes no bairro estão ligadas a limpeza, manutenção de ruas, da praça do Bairro e iluminação pública. Um fato recente foi a contribuição da associação para a construção de dois espaços para atendimento público: a creche e a UPA (Figura 7). O pedido da construção da creche no bairro foi em decorrência de que “muitos pais pediram, porque tinham filhos pequenos e queriam, aí a gente entendeu que tinha essa necessidade” (entrevistado/a 02). Já a construção da UPA foi em decorrência do deslocamento dos moradores para um bairro vizinho para ter acesso a serviços de saúde básica.

---

<sup>37</sup> O valor aproximado foi justificado devido a nova gestão e o cadastramento das famílias associadas

Figura 7: Empreendimentos urbanos adquiridos a partir da Associação de Moradores do bairro da Bomba

(i) Praça da Bomba pós revitalização



(ii) Construção da creche e Unidade de pronto atendimento



Fonte: Jadson Santos, 2020.

Outro foco da atuação da associação no bairro é a promoção de atividades para envolver a população, a exemplo da realização de ações em algumas datas comemorativas, como os festejos juninos, o dia das crianças, dia das mães e Natal. Além disso, ela conta com um projeto de caráter esportivo, contando com aulas de ginástica, capoeira, escolinha de futebol para as crianças e o intitulado “um dos maiores campeonatos de Serrinha, o campeonato do Campo da Lixa” (Entrevistado/a 02). Segundo os/as entrevistados/as a reforma do campo, o alambrado, a construção da arquibancada foram adquiridos por intermédio da associação com o poder público municipal. Todas essas atividades são desenvolvidas na associação (Figura 8) ou nos espaços ocupados por ela, sendo importante destacar que elas foram pensadas e desenvolvidas em decorrência dos pedidos da população. Segundo o/a entrevistado/a 01, o campo de futebol é um dos poucos espaços de lazer no bairro.

Figura 8: Sede da associação do bairro da Bomba e campeonato no Campo da Lixa

(i) Escol de futebol e sede da associação



(ii) “Campeonato da Lixa” em 2015<sup>38</sup>



Fonte: (i) Jadson Santos, 2020.

A diretoria da associação tinha preparado diversas ações para os anos de 2020/2021, no entanto, as atividades foram adiadas em decorrência o contexto pandêmico da COVID-19. Os/As entrevistados/as relataram que seriam realizados trabalhos sociais na área de saúde e lazer na praça da Bomba (figura 7-i), em parceria com a Secretaria de Saúde do município. Outra atividade prevista eram as visitas domiciliares para mapear as demandas e necessidades das famílias e do próprio bairro, para direcionar as ações da associação, buscando soluções ou para acionar possíveis parcerias para solucionar-las. Estavam nos planos a realização de mutirões de ajuda mútua e oferecer cursos de corte e costura na sede da associação. Por fim, já estavam dialogando com comerciantes do bairro, para oferecer um percentual de desconto para os associados, no entanto, foram anos (2020/2021) atípicos e a associação foi forçada a fazer um remanejamento no planejamento e execução de algumas ações.

#### **4.2.2 Associação de Moradores do Bairro Colina das Mangueiras: sua atuação e relações históricas e geográficas com o bairro**

O bairro Colina das Mangueiras enquadra-se perfeitamente em uma das constatações de Carneiro (2017), principalmente quando ele aponta uma série de bairros novos que surgiram em Serrinha em decorrência da prática dos loteamentos e a pressão que estes exerceram principalmente nos recursos naturais, que no caso deste bairro foi sobre a presença

<sup>38</sup> Imagem extraída de um registro audiovisual de um dos campeonatos realizado no Campo da Lixa. Fonte: Campeonato da Lixa, Lances do Jogo. Bomba x São Domingos – 4:58 min. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=09w-nAE7FBE&ab\\_channel=AdryanoFerreira](https://www.youtube.com/watch?v=09w-nAE7FBE&ab_channel=AdryanoFerreira)> Acesso em 01 de abril 2021.

das Mangueiras<sup>39</sup>. “Uma boa parte do bairro foi surgindo com o loteamento de Netinho Bacelar, [...] Esse foi um loteamento bem expressivo e é uma boa parte do bairro que fazia parte desse loteamento”. (Entrevistado/a 04).

O topônimo do Bairro está intimamente relacionado com a árvore frutífera Mangueira, pois, tratava-se de “um bairro que tinha muitas mangueiras, muitas mesmo. Por isso que se dar o nome ‘Colina das mangueiras’, até hoje tem algumas (muito pouca). [...] tinham muitas mangueiras nessas roças e por conta disso surgiu o nome”. (Entrevistado/a 03). No entanto, o verde da paisagem deu lugar a ruas, casas, postes, enfim, alterando a paisagem.

Colina das mangueiras era uma roça mesmo. Inclusive, quando eu comecei a morar lá, minha casa era uma das últimas da rua, que é a rua Santo Antônio. Lembro que de manhã e pela tarde, a gente via muito movimento das pessoas tirando o leite da vaca, de uma roça aqui pertinho, a gente via as vacas lá berrando, os bezerrinhos, tirando leite. Isso foi início dos anos 2000, era basicamente pasto. (Entrevistado/a 03)

Ao observar o histórico de formação do bairro, fica nítida a participação dos promotores imobiliários, principalmente, no processo de produção e valorização dos imóveis e/ou terrenos desse bairro. Eles foram responsáveis pela intensificação das alterações nos significados do espaço, que anteriormente contava com elementos e dinâmicas típicas do espaço rural (pastos, arvores, cercas, trabalho com a terra).

Isso aqui tudo era mato, eu morava ali perto da morena bela, aí vim para cá no Domingo e limpava as coisas e segunda eu ia para o trabalho, quando eu estava de folga eu vinha cuidar das coisas. Sempre devagar, logo, logo, encheu de casa. [...] com R\$ 100.000,00 você não compra um terreno aqui. Para você ver, Chiquinho, ali em baixo (em direção a escola) vendia a R\$ 200,00 reais o lote e você pagava a prestação e hoje fechou de casa, e ali era brejo (local alagadiço por ser uma área deposição). (Entrevistado/a 04)

Ao considerar a atuação dos promotores imobiliários no bairro, foi possível perceber uma alteração no modo de vida da população que agora apresentava elementos ligados ao espaço urbano<sup>40</sup>, por mais que esse possa ser questionado em alguns momentos do processo de desenvolvimento do bairro, principalmente quando se considera a ausência de alguns elementos infraestruturais que compõem a dinâmica espacial do bairro, assim como foram apontados pelos/as entrevistados/as 03 e 04, conforme depoimentos anteriores. Destacou-se a falta de calçamentos em algumas ruas e trechos do bairro, saneamento básico, iluminação

<sup>39</sup> Árvore da família Anarcadiaceae de procedência indiana e que se adaptou ao clima local. Essa árvore apresenta excelente potencial de sombreamento, uso de sua madeira e frutos. Disponível em:< <http://www.umpedeque.com.br/arvore.php?id=646>> Acesso em 01 de abril de 2021.

<sup>40</sup> É importante destaca que algumas práticas ligadas as ruralidades ainda se fazem presente no cotidiano da população, embora, em menor escala.

pública, sistema de distribuição de água, coleta de lixo dentre outros. Esses problemas podem ser percebidos na figura 9.

Os problemas evidenciados na figura 9 foram destacados como pontos que exercem centralidade nas discussões e na atuação da associação no bairro, ocorrendo através das

cobranças ao poder público para que fosse implementado o calçamento, a estrutura de esgotamento do nosso bairro que a gente não tinha, iluminação pública, as cobranças relacionadas a saúde pública, como um posto de saúde, melhoramento na escola do nosso bairro. (Entrevistado/a 04).

As cobranças são realizadas por intermédio da associação através de reuniões com representantes do poder público na reunião ou seções da câmara de vereadores e por meio de ofícios encaminhado aos órgãos competentes.

Figura 9: Problemas infraestruturais do bairro Colina das Mangueiras – 2020/2021

(i): falta de saneamento básico<sup>41</sup>



(ii): falta de infraestrutura de transporte<sup>42</sup>



Fonte: Jadson Santos, 2020.

A associação se volta para busca de alternativas para os problemas materiais imediatos enfrentados pelo convívio na mesma realidade socioespacial, mais especificamente as infraestruturas básicas, que atravessam a realidade do bairro e são enfrentados por toda a coletividade que compartilham a vivência nesse espaço, provocando mobilizações no sentido de buscar soluções frente aos poderes instituídos. As características também foram identificadas por Coelho Neto (2013a) e aprofundadas em estudo mais recente, pois, o referido autor destacou a papel e importância das associações “para o atendimento de demandas básicas e para enfrentamento das condições socioespaciais de vida: as precariedades

<sup>41</sup> Problema identificado às margens da BR-116.

<sup>42</sup> Algumas vias estão passando por um processo de calçamento

de serviços e de infraestrutura básica e as dificuldades de geração de renda e de sobrevivência na terra.” (COELHO NETO, 2021, p. 330).

É em um contexto de enorme carência de condições socioespaciais que a Associação Comunitária dos Moradores da Colina das Mangueiras foi criada, tendo como propósito buscar soluções para os problemas enfrentados no bairro, como descreve um associado e morador:

[...] foi criada por conta das demandas relacionadas aos serviços públicos no bairro. [...] a Colina das Mangueiras era um bairro que tinha surgido e muitos serviços públicos a gente não tinha disponíveis. O calçamento a gente só tinha em uma rua só, a gente não tinha rede de esgoto, a escola era precária, não tínhamos posto de saúde, não tínhamos espaço de lazer, campo para praticar um esporte. A gente tinha que se deslocar para o bairro de Rodagem ou Abóboras (**bairros vizinhos**), e aí, por conta disso, a comunidade precisava se organizar e criar uma associação. (Entrevistado/a 04, grifo nosso)

Foi devido a essas e outras demandas que a população juntamente com a intervenção da Igreja Católica e algumas lideranças do bairro, criou no dia 17 de abril de 2006 a Associação Comunitária dos Moradores da Colina das Mangueiras, com a finalidade de promover o “desenvolvimento urbano social e recreativa dos moradores do bairro”. A associação conta com a filiação de pouco mais de 50 associados, no entanto, conta apenas com uma média de 20 pessoas participando mais ativamente. Devido a suspensão das reuniões presenciais, a diretoria está estabelecendo comunicação com seus associados através de aplicativos de mensagens instantâneas. Ainda sobre os problemas ligados ao bairro da Colina das Mangueiras é importante reforçar que

[...] a preocupação maior nossa (**associação**) [...] É sobre passagem de Esgoto na BR-116, é uma luta nossa, é uma dificuldade grande que a gente está lutando para poder conseguir, por que, é uma saída de 1.000 m<sup>3</sup> e passagem de água é mais de 20.000 m<sup>3</sup> (**valores estimados pelo entrevistado**), aí não tem espaço. Aí a água está recuando, está atingindo os moradores próximo e já está dando problema. É um órgão federal (BR-116) e o município não pode intervir “pra” abrir a passagem, então está aí. É a nossa luta. (**atual**). (Entrevistado/a 03, grifo nosso)

Por apresentar uma formação recente, não foram identificadas informações e/ou dados referente ao bairro no Plano Diretor de Desenvolvimento de Serrinha, publicado em 2000. Segundo os/as entrevistados/as, a Colina das Mangueiras surgiu “a partir de 2004 em diante, que foi quando abriu esse loteamento que foi quando bairro começou a expandir bastante, sentido a BR-116. Por que era essa área dessa roça que criava gado, onde tinham as atividades agropecuárias, praticamente dentro da cidade” (Entrevistado/a 03). Importante destacar que a BR-116 apresenta-se como um empreendimento responsável pelo surgimento,

desenvolvimento e dinamismo de alguns bairros da cidade de Serrinha.

A Colina das Mangueiras conta com algumas vias que são acesso à rodovia. No entanto, é preciso considerar que o acesso a este não é um sinônimo de desenvolvimento urbano, afinal, ainda é possível identificar na paisagem diversos problemas ligados à infraestrutura de locomoção, de saneamento básico e espaços de lazer (Figura 10-i).

Os poucos espaços de lazer existentes no bairro estão restritos as ações/atividades promovidas pelos comerciantes locais, em especial os donos de bares, as festividades/comemorações desenvolvidas pela Igreja Católica do bairro e o uso do espaço público, a exemplo do jardim. Este último fora evidenciado como resultado das solicitações da associação. A atuação da associação no bairro, conta com a parceria estabelecida com a Igreja católica [figura 10 (ii)], responsável por auxiliar a associação no seu processo de criação e que continua apoiando as ações associativistas. Por não possuir uma sede própria, a associação faz uso do salão da igreja para realizar reuniões e desenvolver algumas atividades, como, por exemplo, o dia das crianças.

Figura 10: Espaços de lazer e Igreja Católica no bairro Colina das Mangueiras

(i) Praça do bairro



(ii) Comemoração ao dia das crianças (2017)



Fonte: (i) Jadson Santos, 2020. (ii) Material cedido pela associação.

A associação vem nuclearizando sua atuação na resolução de problemas ligados ao saneamento básico, lazer, esporte, saúde, cultura e educação. É importante destacar que, por intermédio da atuação direta da associação “algumas demandas foram solucionadas. Relacionada a calçamento, a esgotamento sanitário. Houve algumas reformas e melhoramento na escola (Escola Municipal Hermilia Bastos)” (Entrevistado/a 04). Alguns problemas ainda não foram sanados, como, por exemplo, a inexistência de um posto de saúde, a carência de opções de espaço de lazer, a falta de pavimentação de ruas e de saneamento básico. “A pavimentação da Rua Renato Nogueira foi luta nossa também. Era tudo lama. E parece que

vai asfaltar tudinho ali, ela vai direto para Avenida Luiz Viana. Ficou bonito agora, ela muita lama, não tinha como passar lá”. (Entrevistado/a 03). Além do que já fora apresentado, a associação contribuiu para melhoria na iluminação pública, na escola municipal através da implantação de um infocentro (espaços equipados com tecnologias virtuais e/ou digitais) que eram compartilhados com os membros da associação.

#### **4.2.3 Associação de Moradores do bairro da Vaquejada: sua atuação e relações históricas e geográficas com o bairro**

[...] A primeira vaquejada, denominada Vaquejada de Serrinha, foi organizada em 1968, de forma improvisada, na Fazenda Santa Cecília. O sucesso foi tão grande que ela foi transferida, no ano seguinte, para uma área no perímetro urbano, próxima à BR-116.

Ainda como consequência deste sucesso, o grupo político ligado ao seu organizador manteve, no decorrer de anos, a hegemonia política e a área onde foi inserida se transformou no Bairro da Vaquejada, um dos maiores da cidade. Além disso, Serrinha, que conta atualmente com dois parques – ambos no Bairro da Vaquejada – passou a ser conhecida em todo o país como um dos locais onde melhor se realiza o evento. (PDDU, 2000, 46)

Há pouco mais de meio século, o município de Serrinha vem desenvolvendo oficialmente festividades e atividades vinculadas a vaquejada (desfiles, exposições e derrubada de bois)<sup>43</sup>, sediando uma festa considerada por seus organizadores como a “Maior vaquejada do Brasil”<sup>44</sup>. Esse mesmo discurso é ecoado por alguns moradores e agentes públicos e privados, reforçando e legitimando o desenvolvimento desta atividade, concentrada principalmente no mês de setembro.

[...] a maior atração de Serrinha é a vaquejada, cuja realização conta com dois grandes parques no bairro de mesmo nome: o mais antigo denominado Parque Fernando Carneiro da Silva, que deu dimensão ao esporte, e o mais recente e de porte muito mais avantajado, denominado Parque Maria do Carmo. (PDDU, 2000, p. 186)

As festividades da Vaquejada foram idealizadas e desenvolvidas a partir do ano de 1967, por iniciativa dos senhores Valdete Carneiro e Neném Maroto. No ano de 1998, os

<sup>43</sup> Lei Nº 8240/2017 que reconhece a vaquejada enquanto cultural. – Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=428C7FA6B25113485EC77645B98D53D9.proposicoesWebExterno1?codteor=1764964&filename=Avulso+-PL+8240/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=428C7FA6B25113485EC77645B98D53D9.proposicoesWebExterno1?codteor=1764964&filename=Avulso+-PL+8240/2017)> acesso em 20 de fev. 2021.

<sup>44</sup> Informação presente no site oficial do parque de Vaquejada Maria do Carmo – Disponível em: <<http://www.vaquejadadeserrinha.com.br/vaquejada>> acesso em 02 de abril 2021.

empresários Vardinho Serra e Carlinhos Serra impuseram ao evento outro dinamismo e abrangência. Os depoimentos dos entrevistados, moradores do bairro e filiados a associação, permitem depreender a importância da vaquejada para o surgimento e conformação socioespacial do bairro

Segundo relatos dos mais antigos, meus pais falam que o bairro da vaquejada, antes de iniciar a vaquejada, que tinham poucas casas e que funcionava um matadouro onde funciona a praça do vaqueiro, então era um matadouro e desse matadouro, tangiam gado, pastoreavam o gado, era gado solto entrando na casa do povo na vaquejada nessa época (o entrevistado fez uma expressão de algo antigo). Então tinha aquele foco no boi, vaqueiro, gado e depois passou a vir da vaquejada de serrinha, a tradicional. O parque Valdete Carneiro foi o pivô onde tudo começou [...] tempo depois vem a atual vaquejada que tomou conta de Serrinha, do Brasil e praticamente do mundo. A vaquejada do [...] Parque Maria do Carmo [...] com o tempo, a vaquejada foi crescendo mais e mais e hoje é essa potência que é hoje aí”.<sup>45</sup> (Entrevistado/a 07).

De um passado que envolvia as práticas tradicionais às lógicas empresariais, a vaquejada de Serrinha adquiriu outras funcionalidades e abrangência, influenciando na dinâmica da cidade e dos municípios limítrofes, tamanha é a importância e influência local (política e econômica) que a vaquejada e os atores ligados a ela possuem. O próprio PDDU de Serrinha concebe a vaquejada como a principal manifestação cultural de Serrinha.

As vaquejadas, um dos grandes negócios da cidade, já se constitui num evento de repercussão nacional, que vem se consolidando e ampliando o fluxo de pessoas. O evento de maior destaque, a vaquejada de setembro, traz a Serrinha, anualmente, milhares de pessoas, que permanecem ou transitam na cidade durante uma semana, criando uma dinâmica econômica especial, movimentando o comércio e serviços, especialmente de hospedagem e alimentação. (PDDU, 2000, p. 12)

Segundo um dos depoimentos, o bairro da Vaquejada, para além das festividades e derrubada de boi, “também servia como matadouro (**local para abater bovinos**) [...]. Ai o restante aqui eram algumas casas, pouca casa nesse bairro, com falta de infraestrutura de pavimentação, não tinha rede de esgoto, não tinha iluminação pública” (entrevistado/a 08, grifo nosso). O dinamismo cultural e econômico promovido pela Vaquejada, atrelado a intervenção de diferentes atores e os fatores contextuais, contribuíram para o desenvolvimento e expansão territorial do bairro.

O crescimento do bairro da Vaquejada não pode ser atribuído apenas ao sucesso que a festa da vaquejada teve ao longo desses anos. Os estudos de Carvalho (2017) e Oliveira

---

<sup>45</sup> O status de grande evento da cidade vem em decorrência da estimativa de público que a vaquejada consegue atrair, com estimativa de valores acima de 50 mil pessoas. Informação disponível em <https://noticias.r7.com/bahia/fotos/vaquejada-de-serrinha-deve-receber-60-mil-pessoas-por-noite-28082015>> Acesso em 01 de Abril 2021.

(2018) apontam que a implantação e a proximidade com a BR-116 foi outro fator importante para tornar esse bairro um dos novos vetores da expansão da malha urbana do município, principalmente a partir da década de 1980<sup>46</sup>.

[...] a cidade apresentou uma tendência de crescimento mais acentuada no sentido Leste-Sul do que o crescimento em outras direções. Ressalta-se que bairros como a Vaquejada (Leste) e a Cidade Nova (Sul) apresentam como vetor de atração a BR-116, enquanto em outras direções, principalmente no sentido Norte e Noroeste, a topografia mais acidentada dificulta o processo de expansão urbana, visto que estas áreas não apresentam um valor, dentro da especulação imobiliária, significativo. (CARVALHO, 2017, p. 67)

O processo de expansão da malha urbana ocorreu inicialmente no sentido Leste, o que representou uma mudança significativa, haja vista que em anos pretéritos seguia outros vetores. Nos dias atuais, o bairro da Vaquejada continua o seu processo de expansão, seguindo o sentido sul margeando a BR-116, com “a formação de “áreas com casarões luxuosos, para os padrões da cidade de Serrinha” (OLIVEIRA, 2018, p. 79), característica que pode ser percebida nas intermediações da avenida Valdete Carneiro e no loteamento Maria do Carmo (Figura 11 – iv), tanto que na referida figura foi indicado com uma seta o Atacadão Assai, um dos mais recentes empreendimentos as margens da BR-116, contribuindo para o processo de expansão urbana do sentido sul.

Figura 11: Feições paisagísticas do espaço urbano de Serrinha no bairro da Vaquejada – 2020 /2021

(i) Acesso a Avenida Maria do Carmo

(ii) Rua B – intermediações do parque de vaquejada



<sup>46</sup> O bairro da Vaquejada, se destaca em serrinha como sendo um dos principais vetores da expansão urbana, resguardando em sua paisagem novos padrões arquitetônicos e em alguns trechos com elevado padrão, proporcionando a esse bairro uma diversificação quando ao perfil de moradores.

(iii) Rua as margens da BR-166



(iv) Visão do loteamento Maria do Carmo



Fonte: Jadson Santos, 2021.

No bairro da Vaquejada, ficou marcante na paisagem (figura 11) as diferentes configurações paisagísticas, principalmente no que diz respeito a infraestrutura urbana e a forma das casas, indicando temporalidades, padrões financeiros e intervenção de diferentes atores que contribuem para o processo de produção do aludido espaço, conteúdos marcadamente destacados por Corrêa (2002). O bairro da vaquejada hoje representa “uma das mais recentes áreas de expansão, de padrão popular e de grandes chácaras e residências de alto padrão” (PDDU, 2000, p. 35).

No sentido Leste do bairro da Vaquejada, temos o loteamento Princesa do Agreste, com a atuação do programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal, e no Sentido Sul, verifica-se a presença dos promotores imobiliários e o desenvolvimento de loteamentos e condomínios fechados. Esse novo perfil de moradores e padrões urbanísticos incidem diretamente no perfil e comportamento dos sujeitos, principalmente quando consideramos a participação da população em atividades coletivas comunitárias, como, por exemplo, a associação do bairro, haja vista a diversidade e a demarcação social dos grupos presentes no bairro. Verifica-se um vetor de expansão significativo no sentido Sul do bairro da Vaquejada com a atuação de empresários e a implementação de novos empreendimentos, margeando a BR-116, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Instituto Federal Baiano (IFBaiano), do Assaí Atacadista, do Armazém da agricultura Familiar e Economia Solidária Serrinha, entre outros.

Embora esse bairro apresente a atuação de diferentes atores que contribuem para o crescimento e valorização dos imóveis e terrenos, ainda apresenta uma série de problemas e/ou limitações. Com o objetivo de ameniza-los e/ou solucioná-los, criou-se a Associação de Moradores do Bairro da Vaquejada em 18 de dezembro de 2007. Suas atividades estão

voltadas principalmente para defesa de direitos Sociais. Segundo o/a entrevistado/a 07, associação já “trabalhava na causa pública, na mobilização social, ela já cobrava recursos para o bairro, ela já reunia pessoas na causa social para adquirir recursos [...] Então, tudo isso ai ela já tinha uma participação social já existente”.

Para os/as entrevistados/as 07 e 08, a Igreja Católica (Figura 12-i) teve uma importante contribuição para a fundação da associação, pois, ela foi a principal responsável pela prestação de suporte técnico, orientações e também por ceder um dos salões da igreja para que fossem realizadas as atividades promovidas pela associação. Ainda hoje, a igreja católica é considerada uma importante parceira, pensando e propondo ações no bairro e nos eventos da igreja foi cedido um espaço para comercializar alguns produtos cujos recursos adquiridos estão sendo utilizados para quitar as despesas da associação.

Figura 12: Capela Nossa Senhora Aparecida e Praça do Vaqueiro, bairro da Vaquejada em Serrinha/BA 2021



Fonte: Jadson Santos, 2021.

A igreja está localizada em frente a uma das praças mais conhecidas de Serrinha (figura 12-ii) pela sua importância cultural, segundo relatado pelo/as entrevistados/as 07 e 08, ela está necessitando de serviços de manutenção e a associação vem encaminhando ofícios para os órgãos competentes com o objetivo de solucionar esse problema. Os/As entrevistados/as relataram também, que a Igreja Católica foi responsável pelo trabalho de sensibilização da população do bairro, em relação ao desenvolvimento e participação de uma ação coletiva, apontando as possibilidades e potencialidades da atuação popular de maneira organizada e coletiva.

a eleição foi no salão da igreja (Paróquia Santuário Nossa Senhora Aparecida), doado pelo Padre para que a gente trabalhasse lá, mas com o tempo a gente (associação) estava atrapalhando as atividades da igreja, então alugamos aqui na rua Nalva Negreiros, era um

ponto (**local para desenvolvimento de alguma atividade**), ai a gente fazia todas as atividades ali, mas chegou um ponto d'agente conseguir o nosso espaço, ai deixamos de pagar aluguel por um precinho bem “camarada” e hoje apegamos só a conta de luz, por que a de água de não está ligada até hoje (Entrevistado/a 08, grifo nosso)

Os ideais de humildade, coletividade e caridade foram emanados pela influência da Igreja Católica, que, junto com a associação esteve desenvolvendo trabalhos e atividades “junto com a comunidade, unindo a religião ao social, unindo a sociedade” (Entrevistado/a 07). Os principais objetivos da atuação da associação estão concentrados principalmente em dois segmentos, o educacional e o infraestrutural. O primeiro responsável pela formação política da população, através de debates, palestras e também pensando em uma profissionalização da população local. Segundo o/a entrevistado/a 08 (grifo nosso), a associação, em parceria com a prefeitura municipal e, por meio do Centro Comunitário de Qualificação de Serrinha (CCQ), foram realizados cursos de “capitone almofada, pintura de tecido, corte e costura, barbearia [...] penso em trazer cursos para os jovens (**através da associação e parceiros**). Eu (**sociedade**) vou ter um jovem não envolvido em drogas [...] até porque ele está em formação [...] para que possam fazer cursos, para que eles ingressem no mercado de trabalho”. A diretoria tinha a intenção de manter e trazer outros cursos para a população, no entanto, não foi possível dar continuidade com a parceria com o CCQ, devido a paralisação das suas atividades.

Quanto a atuação do poder público no bairro, segundo um dos depoimentos, existe uma evidente necessidade de atuação mais efetiva e frequente, nesse sentido o/a entrevistado/a considera que

[...] precisa de melhorias, precisa da aproximação do poder público com a gente, por exemplo: Temos o CRAS no bairro da Vaquejada, que hoje justamente a tempos atrás estava funcionando de uma forma diferenciada, temos o posto de saúde que está fechado, durante essa pandemia é interessante que está fechado (**sendo irônico**), temos o CAPES que funciona direto, mas assim, não tem essa interligação entre a associação e o próprio poder público, não tem esse diálogo essa conversa (**as ações são isoladas**). Então a gente vai tentar aproximar esse diálogo cada vez mais, para a gente melhorar e atuar onde muitas vezes eles não puderem chegar e que a gente também não tinha conseguido, por que, junto a gente pode mais eu não estou pra brigar com o poder público, estamos para unir em prol da causa social. (Entrevistado/a 07, grifo nosso)

Por se tratarem de uma modalidade da ação coletiva, as associações podem ter diferentes perfis de atuação, assim como foi apresentado na seção 2, podendo adquirir um perfil mais ativo e representar uma ameaça para uma má gestão, com pouca representatividade popular. Segundo depoimentos, o bairro conta com a atuação de outra

associação (não foi revelado o nome) e que poderiam atuar de forma colaborativa, aumentando o número de famílias contempladas pela atuação associativista.

A associação vem tentando firmar parcerias com outras instituições e envolver os próprios moradores do bairro nas atividades/ações promovidas, como forma de instigar o senso colaborativo da população, devido a multiplicidade de sujeitos e qualificações que estes possuem, tendo um quando de associados composto por

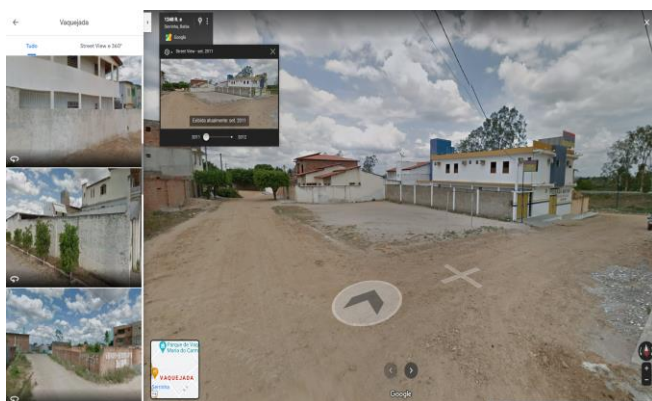
[...] advogado voluntário, seria interessante mesmo assim que eu tenho vontade e ainda vamos expandir nessa longa jornada a participação de profissionais voluntários. Por exemplo: O bairro da vaquejada é repleto de profissionais, temos pedreiros, carpinteiros, encanador, advogado temos promotora no bairro, que mora em nosso bairro, então por que não a gente se aproximar e lutar, cada um dentro da sua profissão. Por exemplo, eu estou aqui na minha profissão, sou voluntário na associação, pode-se dizer, por que eu sou assistente social e trabalho na luta social, dou o meu tempo, assim, respeitando o meu tempo de trabalho, então, o que a gente quer também para um projeto futuro “pra ontem”. Dê um tempo mínimo pra o seu plantão na associação, o seu plantão pode ser de uma hora, pode ser de quarenta minutos, pode ser de um dia, o que você pode fazer pela associação, seja plantonista. (Entrevistado/a 07)

Os relatos revelam um uma estratégia que objetiva fortalecer a presença dos associados mediante o exercício de uma função, ou seja, uma importância dentro de um todo, incidindo diretamente em uma aproximação com a associação e conseqüentemente com o bairro. Essa estratégia, espera-se que seja possível (i) otimizar a atuação da associação na identificação das limitações do bairro, mediante a (ii) participação de associados e não associados das atividades de intervenção do bairro, assim, (iii) a associação adquire maior visibilidade no bairro, contribuindo para uma (iv) maior adesão por parte do sujeitos que não são associados, nesse sentido essa atividades visa também (v) a manutenção dos sócios e (vi) das lógicas de associativistas, prezando pela coletividade e ficando implícita e explicitamente a relação que estabelecem com o seu território.

A associação conta também com uma parceria com o Ministério Público, responsável por dar maior celeridade aos pedidos e suporte na atuação da associação, principalmente as solicitações realizadas junto ao poder público municipal, que, em sua maioria estão centradas nas demandas infraestruturais, tais como a implementação ou conclusão de calçamento de algumas ruas, iluminação pública, limpeza e manutenção de ruas e praças (figura 12-ii), obras de saneamento básico. “Essas demandas estão sendo resolvidas, faltam muitas ainda” (Entevistado/a 07), como, por exemplo, a própria rua onde está situada a sede da associação (Figura 13), revelando que umas das preocupações é manter tudo aquilo que foi ou vem sendo conquistado e tentar aprimorar ainda mais os serviços prestados pela associação.

Figura 13: Sede da Associação de Moradores do Bairro da Vaquejada – 2011/2021

(i) Espaço anterior a sede da associação



(ii) Construção da sede da associação



Fonte: (i) Bairro da Vaquejada – Disponível em: <<https://goo.gl/maps/fe5WScdwmRDDFZ526>> acesso 29 de maio 2021. (ii) Jadson Santos, 2021.

Atualmente a associação de moradores do bairro da Vaquejada, conta com uma sede própria que está em fase de conclusão, assim como pode ser percebido através do círculo presente na figura 13-ii. Mesmo não estando finalizada, o seu espaço, aos poucos estava sendo utilizada para realizar algumas reuniões<sup>47</sup> e guardar alguns materiais da associação. Segundo depoimentos, a sede própria foi uma conquista importante para a associação, e consequentemente para o bairro, devido a possibilidade de uso do espaço para realizar cursos e a disponibilidade para a realização de eventos.

#### 4.2.4 Associação Centro Social Boa Esperança: sua atuação e relações históricas e geográficas com o bairro da Rodagem

O bairro da Rodagem possui em seu histórico uma íntima relação e/ou ligação com o sistema modal de transporte rodoviário. Ele se formou a partir de uma via sem pavimentação amplamente utilizada como meio para ter acesso a BR-116, facilitando o acesso a BR-116 no seu sentido Nordeste e o centro da cidade no sentido Sudoeste.

Como aqui era uma rodagem (**via, estrada**) que passava carro de boi, carroça que vinha da zona rural pra trazer os seus produtos pra comercializar ali na feira livre e botaram o nome de bairro da Rodagem [...] é uma rodagem de selão, de areia e vamos colocar o nome de

<sup>47</sup> Devido as orientações dos órgãos de saúde e reconhecendo a possibilidade de transmissão da COVID-19, as reuniões presenciais foram suspensas e o contanto com os/as associados/as era feito através de vídeo-chamadas, ligações ou mensagens.

bairro da Rodagem. Ai foi e veio o nome do bairro e acabou aparecendo outras ruas. Rua Basílio Cordeiro, rua Boa Esperança, Avenida Manoel Novaes. Que hoje é uma rodagem mesmo (Entrevistado/a 06, grifo nosso)

A principal mudança foi duplicação daquela avenida (Avenida Deputado Manoel Novaes). Antigamente aquela avenida era uma mão só (via única), era aquela pista na parte de cima (**e tinha pista em baixo**) hoje como já nivelou, está praticamente o mesmo nível. [...] (informações repetidas). Antes era uma era uma rua como qualquer outra. Hoje a Avenida Manoel Novaes é uma das principais avenidas da cidade, por causa dessa duplicação (**e o trabalho de asfaltamento**), por causa das novas construções e pelo fato de ter se tornado avenida, encheu de comércio, já teve até correspondente bancário aí nessa avenida [...]. (Entrevistado/a 05, grifo nosso)

O bairro da Rodagem conta com um conjunto de vias interessantes, entre elas, gostaria de evidenciar a Avenida Deputado Manoel Novaes e a rua Boa Esperança, pois, possuem uma relação com os fenômenos que ocorreram no aludido bairro. Sobre a primeira, trata-se da principal via de acesso ao centro de Serrinha no sentido sudoeste e também a BR-116<sup>48</sup> e BA-223, em seu sentido Nordeste. A rua Boa Esperança tem sua relevância para o surgimento e nomeação da associação do bairro,

essa rua mesmo antes de ser rua Boa Esperança, era Rua dos pobres. Por que tinham muitas pessoas carentes aqui, era muita, muita pessoa mesmo. Pessoas de casa humilde, quando chovia a tempestade levava (**provocava algum prejuízo na estrutura**) bastante casas, derrubava, então. Botaram o nome de Rua dos pobres e com o tempo, botou o nome rua boa esperança. (Entrevistado/a 06, grifo nosso)

Parte dos problemas do bairro é oriundo de uma ineficiência da atuação do poder público segundo Oliveira (2017), pois considera que esse fator decorre da ausência de um georreferenciamento, abrindo espaço para que diferentes órgãos (municipais, IBGE e SESAB) possam elaborar distintas representações e delimitações que, na maioria das vezes são divergentes. Para o autor, a ausência de informações georreferenciadas incide diretamente na caracterização do bairro. Para Oliveira (2017, p. 63)

A Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Serrinha têm desenvolvido algumas ações direcionadas aos bairros, mesmo sem que haja legislação específica que defina seus limites, a exemplo: Lei 576 de 18 de dezembro de 2001, que altera o a denominação de um bairro, antes mesmo dele ser oficialmente institucionalizado; leis de diretrizes orçamentárias de 2003 e 2004, em que a ações da zona urbana são direcionadas por bairro, os quais formalmente não existem. No PDDU 2002 constam 17 bairros: Centro, Estação, Bomba, Ginásio, Serrinha I e II, Oseias, Vaquejada, Cidade Nova, Abóboras, Cruzeiro, Sra. Santana, Coruja, Boa Esperança, Rodoviária, Tancredo Neves, Recreio e Matadouro, os quais não apresentam delimitação precisa. Portanto, a situação denota certa carência técnica da gestão

---

<sup>48</sup> Como já foi mencionado nas seções anteriores, houve um processo de expansão da malha urbana em função da implantação da BR-116. Sua localização geográfica seria favorável para o desenvolvimento local, no entanto, existem alguns empecilhos que geram entraves para tal desenvolvimento.

municipal e da própria empresa que executou a elaboração do PDDU.

Embora o nome Rodagem não esteja presente nos documentos oficiais, é possível encontrar a nomeação Boa Esperança, fazendo referência à segunda via de acesso destacada por Oliveira (2017). A referida rua foi responsável por congregar os seus primeiros moradores. Segundo o/a entrevistado/a 06 “o bairro nasceu com poucas casas, as pessoas foram vindo morar aqui, era um bairro tranquilo, de pessoas bem humildes, era mais tipo “zona rural” era cheio daqueles pés de mamona, jurubeba como eles chamam”. Essa mesma característica foi observada no PDDU de 2000.

A ocupação é típica de assentamento que teve início ao longo da rodagem, área mais consolidada, expandindo-se posteriormente por vias de penetração ao norte, originando quadras que configuraram nova área de expansão. O processo natural de urbanização definiu um desenho de quadras irregulares, em forma e dimensões. Apesar do sistema viário ser, de modo geral, ortogonal, com vias bem definidas, em alguns trechos percebe-se um emaranhado de caminhos de difícil identificação das quadras. Todo o sistema viário escoia através da Av. Manoel Novaes. (PDDU, 2000, p. 169)

A Rodagem possui uma localização estratégica, principalmente quando consideramos a sua proximidade com a BR-116 e as facilidades de deslocamento. No PDDU de Serrinha, esse bairro é retratado como um “assentamento de renda baixa que se desenvolveu ao longo da Avenida Manoel Novaes, na saída da cidade, em direção à BR-116 e à BA-084”, cuja expansão ocorreu principalmente na década de 1980. Assim como tantos outros bairros, o bairro da Rodagem surgiu por meio da formação de loteamentos e doações de terrenos, como indica o/a entrevistado/a 06: “o terreno antes era do município, teve ruas que doou (terrenos) para a população, como Basílio Cordeiro, o terreno foi doado e os moradores construíram suas casas e aqui na Boa Esperança e na Manoel Novaes já tinham pessoas que já tinham essas casas e foi passando os recibos, as escrituras.” Essa foi uma característica evidenciada por Carvalho (2017).

As condições de precariedade social foram um importante gatilho motivador para o surgimento da associação, com a finalidade de promover o desenvolvimento comunitário do bairro, intitulada de Centro Social Boa Esperança (Figura 14). Os fundadores optaram por dar está nomeação, em função da centralidade que poderia exercer, “é como se ela fosse o centro do bairro, onde as pessoas vêm pra resolver alguma situação dentro das possibilidades de quem está a frente e de quem pode resolver.” (Entrevistado/a 06).

O Centro Social Boa Esperança foi fundado no dia 12 de julho de 1971, tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades e ações em defesa de direitos sociais, da cultura e

da Arte. A sua criação decorreu da mobilização/articulação com a Igreja Católica, por intermédio de um padre (não foi revelado o nome) que adquiriu o terreno que hoje está construída a sede da associação.

O espaço (**local da sede**) aqui é próprio, porque foi assim, foi um padre daqui de Serrinha a muito tempo de 70, ele sentiu que tinha que reunir os moradores para levar as informações pra ter conhecimento. Ele comprou uma casa bem pequenininha aqui, isso através de ajudas dos órgãos públicos a gente construiu essa sede. (Entrevistado/a 06, grifo nosso)

Os associados destacam também a figura do senhor Elísio Avelino dos Santos, cujo “nome dele está estampado no salão” (Entrevistado/a 05), conforme registro observado na figura 15-ii. Vale informar que ele foi presidente da associação e responsável por mobilizar a participação da população.

Quanto as ações/atividades promovidas pela associação, ficaram centradas principalmente no acompanhamento social, monitorando as demandas das famílias e encaminhando para os órgãos competentes, fruto do trabalho individualizado que é realizado e também pelo contato no dia-a-dia. Além disso, foi possível identificar a realização de atividades de cunho educativo, através da realização de palestras, diálogos e momentos de descontração.

Figura 14: Sede do Centro Social Boa Esperança



Fonte: Jadson Santos, 2020.

Atualmente, a associação, além de contar com a população e comerciantes do bairro, possui uma parceria com a prefeitura municipal por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), responsável por disponibilizar profissionais para palestras e também por direcionar a população para outros órgãos públicos. Além disso, a associação conta também com uma parceria com a Central de Apoio e acompanhamento as Penas Médias e Alternativas (CEAPA), conseguindo serviços, produtos e recursos financeiros.

Foi relatado pelo/as entrevistados/as 05 e 06 que, em anos anteriores, a associação contava com uma série de projetos que envolvia a alfabetização, distribuição de alimentos e atividades físicas. Elas aconteciam em decorrência das parcerias existentes, principalmente com o poder público. Porém, hoje, a associação conta apenas com um que “é o Forró itinerante, por que a gente não tem condições (**financeiras principalmente**) para colocar outros projetos em prática.” (Entrevistado/a 05, grifo nosso). Vale a pena ressaltar que o projeto é custeado pelos próprios associados e é uma atividade que ocorreu inicialmente na sede da associação e conforme foi ganhando repercussão, remodelou-se e passou a ser desenvolvida em diferentes locais.

Tem a parte do lazer, esse lazer “da gente” ter nosso forró itinerante, todo final de semana a gente sai pra “zona rural”, para as cidades circunvizinhas até 50 Km. Quando é de 30 pra cá (**até trinta quilômetros**) a gente sai as 13:00 (Pm) em ponto e quando é de 50 Km (**acima de trinta até cinquenta quilômetros**) a gente as 07:00 (Am) da manhã aí passa o dia. É (**Caldas do**) Jorro, Cipó, Araci. O pessoal gosta por demais. A gente já conseguiu reunir 1.000 (mil) pessoas em um evento desse. É o Forró da Terceira Idade (Evento popular aqui no município de Serrinha). Pra você ter uma ideia, olha esse salão ai (tenho fotos do local). Um evento que a gente pretende (realizar) em nome do senhor Jesus. Chegando essa vacina e ficando todo mundo imunizado, a gente pretende voltar as nossas atividades no Domingo de pascoa (**12 de abril de 2020**). Um forró dia de Domingo é bom, muito bom. Pode ter certeza que vai ser um bocado de pessoas. Eles se sentem felizes mesmo, pessoas deprimidas que ficam boas, pessoas que perderam os seus parceiros, vem encontrar parceiras no evento. Para você ter ideias, a gente está com 12 anos com esse forró itinerante, eu acho que já aconteceram uns 8 casamentos. O Forró da Terceira Idade é um Cupido. (Entrevistado/a 06, grifo nosso)

Assim, o

Forró Itinerante, que consiste em: Nos finais de semana a gente reúne o pessoal, aqui na associação a gente tem um grupo de sanfoneiro e o foco da associação aqui em questão de cultura e lazer é o forró, é uma coisa assim que eles, é unanime, são apaixonados por forró. Então a gente pensou nisso, já que todo mundo é apaixonado por forró, vamos fazer um forró, vamos, a princípio vamos fazer aqui, só que aí houve a necessidade de expandir esse projeto de forró itinerante pra outros lugares (Entrevistado/a 05)

Essa atividade possui uma relevância para os associados, pois, envolve uma valorização da participação destes no evento e na realização do evento, afinal, os músicos são

membros da associação. Além de contar com uma valorização da cultura do forró, servindo como elemento nostálgico, dado o repertório, o modelo de forró e a própria socialização entre eles, conversando, dançando e se divertindo. Ao longo de sua existência a associação já realizou também atividades envolvendo a capoeira, ginástica, alfabetização, palestras e acompanhamento das famílias.

Figura 15: Confraternizações Centro Social Boa Esperança – 2020



Fonte: Jadson Santos, 2020.

As associações apresentam uma potencialidade na capacidade de articular e promover os vínculos socioterritoriais. Os sujeitos envolvidos compartilham interesses em comum, orientados pelos preceitos da coletividade e compartilham de diferentes formas de interagir entre/com os associados, mediante as atividades/ações desenvolvidas pela associação, tais como o forró itinerante, encontros semanais, palestras e cursos. Todas essas atividades exploram o caráter de sociabilidade presente no associativismo, “que se trata de um processo dialético, no qual as interações sociais podem se desdobrar na formação de associações, e estas, quando constituídas, constroem uma teia de relações sociais que permitem a reprodução de sociabilidades.” (COELHO NETO, p. 253, 2013).

As associações que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa deixaram evidente que as interações sociais, envolvendo associados-associação-bairro, forma uma tríade fundamental para que tenhamos uma boa compreensão sobre o funcionamento/atuação

<sup>49</sup> Atividade desenvolvida no dia 14 de fevereiro de 2020. Período que antecedeu as medidas de distanciamento e isolamento social devido ao surto pandêmico da COVID-19.

<sup>50</sup> Atividade desenvolvida no dia 14 de dezembro de 2020. Período que houve uma flexibilidade nas medidas de distanciamento e isolamento social. Todos os participantes estavam utilizando máscara, em um local bem ventilado, utilizando álcool e evitando contato direto com os demais membros.

e continuidade das práticas associativistas em um bairro, por isso, reforçamos a ideia que

[...] a constituição das associações comunitárias amplia o contato e aprofunda as relações entre os indivíduos, construindo também os vínculos com o espaço de vivência. Desse modo, um conjunto de moradores de determinada localidade, vivenciando problemas socioespaciais comuns, se une para buscar alternativas de solução. Os propósitos das associações estão predominantemente voltados para obtenção de infraestrutura espacial (seja os equipamentos e serviços de infraestrutura comunitária, como o saneamento básico, sejam aqueles que se destinam ao desenvolvimento de atividades produtivas) que permita tornar mais humana e digna as condições de vida nos seus povoados **e/ou bairro**, portanto, buscando dotá-los de condições materiais que possam viabilizar a reprodução social dos moradores/agricultores (COELHO NETO, 2021, p. 331, grifo nosso)

Esses propósitos reforçam a nossa compreensão em relação as associações e sua potencialidade na constituição de espaços de referência territorial, a partir da sua atuação como mediadora entre as diferentes formas de relação estabelecidas entre os associados, destes com a associação e com o território, expressos mediante exercício da sociabilidade (COELHO NETO, 2021).

#### **4.3 Associativismo e relações territoriais: entre mobilizações e sociabilidade**

O processo de expansão e transformação do espaço urbano de Serrinha se deu através da mescla de fatores geográficos, históricos e da confluência de fenômenos sociais, culturais e políticos (explicitados nas seções 4.1 e 4.2). Esse conjunto foi responsável pela materialização das diferentes lógicas de produção e reprodução da vida humana no espaço geográfico, a exemplo do associativismo urbano.

Como fora apresentado no capítulo 2, o associativismo é uma modalidade de ação coletiva caracterizada por adquirir e representar uma pluralidade de significados individuais e coletivos. As associações costumam manifestar interesses, desejos, estratégias de organização, mobilização social e a materialização da sua presença no espaço geográfico. Por serem desenvolvidas em realidades distintas, compreendemos que o associativismo é dotado de particularidades quanto a sua atuação e objetivos, resultando em diferentes naturezas ou tipologias (ver quadro 7 e 8).

As associações que contribuíram para esse estudo se autointitularam como sendo comunitárias. Segundo Santos, Silva e Coelho Neto (2011), esse tipo de associação se caracteriza pelo fato de estarem promovendo reuniões, que pode ocorrer semanal, quinzenal ou mensalmente, com a finalidade de discutir, compreender e propor soluções para os

problemas do bairro principalmente. Contudo, como fora sinalizado no capítulo 3, as associações podem apresentar diferentes características, de modo que ocorra uma fusão entre duas ou mais tipologias. Isso foi algo presente nesse estudo, pois considerando as atividades desenvolvidas, poderiam ser enquadradas nas tipologias da comunicação, das atividades culturais, da educação, embora, todas elas estejam atreladas a ideia da comunidade, do coletivo, do bairro, inspirados pelo desejo de mudança na realidade socioespacial. Desta forma, independente da tipologia que essas associações venham assumir, todas elas possuem uma íntima vinculação com as condições histórica e geográficas, com a sua realidade social, econômica, política e cultural.

A proposição, criação e manutenção de uma associação em um bairro, estão intimamente relacionadas com o nível de percepção e vinculação espacial/territorial que são estabelecidas. Inicialmente ocorre entre os sujeitos e o bairro que estão situados, afinal, este último é responsável por prover as bases materiais para o exercício da reprodução humana, atribuindo uma delimitação que acompanha o seu processo histórico de formação, e conseqüentemente, as suas particularidades territoriais. Os sujeitos sociais estabelecem relações entre si, formando um grupo minimamente ligado e/ou unido por elemento(s) em comum, que pode ser a própria condição de ser e/ou estar residente do/no mesmo bairro e suas configurações espaciais.

Segundo Santos, Silva e Coelho Neto (2011), o associativismo possui o poder e a capacidade de reunir os moradores de um determinado local com a finalidade de refletir sobre os seus problemas, situados em um recorte territorial e temporal, atribuindo aos espaços diferentes lógicas de uso, produção espacial/territorial, assim como fora apresentado na seção 4.2.

O associativismo urbano é considerado neste estudo como uma estratégia e/ou mecanismo que pode ser utilizado ou apropriado por um determinado grupo, como forma de prover a resolução e/ou superação das limitações e dos problemas espaciais/territoriais que afligem os lugares de vida dos associados. Logo, consideramos que as associações são constituídas a partir da forma como os sujeitos estabelecem relações entre si (no grupo), com o bairro (base territorial para o exercício das territorialidades) e com a associação (resultante do exercício das territorialidades).

Em meio as diferentes formas de interações sociais e territoriais, os sujeitos criam e recriam os nexos com o território a partir das diferentes formas e manifestações das territorialidades, construindo ao longo do tempo, vínculos com o grupo (associação), com o território ocupado pelos sujeitos (bairro), influenciando na atuação dos sujeitos no território,

de modo que apresentam diferentes formas de intervenção e interação territorial, assim como fora demonstrado no esquema na figura 1.

As relações territoriais podem ser associadas ao que Coelho Neto (2013a) defendeu como sendo a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder, componentes presentes na constituição dos territórios. Acreditamos na existência de diferentes níveis de abrangência e configurações, resultante de processos sociais, cuja atuação apresenta centralidade constitutiva. Nesse sentido, consideramos fundamental para a construção das relações territoriais, a atuação social e vivências em um bairro, compreendendo os diferentes níveis e formas de transformação, delimitação e apropriação territorial, por meio da apropriação e uso dos lugares popularmente comuns, como a própria casa, a rua onde morou, o local onde brincou e cresceu, os espaços de lazer utilizados. Esses espaços/lugares e tantos outros que possam existir no bairro, acionam um conjunto de fatores materiais e imateriais que contribuem para a constituição e fortalecimento de vínculos com o território.

Por se tratar de um fenômeno social e espacial – afinal, as condições de vida no bairro alimentam a formação das associações de bairro –, consideramos que as relações territoriais, assim como a própria dinâmica social, estão em constante processo de transformação, ocorrendo a ressignificação e reconstrução de suas bases, que estão estreitamente vinculadas as dimensões material e imaterial do território, como fora defendido por Haesbaert (2004, 2007). A materialidade do território está centrada na esfera do palpável e do visível, já a dimensão imaterial envolve os fatores subjetivos inerentes aos significados construídos em torno de um território. Embora apresentem suas particularidades, em ambos os casos, as vinculações territoriais são e estão sendo desenvolvidas a partir da atuação e apropriação social no/do espaço.

A dimensão material das relações territoriais está evidenciada na forma como o associativismo materializa as relações de poder no bairro, manifestando-se de maneira direta ou indireta através da participação na efetivação de algum projeto, como o saneamento básico, a iluminação pública, alguma atividade desenvolvida em uma data comemorativa, a construção de espaço de lazer ou prestação de serviço público para o bairro. No entanto, foi evidenciado por todos os colaboradores que em muitos casos os créditos sobre os feitos da associação ficam ofuscados e são erroneamente atribuídos a outros sujeitos ou instituições, no reconhecimento do esforço do grupo e também na visibilidade, conseqüentemente, em um cenário mais amplo, as ações das associações passam a ser vistas como desnecessárias, provocando uma apatia e inibindo a participação no associativismo ou qualquer outra forma de ação coletiva.

A forma como o associativismo estabelece relações com o território foi analisado a partir de três principais eixos diretivos: o simbólico, o social e o material (Figura 2). Para fins de análise sobre a forma como cada um dos eixos pode contribuir para a existência e ressignificação das relações territoriais, a proposição se mostrou segmentada, no entanto, reconhecemos a coexistência entre as dimensões sociais, simbólicas e materiais das relações territoriais, fortalecendo a atuação social e o vínculo estabelecido entre os sujeitos e o seu território.

A dimensão simbólica das relações territoriais, podem ser ou estão manifestas através dos significados construídos ao longo de sucessivas interações entre os sujeitos e o/s território/s, mediante o exercício de ações ou práticas sociais de cunho coletivo, a exemplo do associativismo, pois, os seus integrantes estão unidos minimamente por um elemento em comum (ZIMERMAN, 1997). Por se tratar do associativismo urbano, levamos em consideração a condição de estar em um mesmo bairro, e através disso foi possível considerar a construção de um conjunto identificações de compartilhamento ao modo de vida, da realidade vivenciada, fatores esses explícitos principalmente nas seções 4.1 e 4.2, quando abordamos sobre a particularidade de cada bairro e a atuação do associativismo em cada um. Diante disso, identificamos a existência de alguns hábitos culturais, do desejo de transformação e/ou resolução de problemas, das experiências oriundas de outros grupos, enfim, esse conjunto de elementos contribui para a construção de um arsenal de identificação, a exemplo do associativismo urbano e também há uma identificação territorial, inicialmente ligada esfera do bairro e ao espaço de atuação dos sujeitos sociais que podem ser uma igreja, uma sala, um campo de futebol, uma praça ou na sede da associação. Nesta perspectiva, o material e o imaterial se fusionam, se imbricam e se interpenetram, os lugares concretos participam da produção de sentidos e do processo de identificação dos sujeitos sociais, sendo fundante das relações territoriais.

As associações apresentam uma série de elementos responsáveis pela diferenciação da forma como estabelecem relações com o/s território/s. Um dos fatores a ser considerado é o direcionamento de suas ações, que de modo geral, se organizam de diversas formas. A Associação Beneficente dos Moradores do Bairro da Bomba tem como foco ações voltadas as questões infraestruturais do bairro, a exemplo da iluminação e limpeza pública, além disso, ela promove também um conjunto de atividades esportivas, tais como o futebol, através do campeonato do “campo da lixa”, treinamento infanto-juvenil (figura 7 e 8), capoeira e treinamento aeróbico. Essa associação conta com uma localização estratégica e desenvolve suas atividades nesses lugares, que possuem um significado histórico e territorial para o

bairro, a exemplo do açude da bomba, campo da Lixa e Linha férrea.

A Associação de moradores do bairro da Colina das Mangueiras direciona suas atividades principalmente para a resolução dos problemas infraestruturais do bairro, haja vista o seu rápido processo de crescimento, impactando na existência de ruas sem calçamento, com problemas de iluminação pública e saneamento básico (Figura 9). Além disso, ela realiza algumas atividades de caráter pontual, a exemplo do Dia das Mães, Natal e Dia das crianças (Figura 10-ii). O/A entrevistado/a 04 destaca que essa última atividade é responsável por mobilizar grande parte da população do bairro em sua realização, contribuindo com doações e auxílio na organização do evento, que ocorre em parceria com a igreja católica do bairro.

Assim como as associações anteriores, o Centro Social Boa esperança possui algumas ações voltadas para a infraestrutura, no entanto, foi revelado pelos/as entrevistados/as 05 e 06, que a associação está focando no desenvolvimento de ações ligadas ao assistencialismo e na criação de condições para a socialização dos moradores. No primeiro caso, os/as entrevistados/as 05 e 06 destacaram que a associação desempenha o papel de direcionar, intermediar e facilitar o acesso a serviços sociais, sendo que um dos pontos destacados é a parceria estabelecida com a CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro. Eles/as destacam também, que anteriormente, a associação possuía um sistema de parceria com algumas clínicas e lojas da cidade, que facilitavam o acesso a serviços ou aquisição de bens. Quanto às atividades de socialização, eram realizadas semanalmente<sup>51</sup> e sempre contavam com uma temática e a colaboração de membros da associação e parceiros, desenvolvendo momentos de troca de conhecimento, lazer, conversa e muita dança, principalmente o forró (figura 15-i), sendo eleita pelos próprios associados como uma das principais atividades desenvolvidas, pois, foi unânime a afinidade com o forró e a presença de associações que possuem aptidões musicais. Diante disso, acreditamos que esse tipo de atividade ganha importância nesse bairro, principalmente pela carência/limitação de espaços de lazer.

A Associação de Moradores do Bairro da Vaquejada apresenta dois focos, o primeiro ligado a área da formação e o segundo da infraestrutura do bairro. A associação vem desenvolvendo uma série de cursos em parceria com os moradores do bairro e em contextos anteriores com o próprio poder público, com a intensão de profissionalizar e possibilitar a

---

<sup>51</sup> Devido ao contexto pandêmico vivenciado a associação teve que interromper a realização dos encontros semanais e quando houve uma flexibilização quando a realização de reuniões, ela passou por uma adaptação quando a forma como que eram desenvolvidas as suas reuniões, tornando obrigatório o uso de material de higienização das mãos, máscara, respeitar um distanciamento entre os membros, evitar locais fechados e com pouca circulação de ar e os encontros passaram a ser realizados quinzenalmente.

inserção da população ao mercado de trabalho. Quanto às questões infraestruturais apresentadas na figura 10, verifica-se uma situação premente de contradição, afinal, o bairro abriga uma das principais atividades culturais e econômicas da cidade (a Vaquejada de Serrinha) e convive com alguns problemas ligados a iluminação pública, manutenção de espaços públicos, pavimentação de ruas, deficiência de saneamento básico, haja vista que algumas ruas ainda fazem uso de fossas sépticas. O conjunto de atividades desenvolvidas pelas associações configuram no que Cotrim (2009), Basconzuelo (2011) e Souza Júnior (2008) destacam sobre a importância do associativismo para estimular e promover atividades que visam a resolução de problemas, nesse caso, volta-se para buscar soluções para os problemas infraestruturais dos bairros.

As contradições dos arranjos espaciais presentes no bairro da vaquejada estão materializadas em sua paisagem, a exemplo da praça do Vaqueiro (figura 12-ii), que foi construída em torno do discurso da importância da atividade da vaquejada no bairro e no município. Hoje, fica visível a necessidade de manutenção desse espaço público, pois, deveria apresentar uma boa aparência não só durante as festividades da vaquejada, mas, em todo o ano. Trata-se de um espaço público onde fica visível a necessidade de manutenção, a exemplo da poda das árvores, limpeza, pintura, ajuste na calçada e escolha de outras ou novos tipos de vegetação (figura 12-ii).

Outro ponto a ser destacado está presente na figura 11, pois, ao lado do parque de vaquejada Maria do Carmo (figura 11-i) e na própria rua onde está localizada a sede da associação de moradores (figura 11-ii) e as margens da BR-116 que dá acesso ao município de Serrinha (figura 11-iii), não contam com um sistema de pavimentação. Segundo os/as entrevistados/as, diversos ofícios foram encaminhados a prefeitura municipal como forma de cobrança. No entanto, quando observamos o processo de expansão do bairro no sentido sul (Mapa 5), fica perceptível na paisagem (figura 11-iv) maiores investimentos na infraestrutura.

O conjunto de fatores apresentados anteriormente contribui para a diferenciação das associações, porém, além dos objetivos e atividades desenvolvidas, elas podem ser facilmente diferenciadas e/ou referenciadas a partir do topônimo do lugar em que se localizam e estão implicadas, característica essa que pode ser observada no Quadro 12. Constata-se nos diversos depoimentos arrolados, uma clara referência ao topônimo do lugar na definição dos nomes das associações, geralmente o bairro ou a rua onde a associação foi criada ou está inscrita/localizada. Outra referência fundamental diz respeito às características das atividades desenvolvidas, uma vez que estão alinhadas com as condições ambientais do bairro, afinal, acreditamos na existência de um influencia mútua envolvendo associação, contextos ao qual o

bairro está inserido e os impactos na sociedade e, conseqüentemente, na forma como interpretam e intervêm na realidade.

Quadro 9: Topônimo das Associações colaboradoras

<b>Bairro</b>	<b>Nome da associação</b>	<b>Explicação dos associados para escolha do nome da associação</b>
Bomba	Associação Beneficente dos Moradores do Bairro da Bomba	“escolheram esse nome por causa da bomba, o açude. Aí tinha muita importância, mas hoje na situação que está” (Entrevistado/a 01)
		“veio, por conta do nome do bairro. Porque ali, praticamente, foi por conta o tanque da bomba, aí virou bairro. Justamente pelo nome bomba, que a gente pegou o nome Bomba” (Entrevistado/a 02)
Colina das Mangueiras	Associação de Moradores do Bairro da Colina das Mangueiras	“Eu gosto do nome da associação. Eu gosto, por que é tanto tempo que a gente movimentava.” (Entrevistado/a 03)
		“O nome foi escolhido no sentido mesmo, de uma organização comunitária. Não, cultural, não esportiva. Foi pensado o nome nesse sentido mesmo, de comunitária.” (Entrevistado/a 04)
Rodagem	Centro Social Boa Esperança	“Boa esperança é o nome da rua que está situada a sede, [...] Centro social, quer dizer o que quando colocaram [...] significa que aqui é um centro e nesse centro a sociedade ao todo tem um apoio aqui nesse centro.” (Entrevistada/ 05)
		“Como a rua é Rua Boa Esperança, então a gente associou a palavra esperança com a associação, que a esperança de cada frequentador de dias melhores.” (Entrevistado/a 06)
Vaquejada	Associação de Moradores da Vaquejada	“faz menção aos dois (bairro e festa da vaquejada) por que a gente não pode fugir da realidade que é a vaquejada.” (Entrevistado/a 07)
		“ela foi adequada. O nome foi para fazer referência ao bairro da vaquejada e por conta das atividades que eram desenvolvidas (vaquejada).” (Entrevistado/a 08)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Elaborado pelo autor

As nomeações atribuídas as quatro associações demarcam uma clara referência aos topônimos dos lugares os quais eles construíram relações territoriais, neste caso os bairros e a rua. Ao considerar a delimitação do bairro e a forma como a associação atua exclusivamente no e para o bairro, consideramos a existência de um território e de uma territorialidade. Além disso, os topônimos contribuem também para a construção do processo de identificação com uma coletividade, assim como foi apresentado no quadro 1 considerando as contribuições de Zimmerman (1997) e Coelho Neto (2013a, 2021), sendo esse um dos fatores que estão presentes em um grupo. Esse senso de coletividade pode extrapolar a condição de estar junto ou unido em um determinado horário e local, passando a ocupar o campo das representações,

de forma que os sujeitos podem utilizar o nome da associação como uma referência para definir quem ele é ou a qual grupo ele faz parte. Em alguns casos, é possível identificar também uma incorporação do nome da associação ao seu, nesse caso específico ele pode ocorrer a partir da autodenominação ou do reconhecimento por parte de terceiros.

Hoje o povo fala mais de Branca, o povo não fala Maiane da associação, fala Maiane de Branca. Como eu lhe falei, pelo fato de Branca está sempre a frente (**da associação a muito tempo**). Maiane de Branca, Clene de Branca que é a filha dela de criação, todo mundo da família é de Branca, sabe. É tanto que a filha dela saiu como candidata a vereadora e teve que botar Clene de Branca, por que se falasse Clene da Rodagem ou Clene, ninguém iria saber (Entrevistado/a 05, grifo nosso)

Desta forma,

A maioria me chama de Branca da Associação, na verdade a “associação” é um nome configurativo para mim, como se fosse um nome artístico, a minha identidade. A associação é a minha identidade (faz parte de quem ela se tornou). Se você perguntar quem é Branca, talvez o povo fique assim, perdido. Mas se você disser Branca da associação, branca da comunidade. (Entrevistado/a 06, grifo nosso)

Na situação apresentada fica visível como os topônimos podem contribuir para referenciar o sujeito, o grupo, a associação, haja vista que grande parte das associações atribuem para si o nome do bairro como forma de estreitar as relações com o território. A formação das lideranças segue essa mesma lógica de referências, à medida que se se legitimam no contexto associativo e do bairro, tornando sujeitos sociais importantes para a formação, organização do associativismo em um bairro, assim como foi apresentado no quadro 10.

Quadro 10: Processo de convocação para assumir a presidência da associação

<b>Associação</b>	<b>Convocação para assumir a presidência da associação</b>
Associação Beneficente dos Moradores do Bairro da Bomba	“eu ia sair candidato na gestão anterior, mas, não tive tempo de organizar as coisas. Ai nessa, os meninos lá da rua me chamaram para sair como candidato a presidente, aí o que motivou foi isso aí” (Entrevistado/a 02)
Associação de moradores do bairro da Colina das Mangueiras	“Eu fui convidado a participar. As pessoas da própria comunidade que me convidaram.” (Entrevistado/a 04)
Centro Social Boa Esperança	“foi mais um convite dos dois (ex-presidente e dos associados) por que quando ela cogitou a possibilidade do meu nome e falou com eles, ai o pessoal apoiou.” (Entrevistado/a 05)
Associação de moradores da vaquejada	“ficaram pedindo para eu ser presidente aí não teve jeito [...]Aí fui escolhido pelo povo. Ai a minha obrigação aumenta mais ainda e a

	minha preocupação, porque eu tenho que me doar mais ainda para que as coisas aconteçam.” (Entrevistado/a 08)
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Elaborado pelo autor

Em todos os casos apresentados no quadro 10 observamos a relação de apoio por parte das pessoas que estavam ligadas a liderança da associação e também de alguns sócios. Essa relação de aceitação foi efetivada a partir do processo de eleição do/a novo/a presidente. Identificamos a unanimidade na condição de que as pessoas indicadas/eleitas possuem um histórico de participação na associação e em algum momento da sua trajetória participaram das atividades sociais promovidas pela Igreja Católica no bairro, alguns permanecem ou não, mas o que ficou foi a experiência de trabalhar com e para o coletivo, influenciando diretamente no perfil desses sujeitos. Essa compreensão dialoga com as indicações de Weil (2017), pois, segundo o aludido autor, o contato entre os sujeitos é capaz de criar um padrão de comportamento em um coletivo, assim, ao fazer parte de um grupo, o sujeito influencia na dinâmica deste, assim como é influenciado. Diante disso, acreditamos que a escolha de um/a presidente de uma associação, revela muito sobre a relação que o/a indicado/a ou eleito/a possui com a população do bairro, com os membros da associação e, conseqüente, com o bairro.

A sede da associação ocupa o campo das referências territoriais, assim como foi esquematizado na figura 2, de modo que demonstra ser resultante das necessidades e intencionalidades de um coletivo, representando também a materialização de uma coletividade no território. Nossa interpretação foi realizada a partir das contribuições de Sack (2011), Raffestin (1993), Haesbaert (2007) e Coelho Neto (2013a), compreendendo que a materialização das ações coletivas no território podem ser configuradas como relações de poder, afinal, modificam e interferem na dinâmica local, de modo que elas são capazes de promover um estreitamento das relações materiais e imateriais com a associação, considerando os sujeitos que a constituem e sua estrutura física e também com o próprio bairro. Isso por que, segundo Coelho Neto (2019), as associações seguem três características gerais. Elas possuem o objetivo de atender os interesses coletivos, de modo que a adesão a este grupo deve ser voluntária e a partir desse coletivo são direcionados alguns encaminhamentos sobre a forma de atuação, pois, é constituído do coletivo para o coletivo. Por se tratar de um processo que envolve a participação dos sujeitos, ela contribui para desenvolvimento e/ou fortalecimento da noção e/ou sentimento de identificação com a associação e com o espaço ocupado por esta, contribuindo para a constituição ou

fortalecimento das referências e relações territoriais.

A presença de uma associação em um bairro é a representação da organização social de forma coletiva, por parte de sujeitos que compartilham realidades de vida similares, ideias e objetivos. No quadro 11 organizamos trechos das falas que demonstram a percepção que os entrevistados, considerando a relação entre a associação e o bairro.

Quadro 11: Relação entre a associação e o bairro segundo os associados.

“Eu acho que tem! Rapaz, a relação é mais que a gente que é da associação, somos mais conhecidos. A gente pode chamar e sentar com o pessoal para conversar, nesse sentido. Além disso, não sei te explicar não!” (Entrevistado/a 01)
“Pelo próprio nome, ela tem relação”. (Entrevistado/02)
“De forma por que, quando precisam correm atrás de associação” (Entrevistado/ a 03)
“Tem relação com o bairro. Hoje eu considero pontuais. Apesar de que algumas é provável que venham a perdurar, mas, eu considero mais pontuais no momento”. (Entrevistado/a 04)
“Tem! Não deixa de ter. As próprias pessoas que frequentam a associação são do bairro. Querendo ou não, como elas estão inseridas aqui, tá inserido no bairro também”. (Entrevistado/a 05)
“Ela tem! Se você perguntar até um cego “aonde é a associação boa esperança”, o cego vem te trazer. Aqui todo mundo sabe onde fica a associação. Todo mundo passa aí e ver o nome. Todo mundo sabe onde fica a sede e quem procurar”. (Entrevistado/a 06)
“A associação fortalece a relação com o bairro, com certeza. É uma das maneiras d’agente ter mais visibilidade social, política. Por que a gente querendo ou não temos que utilizar uma estrutura para conseguir benefícios essa estrutura nada mais é do que a associação, o povo organizado que luta unido”. (Entrevistado/a 07)
“A gente precisa melhorar muito a relação que nós temos com as pessoas e que as pessoas tem conosco (associação), ainda é um percentual pequeno. Até porque muita gente se acha em uma condição financeira mais privilegiada, de classe média em diante. Ai só vem até a associação em caso de um problema na rua onde ele mora, mas, bem comum, são poucos que participam”. (Entrevistado/a 08)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Elaborado pelo autor

Podemos observar que o quadro 11 apresentou diferentes perspectivas referenciais envolvendo a associação e o bairro. O topônimo do bairro aparece como um elemento que pode estreitar a relação entre a associação e o bairro, assim como a função exercida por ela, apresentando uma regularidade em seu desenvolvimento, como por exemplo, as reuniões desenvolvidas semanalmente e suas respectivas atividades. A associação pode apresentar uma presença pontual, tendo ou dando visibilidade as suas ações em datas ou períodos específicos. Dentre todas as falas apresentadas, uma que nos inquietou foi a proferida pelo/a o/a entrevistado/a 08. Ele/a problematizou sobre a condição de visibilidade, participação e, conseqüentemente, a manutenção da existência do grupo, afinal, ela necessita de membros, pois, sem eles a associação é extinta. Todos/as os/as entrevistados/as apontaram a manutenção

e adesão de novos membros como um desafio para as associações.

É fato que para uma associação se manter é necessário que haja associados, colaboradores e/ou parceiros e objetivos explícitos e alcançáveis. A associação é capaz de reinventar a forma como os sujeitos atuam ou atuavam em um bairro, de forma que ela pode contribuir para

fortalecer o trabalho comunitário, seja o trabalho coletivo e até voluntário, pra representação da comunidade, seja uma comunidade urbana, seja uma comunidade rural [...] Eu vejo uma associação extremamente necessária pra fortalecer as atividades culturais, pra desenvolver um trabalho de educação não formal, que é extremamente importante. Então, é necessário a organização comunitária para que os serviços básicos sejam cobrados para que sejam implantados, como também para a própria comunidade desenvolver algumas atividades, alguns serviços sociais que é possível, que pode ser feito por eles mesmo [...] (Entrevistado/a 04).

A condição de conferir benefícios aos associados foi algo recorrente nas falas dos/as entrevistados/as, no entanto, nem sempre o benefício é material e esse foi um fator apontado como responsável pela redução da quantidade de membros ao longo do tempo, pois, nos primórdios das associações, havia uma maior parceria com o poder público e com a própria população. Entretanto, a associação promove benefícios imateriais também, a partir do exercício da sociabilidade e pelo fator de proporcionar aos seus associados uma sensação de bem estar, de troca experiências e compartilhamento de saberes. Sobre esse último aspecto, os estudos de Ganança (2006) apresentam o associativismo como importante instrumento formativo, com a possibilidade de tornar os seus encontros em espaços formativos, de modo que a coletividade reflita a respeito do seu bairro, revelando uma relação de observação, percepção da realidade, vivência e desejo de transformação.

Para os/as associados/as, a externalização do sentimento de pertencimento ao grupo fica perceptível a partir da manifestação do desejo de continuar frequentando a associação, motivados por um histórico de participação, logo, isso faz parte de sua trajetória de vida e toda uma construção de afinidades, vínculos de amizade, que muitas vezes são tratados ou apresentados como parte de uma família, considerando o nível de intimidade que possuem. Considerando as contribuições de Retamozo (2006), as subjetividades presentes nas interações sociais são responsáveis pela construção de um conjunto de significados que compõe o campo dos sentimentos de pertencimento a um coletivo e ao próprio bairro.

A presença da sede de uma associação em um bairro pode ser considerada um bom exemplo da apropriação territorial por parte de um grupo, constituindo-se como referência material, visível e palpável, mas que possui significação para os associados. A condição de ter

uma sede própria pode contribuir para o fortalecimento dessas referências, pois, ela é algo fixo na paisagem e que concentra as atividades/ações desenvolvidas. Nesse estudo as associações localizadas no bairro da Bomba e Rodagem possuem uma sede própria e finalizada, como foi apresentado nas figuras 8-i, 13-ii e 14, respectivamente. A associação do bairro da Vaquejada está em fase de conclusão e ampliação, por este feito realiza reuniões pequenas na sede da associação (Figura 13-ii), na praça do vaqueiro (figura 12-ii) principalmente, enquanto isso, a associação do bairro da Colina das Mangueiras ainda não possui uma sede própria, ela faz uso de uma sala cedida pela Igreja Católica (figura 10-ii) ou a casa de alguns membros da diretoria da associação.

Ao realizar um comparativo entre a regularidade de atuação das associações, identificamos que aquelas que possuem sede própria conseguem desenvolver atividades com uma maior recorrência e maior presença dos associados, enquanto na segunda situação a presença é muito variável. Com isso, consideramos que a ausência de uma sede, ou seja, um local fixo traz fragilidade à demarcação da presença da associação no bairro, contribuindo para a perda de referência temporal (quando reunir), espacial (onde se reunir/referência territorial no bairro), social (atuação no bairro) e existencial (indicando seu modo material de existir).

A sede de uma associação pode ser considerada uma referência territorial, pois, demarca a atuação de um grupo organizado e referenciado no tempo e no espaço/território. Segundo a Shereerr-Warren (2006), as associações devem e são localizáveis geograficamente e criadas a partir das intervenções sociais no espaço geográfico. A referência constituída por elas extrapola a condição de ser membro da associação, ampliando para os demais do bairro.

[...] precisou da associação? Aqui você sabe aonde “bater”? Tem um local fixo, um local concreto pra você ir e procurar. Porque tem lugares que tem a associação, mas não tem a sede, então você vai procurar a associação aonde? É na casa de fulano de cicrano (**nomes fictícios**)!? onde é a associação? E aqui não, a gente tem esse centro, o Centro Social, aquilo que é pra todos, não só pro bairro, mas as adjacências também. Hoje a gente tem sócios aqui na associação que são de outros bairros, por que não encontram apoio nesses bairros e vem até nós, pelo fato do forró ser abrangente, as pessoas se interessam e vem para cá e a gente acolhe a todos, por que a gente está para acolher, sem (**distinção de**) raça, de cor, de gênero, de sexualidade. Então a gente acolhe a todos de onde vier. (Entrevistado/a 05, grifo nosso)

O/A entrevistado/a 05 evidencia a importância da existência da sede da associação, para a composição das referências territoriais. Além de compor a paisagem urbana, ela também é um “ponto de referência” para a população de um local, que conhece a relação que a associação possui com o bairro, afinal, segundo Ganança (2006) e Teixeira (2008), as

associações são uma expressão de uma coletividade, ou seja, a materialização do exercício das territorialidades.

Partindo do pressuposto de que o associativismo tem significado social, político e cultural para um bairro, buscou-se indagar aos associados sobre a representação que a associação possui para o bairro. As respostas obtidas foram transcritas no quadro 12 e apontam os significados múltiplos e fortes que estas entidades tem para seus filiados.

Quadro 12: Representações das associações para o bairro segundo os associados

“a associação é o maior representante do bairro, eu penso isso, meu ponto de vista é esse. A associação é uma aonde vem cobranças do pessoal” (Entrevistado/a 01)
“Além da associação não tem outra instituição (organização social) que possa representar o bairro” (Entrevistado/a 02, grifo nosso)
“Representa muita coisa, se ela funcionar bem, há muita coisa, muita vantagem e vem muito benefícios por intermédio da associação. Você vai correr atrás de algo? Você vai por intermédio da associação, por que a associação tem gente, volume.” (Entrevistado/a 03)
“representa, um meio das pessoas chegarem com mais facilidade e com mais força ao poder público municipal, poder público estadual, pra fazer cobranças de serviços básicos, relacionado a educação, a saúde, ao esporte. Então a associação eu percebo que ela representa isso para o bairro, essa possibilidade e unir forças pra fazer cobranças.” (Entrevistado/a 04)
“Para mim a associação é a gente, não estou falando d’agente dentro da associação não. A gente estou falando como um todo, os membros, o pessoal que participa. A associação é aquele órgão ( <b>entidade</b> ) que tem como objetivo ajudar a comunidade quando precisa” (Entrevistado/ a 05, grifo nosso)
“A associação em si, que na verdade são os membros. É um laço bem forte da amizade que existe entre a associação e a mim enquanto representante.” (Entrevistado/a 06)
“representa força, ela representa o contato físico, essa luta, essa representatividade. É você dizer ali, ‘poxa, mais a associação tá nos representando, ela tá correndo atrás de benefícios para a gente’.” (Entrevistado/a 07)
“representa o bairro, ela é quem por direito e por lei, pelo estatuto é por onde você pode chegar aos órgãos públicos diretamente. [...] Você pode fazer um monte de coisa via associação.” (Entrevistado/a 08)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

Elaborado pelo autor

Os depoimentos apresentados no Quadro 12 demarcam a relevância política, social e cultural do associativismo de bairro. Uma compreensão que nos parece comum e que se reveste de forte centralidade, equivale ao papel exercido pelas associações de bairro na mediação das relações políticas com o governo municipal e outros órgãos públicos. Neste sentido, fica evidente em algumas falas, a condição de representante do bairro, ocupando o papel de porta-voz das demandas dos moradores, pois, como apontou o entrevistado/a 04, a associação é “um meio das pessoas chegarem com mais facilidade e com mais força ao poder público municipal, poder público estadual, pra fazer cobranças de serviços básicos,

relacionado a educação, a saúde, ao esporte”. Desta forma, a associação é apropriada por parte da população do bairro, cuja atuação pode ser entendida como um mecanismo capaz de viabilizar transformações na realidade de um bairro.

A centralidade exercida pela associação ficou evidente em diferentes momentos na fase de campo, pois, era considerada pelos membros como um dos poucos ou principais espaços para socializar com os demais moradores. Algo comum às associações investigadas é o desenvolvimento de atividade em datas comemorativas, com a intenção de dar visibilidade a associação, envolver a população do bairro (associados e não associados) e seus parceiros. Neste sentido, o dia das mães, os festejos juninos, o dia das crianças e o Natal foram eleitos como principais datas utilizadas para realização de atividades que proporcionam a construção de espaços/tempo de sociabilidades. No entanto, além disso, destacamos a associação da Bomba com a realização de atividades esportivas ligadas ao futebol, a exemplo do “campeonato da Lixa” e a associação da Rodagem com o forró itinerante.

Por mais que apresentem aspectos em comum, é válido considerar que as associações possuem diferentes formas de atuação, pois, se trata de uma construção social, assim como defende Scherer-Warren (2006), a associação necessita de pessoas, logo, a dimensão social das relações territoriais (figura 2) não pode ser ignorada nesse processo. O/A entrevistado/a 03 destaca que “uma associação tem que ter gente. Se você não tem gente você é descartado. Tem que ter gente”. Essa frase remete a discussão inicial realizada no capítulo 2 e 3, sobre a coletividade da atuação social, sobretudo, considerando o associativismo como uma estratégia utilizada para dar maior visibilidade e poder de transformação de uma realidade.

A atuação associativista contribuiu para o desenvolvimento de diferentes mecanismos e/ou estratégias para desenvolver e promover a participação popular. Segundo Zimmerman (1997), ao envolver o sujeito no processo de participação das atividades, eles se sentem mais motivados, engajados a permanecerem no grupo, de modo que os sujeitos se sentem atraídos a participar, construindo um ambiente de trocas de informação, aprendizado e cultura. Para o/a entrevistado/a 04, a população organizada coletivamente, pode ser capaz de alterar e transformar a realidade vivenciada, destacando a importância de construir formas de representação social como mecanismo para exercer pressão política.

[...] sem a organização comunitária pra fazer pressão e pra cobrar as políticas públicas efetivas, eu acho que a gente não consegue provocar mudanças significativas na estrutura socioeconômica do nosso país. E esse processo de desarticulação apesar de ter sido muito forte, mas é necessária essa resistência, pra que a gente possa ter em especial uma educação de qualidade, eu acredito que com a educação de qualidade, que a gente possa provocar muitas mudanças na estrutura socioeconômica do nosso país. (Entrevistado/a 04)

O/A entrevistado/a 04 revelou outro aspecto das relações territoriais que é a constituição dos grupos. As relações com as realidades territoriais e sociais configuram elementos que podem ser acionados com o intuito de fornecer as bases para a constituição de um grupo, com as mais distintas finalidades, configurando em diferentes tipologias e tipos de associação, assim como foi apresentado nos quadros 07 e 08, respectivamente.

Desenvolver um trabalho com e para um coletivo não é fácil, requer tempo, planejamento e colaboração. Silva (2018) evidencia que um dos grandes desafios que envolvem as atividades coletivas é a capacidade de manter um grupo unido e alinhado com objetivos claros. No entanto, o mesmo autor evidencia também, que o coletivo pode apresentar algumas potencialidades, tais como a colaboração, troca de conhecimento e reflexões sobre a realidade e o poder de transformação da realidade. Segundo o/a entrevistado/a 06 (grifo nosso) “o coletivo é muito complicado [...] eu lutava praticamente um pouco solto, depois que eu vim me juntar ao bando (**associação**) para melhorar a minha atuação.” As metáforas utilizadas, ilustram a complexidade de desenvolver um trabalho coletivo, ainda mais quando consideramos uma associação que preza a coletividade, em que as decisões e as conquistas são “através do povo, por que nada sem o povo, não é do povo” (Entrevistado/a 06). Essas falas reforçam o complexo papel que é exercido pela associação.

Para Lüchmann (2014), o associativismo é uma representação da atuação e organização social no território e por estar vinculada com a dinâmica social, ele passa por constantes processos de adequações e transformações quanto a sua forma de atuação e de interação com seus associados e/ou demais moradores do bairro. Foi identificado o uso de uma rádio comunitária; a realização de reuniões com a população em diferentes locais (sede da associação, salão da igreja, nas praças, na residência de algum associado) e, considerando o contexto de desenvolvimento tecnológico e pandêmico (COVID-19), as interações que já ocorriam através de aplicativos e plataformas digitais foram intensificadas. Ao longo dos anos de 2020-2021, esses foram os principais meios de comunicação e interação entre a associação e seus associados. A respeito do uso das novas tecnologias como meio que pode ser utilizado pelas associações, Silva (2018) já os apontava como uma alternativa para facilitar ou oportunizar o contato com a população, contemplando associados e não associados.

No universo dessa pesquisa foi possível identificar que as associações não estão desvinculadas de uma base territorial, responsável por conferir-lhes características específicas quanto aos objetivos, forma e perfil de atuação, assim como os significados que possui para os seus associados. Por ser resultante da intervenção social no território, as associações, ao

mesmo tempo que, são resultantes do exercício das territorialidades, constituem-se enquanto território materializado no espaço através das formas e intervenção registradas na paisagem urbana, assim também como a dimensão imaterial presente nas afinidades e sentimentos de coletividade, contemplando a multidimensionalidade do território. No entanto, não fica restrito a este, contemplando também a multiescalaridade do território, de modo que envolve o bairro, a associação e os espaços utilizados por esta, de forma conectada, manifestando as intencionalidades das intervenções sociais, ou seja, as expressões/relações de poder.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação acionou um arsenal teórico e metodológico com o objetivo de contribuir para a identificação, compreensão e explicação das relações territoriais a partir do associativismo urbano em Serrinha/Bahia. Na fase inicial desse estudo, nos deparamos com algumas inquietações envolvendo a surgimento e o histórico de atuação das associações nos bairros investigados e as estratégias que eram utilizadas pelo associativismo para relacionar-se com os moradores do bairro e estabelecer relações territoriais (associação-bairro). Ao considerar os elementos apresentados nesse estudo, acreditamos que as inquietações foram contempladas e nortearam o desenvolvimento dessa pesquisa, de modo que foi capaz estabelecer uma linha de compreensão sobre a forma como o associativismo estava estruturado em cada bairro, suas semelhanças e particularidades.

Algo que nos chamou atenção sobre bibliográfica consultada sobre o associativismo urbano, é que em sua maioria, apresentava e abordava o associativismo atrelado a um forte senso e realização de mobilizações, manifestações, articulações sociais, com um caráter ativo, capaz de sensibilizar e engajar a população nas atividades/ações desenvolvidas. No entanto, nos deparamos com outra realidade, manifestada a partir de outras possibilidades da atuação associativista, tal como uma tentativa de estreitar as relações com o poder público, a partir de convites para reuniões, ofícios para que conheçam e possam atender as demandas locais, desenvolvendo também outras funções ligadas ao lazer, práticas educativas, entre outras. De modo geral, apresentam uma preocupação com o bairro em sua dimensão social, cultural e infraestrutural, com isso, percebemos que, tanto a literatura, como a empiria, revelou que as associações são e foram fundadas a partir de uma inquietação coletiva imersa em uma realidade socioespacial específica.

Esse estudo teve como premissa inicial que o associativismo é resultante da interação e da integração em um grupo, capaz de promover diferentes atividades/ações no âmbito do espaço urbano, de modo que seja capaz de possibilitar a reprodução social e possibilitar ou oportunizar a manifestação de diferentes formas de apropriação e relações com território. Essa característica foi identificada através dos depoimentos dos associados, afinal, ficou perceptível que o associativismo foi pensado, estruturado e fundado a partir de uma realidade socioespacial específica que, ao longo do seu percurso, realizou uma série de mudanças no seu perfil de atuação, que é algo comum em qualquer grupo, ainda mais quando se trata de um fenômeno social e que diferentes fatores podem contribuir para essa transformação.

Delineamos um percurso teórico que precedeu a definição e discussão sobre o que

compreendemos e apresentamos sobre as relações territoriais e sua manifestação através do associativismo urbano, com a intensão de municiar teórica e analiticamente as intervenções sociais no espaço geográfico e as formas de interações, apropriações e manifestação das relações de poder. Nesse cenário, optamos por uma discussão inicial a respeito das interações sociais através de práticas coletivas, direcionando como estas são percebidas e interpretadas sob o olhar de autores/pesquisadores da geografia brasileira.

As discussões sobre as ações coletivas possibilitaram a compreensão sobre os diferentes arranjos sociais e territoriais, constituídos a partir do associativismo desenvolvido no espaço urbano. Ele que teve uma abordagem inicial ligada às bases do que foi classificado como sendo uma sociedade civil organizada, os principais elementos presentes na constituição de uma associação e a diversidade que as ações coletivas podem assumir, reverberando em diferentes tipologias e naturezas de atuação, em especial aquelas ligadas ao espaço urbano, devido aos diferentes agentes que contribuem para o processo de produção desse espaço e as intencionalidades projetadas.

Por reconhecer a importância de compreender os contextos históricos e geográficos, resolvemos apresentar algumas das principais características ligadas ao processo de expansão da malha urbana de Serrinha/BA e as suas implicações nas configurações do espaço urbano e, conseqüentemente, na forma como os sujeitos atuam neste. Ao consultar a bibliográfica sobre a formação histórica da cidade de Serrinha, identificamos a existência de contextos distintos e compreendemos que eles contribuíram para a constituição das bases históricas responsáveis por criar condições para o desenvolvimento do associativismo nos bairros da Bomba, Colina das Mangueiras, Rodagem e Vaquejada.

Por reconhecer que as associações possuem uma íntima relação com os bairros que estão situadas, realizamos uma breve investigação sobre o processo de surgimento e expansão dos bairros, pois, por meio deste movimento foi possível perceber como os diferentes agentes contribuíram para a constituição do bairro. Nesse conjunto, situamos a sociedade civil organizada responsável por fundar as associações a partir das características e demandas dos bairros, por este fato, visualizamos a existência de relações, em um primeiro momento com o bairro, pois, sem a existência dessas entidades, não há como pensarmos em melhorias e transformações. Na sequência, consideramos uma relação com um coletivo, responsável por manter o grupo alinhado e engajado e como resultado dessa coletividade, temos a associação, que se relaciona tanto com os sujeitos, mas também com o próprio bairro, que está situada, territorializada, configurando em múltiplas relações territoriais.

As análises das relações territoriais foram realizadas a partir de três eixos diretivos,

envolvendo a dimensão simbólica, material e subjetiva, apresentando uma interconexão entre eles, que ao nosso ver, contribuem para a existência ou fortalecimento das relações sociais. Enfatizamos que nos direcionamentos apresentados, a atuação social ocupou o papel de centralidade, pois, julgamos ser o principal agente promotor e interconector destas.

A dimensão social das relações territoriais ficou a cargo de compreender, identificar e explicar as diferentes manifestações das interações sociais através do exercício das territorialidades e como elas contribuíram para a constituição, manutenção e modificações nos grupos. Já, a dimensão simbólica contemplou os significados construídos em torno do grupo e do bairro, pois, os sujeitos criam sentimento de pertencimento e vinculações devido a sua carga de experiências. Por fim, a relação com o território foi observada à luz da multidimensionalidade e da multiescalaridade, afinal podem ocorrer em níveis e locais distintos a exemplo do bairro, da sede da associação e dos espaços utilizados por elas. Combinando os três eixos diretivos, acreditamos que ocorre a manifestação das relações territoriais através de vínculos, referências, identificações e sentimento de pertencimento ao bairro e a associação, ou seja, ao território.

A materialização das relações territoriais pode ser percebida através das estruturas projetadas no bairro ou a partir da participação direta em sua construção, de forma que os associados e os demais moradores possam identificar na paisagem urbana traços da atuação associativista. Elegemos como principal símbolo a construção da sede de uma associação, pois, torna-se uma referência geográfica passível de localização e torna-se uma referência para a população, principalmente quando necessita de apoio. A dimensão simbólica e imaterial das relações territoriais pode ser percebida a partir do uso dos topônimos dos lugares (o bairro, a rua) para nomeação da associação, sendo possível perceber uma vinculação com o local que estão referenciando algum elemento presente no histórico do bairro, logo, reforçando o sentimento de pertencimento a ele.

Diante do que foi sistematizado e exposto, acreditamos que essa pesquisa foi capaz de contemplar o seu objetivo geral, que era compreender as relações territoriais desenvolvidas por meio do associativismo no espaço urbano de Serrinha/BA. No entanto, um dos objetivos específicos projetados para esse estudo, não pode ser contemplado, pois, estava direcionado ao conhecer a forma de atuação das associações e identificar as potencialidades e/ou limitações apresentadas por cada uma e a partir disso, apontar estratégias para que pudessem superar as suas limitações ou potencializar/aprimorar a forma como estavam desenvolvendo suas atividades. Uma das justificativas para não ter ocorrido, foi principalmente pelo momento atípico vivenciado em 2020-2021, comprometendo a comunicação, as fases de

campo da pesquisa (acompanhamento das atividades promovidas pela associação, realização de mais registros fotográficos).

O contexto pandêmico da COVID-19 impactou diretamente no cronograma de pesquisa e na forma como havíamos estruturado essa pesquisa inicialmente. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi possível realizar uma adequação das metodologias de investigação adotadas. Inicialmente, havíamos planejado executar esse estudo com quatro associações que estivessem situadas no espaço urbano e na condição de ativas, ou seja, realizando reuniões, promovendo algumas ações na e para o bairro, felizmente esse ponto nós conseguimos contemplar. No entanto, não foi possível manter a previsão de realizar duas entrevistas com membros da direção da associação e aplicar 18 questionários para cada associação, totalizando um universo de 80 colaboradores.

Além dos instrumentos apresentados, estávamos planejando a realização de conversas de caráter informal para compreender o perfil dos associados, além de participar das reuniões e ações promovidas pelas associações, sobre as visitas, conseguimos realizar parcialmente. No primeiro caso, algumas associações superaram as suas atividades presenciais durante o contexto de pandemia, ocorrendo principalmente através de aplicativos de comunicação e redes sociais. Nas associações que foi possível desenvolver esse acompanhamento, é importante destacar que estávamos respeitando os decretos sobre a suspensão ou liberação da realização de reuniões, além disso, contava com a autorização dos membros da associação para poder participar das suas atividades, em locais amplos, arejados e todos os membros utilizando máscara e álcool em gel.

Mesmo com todas essas limitações e necessidades de adaptações ao contexto vivenciado em 2020-2021, concluímos que os sujeitos são os principais responsáveis pelo processo contínuo e mútuo de transformações socioespaciais, de modo que esses sujeitos reinventam a todo momento a forma como interagem individual e coletivamente. Importante destacar o exercício das territorialidades projetadas/construídas, resultado das vinculações com o bairro e com os demais sujeitos envolvidos nesse processo, possibilitando o surgimento de outras expressões da ação coletiva, como foi o exemplo do associativismo.

A formação de uma associação esteve atrelada aos vínculos com as demandas locais e a realidade socioespacial de cada bairro, afinal, eles foram responsáveis por prover os elementos basilares para a construção e fortalecimento dos laços de pertencimento, tanto ao bairro como ao grupo (associação), além de direcionar as estratégias, a forma de atuação associativista e o fortalecimento das relações com o território, compondo o quadro das relações territoriais, a partir da tríade sujeitos, bairro e a associação.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática, esfera pública e participação local**. Sociologias, v. 1, n. 2, 1999.

BASCONZUELO, Célia. Ciudadanía territorial y prácticas participativas en el ámbito barrial. Aportes para su estudio desde la vecindad riocuartense. In. **Participación ciudadana y movimientos sociales: perspectivas analíticas y estudios de caso em América Latina /** coordinado por Agripino Coelho Neto. - 1a. ed. p. 39-49- Río Cuarto : Universidad Nacional de Río Cuarto, 2011.

BLANCO, Marisa Revilla. Ciudadanía y acción colectiva en América Latina: tendencias recientes. **Estudios políticos**, n. 27, p. 29-41, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I Norberto Bobbio**, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p

CAPISTRANO, Rafella de Lima. Vivências Urbanas na Cidade de Serrinha (1917-1919). Monografia apresentado ao curso de licenciatura em História, pela Universidade do Estado da Bahia – *Campus XIV*. 2010. p. 43.

CAPUCHA, Luís. Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. Sociologia. **Problemas e práticas**. Nº 8, 1990, pp. 29 – 41.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007a, 123p

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007b, 85p.

CARVALHO, Elmo José Carneiro. **A expansão urbana da cidade de Serrinha-Bahia e suas repercussões sobre os recursos hídricos**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial). Programa de Pós graduação em planejamento territorial, UEFS, Feira de Santana, 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164p.

COELHO NETO, Agripino Souza. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. 2013. 426 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, UFF, Niterói, 2013a.

\_\_\_\_\_. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. *GEOgraphia (UFF)*, v. 15, p. 23-52, 2013b.

\_\_\_\_\_. A formação de redes de organizações sociais no Espaço Sisaleiro da Bahia: processos, escalas e temporalidades. In: **Anais VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales e Ambientales**. São Paulo: USP, 2014. v. 1. p. 258-277.

\_\_\_\_\_.; LIMA, Jamille da Silva. Rede e território como conteúdo da prática sociopolítica das ações coletivas. **Revista Geografares**, v. 19, p. 76-84, 2015.

\_\_\_\_\_. Territorialidade: uma proposição teórico-conceitual. In: Ana Silva; Ivonete Amorim; Selma Castro. (Org.). **Educação, Territorialidade e Formação Docente**: contextualizando pesquisas. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 15-29.

\_\_\_\_\_. Experiencias de Asociativismo Rural En El Territorio Del Sisal-Bahía-Brasil: Significados, Resultados Y Desafíos. **Derecho & Sociedad**, v. 1, n. 5, p. 125-146, 2019.

\_\_\_\_\_. **A geograficidade das ações coletivas**: Rede, Política de Escalas e Territorialidade. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. - São Paulo: Atica, 2002, p. 94

COTRIM, Décio Souza. Organização Social e Associativismo rural In. **Organização social e movimentos sociais rurais** / [organizado por] Iveldo Gehlen e Daniel Gustavo Mocelin ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRgs e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa. 2. ed. rev. e acrescida de um suplemento, 13. e 14. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1986 839, xx, 101 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, São Paulo, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A Vontade de Saber. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009 [p.102-113].

FRANCO, Tasso. Serrinha: **a colonização portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia**. Salvador: EGBA/Assembléia Legislativa do Estado, 1996.p.386

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de mestrado. 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Tatiana EngelGerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Movimento sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2 ed., 2001, v.01.5, 2001.

\_\_\_\_\_. **Movimento sociais e redes de mobilização civis no Brasil.** Editora Vozes Limitada, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas MS, V 1, n. 3, ano 3, p. 5-26, maio, 2006.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Participação e Acção Colectiva: interesses, conflitos e consensos.** Principia, 2006. Disponível em < encurtador.com.br/aJOY1> Acesso em 29 de Jun. de 2020.

GUERREIRO, Marta Isabel Afonso. **Associações de Desenvolvimento Local: Que contributo para o desenvolvimento local? O estudo de caso da ADPM.** 2008. 191 p. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, diversidade locais e desafios mundiais – Análise e Gestão, Lisboa: ISCTE, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Tradução de Flavio BenoSiebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana. **O mito da desterritorialização econômica.** GEOgraphia, v. 6, n. 12, p. 25-48, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia, v. 26, n. 1, jan./jun., 2006.

\_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-46, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IVO, Isnara Pereira. Os sertões mundializados da coroa portuguesa: a administração dos caminhos baianos. Século xviii. In. **Estudos em história colonial: A Baía de Todos os Santos e outros espaços luso-americanos.** Editora: Universidade estadual de Feira de Santana - UEFS , 2018.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. **Caminhos da liberdade: a escravidão em Serrinha–Bahia (1868-1888).** Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia. 2008.

LA MORA, Cecilia Carvalho de; Lucia Mayrinck de Oliveira Melo, Vera. **Territorialidade e sociabilidade nos espaços livres dos assentamentos populares:** o caso da ZEIS do Poço da Panela, Recife, PE. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 465-498, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582007000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000300002>.

LIMA, Inês Cardoso de Lima. **O papel de polarização da cidade de serrinha no contexto microrregional**. Trabalho de conclusão de curso. Curso de Geografia, Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2000.

LÜCHMANN, lígia Helena Hahn. **Participação e representação nos concelhos de gestores e no orçamento participativo**. Caderno CRH, v. 21, n. 52, p. 87-97, 2008

\_\_\_\_\_. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 159-178, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MELO JÚNIOR, J. A. C. C. A ação coletiva e seus intérpretes. **Pensamento plural**, v. 1, n. 1, p. 65-87, 2007.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova: revista de Cultura e política**, n. 17, p. 49-66, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MIRANDA, Gilbert Patsayev Marreiro. Agave Sisalana, o ouro verde do sertão: O mundo do trabalho e os espaços de resistência narrados pela memória dos velhos sisaleiros do semi-árido paraibano (1970-1990). In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH**. Anais. São Paulo, 2011.

MONTEIRO, Alcides A. **Associativismo e novos laços sociais**. Coleção: Labirints/observatório dos poderes locais. Coimbra: Quarteto, 2004.

MONTEIRO, Alcides A.; MONTEZ, Mário Miguel. Sentidos de mobilização e de desmobilização da ação coletiva. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 217-237, 2015.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. Movimentos sociais urbanos: um breve histórico. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 6, 1999.

OLIVEIRA, Janiele de Jesus. **Associativismo e territorialidade: um olhar sobre a associação comunitária de mombaça – serrinha (BA)**. 2016. 96 f. Trabalho de conclusão de curso. Curso de Geografia. Universidade do Estado da Bahia, Serrinha/BA, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Freire de Lima. **Geoprocessamento como ferramenta do planejamento urbano: aplicabilidades no município de Serrinha/BA**. 2018. 128 p. Relatório

de pesquisa. Programa de pós-graduação em Planejamento Territorial. Mestrado profissional. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana/BA, 2018.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. xi, 239 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101434>>.

\_\_\_\_\_. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem territorial. São Paulo: UNESP, 2013.

PEDROZO, Rogério. **Orçamento participativo e seus impactos no associativismo urbano**: um estudo sobre as formas de organização e de atuação das associações de bairro de Ijuí-RS. (Trabalho de Conclusão de curso – Bacharelado em Ciências Sociais). 2015.

PORTO, Gil Carlos Silveira. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos Séculos XIX e XX**: Permanências, complexidades e amadurecimento. 2014. 246 f. Tese de Doutorado. Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O povo e seu território. In: MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 73-82.

RETAMOZO, Matin. Ordem social e subjetividade y accion coletiva. Notas para el estudio de los movimientos sociales. **Arthenea Digital**. Revista de pensamiento e Ivestigacion Social, Barcelona, n. 16, p. 95-123. Outubro, 2009.

RIOS, Iara Nancy Araujo. **Nossa Senhora da Conceição do Coité**: Poder e política no Século XIX. Dissertação de Mestrado de História social pela Universidade Federal da Bahia, 2003.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2011, p. 63-89.

SAQUET, Marcos Aurélio. **A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, v. 20, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia**: relações com o desenvolvimento. 2007. 295 f. Tese de Doutorado. Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju. 2007.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da; COELHO NETO, Agripino Souza. **Gente ajudando gente**: o tecido associativista do território do sisal. Feira de Santana (BA): UEFS, 2011.

SANTOS, Fredson Pereira dos. **Da sesmaria dos tocós ao território do sisal: uma análise crítico-pedagógica dos textos literários nos livros didáticos da eja.** Mestrado em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia. 2019.

SANTOS, Jadson Santiago dos. **Ações coletivas e estratégias de organização socioespacial na comunidade de recanto, Serrinha / BA.** 2018. 123 f. Trabalho de conclusão de curso. Curso de Geografia. Universidade do Estado da Bahia – UNEB/XI, Serrinha, 2018.

SANTOS, Milton; **DO ESPAÇO, A. Natureza.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hulcitech, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica / Milton Santos.** – 6 ed. – São Paulo: Editora da universidade de São Paul, 2004. – (Coleção Milton Santos; 2)

SILVA, M. K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista á abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, jul/dez, 2006

SILVA, Onildo Araujo da. Rede urbana e dinâmica regional no estado da Bahia: um olhar sobre o Território do Sisal. **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos.** Salvador: SEI,(Série estudos e pesquisas, 94), 2012.

SILVA, Paulo Cesar Garré. **A ação coletiva: o desafio da mobilização.** Revista Movimento Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 7, N. 2. P. (62-87), 2018.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1993, p. 111-123.

\_\_\_\_\_, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitech, 1999.

SPIX, F. Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Fridrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v : il. 428 p. 2017. Disponível em: <  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991>> Acessado em 18 de Janeiro de 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e urbanização.** 13. ed. - São Paulo: Contexto, 2001 80 p.

STORTO, Paula Raccanello. **Liberdade de associação e os desafios das organizações da sociedade civil no brasil.** 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014.

SOUZA JUNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB.** Tese de Doutorado. Presidente prudente, 2008.

TAFURI, Diogo Marques; FAZIO, Denizart Busto de. A Ascoob Sisal e as lutas camponesas no semiárido baiano. In. **Experiencias de finanças solidárias no Brasil: c´rédito e financeirização da (luta pela) reprodução social.** São Paulo: Neosol/USP, 2016, p. 79-120.

TARROWN, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Sociedade civil na Bahia**: papel político das organizações. (org). 1 ed. 2008. EDUFBA. Salvador. 2008.

TOURAIENE, Alan. Na fronteira dos movimentos sociais. Rev. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan/abr 2006.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893. p. 460.

VILAÇA, Helena. As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social. Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 4, 2017.

WEIL, Pierre et al. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal . Editora Vozes Limitada, 2017.

ZANELLA, Andréa Vieira; PEREIRA, Renata Susan. **Constituir-se enquanto grupo**: a ação de sujeitos na produção do coletivo. Estudos de Psicologia (Natal), v. 6, n. 1, p. 105-114, 2001.

ZIMMERMAN, D. E. (1997). Fundamentos teóricos. In D. E. Zimmerman & L. C. Osorio (Orgs.), **Como trabalhamos com grupos** (pp. 23-31). Porto Alegre: Artes Médicas.

## ANEXOS 01



**Universidade do Estado da Bahia - UNEB**  
**Departamento de Ciências Exatas e da Terra - I**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais –**  
**PROET**



**Grupo de pesquisa:** Território, Rede e Ação Política  
 (TERRITÓRIOS/DCET/UNEB/CAMPUS I)  
**Mestrando/Pesquisador:** Jadson Santiago dos Santos  
**Orientador:** Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Agripino Souza Coelho Neto

## ROTEIRO PARA ENTREVISTA

### PERFIL DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Quem é o(a) senhor(a)?
  - a. Nome;
  - b. Idade;
  - c. Nível de escolaridade;
  - d. Profissão;
  - e. Antes de atuar na associação, participava de alguma ação coletiva?
  - f. Função na associação? (o que realizada, quanto tempo)

### TRAJETÓRIA NO BAIRRO

2. O(A) senhor(a) poderia falar sobre a sua trajetória e relação com o bairro?
  - a. Há quanto tempo é morado do bairro? (\*Em caso de nascimento no bairro\*)
    - Conte sobre suas lembranças de infância (local onde morava, onde brincava, com quem brincava)
    - Ainda possui contato com essas pessoas e locais?
  - b. Possui familiares, amigos e/ou parceiros no bairro?
    - Como o(a) senhor(a) avalia a relação tem com eles?
  - c. Pensa em morar em outro bairro ou cidade? (\*Em caso de resposta negativa ou positiva\*)
    - Quais são/foram os fatores que contribuem para o pensamento ou desejo?
  - d. Possui amigos ou familiares que residem no bairro? Mantem contato com eles?
  - e. Como o(a) senhor(a) avalia o bairro em relação a infraestrutura; aos moradores; a atuação do poder público; a atuação da associação.

- f. Existe algum local ou pessoa no bairro que é especial para o(a) senhor(a)?
- g. O que motivou o(a) senhor(a) a participar da associação?

### **TRAÇANDO UM PANORAMA SOBRE O ASSOCIATIVISMO NO BAIRRO**

3. Gostaria que o (a) Sr (a) falasse sobre a criação da associação:
- a. Quando foi criada?
  - b. O que motivou a criação da associação? (\*contar sobre o processo\*)
  - c. As pessoas que participaram (ou familiares) da criação ainda possuem vínculos com a associação?
  - d. Como o(a) senhor(a) avalia a escolha do nome da associação?
  - e. Quais são os principais objetivos da associação?
  - f. O que a associação representa para a população?
  - g. O que a associação representa para o bairro?
  - h. Quais são as principais atividades/ações desenvolvidas pela associação?
  - i. Como o(a) senhor(a) avalia as ações/atividades desenvolvidas pela associação? (\*As demandas locais são atendidas?\*)
  - j. O(A) senhor(a) costuma participar das ações/atividades propostas pela associação?
  - k. Como o(a) senhor(a) avalia a participação dos associados?
  - l. Para o(a) Senhor(a) a Associação consegue atrair novos membros?  
\* Em caso de resposta positiva: O que ela tem feito?  
\* Em caso de resposta negativa: O que não ela está conseguindo fazer?
  - m. Quais são as principais transformações na atuação da associação quando comparada o seu passado e seu presente?
  - n. A associação age sozinha ou possui parcerias? Se sim:
    - i. Quem são?
    - ii. Como ocorre a parceria?

### **TRAÇANDO RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS E O ASSOCIATIVISMO**

4. Compreendendo um pouco sobre a relação que o(a) senhor(a) possui com a associação
- a. Antes de tornar-se membro da associação realizava alguma ação na comunidade ou participava de movimentos similares?
  - b. Por que o(a) senhor(a) resolveu integrar o corpo de associados?
  - c. O(A) senhor(a) pensa em se desligar da associação?  
\*Em caso de resposta positiva ou negativa: Justificar o motivo
  - d. Como o(a) senhor(a) avalia a relação que a associação possui com o bairro?
  - e. Como o(a) senhor(a) avalia a relação entre os membros/integrantes da associação?
  - f. Como o(a) senhor(a) avalia a relação dos membros associados com a associação?

## ANEXOS 02

Quadro 13: Perfil dos sujeitos colaboradores

Associação	Entrevistado/a	Função	Histórico de participação e/ou atuação em ação coletiva
Associação Beneficente e dos Moradores do Bairro da Bomba	01	VP*	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretário/a na gestão anterior</li> </ul>
	02	P**	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo desportivo do bairro, da igreja católica através do Encontro de Casais com Cristo (ECC)</li> </ul>
Associação de moradores do bairro da Colina das Mangueiras	03	VP	<ul style="list-style-type: none"> <li>Representante de bairro;</li> <li>Antigo presidente da associação;</li> <li>Foi integrante da Central de Associações de Serrinha;</li> <li>Integrante do Conselho dos Idosos de Serrinha;</li> </ul>
	04	P	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi membro da pastoral da Juventude, vinculada a igreja católica;</li> <li>Membro do sindicato dos servidores públicos do município;</li> <li>Membro da associação dos guardas municipais;</li> <li>Participou do Diretório Acadêmico e da coordenação regional dos estudantes de Geografia do Nordeste;</li> </ul>
Centro Social Boa esperança	05	p	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participou do grupo de Jovem e catequista da Igreja católica;</li> </ul>
	06	VP	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sempre ajudou individualmente no bairro;</li> <li>Foi membro da Legião Brasileira de assistência (LBA);</li> </ul>
Associação de moradores da vaquejada	07	VP	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvia trabalhos sociais no bairro e no município, sempre de caráter pontual (reivindicação, manifestação);</li> <li>Histórico de participação na igreja: movimento júnior;</li> </ul>
	08	P	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi membro da Legião Brasileira de Assistência (LBA);</li> <li>Participou do projeto Elo;</li> </ul>
Legenda: VP* – Vice-presidente; P** - Presidente			

Fonte: Produzido pelo autor com dados extraídos da fase de campo.

## ANEXOS 03

## ATAS DE FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COLABORADORAS

Ata de fundação da Associação Beneficente dos Moradores do Bairro da Bomba

**AVERBADO**

**Associação Beneficente dos Moradores do Bairro da Bomba**  
Fundada em 04 de fevereiro de 1987 – CNPJ N.º 13.901.350/0001-70  
Rua Leovigildo Ribeiro, 434 – Bairro da Bomba  
CEP: 48.700-000 – Serrinha – Bahia

**ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA**  
**TRIÊNIO 2019/2021**

Aos sete (07) dias do mês de julho de 2019 (dois mil e dezenove) foi, às 9:00 (nove) horas, instalou-se na Escola Áurea Nogueira, situada na Rua Leovigildo Ribeiro, nº 434, Bairro da Bomba, Serrinha – BA, a mesa receptora dos votantes, para a eleição da nova Diretoria desta Associação, com sede a Rua Leovigildo Ribeiro, nº 434, para administrar no triênio a partir de 07.07.2019 (sete de julho de dois mil e dezenove), até 07.07.2021 (sete de julho de dois mil e vinte e um), mesa composta pelos senhores: Robson de Azevedo Lopes Silva e Jose Carlos Nery da Silva. Votação que transcorreu dentro dos trâmites normais, encerrando a votação às 12 (doze) horas, em seguida os mesários processou a apuração dos votos na presença do representante da chapa única, sendo apurados 52 (cinquenta e dois) votantes, com o seguinte resultado: 51 (cinquenta e um) votos SIM e 01 (um) nulo ou branco. Resultado que define como eleita a chapa única composta pelos seguintes cidadãos nos cargos conforme segue: **Presidente - Gerson da Silva Mota**, portador do RG de número 05107984, inscrito no CPF sob o número 732.688.445 – 53, residente e domiciliado a Ra Manuel Paes, nº 900, Bomba, Serrinha – BA; **Vice Presidente – Pedro Sabino da Silva Filho**, portador do RG 04732364, inscrito no CPF de número 536.904.005-20, residente e domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 357; **1º Secretário – Thiago Nery da Silva**, portador do RG 870163701, inscrito no CPF sob o número 036.229.858-96, residente e domiciliado na Av. Antonio Rodrigues Nogueira, nº 481; **2º Secretário – Anderson Silva Queiroz**, portador do RG 14043769, inscrito no CPF 042.036.205-38, residente e domiciliado na Rua Antonio Carvalho, nº 60; **1º Tesoureiro – Roberval Silva Paixão**, portador do RG 0224567756, inscrito no CPF de número 821.154.365-72, residente na Travessa Getúlio Vargas; **2º Tesoureiro - Juracylene Santos Lima**, portadora do RG 05089424, inscrita no CPF sob o número 6390216587, residente na Rua Basílio Cordeiro, nº 350. **Conselho Fiscal - Celeste**

**ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DA BOMBA**  
CNPJ Nº 13.901.350/0001-70

Transmissão de Notas e Promissões em Cartão de Identificação em Serrinha/BA  
Cadastra e do N.º que a capa e a identificação de do documento  
Emissão de validade Maria Rosana Oliveira  
O Brasil: Emissão Automática - A seguir são listadas as informações do CNJ Cole - Serrinha - BA  
16/07/2019

*Maximino*

# AVERBADO



Associação Beneficente dos Moradores do Bairro da Bomba

Fundada em 04 de fevereiro de 1987 – CNPJ N.º 13.901.350/0001-70  
Rua Leovigildo Ribeiro, 436 – Bairro da Bomba  
CEP: 48.700-000 – Serrinha – Bahia

Maria Siqueira de Santana, portadora do RG 0205309275, residente na Rua Leovigildo Ribeiro 566; Maiana Lucia Santos Nascimento, portadora do RG 14530917, residente na Rua Henrique de Menezes 186; Amanda Carolaine Ferreira Nery, portadora do RG 11681873, residente na Travessa Getulio Vargas, nº22; Suplente Conselho Fiscal - Rafael Santos Firmo, portador do RG 16041665, residente na Av. Getulio Vargas 142; Wellington Alves dos Santos, portador do RG 09284615-72, residente na AV. Getulio Vargas 64; Janete Reis Silva, portadora do RG 15193666, residente na Travessa Rio de Janeiro, nº 23. Todos domiciliados no Bairro da Bomba, conforme Art. Nº 35 Inc. IV do Estatuto em vigor.

Em ato contínuo, eu decreto eleita e empossada a Chapa única para a nova Diretoria. E não havendo mais nada a declarar, eu Anderson de Aguiar Lopes Silva que secretariei encerro a presente ata que vai por mim assinada juntamente com os membros eleitos.

Serrinha 07(sete) de Julho de 2019(dois mil e dezenove).

Anderson de Aguiar Lopes Silva  
Roberval Silva de Aguiar

Thiago Nery de Silva  
Anderson Silva Queiroz  
Roberval Silva de Aguiar  
Juraci dos Santos Lima  
Celeste dos Siqueira de Siqueira  
Maiana Lucia Santos Nascimento  
Amanda Carolaine Ferreira Nery  
Rafael Santos Firmo  
Wellington Alves dos Santos  
Janete Reis Silva

**ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DA BOMBA**

CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS  
Serrinha-BA

Ciro de Alencar Souza  
Oficial de Registro

CNPJ Nº 13.901.350/0001-70

CARTÓRIO DE REG. DE PESSOAS JURÍD

Protocolo nº 28.907, Fls. nº 100, Livro

Averbação nº 06, Fls. nº 162, Livro

Averbado ao Registro nº 202 de Livro A

Título: ATA DE ELEIÇÃO E

POSSE — X —

Serrinha-BA, 14 de 09 de 20

**TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS** (75)351-7414  
de SERRINHA/BA  
Rua Leovigildo Ribeiro, 436 - Bairro da Bomba - Serrinha - Bahia - CEP: 48700-000

Certifico e dou fe que a cópia é a reprodução fiel do documento apresentado.

Em testemunho da verdade Maria Rosana Dias-Vigens  
O. Branco. Escrivente Autorizada. A eleição só tem  
validade acompanhada do QR Code - Serrinha - BA  
1/6/2020 Valor do Ato: R\$ 6,20 Emol: R\$ 2,51 Taxa: R\$ 2,88

2278 AB446095-8

## Ata de fundação da Associação de Moradores do Bairro da Colina das Mangueiras

1

ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

AO DIESETE DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS  
 E RUA PEDRO DUJO. 470-A, AS DOZE HORAS,  
 COM A FINALIDADE DE DISCUTIR SOBRE O ESTATUTO  
 DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO  
 SOCIAL E REEDIFICAÇÃO DAS MORADOURAS DO BAIRRO  
 COLINAS DAS MANGUEIRAS. REUNIRAM-SE OS MORA-  
 DORES E ASSOCIADOS E INICIOU-SE AS DISCUSSÕES  
 DA PAUTA COM EVANDRO JUNQUEIRA MOURA,  
 VICE-PRESIDENTE, LENDO O ESTATUTO DA REFERIDA  
 ASSOCIAÇÃO, E EXPLICANDO A TODOS PRESENTES O  
 CONTEÚDO DO MESMO, TERMINANDO A DISCUSSÃO  
 DO ESTATUTO, QUEM DE SER APROVADO POR  
 UNANIMIDADE, PASSOU A PARAR PARA O SR.  
 GILSON DE LIMA DEUS - PRESIDENTE DESTA -  
 ASSOCIAÇÃO, DANDO CONTINUIDADE O SR. PRESIDENTE  
 EXPLICOU QUEM OS BENEFÍCIOS QUE UMA  
 ASSOCIAÇÃO PODE FAZER PARA OS MORADORES  
 DO BAIRRO, COMO: SANEAMENTO BÁSICO, LAZER,  
 ESPORTE, SAÚDE, CULTURA, E EDUCAÇÃO, II  
 SENDO QUE O BAIRRO SE ENCONTRA NECESSI-  
 TADO DESSES BENEFÍCIOS, O MESMO SE REFERIU  
 A OUTROS PROPOSTOS QUE VENHAM A BENEFICIAR  
 O BAIRRO FUTURAMENTE, EXPLICOU TAMBÉM SOBRE  
 O EXERCÍCIO SERÁ REALIZADO A CADA TRÊS ANOS  
 PARA FAZER UMA NOVA DIBETORIA, HADA MAIS  
 MANTIDO FOI ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO E  
 ESTA ATA QUE APÓS LIDA VAI DEVIDAMENTE II  
 ASSINADA POR TODOS OS PRESENTES. EU SECRETÁRIO  
 ADCE., LAUREL, SUBSECRETÁRIO, ASSIM, Adilson  
 Lourenço da Silva, Gilson de Lima Deus,  
 Evandro Junqueira Moura, Alana Jun -

REGISTRADO

tilbra LIVRO DE ATAS - 50 FOLHAS - COD. 12.058 - CAPA: PAPÉLÃO 697 g/m<sup>2</sup> - REVESTIDO EM PAPEL KRAFT 110 g/m<sup>2</sup> - FOLHAS INTERNAS: PAPEL OFF-SET 56 g/m<sup>2</sup> - FORMATO

Julia Lima, Silvano Carvalho Oliveira,  
 Pulianalho Almeida de Sena, Maria Cristina da Costa Oliveira,  
 Antunes Fernando dos Santos, João Carlos  
 Ribeiro Oliveira, Lino Barcelho dos Santos,  
 Maria Gêia da Mata Oliveira, A Tomaz Junqueira Yriach,  
 Jucelene Silva Miranda, Maria Orliedi de Oliveira e Oliveira,  
 José Romello dos Santos, Maria Valda O. da Mata,  
 Maria Romelia Oliveira das Virgens, Janeteira Mata  
 Zuzete de Jesus, Fátima de S. Santos,  
 Carluzia dos Santos Silva, Gaura de J. Santos,  
 Janete Teixeira da Silva - TERCIA MONEIRA DASILVA, Dilema MSA,  
 Lucio Elias J. Santos, Juvenio Santos Silva,  
 Maria das Reis Fernandes, Ruciane J. do S. Oliveira,  
 Elvângela Barbosa dos Santos e Santos, Cibélia Santana Luna,  
 Joana Oliveira Lima, ? Cláudia Jose Freitas Souza,  
 Custane B. Nascimento, Paloma Bispo Ribeiro, Adivaldo dos Santos,  
 Santana, Maria Rivaldo da Mata, Ivan dos Santos, Fátima,  
 Yvionia S. dos Virgens, Rosine da Silveira e da Chadea,  
 Brenice S. dos Virgens, Valdivina dos Virgens Sombra, Fátima,  
 Carlos Sampaio, Dulcelene de O. Carneiro, Carlina Pl. dos Santos,  
 José Prateus Santos Rosa de Araujo Santos Oliveira, Joana Maria,  
 Alina. Lúcia S. Carvalho, Fabiane dos S. Santos,  
 José Adilson Lourenço Pinheiro, José Gleisson e de Lima,  
 Soraide Valparaiso da Silva, Genivaldo José de Almeida

REGISTRADO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
 Protocolo nº 10174 Fls. 72  
 Protocolado em 25/05/2006  
 Registro nº 221 Fls. 168  
 Livro nº 15  
 Sembrã 30/05/2006  
 Oficial  
 [Assinatura]  
 Inscrição nº 87615-4

## Ata de fundação da associação: Centro Social Boa Esperança (Bairro da Rodagem)

Ata de fundação do Centro Social Boa Esperança,

Aos doze dias do mês de julho de Duem mil novecentos e Setenta e um, reuniram-se à rua Boa Esperança, número 548 bairro da Rodagem, os moradores locais com a finalidade de fundar uma Associação de Moradores. Foi escolhido para dirigir a reunião o senhor Olisio Avelino dos santos pessoa idônea e veterana do bairro que convidou a senhora Maria Norma Pimentel para secretária-la e lavrar a presente Ata. O Presidente relatou a finalidade da reunião que era para fundar uma Associação sem fins lucrativos e sem de caráter beneficente e educacional com a finalidade de promover o desenvolvimento comunitário do bairro da Rodagem. Foi escolhido o nome da Associação ficando aprovado por unanimidade com o nome de Centro Social Boa Esperança. Declarou o Presidente que fosse escolhida uma comissão para elaborar o estatuto sendo escolhidos os senhores: Geraldo Góes de Santana, Jús de Oliveira, Olisio Avelino dos santos, Jovelma Correia da Silva José Pereira da Silva sendo escolhida uma diretoria provisória até que fosse aprovado o estatuto, para dirigir a nova Associação, foram escolhidos: Presidente o senhor Olisio Avelino dos santos, vice presidente Marcipúlio dos santos, primeira secretária Maria Norma Pimentel, segunda secretária Ivany de Oliveira Lima, primeira tesoureira Ernestina Bispo da Silva, segunda tesoureira Jús de Oliveira. O presidente declarou definitivamente criada a Associação que tem por nome Centro Social Boa Esperança e empossada a diretoria provisória que foi aclamada por todos. Mas havendo mais nada a tratar lavrei esta Ata que de pois de lida e

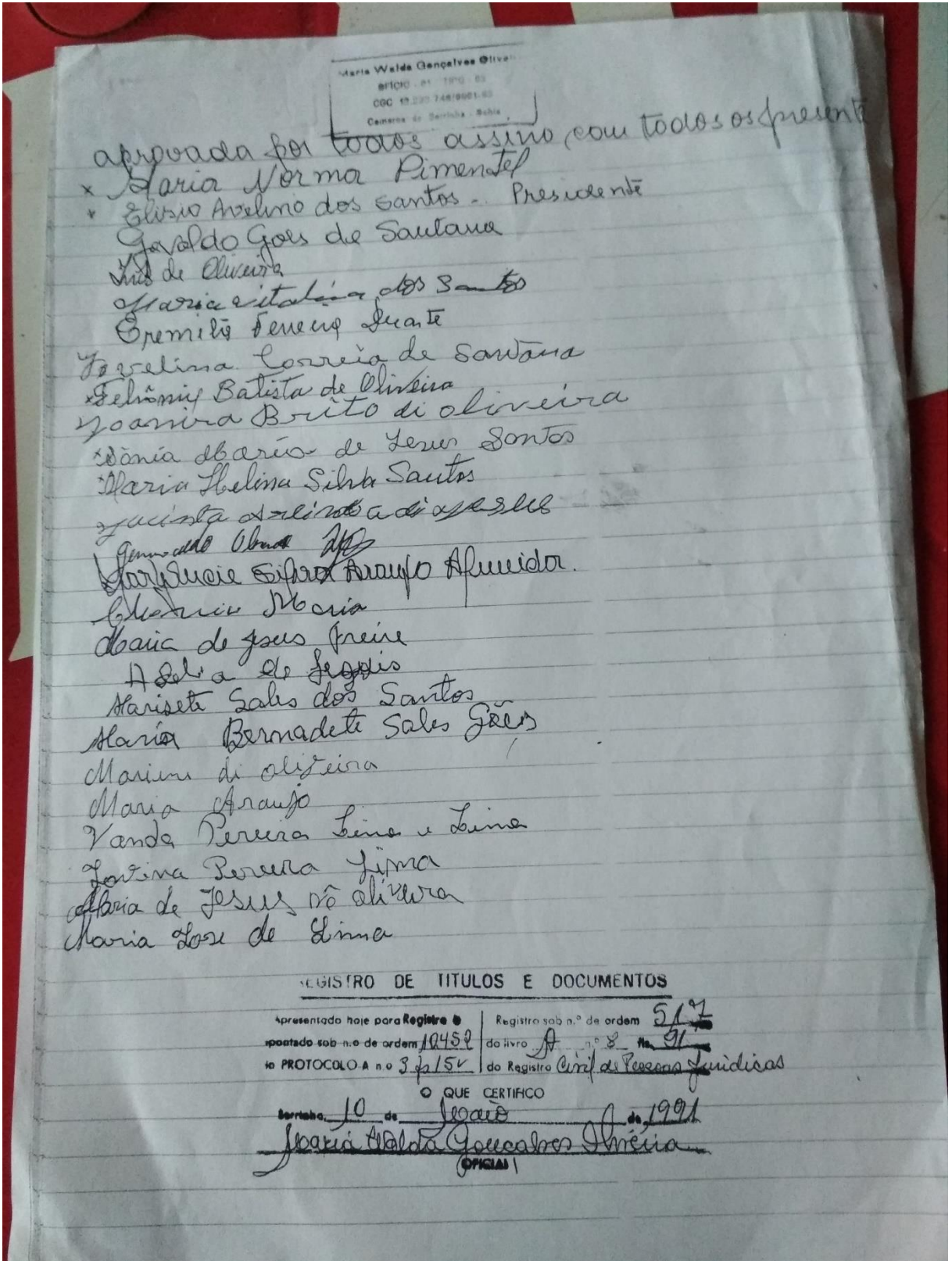
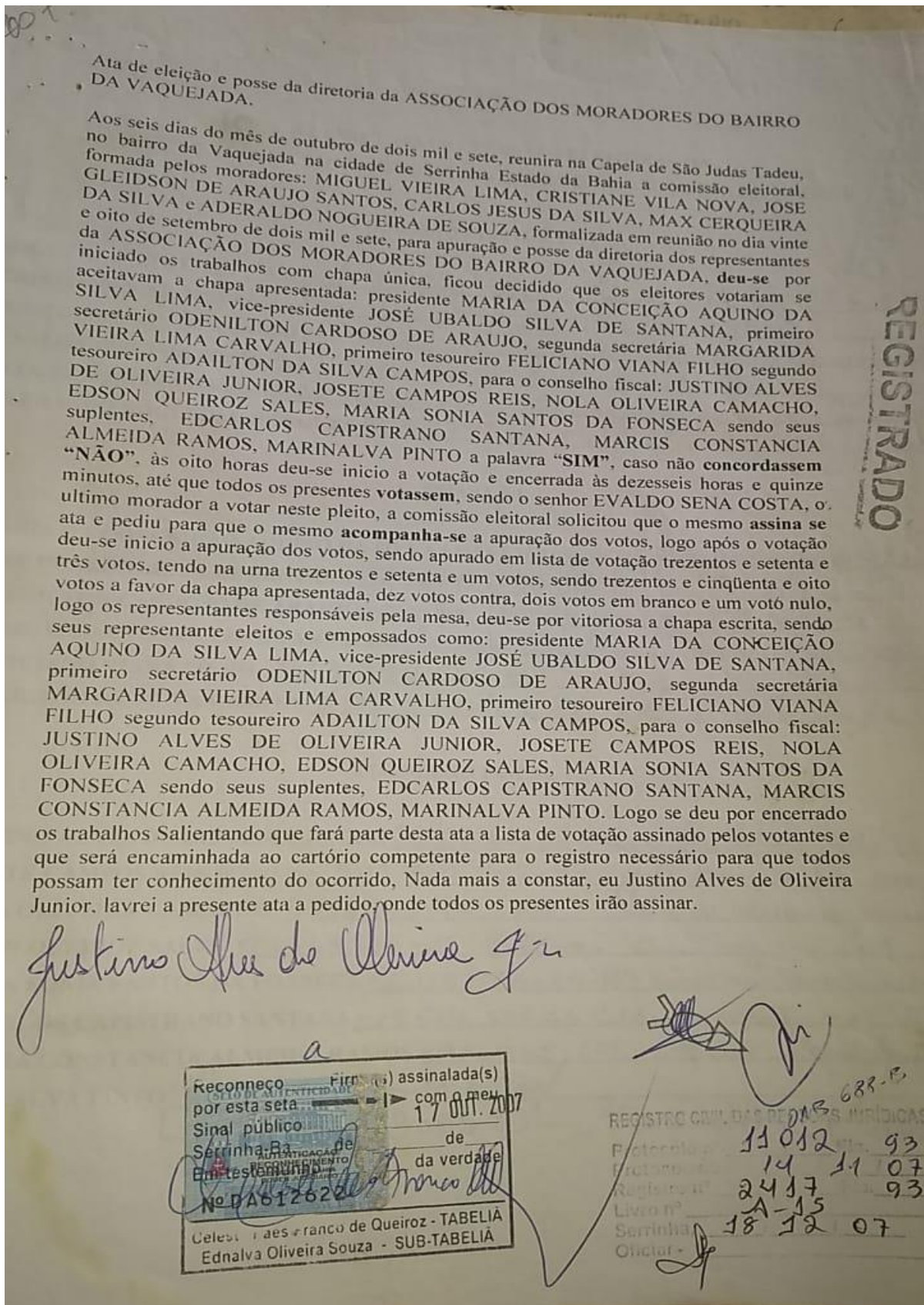


Foto: Jadson Santos, 2020.

Ata de fundação da Associação de Moradores do Bairro da Vaquejada



## ANEXOS 04

## DECRETO MUNICIPAL –MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL EM MARÇO / 2020

Sexta-feira  
13 de março de 2020  
Ano IV • Edição Nº 270

- 3 -

Prefeitura Municipal de Serrinha - BA

Diário Oficial do  
**EXECUTIVO**

ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

DECRETO (Nº 011/2020)



## Prefeitura Municipal de Serrinha - Ba

### DECRETO nº 011/2020

"Dispõe sobre a suspensão de realização de eventos no âmbito do Município de Serrinha-BA e, dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SERRINHA, Estado da Bahia**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a saúde, nos termos da Constituição da República, Art. 196, constitui direito de todos e dever do Estado; sob a garantia de ações e intervenções do Poder Público que objetivem a redução do risco à saúde;

CONSIDERANDO os riscos que a disseminação do novo coronavírus, moléstia que já tem casos confirmados na Bahia e recentemente com ocorrências em município da microrregião do Município de Serrinha-Ba;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, já classificou a disseminação do novo coronavírus como pandemia, em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que cumpre ao Município de Serrinha-Ba tomar todas as providências no sentido de contenção adequada da disseminação ou impedir que esta ocupe patamares que produzam o caos na rede municipal de saúde;

CONSIDERANDO que a grande aglomeração de pessoas contribui para a rápida disseminação da doença;

CONSIDERANDO que ao Município de Serrinha-Ba cumpre, com fulcro no Art. 6º da Constituição Federal assegurar "os direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados";

#### DECRETA:

1

Prefeitura Municipal de Serrinha – Ba  
CNPJ nº 13.845.086/0001-03  
Rua Macário Ferreira, 517  
Centro  
CEP: 48700-000  
Tel: (75)3261-8500

<http://pmserrinha.ba.imprensaoficial.org/>

- CERTIFICADO DIGITALMENTE POR: AC CERTSIGN SRF ICP-BRASIL | IMPRENSAOFICIAL.ORG -



## Prefeitura Municipal de Serrinha - Ba

Art. 1º - Ficam suspensos no âmbito do Município de Serrinha-BA, pelo prazo de 10 (dez) dias, podendo ser prorrogável por igual e sucessivos períodos, os eventos de qualquer natureza que impliquem na reunião de 50 (cinquenta) pessoas ou mais e que necessitem de autorização ou licença do Poder Público a exemplos de festas, formaturas, congressos, seminários, dentre outros.

Art. 2º - Os restaurantes e bares deverão obedecer, na disposição de suas mesas, a distância mínima de 02 (dois) metros entre elas;

Art. 3º - Quanto à realização de manifestações religiosas, estas ficarão à critério das autoridades de cada segmento;

Art. 4º - Estas medidas poderão sofrer alteração, ajustes ou serem revogadas, a qualquer momento, de acordo com a evolução ou involução do novo coronavírus na nossa região;

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se e Cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SERRINHA, ESTADO DA BAHIA**, em 13 de março de 2020.

**ADRIANO SILVA LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE SERRINHA-BA**

2

Prefeitura Municipal de Serrinha – Ba  
CNPJ nº 13.845.086/0001-03  
Rua Macário Ferreira, 517  
Centro  
CEP: 48700-000  
Tel: (75)3261-8500

<http://pmserrinhaba.imprensaoficial.org/>

## ANEXOS 05

DECRETO MUNICIPAL – FLEXIBILIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL EM  
OUTUBRO / 2020

Sexta-feira  
30 de outubro de 2020  
Ano IV • Edição Nº 425

- 2 -

Prefeitura Municipal de Serrinha - BA

Diário Oficial do  
**EXECUTIVO**

**ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO**

**CATEGORIA: ATOS OFICIAIS**

**DECRETO (Nº 054/2020)**



PREFEITURA MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 54, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.**

**“Dispõem sobre o funcionamento e retorno de atividades dos estabelecimentos comerciais, serviço industriais, no âmbito do Município de Serrinha e dá outras providências.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRINHA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispôs sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência de saúde pública de importância internacional;

**CONSIDERANDO** que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal reconheceu a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal – STF reconheceu a competência dos municípios para regular assuntos de seu interesse;

**CONSIDERANDO** a situação de emergência e calamidade pública declarada pelo Município Serrinha, Bahia, para o enfrentamento da pandemia decorrente do Corona vírus – COVID-19;

**CONSIDERANDO** que é dever do Município de Serrinha adotar todas as providências no sentido de enfrentamento e combate ao novo Coronavírus de forma adequada a evitar a disseminação ou de impedir que o contágio pelo novo Coronavírus ocupe patamares que gerem o caos na rede municipal de saúde;

**CONSIDERANDO** a necessidade de evitar a propagação de infecção e transmissão local e de padronizar os procedimentos de prevenção de responsabilidade do Poder Executivo Municipal;

Prefeitura Municipal de Serrinha-BA  
Rua Macario Ferreira, Centro, Serrinha, Bahia. CEP: 48.700-000.  
Tel. / Fax: 75.3261.8500 – [www.serrinha.ba.gov.br](http://www.serrinha.ba.gov.br)



PREFEITURA MUNICIPAL

**CONSIDERANDO** que no Município de Serrinha, Bahia, já existem casos confirmados de pacientes portadores do novo Coronavírus (COVID 19), inclusive com registro de óbitos;

**CONSIDERANDO** que a população do município de Serrinha, Bahia, mesmo com a Pandemia causada pelo novo Corona Vírus (COVID 19), necessita dos serviços prestados pelo comércio local;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado o funcionamento das atividades comerciais no âmbito do município de Serrinha, Bahia, da seguinte forma:

**I** – funcionamento do Comércio, Indústria e Serviços, de forma regular e sem limitação de horários, com 50% (cinquenta por cento) da capacidade funcional e com limitação de pessoas dentro dos estabelecimentos na proporção de (01) uma pessoa a cada 9m<sup>2</sup> (nove metros quadrados) da área de atendimento, desde a data de 27/07/2020;

**II** – funcionamento das atividades religiosas, de forma regular sem limitação de horários e com limitação de pessoas dentro dos prédios na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de acomodação de pessoas nas áreas de reuniões públicas, desde a data de 27/07/2020;

**III** – funcionamento das Academias de Ginástica e afins, Academias de lutas e afins, sem limitação de horários, desde a data de 03/08/2020;

**IV** – funcionamento das Clínicas Odontológicas, sem limitação de horários, desde a data de 17/08/2020;

**V** – funcionamento dos Bares, Restaurantes e Lanchonetes, com ocupação de até 50% (cinquenta por cento) da sua capacidade máxima de lotação, desde que, observada a rigidez na higiene de equipamentos e objetos usados na produção, objetos compartilhados entre as pessoas, de alimentos para processamento, de todos os ambientes de uso de funcionários e clientes e de banheiros, desde a data de 24/08/2020;

§ 1º - A retomada das atividades elencadas nas alíneas III, IV e V deste Artigo, ficam condicionadas ao cumprimento das regras estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município.

§ 2º - Fica suspenso o toque de recolher desde a data de 27/07/2020.

**Art. 2º** - Fica autorizado o retorno das atividades dos clubes recreativos, esportivos, e casas de eventos em geral;

---

Prefeitura Municipal de Serrinha-BA  
Rua Macário Ferreira, Centro, Serrinha, Bahia. CEP: 48.700-000.  
Tel. / Fax: 75.3261.8500 – [www.serrinha.ba.gov.br](http://www.serrinha.ba.gov.br)

<http://pmserrinha.ba.imprensaoficial.org/>



PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 3º.** - Fica suspensos, no âmbito do município de Serrinha, Bahia, os eventos e atividades com a presença de público superior a 200 (duzentas) pessoas, ainda que previamente autorizados, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: eventos desportivos, religiosos, shows, feiras, circos, eventos científicos, passeatas e afins, bem como aulas em academias de dança e ginástica.

**Art. 4º** - O funcionamento do comércio informal será regulamentado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Serviços Públicos.

**Art. 5º** - Todos os estabelecimentos autorizados a funcionar, ficam obrigados a adoção de medidas para o enfrentamento e combate a pandemia causada pelo novo Corona vírus (COVID 19), tais como:

**I** – fornecimento de máscaras para todos os funcionários em atividade;

**II** - permitir o acesso de clientes ao interior do estabelecimento, exclusivamente com máscaras;

**III** – higienização constante do estabelecimento e dos objetos manuseados e utilizados por clientes e funcionários;

**IV** – fornecimento de instalação adequada com água corrente e sabão para higiene das mãos e/ou de álcool gel 70%, para todos os clientes e funcionários dentro do estabelecimento;

**V** – manter a ocupação do espaço interno do estabelecimento nas proporções estabelecidas para cada segmento e conforme regras de cada órgão responsável;

**VI** – organização e orientação das filas internas e externas do estabelecimento, inclusive com sinalização de distâncias nos pisos com pelo menos 1m (um metro) de distância entre os clientes;

**Art. 6º** - O não cumprimento das medidas estabelecidas no presente Decreto, pelo estabelecimento comercial, será caracterizado como violação à legislação municipal e sujeitará o infrator às penalidades e sanções aplicáveis, sendo elas:

**I** – Suspensão do alvará de funcionamento pelo período de 30 (trinta) dias em caso de reincidência da infração lavrada;

**II** - Cassação do alvará de funcionamento em caso de serem lavradas três infrações ou mais;

**III** – Multa.

**Art. 7º** - Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Serviços Público em conjunto com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Administração e, de Saúde, são competentes para apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no ordenamento jurídico municipal, bem como **nos artigos 267, 268 e 330 do Código Penal**, sem prejuízo da solicitação de apoio as forças de segurança pública.

Prefeitura Municipal de Serrinha-BA  
Rua Macario Ferreira, Centro, Serrinha, Bahia. CEP: 48.700-000.  
Tel. / Fax: 75.3261.8500 – [www.serrinha.ba.gov.br](http://www.serrinha.ba.gov.br)

<http://pmserrinha.ba.imprensaoficial.org/>



PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 8º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os decretos que dispuserem em sentido contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SERRINHA, BAHIA, 29 DE OUTUBRO DE 2020.**

**Adriano Silva Lima**  
Prefeito

---

Prefeitura Municipal de Serrinha-BA  
Rua Macario Ferreira, Centro, Serrinha, Bahia. CEP: 48.700-000.  
Tel. / Fax: 75.3261.8500 – [www.serrinha.ba.gov.br](http://www.serrinha.ba.gov.br)

<http://pmserrinhaba.imprensaoficial.org/>

- CERTIFICADO DIGITALMENTE POR: AC CERTSIGN SRF ICP-BRASIL | IMPRENSAOFICIAL.ORG -